

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MARIA CONCEIÇÃO SARMENTO PADIAL MACHADO**

**O PROCESSO EDUCATIVO DOS TRABALHADORES
QUE VIVEM ENTRE DOIS MUNDOS DE UMA MESMA CIDADE**

Maria Conceição Sarmento Padial Machado

**Goiânia
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**O PROCESSO EDUCATIVO DOS TRABALHADORES
QUE VIVEM ENTRE DOIS MUNDOS DE UMA MESMA CIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de pesquisa: Educação Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Ângela Cristina Belém Mascarenhas

Goiânia
2009

Machado, Maria Conceição Sarmiento Padial.

O processo educativo dos trabalhadores que vivem entre dois mundos de uma mesma cidade/ Machado, Maria Conceição Sarmiento Padial. 2009. 200 f. Il.; enc.

Referências.

Tese de doutorado – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, 2009.

Perguntas de um operário letrado
Bertold Brecht

Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vêm o nome dos reis,
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilônia, tantas vezes destruída,
Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
Da Lima Dourada moravam seus obreiros?
No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde
Foram os seus pedreiros? A grande Roma
Está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem
Triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio
Só tinha palácios
Para os seus habitantes? Até a legendária Atlântida
Na noite em que o mar a engoliu
Viu afogados gritar por seus escravos.

O jovem Alexandre conquistou as Índias
Sozinho?
César venceu os gauleses.
Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?
Quando a sua armada se afundou Filipe de Espanha
Chorou. E ninguém mais?
Frederico II ganhou a guerra dos sete anos
Quem mais a ganhou?

Em cada página uma vitória.
Quem cozinhava os festins?
Em cada década um grande homem.
Quem pagava as despesas?

Tantas histórias.
Quantas perguntas.

*A
Pedro Paulino,
Jarina, Lívia,
Yeda, Nilton
e Lucíola*

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, à população trabalhadora de Caldas Novas que me instigou a investigar sobre modo de vida e a visão de mundo dessas pessoas que vivenciam uma realidade contraditória: Lucíola de Sousa Machado, Sérgio Teodoro da Cruz, Marcelo Teodoro da Cruz, Liliana Lopes de Oliveira. Aos demais trabalhadores e trabalhadoras que contribuíram para a pesquisa de campo por meio de entrevista ou informações: Ana Carla, Antônio Leite Nitão, Aparecido Esparapani, Cláudio Rebolças de Carvalho, Cionice Batista, Ciro Tomé Pereira, Dejanira Maria Tavares, Dermilon Silva, Edivalda Nobre da Silva, Edison Francisco Melo (Edison Pintor), Elidrom Pereira da Silva, Eliel Marques Borges, Emetério Brito Duarte, Enio José Alves, Fabrício Antônio Bernardes, Geni Martins Barbosa, Geovane José da Silva, Hélio Pedro da Silva, Ideide Rodrigues da Cunha, Idelfonso José de Oliveira, Irani Peixoto Magalhães Silva, Itamar da Cruz Dias, Jonas Israel Alves, José Joventino da Silva, Kalinde Coutinho Resende Campos, Kleber Gonçalves de Deus, Lourdes Rosa de Brito, Maísa Mendes da Silva, Marcos Antônio Rodrigues, Maria do Carmo de Camargo Peixoto, Mário César Silva de Sousa, Nildaci Antônio dos Santos, Nindalva Santos Almeida, Patrícia de Melo Rocha, Paula Keli Silva, Sebastião Carlos Silva, Sebastião Rodrigues da Silva, Silvio José da Silva, Sirleide Batista de Sousa, Sonia Ferreira Lima, Valeriano Pereira Rocha, Wander Monteiro da Silva, Weber Alves Vieira.

A problematização e sistematização do objeto apresentado, bem como a pesquisa e sua exposição se concretizaram com a orientação da Profa. Dra. Ângela Cristina Belém Mascarenhas que, além de ser uma intelectual de conhecida competência, acreditou no meu trabalho desde o início e compreendeu minhas inquietações. Contar com sua valiosa orientação foi um privilégio e um prazer que guardarei para toda a vida. Agradeço a ela e as demais pessoas partícipes deste processo, como integrantes da banca de avaliação: Profa. Dra. Genilda D'Arc Bernardes, que generosamente participou da banca de qualificação de mestrado, colaborou com a continuidade de minha caminhada, e está novamente nesta

empreitada; Prof. Dr. José Adelson Cruz que, com ternura e rigor teórico, colaborou para a realização do estudo sobre a cidade como *locus* da vida humana; Profa. Dra. Walderês Nunes Loureiro, cujo trabalho propiciou a compreensão sobre os diferentes espaços da educação. Esta intelectual, no início de sua obra “O aspecto educativo da prática política”, apresentou de forma didática o percurso que fez para elaborar seu objeto, passagem que considero um gesto de grandeza e generosidade intelectual. E, ainda como membro da banca, contei mais uma vez com a Profa. Dra. Walderez Loureiro Miguel, sempre presente na minha formação, desde a orientação da monografia de graduação e como membro da banca de mestrado. Trata-se de uma eterna referência intelectual, profissional e afetiva.

O desenvolvimento deste trabalho foi possível com o conteúdo de algumas disciplinas ministradas por profissionais comprometidos com o processo de ensino e pesquisa. Dra. Anita Cristina Azevedo Resende e Dra. Marília Gouvêa de Miranda, que cooperaram com o processo de constituição da metodologia para o conhecimento da realidade; Prof. Dr. Luiz Dourado Fernandes, cujo conteúdo e metodologia da disciplina possibilitaram maior compreensão sobre o pensamento gramsciano. Ampliando minha visão no campo da história, cursei uma disciplina do Programa de Pós-Graduação em História dessa mesma Universidade, organizada pelos professores Dr. Élio Cantalício Serpa e Dr. Noé Freire Sandes.

Além de todas as contribuições que recebi na academia e na cidade de Caldas Novas, houve o apoio incondicional de minhas filhas, Jarina e Lívia, meus pais, Yeda e Nilton, sem os quais esta caminhada teria sido muito penosa. Como parceiro e cúmplice, tive ao meu lado Pedro Paulino, presente durante a realização da pesquisa de campo e paciente leitor dos meus rascunhos: comentou, fez críticas e provocou tensionamentos que instigaram ainda mais a necessidade de conhecer a realidade das trabalhadoras e trabalhadores de Caldas Novas.

A todas as pessoas mencionadas, meu eterno agradecimento pela participação da minha história de vida.

MACHADO, Maria Conceição Sarmiento Padial Machado. O processo educativo dos trabalhadores que vivem entre dois mundos de uma mesma cidade. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Goiânia, 2009.

Resumo

Inserida na linha de pesquisa Educação Trabalho e Movimentos Sociais do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), a tese “O processo educativos dos trabalhadores que vivem entre dois mundos de uma mesma cidade” é o resultado da pesquisa sobre a relação entre condição de vida, trabalho e visão de mundo das trabalhadoras e trabalhadores do complexo turístico de Caldas Novas no processo de constituição de uma classe que se educa na vivência das contradições entre dois mundos. O objetivo desta pesquisa foi conhecer a relação entre condição de vida, trabalho e visão de mundo no processo de formação da classe trabalhadora de Caldas Novas que foi privada da educação escolar, ou mesmo daquela que presente nos movimentos populares, partidos políticos ou outras instituições que se dedicam a tratar a educação das pessoas empobrecidas, e ainda saber como ocorre o aprendizado que contribui com seu desenvolvimento intelectual e na forma de se relacionar em realidades discrepantes como se dá em uma cidade turística como Caldas Novas, estado de Goiás. A cidade de Caldas Novas foi eleita local da pesquisa por apresentar dois mundos distintos. Primeiramente, trata-se de uma cidade secular pacata, conservadora, na qual os moradores preservam características interioranas; e a segunda realidade mostra uma cidade de opulência, propiciada pelo mercado do turismo, em que esses mesmos moradores convivem com uma população itinerante de diversas partes do país, com a qual estabelecem uma relação social decorrente da prestação de serviços. O processo de investigação sobre este objeto consta de pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Quanto à exposição, a tese inicia com a discussão sobre a cidade que aparece como espaço da correlação de forças e da configuração da conjuntura social, econômica e política, historicamente construída, onde moram e vivem esses trabalhadores. O segundo capítulo aborda o trabalho, o lazer e suas interfaces na constituição da sociedade. O terceiro e último capítulo contempla alguns aspectos na formação da classe trabalhadora, como produção de mercadoria e de serviços, a relação público e privado, e entre condição de vida, trabalho, educação e visão de mundo. Neste trabalho, a educação é o processo resultante das relações sociais de produção e do cotidiano, no qual se estabelece um aprendizado decorrente do acúmulo do conhecimento franqueado pela multiplicidade de pessoas que compartilham o mesmo espaço físico e temporal. O processo educativo é resultante da vivência do trabalhador e de seu aprendizado que se desenvolvem entre esses dois mundos que se constituem: o mundo periférico do trabalhador e o mundo da opulência e do lazer propiciado pelo turismo.

Palavras-chave: educação; trabalho; turismo

MACHADO, Maria Conceição Sarmiento Padial Machado. O processo educativo dos trabalhadores que vivem entre dois mundos de uma mesma cidade. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Goiânia, 2009.

Abstract

Inserted in the line of research Education Labor and Social Movements of the Post-graduate, Education of Universidade Federal de Goiás (UFG), the thesis "The process of education among the workers who live between two worlds in the same city" is the result of research on the relationship between social life, work and world view of women workers and men workers in the tourist resort of Caldas Novas in the process of setting up a class that is educated in the experience of the contradictions between two worlds. The objective of this research was to understand the relationship between social life, work and world view in the process of working-class formation of Caldas Novas who was deprived of school education, or even that it is present in popular movements, political parties or other institutions that are dedicated to treating the education of impoverished people, and also how learning takes place which contributes to their intellectual development and how to relate disparate realities as occurs in a tourist town and Caldas Novas, Goiás State of City Caldas Novas was elected research site by presenting two different worlds. First, it is a secular city quiet, conservative, where residents preserve rural characteristics and the second reality is a city of wealth, caused by the tourism market, where those same residents living with a traveling people from different parts of country, as they establish a social relationship arising from the provision of services. The process of research on this subject is contained in literature, documentary and empirical. Regarding exposure, the thesis begins with a discussion of the city that appears as an area of the correlation of forces and the configuration of the economic social, economic and political, historically constructed, where they live and live the workers. The second chapter deals with work, leisure and their interfaces in the constitution of society. The third and final chapter covers some aspects in the formation of the working class, as the production of goods and services, the relationship between the public and private sectors, and between living conditions, work, education and world view. In this paper, education is the process resulting from the social relations of production and daily life, which establishes a learning result of the accumulation of knowledge franchisee by the multiplicity of people who share the same space and time. The educational process is the result of the worker's experience and their learning that develop between these two worlds that are: the peripheral world of the worker and the world of opulence and leisure brought about by tourism.

Keywords: education, work, tourism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – CIDADE COMO TOTALIDADE CONCRETA, ESPAÇO E TEMPO	20
1.1 Espaço e tempo na constituição da cidade	25
1.2 Cidade e o fenômeno urbano no Brasil	36
1.3 Desenvolvimento econômico, social e político na Região Centro-Oeste	40
1.4 Ocupação e desenvolvimento em Caldas Novas	48
CAPÍTULO II – TRABALHO, EDUCAÇÃO, LAZER, E SUAS INTERFACES	58
2.1 Trabalho e modo de produção capitalista	61
2.2 Trabalho e processo de formação da classe trabalhadora	66
2.3 Estética, componente no processo de formação da sociedade urbana	73
2.4 Lazer: o trabalho às avessas?	87
2.5 Turista e moradores, sujeitos de uma nova realidade	103
CAPÍTULO III – ASPECTOS DA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	114
3.1 Produção de mercadoria como produção de serviços na constituição da classe trabalhadora	118
3.2 Relação público e privado na constituição da classe trabalhadora de Caldas Novas	129
3.3 Trabalhadoras e trabalhadores do turismo em Caldas Novas: relação entre condição de vida, trabalho, educação e visão de mundo	145

CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
FONTES ORAIS	180
REFERÊNCIAS	184
APÊNDICE 1	193
APÊNDICE 2	195
APÊNDICE 3	197
APÊNDICE 4	199

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Trajetória da sociedade na constituição do espaço urbano	34
Ilustração 2 – Gráfico do local de origem dos trabalhadores do turismo em Caldas Novas	72
Ilustração 3 – Foto do casarão, antiga moradia da família Gonzaga, atualmente tombado co patrimônio histórico e cultural	79
Ilustração 4 – Foto de árvore artificial situada no clube CTC, como alternativa estética e funcionalidade de uma bica d’água	80
Ilustração 5 – Foto de composição arquitetônica com simulação de pedras na entrada de Caldas Novas (R. São Cristóvão com Av. Orozimbo C. Neto)	81
Ilustração 6 – Gráfico do rendimento mensal em salários mínimos por domicílio permanente em Goiás em 2000	84
Ilustração 7 – Gráfico do rendimento mensal em salários mínimos por domicílio permanente em Goiânia em 2000	85
Ilustração 8 – Gráfico do rendimento mensal em salários mínimos por domicílio permanente em Caldas Novas em 2000	86
Ilustração 9 – Gráfico da frequência dos trabalhadores de Caldas Novas em clubes	90
Ilustração 10– Gráfico da disposição da ocupação dos trabalhadores de Goiânia por postos de trabalho	93
Ilustração 11 – Gráfico da disposição da ocupação dos trabalhadores de Caldas Novas por postos de trabalho	94

Ilustração 12 – Gráfico do estado civil das trabalhadoras e trabalhadores do turismo em Caldas Novas	97
Ilustração 13 – Gráfico da composição familiar das trabalhadoras e trabalhadores do turismo em Caldas Novas	98
Ilustração 14 – Foto da Rua lateral à Praça Mestre Orlando, atualmente uma extensão dos bares	107
Ilustração 15 – Foto da Praça Mestre Orlando, atualmente uma extensão dos bares	108
Ilustração 16 – Mapa da Praça Mestre Orlando com destaque da rua que se encontra atualmente ocupada pela iniciativa privada	109
Ilustração 17 – Gráfico do nível de escolaridade dos turistas	110
Ilustração 18 – Gráfico da origem dos turistas	111
Ilustração 19 – Gráfico da frequência de viagem a Caldas Novas	112
Ilustração 20 – Gráfico do tipo de hospedagem dos turistas em Caldas Novas	113
Ilustração 21 – Foto da ocupação da Rua Santos Dumont com Avenida Orozimbo C. Neto com mesa e cadeiras como extensão do estabelecimento comercial	141
Ilustração 22 – Foto da ocupação da continuação da rua Antônio C. de Godoy	142
Ilustração 23 – Cópia de documento produzido pela Secretaria Municipal de Turismo de Caldas Novas	143
Ilustração 24 - Cópia da página da obra “Caldas Novas: uma cidade turística na sua intimidade” que reproduz na íntegra o documento produzido pela Secretaria Municipal de Turismo sem a devida referência	144
Ilustração 25 – Gráfico do tempo de moradia em Caldas Novas	151
Ilustração 26 – Gráfico da escolaridade dos trabalhadores do turismo	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demonstrativo da amostragem para pesquisa quantitativa	17
Tabela 2 – População de Caldas Novas	150
Tabela 3 – A subjetivação dos trabalhadores de Caldas Novas sobre a educação	158

INTRODUÇÃO

A investigação tem de apoderar da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse, é que se pode escrever, adequadamente, o movimento do real. Se isto se consegue, ficará espelhada no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori (Karl Marx).

O presente trabalho é objeto final de conclusão curso de doutorado da 4ª turma (2006-2009) do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGFE-UFG), sob a orientação da Profa. Dra. Ângela Cristina Belém Mascarenhas e na condição de bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Esta pesquisa busca perquirir a relação entre condição de vida, trabalho e visão de mundo de trabalhadoras e trabalhadores do complexo turístico de Caldas Novas, no processo de constituição de uma classe que se educa na vivência das contradições entre dois mundos.

A cidade de Caldas Novas, estado de Goiás, foi eleita como local da pesquisa por apresentar dois mundos distintos, um, resultado de uma cidade secular pacata, conservadora, outro, uma cidade turística com grande desenvolvimento econômico, social e político. Em que pese a diversidade de elementos e mediações na constituição de determinada sociedade, nessa cidade, a complexidade encontrada pode ser agrupada em dois mundos distintos: o de uma cidade bucólica, cujos moradores preservam características interioranas, e o de uma cidade de opulência, em virtude do mercado do turismo, em que esses mesmos moradores convivem com uma população itinerante de turistas de diversas partes do país, com a qual estabelecem uma relação social decorrente da prestação de serviços. A escolha dessa cidade, e não de outra, deveu-se ao convívio com pessoas valorosas, trabalhadoras e trabalhadores anônimos

de Caldas Novas que participaram e continuam participando da construção da cidade e que, em sua história de vida, apresentam o legado destas duas realidades.

Como sujeitos da primeira realidade desses dois mundos, existe uma população de trabalhadores com algumas características culturais coerentes com a história de um capitalismo periférico, que, tardiamente, veio a ser constituído, com divisão social do trabalho pouco delimitado. Diferentes papéis e atribuições eram desempenhados pelas mesmas pessoas que simultaneamente produziam, cultivavam e comercializavam produtos ou prestavam serviços diversos. A segunda realidade, historicamente constituída, é de um município, cuja produção de bens pouco ou nada representou no desenvolvimento econômico dessa cidade, isto é, a sua economia é decorrente do extrativismo, inicialmente aurífero, e posteriormente, hidrotermal. No século XIX, a produção agrícola e pecuária nesse município era rudimentar e se limitava à manutenção da população local (SAINT-HILAIRE, 1982). A trajetória do sistema do capital, na região, vai do trabalho escravo-extrativista-aurífero, nos primórdios do município, à prestação de serviços, modernamente com a exploração do turismo.

O interesse pela exploração dos recursos hidrotermais do município advém do início do século XX. Até então, a cidade não teve desenvolvimento econômico comparável a outras que, historicamente, foram centro de produção de ouro, e permaneceu estagnada até que a exploração do turismo, em especial a partir dos anos 1960, aqueceu a economia, movimentou o mercado, garantiu concentração de renda para os investidores e gerou trabalho assalariado. Nessa situação contraditória, ocorreu um processo de aprendizagem em que o trabalhador conhece e intervém na realidade com a própria vivência e conflitos decorrentes e presentes nas relações sociais de produção e no cotidiano.

Para Manacorda (2004, p. 6), “aprendizado quer dizer relação com o trabalho e com todo o desenvolvimento, não somente das forças produtivas, mas também das relações sociais nas quais elas se organizam”. Aprendizado é o processo de subjetivação da realidade concreta, que se configura com a reflexão, conscientização e objetivação do concreto pensado.

A educação, neste trabalho, é um processo resultante das relações sociais de produção e do cotidiano, no qual se estabelece um aprendizado decorrente do acúmulo do conhecimento franqueado pela multiplicidade de pessoas que compartilham o mesmo espaço físico e temporal. O processo educativo é resultante da vivência do trabalhador e de seu aprendizado que se desenvolvem entre esses dois mundos que se constituem: o mundo periférico do trabalhador e o mundo da opulência e do lazer propiciado pelo turismo.

Nas relações que o homem estabelece, além de criar novas necessidades, ele adquire, produz e transmite conhecimento e experiências, como educador e educando. A educação está

presente em todos os espaços, inclusive no cotidiano. No dia a dia, trabalhadores (em suas casas, locais de trabalho e trajetos, enfim, na sua cidade) tecem as relações sociais e o processo de aprendizagem que se constituem na realidade socialmente reproduzida. Essa reprodução muitas vezes busca uma permanência em vão, pois as mudanças são próprias das relações humanas.

O objetivo desse trabalho é conhecer a relação entre condição de vida, trabalho e visão de mundo dos trabalhadores de Caldas Novas. Eles tiveram acesso restrito à educação escolar, ou a qualquer outra forma de educação que ocorre no seio dos movimentos populares, sindicatos, partidos políticos ou outras instituições que se propõem a tratar da educação de pessoas empobrecidas. Busca, ainda, verificar como ocorre aprendizado que contribui para seu desenvolvimento intelectual e na forma de se relacionar em realidades discrepantes de uma cidade turística como Caldas Novas.

A metodologia utilizada em uma pesquisa deve considerar as especificidades que o objeto de estudo e os objetivos apresentam. No processo de investigação sobre esse objeto foi empregado pesquisa bibliográfica, documental e empírica.

Como fundamentação teórica, foram utilizadas, dentre outras, obras de Lefebvre, Lukács, Engels, Gramsci, Lowy e Marx, ainda, estudo de obras editadas sobre Caldas Novas. Nesse último caso, não foi encontrado referência sobre a história da classe social que vive do trabalho no município. Essas obras e outros documentos fazem referência ao polo turístico, aos demais recursos naturais e ao culto de personalidades da elite da cidade. No que tange à história recente, as referidas obras destacam os políticos e empreendedores capitalistas. Entretanto, sua leitura possibilitou a problematização sobre elementos de uma realidade encoberta pela névoa da prosperidade econômica proveniente do turismo.

Em relação à pesquisa empírica, foram identificados os sujeitos sociais, partícipes das duas realidades, e entrevistados quatro grupos de pessoas:

Para identificar as trabalhadoras e os trabalhadores da área do turismo, foram relacionamos todos os clubes hotéis da cidade e classificado aquele considerado o maior e melhor clube-hotel¹ da cidade no tocante ao tamanho, variedade de atrações, frequência de turistas e número de trabalhadores. Houve unanimidade entre os moradores e usuários consultados quanto à escolha de um determinado Clube-hotel, que assim será denominado para não se incorrer no equívoco de difundir de forma valorativa o empreendimento.

¹ Caldas Novas tem mais de setenta hotéis (incluindo pousadas e flats), e o critério foi optar por um dos hotéis classificados com quatro estrelas, uma vez que o único hotel de cinco estrelas não se situa no município de Caldas Novas, mas em Rio Quente.

Este Clube-hotel faz parte de um complexo turístico, inclusive com unidades fora deste município. Após uma pesquisa no Departamento de Recursos Humanos foi verificado que esse empreendimento contava, em 2007, com 237 trabalhadores empregados (Tabela 1).

Tabela 1 – Demonstrativo da amostragem para pesquisa quantitativa

Ramo de atuação	Trabalhadores	Amostragem	
	Quantidade	Quantidade	Índice (%)
Alimentação	69	11	16
Camareira	26	4	15
Limpeza	17	3	18
Manutenção	34	5	15
Recepção	31	4	13
Lazer	11	3	27
Segurança e portaria	18	3	17
Administração	31	5	16
Total	237	38	16

Fonte: dados da pesquisa. Clube-Hotel de Caldas Novas, 2008.

De posse da relação de cadastro desses funcionários, foi identificado que estes estavam distribuídos em 28 cargos, sistematizados em oito ramos de serviço, de acordo com a natureza de suas funções. Uma entrevista semiestruturada foi realizada com 38 trabalhadores (apêndice 1).

Foram também entrevistados trabalhadores moradores da cidade (apêndice 2) em situações distintas: um servidor público, um funcionário de instituição privada e uma pessoa deixou o emprego para montar seu próprio negócio (loja de adereços em pedras, muito comum na cidade). Nesse caso, os dados não foram sistematizados, mas as entrevistas qualificaram o conhecimento sobre os moradores e trabalhadores de Caldas Novas.

Quatro entrevistas foram efetuadas com pessoas que fazem parte de movimentos organizados e que são consideradas lideranças sindicais e de movimentos sociais (apêndice 3). Essas entrevistas possibilitaram a compreensão sobre a complexidade da sociedade atual de Caldas Novas.

Por último, foram realizadas vinte entrevistas aleatórias com turistas que circulavam pela cidade (apêndice 4). O objetivo foi conhecer algumas características dessas pessoas e o tipo de relação que tinham com o local, isto é, se a vinda era apenas para lazer ou se tinham relações de parentesco e compadrio com pessoas da cidade.

Não houve o propósito de fazer estudo comparativo entre os trabalhadores que participam e os que não participam dos movimentos sociais e populares, mas compreender como os trabalhadores, que estão envolvidos diretamente com estes dois mundos, apreendem essa realidade e, como eles se relacionam e como a classe trabalhadora vem se constituindo.

Se a maioria dos trabalhadores estivesse organizada, essa situação teria aparecido no momento das entrevistas, e o trabalho teria outra direção. Após constatar que, dentre os entrevistados, nenhum havia optado pela participação sindical, foi pesquisado no Departamento de Recursos Humanos a participação sindical desses trabalhadores. Ficou identificado que, dentre os 237 funcionários do Clube-Hotel, apenas sete fizeram esta opção, o que significa que menos de 3% desses trabalhadores são sindicalizados. Diante de tal circunstância, fazer um estudo só com os trabalhadores sindicalizados seria excluir a maioria dos trabalhadores que não participa dessa organização.

As entrevistas, as referências bibliográficas e documentais foram analisadas com o intuito de possibilitar o desvelamento das seguintes questões: como os trabalhadores que habitam a periferia da cidade de Caldas Novas e trabalham no seu complexo turístico desenvolvem um aprendizado que os orienta na vivência entre os dois mundos? Quais as relações que se estabelecem entre a vivência no mundo do trabalho e no mundo do não trabalho desses trabalhadores? Nesse modo operante, como se constrói o processo de socialização e educação? Quais as mediações constitutivas desse processo?

A exposição da pesquisa foi realizada em três capítulos. O primeiro trata a cidade como totalidade concreta, em determinado tempo e espaço, momento em que a cidade aparece como *locus* de concentração das relações sociais de produção em sua totalidade, com mediações e nexos expressos no tempo e no espaço. O espaço urbano é a síntese do movimento e do redimensionamento histórico dessas relações. Esse capítulo abarca: o espaço e tempo na constituição da cidade, a cidade e o fenômeno urbano no Brasil, o desenvolvimento econômico, político e social no país e em Goiás, a ocupação e como esse desenvolvimento se configurou em Caldas Novas.

Nessa perspectiva, o eixo principal da presente investigação é o reconhecimento do trabalho como categoria ontológica e suas interfaces com o desenvolvimento econômico, social e com o lazer. O segundo capítulo aborda o trabalho, o lazer e suas interfaces na constituição da sociedade. Além dos trabalhadores de Caldas Novas, os principais atores desta nova cidade são os turistas, alguns deles com características de moradores – mesmo que temporários –, tal a frequência com que permanecem na cidade.

Como terceiro e último capítulo, foram estudados alguns aspectos: a formação da classe trabalhadora, como produtora de mercadoria e de serviços, a relação público e privado, a relação entre condição de vida, trabalho, educação e visão de mundo. A investigação caminhou para a compreensão da educação como componente imprescindível no processo de apreensão, vivência e intervenção da realidade, e sobretudo, da educação que ocorre no seu cotidiano, muitas vezes, excluída de intencionalidade. Essa forma de educação é reconhecida pelas trabalhadoras e trabalhadores de Caldas Novas como educação da vida, isto é, conhecimento acumulado nas relações sociais de produção e no cotidiano.

CAPÍTULO I – CIDADE COMO TOTALIDADE CONCRETA, ESPAÇO E TEMPO

A cidade é já a realidade da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres, das necessidades (Friedrich Engels e Karl Marx).

A cidade torna-se cada vez mais “uma síntese excepcional da sociedade” (IANNI, 2000, p.123) onde todos os acontecimentos ocorrem ou ecoam. Com a Revolução Industrial, a cidade, passou a ser o polo em que se concentram as atividades produtivas, sociais, políticas, administrativas, financeiras, mercantis, comunicativas, intelectivas, culturais, artísticas, dentre outras. Os paradigmas do modo de produção capitalista estão presentes tanto na cidade como no campo; entretanto, o produto resultante da força de trabalho do homem do campo, a tecnologia que ele utiliza e o capital que ele ajuda a engrossar — por meio da exploração da mais valia — têm um endereço determinado: o espaço urbano. A concentração de atividades políticas e comerciais na cidade provocou, historicamente, discrepância no desenvolvimento social e econômico entre esses dois espaços, o que prejudica a qualidade de vida tanto dos trabalhadores do campo como da cidade. Os primeiros têm difícil acesso tanto aos bens produzidos como aos serviços públicos, concentrados na cidade e escassos na zonal rural. Os demais, moradores da cidade, também têm acesso restrito aos bens e mercadorias² em razão da concentração de renda e de recursos. Entretanto têm à sua disposição serviços públicos, só que de forma precarizada devido a escassez dos recursos diante da demanda.

A discrepância entre os dois mundos do trabalhador de Caldas Novas ocorre com maior ênfase na vida dos trabalhadores do turismo, isto é, garçons, recepcionistas, camareiras

2 Segundo Marx (1982a, p. 41-115), a “mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for sua natureza, a origem delas, provenham do estomago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente como meio de produção (...). As mercadorias são trabalho humano cristalizado” (Marx, 1982a, p. 58). “Coisas que, em si mesmas não são mercadorias, honra, consciência etc. podem seus donos considerar alienáveis por dinheiro, e, assim, receber por meio de seu preço, a forma de mercadoria” (Marx,

e agentes administrativos dos hotéis e complexos turísticos. Os empreendimentos turísticos de Caldas Novas são denominados complexos turísticos, pois envolvem serviços diversos de hotelaria, clube, parque aquático e locação de apartamentos.

O homem é um ser social e forma-se na (e com a) sociedade, e ela, atualmente está sintetizada na cidade com algumas referências da realidade rural, portanto a educação e a formação do homem são contraditórias com a presença de elementos diversificados (rural e urbano) que se complementam e se contrapõem. Nessas circunstâncias as pessoas tecem as condições de vida e visão de mundo como resultado de um processo educativo que se consubstancia com as relações sociais de produção.

Os estudos de Engels e Marx sobre o modo de produção e reprodução da vida ocorreu em Londres, cidade em que o processo de industrialização estava mais desenvolvido, o que revelou as cidades como locais privilegiados da produção de mercadorias e reprodução das relações sociais do capitalismo. Conforme Engels (1985),

dado que a indústria e o comércio se desenvolvem mais perfeitamente nas grandes cidades é, pois, igualmente aí que aparece o proletariado. Foi aí que a concentração dos bens atingiu o seu grau mais elevado, foi aí que os costumes e as condições de vida dos velhos tempos foram mais radicalmente destruídas (p. 33).

Assim, a cidade emerge como espaço da correlação de forças e da configuração da conjuntura econômica, social e política, historicamente construída.

Outros autores como Castells (2006) e Lefebvre (1991a, 1991b, 1999a, 1999b) desenvolveram a concepção de cidade e de espaço urbano, sobretudo, a partir dos anos 1960. Suas reflexões, ancoradas no modo de produção, compreendem a discussão sobre a luta de classes, as organizações dos trabalhadores, os movimentos populares, a questão social e a atuação do Estado em face das questões emergentes.

Além desses estudos, há vários outros sobre as formas de entender a cidade. Weber (1967) identifica vários tipos e definições. Do ponto de vista sociológico, para ele, a cidade é composta de um contingente populacional em que os moradores, muitas vezes, não se conhecem e pouco se relacionam. Com base em uma análise econômica, o autor menciona que, nas cidades, seus habitantes dependem mais do comércio e da indústria do que da agricultura.

Essas características, por si só, são insuficientes para caracterizar as cidades, que, em princípio, são constituídas por: adensamento populacional, autonomia político-administrativa, estrutura física, institucional e econômica. Em outras palavras, a cidade comporta a

existência de uma sede senhoril-territorial, sobretudo de uma sede principesca, como centro, para cujas principais necessidades econômicas ou políticas trabalham as indústrias, com especialização da produção e o comércio adquire bens (...). [E] a realização de uma troca de bens não apenas ocasional, mas regular, na localidade, como componente essencial das atividades aquisitivas e da satisfação das necessidades dos moradores: a existência de um mercado (WEBER, 2004, p. 409).

Nesses locais, ao mesmo tempo em que os trabalhadores eram explorados e subjugados, também tinham certa proteção do príncipe ou senhoril. Nessa concepção, as cidades podem constituir-se a partir da existência prévia de um

domínio territorial ou, sobretudo, uma série de principado como centro de um lugar em que existia uma indústria em regime de especialização, para satisfazer suas necessidades econômicas ou políticas, e onde, por isso, se comerciavam mercadorias (WEBER, 1967, p. 74).

Uma simples unidade produtiva ou comercial não pode ser considerada uma cidade, apesar de que muitas delas se desenvolveram com base em de estabelecimentos comerciais. Essa forma de organização que surgiu, sobretudo, na Idade Média, ainda continua ocorrendo ao longo da história.

Outra forma de as cidades constituírem-se é

sem esse tipo de apoio na corte do príncipe ou da concessão do príncipe, mediante a reunião de intrusos, piratas ou comerciantes colonizadores ou nativos, dedicados ao comércio intermediário, e esse fenômeno foi bastante frequente nas costas mediterrâneas nos primeiros tempos da Antiguidade e também, por vezes, nos primeiros tempos da Idade Média (WEBER, 1967, p. 76).

Nesse caso, em geral, existia apenas o comércio, mas em algumas situações havia também uma propriedade principesca ou senhorial. As cidades apresentavam uma configuração mista, e o que possibilitava a classificação era a predominância de determinada característica. Assim, as cidades podiam configurar-se como “cidade de produtores”, “cidade de consumidores” ou “cidade mercantil”; a última, com a predominância do mercado varejista.

Para Weber (2004), o espaço urbano é constituído com fundamento na função política e administrativa da cidade; e identifica também as cidades voltadas para as atividades agrárias, em que seu desenvolvimento se constitui da centralização de circulação de mercadoria para atender as necessidades dos produtores e dos consumidores trabalhadores. Nas palavras do autor,

a relação entre as cidades e a agricultura de modo algum era unívoca. Havia e ainda há “cidades de agricultores”, isto é, lugares que, como localidade do tráfego de mercado e sede dos típicos ofícios urbanos, estão muito distantes do tipo médio da aldeia, mas onde uma ampla camada dos cidadãos locais satisfazem suas necessidades alimentares em economia própria e até produz para a venda (WEBER, 2004, p. 412).

Na concepção desse autor, a cidade, tal como é conhecida desenvolveu-se no Ocidente mediante condições determinadas. As cidades do Ocidente, desde a Antiguidade e Idade Média, eram uma sede comercial e de produção, local onde viviam os artesões e comerciantes. A organização política ocorria com a presença de um senhor político que conciliava dominação e proteção. A cidade formava-se com o deslocamento de pessoas com condições econômicas variadas.

No início da Idade Média, os escravos libertos ou foragidos³ iam para as cidades em que moravam os senhores nobres, sacerdotes, mercenários e funcionários da corte. Enfim, as cidades eram o espaço da diversidade de pessoas em diferentes tipos de moradias, geralmente pertencentes a um senhoril que podia ser dono de todo um território urbano cercado por muros. Em virtude do deslocamento de escravos para a cidade e da convivência entre pessoas provenientes de diferentes classes ou estamentos⁴, a cidade passou a ser o espaço da diversidade e da “liberdade”. “Nas cidades do centro e do norte europeu surgiu o conhecido lema: o ar da cidade faz livre”, afirma Weber (2004, p. 426).

A cidade que existia desde a Grécia antiga, com funções políticas e administrativas, tornou-se, atualmente, o cenário espacial, político, social da vida urbana, da produção, da exploração e da luta de classes; em outras palavras, é o espaço em que se travam com maior intensidade as contradições do modo de produção capitalista.

Para Castells (2006), a cidade é um sistema social, historicamente interligado ao rural, pois se constituem, igualmente, com base nas relações sociais de produção. A cidade passa a existir com a riqueza excedente produzida tanto pela agricultura, pecuária e indústria e “são os centros religiosos, administrativos e políticos, expressão espacial de uma complexidade social determinada pelo processo de apropriação e de reinvestimento do produto do trabalho” (CASTELLS, 2006, p. 42).

3 No caso do escravo foragido, depois de determinado tempo de sua fuga, o antigo dono perdia o direito sobre ele, que se tornava assim um homem livre (Weber, 2004).

4 Para Weber (2004^a) a constituição de uma classe social ocorria mediante as condições: “1) abastecimento de bens, 2) posição de vida externa, 3) destino pessoal” (p.199). Assim era possível identificar a classe proprietária, a classe lucrativa e a classe social. Para o autor, os escravos não se constituíam como classe, pois não tinham o controle sobre seus destinos, eles formavam um estamento.

Pode-se definir cidade de forma muito diversa, porém todas elas têm em comum a concentração de determinadas atividades e de um contingente populacional em determinado espaço. Trata-se, portanto, de um assentamento fechado (pelo menos relativamente) de um povoado, e não de uma ou várias moradias isoladas. Nas cidades, em geral, as casas encontram-se muito perto umas das outras, às vezes, geminadas.

Outra característica da cidade é a valorização acelerada da terra diante do trabalho despendido na cidade e da transformação do seu espaço físico. A mesma quantidade de terra no espaço urbano, muitas vezes, passa a ser mais valorizada do que na área rural, o que faz parte do processo de mercantilização do espaço físico. A terra passou a ser mercadoria com todas as suas características, até mesmo o fetiche.

O termo município significa a delimitação territorial que inclui o espaço urbano e rural com uma organização administrativa e política composta do poder executivo (representado pelo prefeito), legislativo (câmara de vereadores) e judiciário (juízes). Por outro lado, o espaço urbano representa uma totalidade, histórica e dialética, *locus* da reprodução da força de trabalho, envolvendo espaço físico e temporal, relações sociais, construção e manifestação cultural, prática política, educação, enfim tudo o que envolve as necessidades cotidianas do homem.

Totalidade é uma categoria marxista que “significa a percepção da realidade social como um todo orgânico” (LOWY, 2003, p.16), em movimento. A totalidade nessa perspectiva significa o movimento do real com suas múltiplas determinações, com a constante superação da realidade concreta. A totalidade só pode ser concebida em uma relação orgânica com a dinâmica da realidade.

As categorias, para Marx (1982a) são expressões da realidade concreta em uma totalidade composta por múltiplas determinações e podem ser simples ou complexas (concretas). As categorias simples expressam relações de dominação ou subordinação sem maior complexidade na relação. As categorias concretas expressam as relações sociais permeadas por contradições. Não há como separar as categorias de análise e as categorias metodológicas no processo de apreensão do real.

A cidade sempre foi uma totalidade de relações que envolvem o campo, sobretudo por meio das relações políticas, administrativas e comerciais ainda antes da sociedade industrial. E a diversidade de relações tem sua apreensão problematizada com o desenvolvimento industrial permanente, aliado ao dinamismo das mudanças nos setores de serviços e comércio.

Nessa totalidade, composta pelas relações sociais de produção, concentra-se as contradições expressas, sobretudo por meio do desemprego, da violência, da falta de moradia, da precarização das condições de saúde e educação. Enfim, refere-se a tudo o mais que envolve a expropriação dos direitos humanos dos trabalhadores, em prol do crescimento desenfreado do capital financeiro alimentado pelo lucro facilmente extraído com a mais valia. A história da modernização da cidade e do campo imprime uma realidade nefasta: o desenvolvimento tecnológico de máquinas e equipamentos destinados ao aumento da produção não é, proporcionalmente, revertido em melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora, mas provoca a expulsão do trabalhador do campo.

1.1 Espaço e tempo na constituição da cidade

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração geográfica do conteúdo. (...) O espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade (Milton Santos).

Permanentemente as cidades crescem, modernizam-se e tornam-se complexas para atender à demanda da reprodução das relações sociais de produção, tanto no que diz respeito à garantia da disponibilidade da força de trabalho como de bens e serviços na trajetória da acumulação e concentração do capital. Segundo Corrêa (1997),

como tal, a metrópole moderna constitui-se em importante local de acumulação de capital e onde as condições para a reprodução da força de trabalho podem mais plenamente se realizadas. Tais processos sociais produzem forma, movimento e conteúdo sobre o espaço urbano, originando a organização espacial da metrópole (p. 121).

A constituição da cidade abarca a utilização do espaço mediante determinado tempo, envolvendo, portanto, na discussão sobre o processo de formação das relações sociais de produção ocorre um redimensionamento e a mercantilização dessas categorias (espaço e tempo) com a industrialização.

A própria concentração territorial dos meios de produção foi uma ocupação intencional e planejada do espaço, embora de forma rudimentar, com objetivo de garantir a produção e possibilitar o lucro. Historicamente foram desenvolvidas teorias para interferir no modo de produção – como as fordista e taylorista – sempre na expectativa de garantir melhor aproveitamento de espaço e tempo. O sistema capitalista está ancorado na racionalização e instrumentalização do espaço e tempo que é, simultaneamente, orientado pelo conhecimento historicamente produzido e também responsável pela produção de teoria que pode ser apropriada e socializada. Nesse processo, surge um novo homem adaptado a essa nova realidade e, mediante uma lógica perversa, poucas pessoas beneficiam-se das riquezas produzidas e um grande contingente de pessoas não usufrui da produção, ou seja, são excluídas desse processo e passam a ter dificuldades de sobrevivência.

O processo educativo é contraditório, ao mesmo tempo em que o trabalhador apreende como melhor utilizar sua força de trabalho, para vendê-la em troca de meios para sobrevivência, sua e de seus familiares, também os capitalistas descobrem e socializam as alternativas e estratégias para melhor extrair a mais valia no processo de produção da mercadoria. A educação e o aprendizado são formas de relação social e estão localizadas no espaço e no tempo; e assim, como para Kant (2005), não há experiência fora do espaço, pode-se dizer que não há existência fora do espaço.

Conforme Kant (2005), tanto o espaço como o tempo são necessários para a intuição do sensível, sem o qual é impossível a construção do conhecimento da matemática e da física. O espaço existente pode ser percebido sem as coisas, mas elas só podem ser reconhecidas em determinados espaços. A contradição não está presente no pensamento desse autor. A apreensão do conhecimento sobre espaço provoca um conhecimento *a priori*, de tal forma, que desde então, a noção de espaço é concebida e não mais necessita da experiência. A ciência que estuda o tempo é a matemática, e a que estuda o espaço é a geometria. Para o autor há sempre uma representação temporal e espacial da experiência.

Na sociedade moderna, o espaço e o tempo são tratados de forma naturalizada, e, entretanto todos os elementos constitutivos da realidade são produtos do trabalho humano. Espaço e tempo só são entendidos e mensurados pelos homens. A própria compreensão da natureza só existe com o entendimento humano. A naturalização, ou não, de tais elementos é uma concepção humana que envolve a consciência crítica⁵ ou acrítica da realidade. Portanto, a

5 Neste trabalho, crítica significa maior aproximação da realidade e melhor compreensão de suas categorias e mediações.

naturalização do espaço e do tempo ocorre mediante uma visão acrítica da realidade, segundo o entendimento de que os acontecimentos ocorrem à revelia da intenção humana.

A reflexão sobre o espaço apresenta concepções variadas, “na perspectiva do materialista, podemos afirmar que as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social” (HARVEY, 2006, p. 189). Assim, a objetivação do espaço e do tempo pode aparecer de forma diferenciada, conforme o modo de produção e reprodução da vida social. Conforme o autor:

Sob a superfície de idéias do senso comum e aparentemente “naturais” acerca do tempo e do espaço, ocultam-se territórios de ambiguidade, de contradição e de luta. Os conflitos surgem não apenas de apreciação subjetivas admitidamente diversas, mas porque diferentes qualidades materiais objetivas do tempo e do espaço são consideradas relevantes para a vida social em diferentes situações. Importantes batalhas também ocorrem nos domínios da teoria, bem como da prática, científica, social e estética. O modo como representamos o espaço e o tempo na teoria importa, visto afetar a maneira como nós e os outros interpretamos e depois agimos com relação ao mundo (HARVEY, 2006, p. 190).

O espaço propicia uma aparente conservação, entretanto, em suas formas, apresenta o conteúdo do trabalho humano, marcado pelo movimento histórico. Também a compreensão do espaço é subjetiva e objetiva, isto é, está sujeita a diferentes apreensões a depender da visão de mundo de quem o vê e o analisa, e, ainda, depende das circunstâncias e das condições objetivas do momento em que é visto. Assim, o

espaço é a síntese sempre provisória entre o conteúdo social e as formas materiais. Mas a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas. Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos, isto é, portadores de ações concluídas mas ainda presentes. Esses objetos da ação são, desse modo, dotados de uma presença humana por ela qualificados (SANTOS, 2008, p. 108).

A terminologia espaço é de difícil conceituação, isto é, pode ser área, lugar, volume extensão, e o que se faz é elaborar mecanismos para delimitar o termo em um conceito que determina a amplitude da ação nos limites físicos que se impõem a determinada ação humana;

de tal forma que não existe o espaço⁶ sem a ação do homem. Assim, Marx trabalha a questão temporal-espacial, ao discutir os meios de produção, a apropriação do produto do trabalho, a circulação da mercadoria, a jornada de trabalho, a consciência de classe, a realidade concreta, as condições objetivas, as circunstâncias e a própria realidade concreta e suas múltiplas determinações.

O pensamento marxista proveniente do estudo sobre a sociedade capitalista foi pautado na localização dessa sociedade na cidade industrializada, palco do germe das duas classes identificadas por Marx (1982): as que detêm os meios de produção e as que detêm apenas a força de trabalho. Portanto, o modo de produção, a divisão social do trabalho e a luta de classes objetivam-se no espaço que o homem ocupa no processo produtivo.

O próprio conceito de consciência em Engels e Marx está ancorado em uma realidade concreta, circunscrita em determinado local sob determinadas circunstâncias historicamente construídas, e assim, consciência é antes de tudo, a

conciencia del mundo inmediato y sensible que nos rodea y conciencia de los nexos limitados con otras personas y cosas, fuera del individuo consciente de sí mismo; y é, al mismo tiempo, conciencia de la naturaleza, que l principio se enfrenta al hombre como un poder absolutamente extraño, omnipotente e inexpugnable, ante el que los hombres se comportan de un modo puramente animal y que los amedraanta como al ganado; es, portante, una conciencia puramente animal de la naturaleza (ENGELS; MARX, 1975, p. 31).

Não é possível entender o trabalho e a produção sem considerar o processo de conhecimento do homem e a educação, sempre localizados em determinado tempo e espaço; sem o homem, nada existe, e se não existe a história, não existe o espaço em que está inserida, nem o tempo em que foi inscrita.

Apenas as abordagens, temporal e espacial, são insuficientes para a compreensão da realidade concreta, mas são imprescindíveis, pois o devir histórico é permeado por questões geopolíticas e torna a relação espaço-tempo inerente a qualquer movimento histórico. O presente só existe como um conceito, pois, ao ser presente, torna-se passado e ao ser pensado, ainda é futuro. Portanto, é necessário, ainda, apreender as mediações que acompanham as questões no tempo e no espaço. Nas

⁶ “Espaço e paisagem não são sinônimos. A paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações entre homem e natureza. Os espaços são essas formas mais a vida que as anima” (Santos, 2008, p. 103).

práticas cotidianas, formuladas na geografia temporal de que Hägerstrand foi o pioneiro, (...) os indivíduos são considerados agentes movidos por um propósito engajado em projetos que absorvem tempo através do movimento do espaço (...). O esquema de Hägerstrand é uma descrição útil de como a vida diária das pessoas se desenrola no espaço e no tempo (HARVEY, 2006, p. 195).

Também Foucault (2002) fundamenta-se na discussão sobre espaço e tempo ao trabalhar, dentre outras coisas, os mecanismos regulamentadores e disciplinares de poder na cidade operária, onde os espaços propiciam um controle sobre os corpos. E as famílias em seus espaços privados, e cada indivíduo em seu cômodo normatizam seu comportamento.

Por outro lado, conforme Harvey (2006), para De Certeau os “espaços podem ser libertados mais facilmente do que Foucault imagina, precisamente porque as práticas sociais espacializam em vez de se localizarem no âmbito de alguma malha repressiva de controle social” (p. 197).

O tempo é reconhecido como ciclos que acomodam períodos de progresso e períodos de recessão em constante devir. E “o espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana. E, no entanto, raramente discutimos o seu sentido; tendemos a tê-los por certos e lhe damos atribuições do senso comum ou auto-evidentes” (HARVEY, 2006, p. 188).

E ainda, qualquer forma de relação é estabelecida no espaço. Espaço e tempo são categorias contraditórias que não se separam e apresentam múltiplos aspectos. Ao mesmo tempo em que o homem cria o espaço e conduz o tempo com a intenção de atingir seus objetivos, também pode ser aprisionado por eles, isto é, os mesmos mecanismos que o libertam o aprisionam.

O homem, na perspectiva de atender à satisfação de suas necessidades e ao construir os instrumentos para intervir na natureza, promove situações que o libertam e o aprisionam. Para Marx (1982) essa dicotomia não é determinada pela relação espaço-tempo, mas pela forma de produção. Talvez por esta razão não apareça em suas obras — com o devido destaque — a relação tempo-espaço, o que não significa que essa forma de ser do ser social não esteja presente, pois espaço e tempo só existem em relação ao homem.

A forma revolucionária como o capitalismo foi implantado possibilitou o reordenamento de tempo e do espaço com intuito de atender às exigências estabelecidas pelo capital. O planejamento dos espaços físicos é arquitetado de maneira funcional para o atendimento de determinados objetivos, e o homem insere-se nesses espaços, apreende-o e constrói-se de maneira a acomodar-se diante dessa realidade. Os homens redimensionam o espaço e adaptam-se a ele, e da mesma forma, organizam a distribuição do tempo, mensurada

por equipamentos por ele construídos, passando a agir em razão do tempo programado. Nesse processo, tempo e espaço são articulados, e a arquitetura, a arte e as demais formas de criação e produção, incluindo a escrita, são tentativas — por meio da ocupação dos espaços e sua reordenação — de perpetuar no tempo aquilo que se elege como relevante e que pode e/ou deve ser transmitido para as próximas gerações. O tempo concretiza-se e pode imortalizar-se no espaço.

Ao mesmo tempo em que o espaço pode ser instrumentalizado para o atendimento das necessidades imediatas, pode ainda ser um instrumento revelador da história de uma sociedade, fazendo ressurgir, sob as cinzas, a realidade social e política obscurecida pelo tempo. A produção do espaço e a sistematização do tempo são uma elaboração intelectual. Em uma concepção marxista, o trabalho humano objetivado gera um produto com mediações decorrentes da realidade concreta, é a expressão das experiências vividas por determinada sociedade, conforme as especificidades da sua formação. Para Marx (1982a), mediação é a negação daquilo que é imediato, aparente e visível. A mediação aparece em suas obras como o movimento histórico do real, por meio de condições objetivas e subjetivas; e a realidade concreta é a síntese de múltiplas determinações, diferente, portanto, do conceito aristotélico em que mediação aparece como elemento intermediário.

A construção do espaço apresenta duas características: subjetiva, ao mesmo tempo em que é uma criação dos homens sua potencialidade, talento e emoção; e objetiva, pois contém elementos da realidade concreta, e os quais, por meio da objetivação, podem ser apreendidos por outros homens.

Os homens apropriam-se do espaço, controlam-no e o produzem nos planos do vivido, do percebido e do imaginado:

O vivido ocorre por meio das práticas espaciais materiais. “As práticas espaciais materiais referem-se aos fluxos, transferências e interações físicos e materiais que ocorrem no e ao longo do espaço de maneira a garantir a produção e a reprodução social”, afirma Harvey.

O percebido está no âmbito das representações, por meio da representação simbólica dos espaços. Segundo Harvey (2006),

as representações do espaço compreendem todos os signos e significações, códigos e conhecimentos que permitem falar sobre essas práticas materiais e compreende-las, pouco importa se em termos do senso comum cotidiano ou do jargão muitas vezes impenetrável das disciplinas acadêmicas que tratam de práticas espaciais (p. 201).

E, o imaginado encontra-se no campo de ficção e arte. “Os espaços de representação são invenções mentais (...) que imaginam novos sentidos ou possibilidades para as práticas espaciais”, assinalou Harvey (2006, p. 201).

Os homens produzem o espaço e produzem-se a si mesmo. Não se trata de reprodução, mas de uma produção com base nas condições encontradas. O trabalho “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 1977, p. 63). Conforme Marx (1997),

la producción produce, por lo tanto, el consumo 1) creando el material de éste; 2) determinando el modo de consumo; 3) provocando en el consumidor la necesidad de productos que ella ha creado originalmente como objetos. En consecuencia, el objeto del consumo, el modo de consumo y el impulso al consumo. Del mismo modo, el consumo produce la disposición del productor, solicitándolo como necesidad que determina la finalidad de la producción (p. 12-13).

O homem constrói sua história e se constrói com ela. A produção dos meios para satisfazer as necessidades humanas é um ato histórico e, quando as primeiras necessidades são satisfeitas e os instrumentos para sua satisfação são produzidos, o homem produz novas necessidades, e nesse processo, o homem reproduz-se a si mesmo em uma relação social.

O espaço dessa construção, sobretudo após a sociedade industrial, passou a ser a cidade, ou melhor, a sociedade urbana como espaço no qual se desenvolve a sociedade capitalista industrial. Essa nova sociedade sobrepõe-se à sociedade pautada na produção agrícola em um processo de exploração do trabalho e produção da mais valia. De acordo com Lefebvre (1999b),

a mais valia formou-se inicialmente no campo. Esta formação deslocou-se para a cidade na medida em que esta se transformou na sede da produção, do artesanato, depois da indústria. Em contrapartida, o sistema comercial e bancário das cidades sempre foi órgão de realização da mais valia (p. 34).

A terminologia “tecido urbano” não significa meramente o espaço físico no qual surgem as edificações, mas todo um complexo que compõe o “conjunto das manifestações do domínio da cidade sobre o campo” (LEFEBVRE, 1999b, p. 17).

As cidades, por sua natureza social e econômica — produção industrial, artesanal, serviços, comércio, turismo etc. —, pertencem a uma rede de interdependência, no tocante às produções não só de bens e serviços, mas, sobretudo de uma dependência intelectual, tecnológica e cultural. A cultura dos grandes centros sobrepõe-se às culturas das pequenas cidades. E, como as metrópoles constituem-se como um caleidoscópio com diferentes

culturas, as cidades pequenas tendem a descaracterizarem-se diante da massificação cultural proveniente dos grandes centros urbanos. Por outro lado, a urbanização é um termo com conotação espacial estendida, que envolve o movimento social e político do processo de constituição do sistema do capital.

A apreensão da diversidade cultural na sociedade urbana⁷, pelo trabalhador requer aprendizado permeado pelo conflito e pelo consenso, ao mesmo tempo em que a construção acelerada de indústrias e a concentração de trabalhadores nas cidades recebem simultaneamente as denominações “revolução industrial” e “revolução urbana”, por caracterizarem uma mudança abrupta na organização social, política e econômica. Dialeticamente, essa realidade apresenta em seu bojo também um processo de acomodação movido pela possibilidade de atendimento de necessidades dos homens, tanto as necessidades primárias de sobrevivência, como as necessidades criadas com base da vivência dessa nova realidade.

A sociedade urbana, delineada no tempo e no espaço, é alvo de críticas, que são sistematizadas, por Lefebvre (1999b), em crítica de grupos de direita e de esquerda. Para ele, a primeira abarca uma ideologia neoliberal, é passadista e humanista e promove um planejamento que favorece a livre empresa em nome do desenvolvimento econômico e social. Por outro lado,

a crítica de esquerda, muitos ainda a ignoram, não é aquela pronunciada por esse ou aquele grupo, agremiação, partido, aparelho, ou ideólogo caracterizados “às esquerda”. É aquela que tenda a abrir a via do possível, explorar e balizar um terreno que não seja simplesmente aquele do “real”, do realizado, ocupado pelas forças econômicas, sociais e políticas existentes. É portanto, uma crítica *utópica*, pois toma distância em relação ao real, sem, por isso, perdê-lo de vista (p. 20).

A institucionalização da sociedade urbana é temporal e espacial. Inicialmente, antes do processo de industrialização, as cidades constituíam-se como *locus* do poder, político e administrativo, em torno do qual começou a desenvolver a produção e distribuição de produtos — produzidos na agricultura rudimentar e pelos artesãos — devido ao trabalho dos mercadores. A sociedade política também concentrava as produções intelectuais no campo das invenções e da arte. Para Lefebvre (1999b),

pode-se conceber que outrora os mercadores itinerantes, um pouco guerreiros, um pouco saqueadores, escolheram deliberadamente as ruínas

7 “A expressão sociedade urbana responde a uma necessidade teórica”, assinala Lefebvre (1999b, p. 18).

fortificadas das cidades antigas romanas para levar a cabo sua luta contra os senhores territoriais. Nesta hipótese, a cidade política, renovada, teria servido de quadro à ação que iria transformá-la. No curso desta luta (de classe) contra os senhores, possuidores e dominadores do território, luta prodigiosamente fecunda no Ocidente, criadora de uma história e mesmo de uma história *tout court*, a praça do mercado torna-se central (p. 22).

Algumas características das cidades da Antiguidade perpetuaram-se e, muitas vezes, foram acentuadas com o processo de urbanização. A arquitetura das cidades é uma linguagem que traduz determinada concepção, como a constituição de uma sociedade urbana que concentra também as produções intelectuais, tecnológicas e artísticas. Os centros das cidades organizam-se em torno do comércio, das igrejas e da prefeitura.

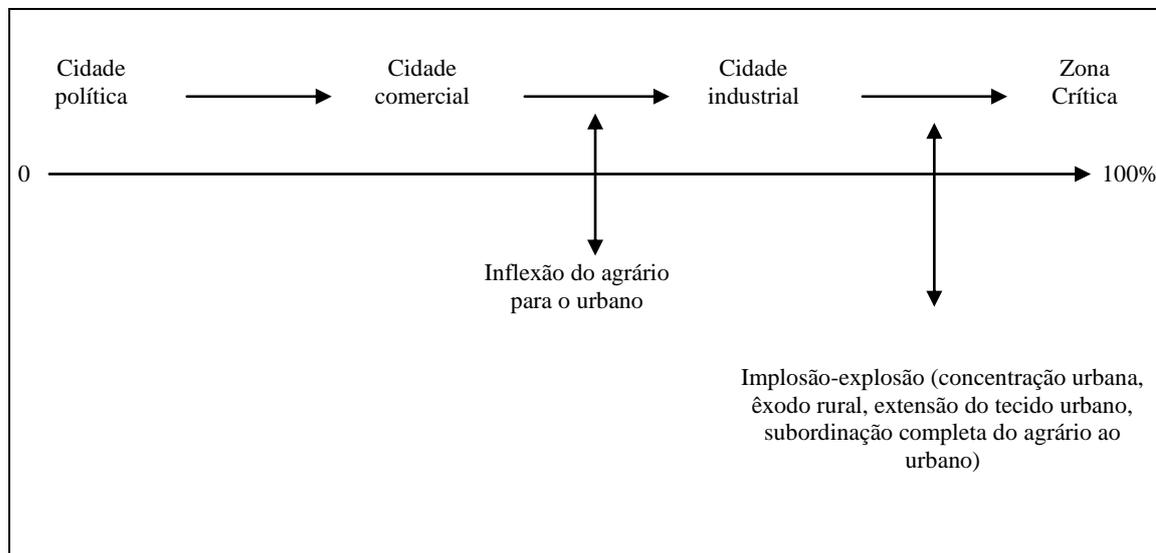
Nas cidades modernas, as indústrias são construídas distantes dos centros comerciais e presenciais com infraestrutura, sistemas viários e transporte, de tal modo que o espaço é redimensionado com trajetos mais acessíveis, apesar da distância e maior tempo para realização dos percursos. Assim, as indústrias modernizaram-se e, grande parte delas, além do transporte, garantem a refeição dos trabalhadores para otimizar a produção.

As categorias espaço e tempo comportam conceitos diversificados de acordo com a organização social que os institui. Sua importância e forma de mensuração extrapolam as unidades de medida estabelecidas pela matemática e pela física. Cada grupo de pessoas ou corporação tem um conceito de tempo e de espaço, de acordo com os instrumentos disponíveis para vencer ou suplantar as distâncias a serem enfrentadas.

Os espaços da cidade, como as ruas, não têm apenas características mercantilistas por onde circulam veículos carros responsáveis pela poluição sonora, visual, são também espaços públicos de encontros e desencontros, nos quais as coisas acontecem. São palco das manifestações sociais e políticas, nos quais tudo é revelado, tanto a solidariedade como a violência, tanto a opulência como o desemprego e a miséria. Também os monumentos apresentam essas contradições, pois, ao mesmo tempo em que se apresentam como espaços autoritários pelos símbolos expostos à contemplação, são também espaços coletivos que traduzem o belo.

A orientação da sociedade urbana (Ilustração 1) ocorre em âmbito mundial e constitui uma realidade dinâmica, inerente ao processo de industrialização. O termo urbanização, para Lefebvre (1999b) — diferente da concepção de Weber (2004) —, significa industrialização em sua forma genérica em que todas as cidades estão inseridas nesse contexto mesmo que não apresente sua economia pautada na industrialização, assim como todos os

homens e mulheres têm natureza social e fazem parte do sistema capitalista, mesmo que estejam reclusos em área agrícola.



Fonte: Lefebvre, 1999b, p. 27.

Ilustração 1 – Trajetória da sociedade na constituição do espaço urbano.

O processo de centralidade na ocupação que passa a orientar o atendimento das expectativas da sociedade e que se constitui como espaço urbano provoca uma mobilidade populacional no sentido campo cidade. O novo espaço que se intensificou a partir do século XX, chega ao seu apogeu com a formação das megalópoles que passam a fazer parte da realidade humana, e as cidades passam a ser o ecossistema da sociedade moderna. Nas zonas rurais, há um contingente cada vez menor de uma população cada vez mais dependente das cidades que tendem a tornarem-se exclusivamente urbanas. Assim, a

cidade aparece como segunda natureza, pedra e metal, erguida sobre a natureza inicial e fundamental, a dos **elementos**, a terra e o ar, a água e o fogo. Esta segunda naturalidade adquire seu paradigma, seu sistema de oposições pertinentes; o brilhante e o sombrio, a água e a pedra, a árvore e o metal, o monstruoso e o paradisíaco, o rugoso e o polido, o selvagem e o artificial (LEFEBVRE, 1999b, p. 35).

O processo de mudança — em que a cidade passa a ser o ecossistema do homem — não ocorre de forma tranquila, sem danos. Ao contrário, enquanto cresce a produção agrícola, industrial e de serviços, reduz-se a disponibilidade ou qualidade de bens naturais em condições de uso, isto é, a água torna-se escassa e, muitas vezes, imprópria para o consumo; o ar fica poluído, ocasionando problemas à saúde do trabalhador; o clima sofre modificações com a alteração dos ciclos da natureza com o aumento da temperatura global, modificação da

frequência e quantidade das chuvas. O trabalhador, além de ser explorado no processo de produção da mercadoria e serviços, paga um preço muito alto pelos efeitos devastadores das transformações naturais com a falta de condições de sobrevivência que são os alimentos e locais seguros para moradias. Em casos de escassez, a elite dominante, que já se apropria da produção e do lucro decorrente da exploração da força de trabalho, monopoliza também o que há de melhor em recursos naturais, pois esta não só tem mobilidade e recursos financeiros para evitar as adversidades, ou delas fugir, como tem acesso às viagens turísticas para usufruir e contemplar os focos naturais ainda preservados e privatizados.

O homem — diferentemente dos animais, que passam por um processo natural de adaptação — educa-se para conviver com novas realidades e luta para ter acesso aos bens e serviços produzidos coletivamente, mas apropriados pela burguesia. Esses bens incluem equipamentos tecnológicos que produzem ambientes agradáveis, sobretudo em suas residências. Além dos serviços essenciais, como os de saúde e educação, há ainda os ambientes de lazer, cultura e arte que demandam recursos financeiros para serem acessados. Por outro lado, os trabalhadores, na tentativa de suprirem suas necessidades básicas e obterem melhoria de suas condições de vida sujeitam-se a extensivas jornadas de trabalho que, além de comprometer sua saúde física e mental, ainda prolongam o tempo de permanência longe de moradias e de seus familiares. O trabalhador, portanto, não só é expropriado da sua privacidade, como ainda não encontra condições objetivas e subjetivas de participação política efetiva capaz de alterar esta situação.

Dessa forma, a sociedade urbana revela e concentra, não somente a natureza social e política do homem e espaço urbano, mas também, e, sobretudo as relações sociais de produção e as relações de mercado, inerentes ao sistema do capital como *locus* historicamente constituído em uma relação espaço e tempo.

No empenho de produzir, mediante as condições objetivas, a mais confortável e bela moradia, o trabalhador educa-se para apreciar o belo e sentir o prazer do conforto, e manifesta um aprendizado para a compreensão da estética como componente da práxis do bem viver, momento em que ocorre um exercício de urbanidade, contribuindo para o desenvolvimento de talentos e de conhecimento, o que não quer dizer que a situação de exploração da força de trabalho foi atenuada ou mesmo desapareceu; significa apenas que o trabalhador — conforme as circunstâncias que lhes são postas — procura sobreviver alimentando não só seu corpo, mas também seu espírito.

1.2 Cidade e o fenômeno urbano no Brasil

Entretanto, as transformações da cidade não são os resultados passivos da globalidade social, de suas modificações. A cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediatividade, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõe a sociedade (família, corpos organizados, profissões, corporações etc.); ela não se reduz mais à organização dessas relações imediatas e diretas, nem suas metamorfoses se reduzem às mudanças nessas relações (Henri Lefebvre).

A cidade, como *locus* das relações sociais, apresenta diferentes configurações, de acordo com o momento histórico e o modo de produção da vida em sociedade; e apresenta em seu seio, a reprodução da própria vida social do homem. O processo dessas relações é entendido por Lefebvre (1991a) em duas ordens: a ordem próxima, que compreende as relações que as pessoas estabelecem na horizontalidade, com seus familiares e colegas de trabalho, e a ordem distante, por meio de relações que as pessoas estabelecem no campo das ideologias com as instituições de forma verticalizada, pois essas instituições, como a Igreja e o Estado, por exemplo, exercem uma forma de poder sobre as pessoas.

Lefebvre (1991a) apresenta as características de vários tipos de cidade:

a) A cidade oriental, com concentração do poder político e econômico sobre a cidade e o campo, orienta e controla os procedimentos utilizados na agricultura e na vida do homem da cidade.

b) No período escravagista, a cidade era administrada de forma autoritária, por meio da violência.

c) No período medieval predominou a agricultura, e a cidade era o centro do comércio, da administração política e da luta de forças entre os senhores feudais e a burguesia germinante.

d) A cidade capitalista constituiu-se com o processo de industrialização no século XVIII, e se tornou centro do poder econômico, social, político, e cultural.

Nessa nova realidade, o Estado constitui-se como uma instituição instrumentalizada para garantir a convivência em uma realidade pautada pela luta de classes, em que imperam as leis do mercado e predomina o interesse da burguesia.

As cidades constituíram-se com o desenvolvimento industrial das fábricas, do comércio, dos serviços — inclusive de hospedagem como ocorreu com muitas cidades

brasileiras que se formaram como ponto de parada dos viajantes que adentravam o interior do país — e os meios de produção e de comercialização se concentram nos aglomerados urbanos onde há mercado consumidor e disponibilidade de força de trabalho para a produção.

A cidade é o espaço físico, delimitado, arquitetônico, sensível e o urbano, é o espaço intelectual e inteligível, social, político e cultural. Entretanto, o espaço urbano não tem existência própria independente do solo. Para Lefebvre (1991a),

a vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra “o urbano” não pode dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia. Elas a têm ou não a têm. Se não a têm, se o “urbano” e a sociedade urbana são concebidos como possibilidades, é que as virtualidades da sociedade real procuram por assim dizer a sua incorporação e sua encarnação através do pensamento urbanístico e da consciência: através de nossas “reflexões”. Se não as encontrarem, essas possibilidades perecem; estão condenadas a desaparecer. O “urbano” não é uma alma, um espírito, uma entidade filosófica (p. 49).

Nessa concepção, a cidade é uma totalidade objetiva, e o urbano é uma totalidade subjetiva e objetivada que se circunscreve na história como objeto da produção humana e se subjetiva por meio do trabalho humano nela circunscrito, no processo de construção da realidade. No espaço físico, o homem escreve sua história, seja ele habitante da cidade ou do campo, e, no processo do agir, estabelece uma relação com a urbanização desse espaço. Assim, cidade e campo têm uma relação histórica de interdependência, de tal forma que um espaço não existe sem o outro, constrói-se uma relação de urbanidade ampliada que envolve a população campesina e a população cidadina. A cidade só existe quando comparada com o campo. O campo só passou a ser considerado como tal com o surgimento da cidade. O homem, como sujeito desse processo histórico, incorpora o ser urbano e o campestre, embora um se sobreponha ao outro de acordo com sua convivência.

O espaço urbano é construído historicamente pelo homem e apresenta uma configuração dinâmica de acordo com as necessidades de sobrevivência humana. Para Castells (2006), a essência do urbano é o processo de reprodução da força de trabalho circunscrita em determinado espaço.

Analisando a questão sob outro olhar, Weber (1967) já utilizava o termo urbano ao fazer referência às cidades da Idade Média. Para ele, o urbano constituiu-se com o desenvolvimento das cidades com atividades administrativas, políticas e econômicas — comerciais e de produção — tipicamente urbanas. Uma característica marcante na identificação da cidade é o processo de circulação e distribuição da mercadoria. A

comunidade urbana, para o autor, era uma unidade resultante de uma relação que se estabelecia nas cidades ocidentais.

O processo de urbanização não é espontâneo; como construção social, é resultado do processo de industrialização, que se concentra na cidade, e passa a ser, assim, um espaço de produção de mercadorias e de sua distribuição. O espaço urbano é

contradição concreta. O estudo de sua lógica e de suas propriedades formais conduz à análise dialética de suas contradições. O centro urbano é preenchido até a sua saturação; ele apodrece ou explode. Às vezes invertendo seu sentido, ele organiza em torno de si o vazio, a raridade. Com mais frequência, ele supõe e propõe a concentração de tudo que existe no mundo, na natureza, no cosmos: frutos da terra, produtos da indústria, obras humanas, objetos e instrumentos, atos e situações, signos e símbolos (LEFEBVRE, 1999b, p. 46).

Assim, a cidade é o espaço físico no qual as relações sociais de produção se concretizam, não em oposição ao campo, mas ontologicamente a ele imbricado. O urbanismo é “uma forma particular ou padronizada do processo social” e a cidade é “um ambiente tangível construído — um ambiente que é produto social” (HARVEY, 1980, p.168).

Entretanto, em decorrência da concentração de bens e da necessidade de serviços, a cidade oferece condições para os trabalhadores que muitas vezes saem do campo em busca de melhores condições objetivas de vida. Para o autor,

a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade. Ela mesma, a cidade, obra e ato perpétuos, dá lugar a instituições específicas: municipais. As instituições mais gerais, as que dependem do Estado, da realidade e da ideologia dominante, têm sua sede na cidade política, militar, religiosa. Elas aí coexistem com as instituições propriamente urbanas, administrativas, culturais (LEFEBVRE, 1991a, p. 53).

Trata-se, portanto, de uma relação contraditória e dialética que compõe a totalidade do ser social. E, nessa concepção, no campo da objetividade, a cidade concretiza-se como objeto historicamente construído pelo homem e, ao mesmo tempo, um instrumento que garante a possibilidade de reprodução social, inicialmente da espécie e, posteriormente, do próprio sistema econômico e político.

Engels (1975) identificou em Londres o processo de crescimento da cidade industrial e já no século XIX observava o fenômeno que consistia em uma grande concentração de trabalhadores que passavam por uma mesma situação de exploração e que, no entanto não se reconheciam.

A discussão dessas questões leva à conclusão de que o surgimento da sociedade capitalista está diretamente imbricado ao surgimento da classe trabalhadora e ao surgimento da cidade. Não há como hierarquizar e identificar o que surgiu em primeiro lugar, uma vez que a cidade só se constituiu com a concentração dos trabalhadores e estes só se reconheceram como classe no espaço da cidade. Portanto, os camponeses da França do século XIX não se constituíam como classe, pois a grande massa de trabalhadores encontrava-se dispersa na luta pela sobrevivência imediata, sua e de seus familiares. E ainda, “todo o progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade” (MARX, 1982, p. 579).

O homem formou a cidade e se formou com ela. A cidade cria um novo homem, com novas necessidades que demandam novos instrumentos para a sobrevivência natural e convivência social diante da nova realidade. Um novo homem constrói-se com convenções que coadunam com a natureza social, política e econômica da cidade. Assim, as cidades mais industrializadas e com variada oferta de serviços apresentam tal dinamismo de contribuições, que não apenas orientam sua formação rumo à eficiência no trabalho, como o instigam gradativamente a se qualificar, para, quiçá, elevar-se como cidadão pleno em sua cidade.

O processo de formação das cidades, bem como o de urbanização, apresenta algumas características universais e algumas particularidades, de acordo com a história de ocupação desses espaços e sua formação econômica, política e social. No sistema capitalista, a situação contemporânea da cidade compreende a sociedade e o espaço que a asila. A compreensão histórica permite melhor entendimento sobre a função, delimitação territorial, densidade demográfica, localização e até mesmo a utilização dos recursos naturais de determinadas localidades.

1.3 Desenvolvimento social, econômico e político na Região Centro Oeste

A dispersão dos trabalhadores rurais em áreas extensas quebra sua força de resistência, enquanto a concentração aumenta a dos trabalhadores urbanos. Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho (Karl Marx).

A Europa passou por um longo processo de desenvolvimento econômico, social e político, marcado pela Revolução Francesa e Revolução Industrial, a partir do século XVIII. Por sua vez, o Brasil só teve relativa autonomia econômica e política para iniciar sua industrialização após a mudança de sua situação de colônia para a condição de Reino Unido ao de Portugal, instalado por D. João VI no Brasil, em 1808. Mesmo assim, seu desenvolvimento permaneceu inexpressivo até os anos 1950. Ao longo desse período, a população civil e política educou-se para apreender a nova realidade que passou pelo sistema colonial, escravagista, monarquista, e ainda pela República Velha, com séculos de segregação e da grande massa de trabalhadores expropriados pela elite portuguesa e brasileira.

A centralização ainda ocorre, em grande parte das cidades brasileiras, e essa situação causa congestionamentos, dificulta o acesso da população, torna escassas as áreas destinadas à construção de casas comerciais e impossibilita a manutenção de indústrias. O processo de centralização entrou em declínio nas grandes cidades no final do século XX com o deslocamento dos centros comerciais e das áreas edificadas para a administração pública para zonas periféricas; e construção das universidades em *campi* afastados, também na periferia. Esse reordenamento visa, sobretudo, a redução dos custos dos imóveis, mais espaço para estacionamento, maior facilidade de locomoção e taxas de impostos mais baixas possibilitando maior expansão dos empreendimentos, sobretudo dos imobiliários. No caso das universidades, a sua construção, em locais afastados com acesso restrito, foi resultado do autoritarismo que predominou durante o período de ditadura militar, tanto para manter os estudantes afastados da realidade urbana, como para facilitar a repressão, que muitas vezes resultou em prisões e execuções.

Uma nova configuração para as grandes cidades apontou a necessidade de um novo planejamento das vias de acesso e o redimensionamento do transporte coletivo. A alternativa adotada nas grandes cidades é a construção de linhas de ônibus que partem de diferentes

pontos da cidade com intersecção em terminais rodoviários aonde os passageiros trocam de ônibus para darem continuidade aos percursos desejados.

No planejamento das cidades está incorporada a segregação residencial que predetermina – além das áreas destinadas às indústrias, ao comércio e às ações administrativas – o espaço destinado para a moradia dos trabalhadores, em geral, na periferia. A partir dos anos 1970, a periferia começou a ser procurada por imobiliárias para a construção de condomínios residenciais destinados à classe média.

A manutenção e o fortalecimento de privilégios para as classes dominantes são constantes ao longo da história brasileira, em detrimento de investimentos em políticas sociais. Essa situação é agravada pela premissa neoliberal que fortalece a perspectiva de que a questão social deve ser solucionada com o esforço individual ou com o auxílio da sociedade civil, mediante doações, trabalhos voluntários e por organizações não-governamentais. Para os neoliberais pode ser improdutiva e ineficiente a intervenção do Estado na questão social (GENTILI, 2001).

Um breve retrospecto histórico demonstra que só há pouco mais de setenta anos o Brasil passou a ter um tímido desenvolvimento com relação ao direito trabalhista e ao planejamento urbano. A década de 1930 foi marcada por mudanças significativas no processo político e econômico da sociedade brasileira: o Estado passou a gerir diretamente as políticas públicas. No campo da assistência, em 1942, foi implementada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), cujos programas eram voltados para a assistência materno-infantil. Houve, ainda, a formulação de leis que regulamentavam as relações de trabalho que vieram compor a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que estabeleceu o salário mínimo e os sindicatos oficiais. Foi implantado, ainda, os institutos de aposentadoria e pensões, que, no período de 1937 a 1964, foram responsáveis pela produção de 124.025 unidades habitacionais, das quais 25.428 localizaram-se no estado de São Paulo (SACHS, 1999).

A política de Vargas, que assumiu a presidência da República após a Revolução de 1930 e governou o Brasil até 1945, promoveu mudanças de âmbito nacional com acelerado crescimento econômico e transformações políticas. E ainda contribuiu com o desenvolvimento da região Centro-Oeste, com seu programa “Marcha para o Oeste” e com a mudança da capital do estado, da cidade de Goiás para Goiânia, que também acelerou o desenvolvimento região de Goiás.

Essa política

estava centrada no desenvolvimento capitalista (via da industrialização), exigente, a princípio, de reformulações nas elites dirigentes estaduais,

especialmente para lhe garantir sustentação política. Respondia também a interesses internos — oligarquias do sul e sudoeste — que requisitavam representação política por sentirem-se diretamente responsáveis pela incorporação de Goiás à economia nacional e, dessa forma, pela consequente dinamização da economia goiana (BERNARDES, 1989, p. 13).

De 1956 a 1961, Juscelino Kubitschek do Partido Social Democrata (PSD), com sua política de modernização do país – Programa de Metas –, acelerou o crescimento industrial, provocou relativa melhoria no poder aquisitivo do trabalhador e deu novo impulso ao processo de ocupação de Goiás, da região Centro-Oeste e de todo o país, com a construção de Brasília. Esses acontecimentos repercutiram no crescimento do consumo de bens duráveis por uma significativa parcela da população, mas também no aumento da inflação, causando sofrimento para a maioria dos brasileiros.

A história revela que todas as iniciativas de mudanças sociais e econômicas no Brasil, a contar pela sua própria ocupação, foram decorrentes, tanto da necessidade imposta pela política e interesses internacionais, quanto para atender a interesses internos de uma elite, muitas vezes, desarticulada das necessidades da população local. Assim, a população civil e política, na corrida desenfreada para não perder seu lugar na trajetória econômica e financeira, acaba por submeter-se às regras internacionais predatórias, de tal sorte que constituiu um povo com uma cultura social e política frágil, o que tem rebatimento direto e indireto no modo de vida do trabalhador brasileiro que, muitas vezes, se coloca à margem dos acontecimentos políticos como se seus interesses estivessem sempre subordinados aos representantes do poder econômico. Sem a devida consciência do que seria um Estado forte e atuante — pela própria falta de experiência —, o trabalhador almeja que agentes externos possam melhorar a sua realidade. Situação que pode ser comprovado com a aprovação da sociedade civil e política das organizações internacionais que praticam a assistência social no país, muitas vezes com recurso público liberado pelo Estado brasileiro, mediante assinatura de convênios, ou ainda, recursos provenientes de doações da sociedade civil brasileira.

Com o final do governo de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros tomou posse como novo presidente da República. Governou apenas sete meses, pois renunciou e foi substituído por João Goulart, uma das mais destacadas lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) o principal herdeiro político de Getúlio Vargas, que fora eleito vice-presidente da República nas eleições de 1960.

João Goulart, conhecido como Jango, concorreu ao cargo de vice-presidente com a chapa PSD/PTB, cujo candidato à presidência era o Marechal Lott. Essa chapa propagava propostas progressistas, de interesse da classe trabalhadora. Como a eleição para presidente e

vice-presidente, naquele período, era desvinculada, o povo elegeu como vice-presidente Jango, e como presidente, Jânio Quadros, da União Democrática Nacional (UDN), que representava a elite conservadora do país.

Com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e com a exigência constitucional de dar posse ao vice, no caso João Goulart, houve uma reação contrária de partidos conservadores e dos militares. Como resistência a oposição a Jango, foi criado um movimento que congregou partidos de esquerda, parte da sociedade civil e de alguns governadores como do Rio Grande do Sul (Leonel Brizola) e de Goiás (Mauro Borges). A única forma de garantir a posse de Jango foi aceitar a mudança do sistema presidencialista, existente até então, para parlamentarista (SILVA, 1989). Desde sua posse, João Goulart (governou de 1961 a 1964), sofreu a rejeição das elites conservadoras da sociedade civil, de governantes estaduais da UDN e dos militares. Mesmo assim governou até 1964, quando foi deposto por golpe militar, com apoio de partidos políticos de direita, forças conservadoras da sociedade civil, Igreja Católica e alguns governadores estaduais como do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. E, ainda, com ingerência sub-reptícia dos Estados Unidos da América (EUA).

O golpe, que impôs uma ditadura militar de 1964 a 1985, derrotou uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político. Esse período ficou marcado na história por perseguições políticas, prisões e execuções sumárias de trabalhadores, estudantes, intelectuais, artistas e políticos, censura a manifestações e atividades culturais e artísticas que resultaram no cerceamento do crescimento e amadurecimento político de toda uma geração. Com a duração de duas décadas, a ditadura fez com que toda uma geração se formasse sem liberdade de expressão, sem referências e com uma concepção equivocada acerca de direito, dever e prática política. Segundo Gohn (1991),

do ponto de vista econômico, podemos dizer que, grosso modo, o modelo implementado no Brasil pelos militares depois de 1964 continuou o mesmo nos anos 1980 [e 1990]: concentrador de renda, excludente, voltado para o mercado externo (p. 10).

Conforme já visto neste trabalho, as cidades podem ter uma dinâmica na qual prevalecem a produção, a comercialização ou prestação de serviços, e as características econômicas orientam o desenvolvimento, não só econômico, mas o social, político e cultural das cidades. Para Marx (1981),

na história inglesa moderna, os comerciantes propriamente e as cidades mercantis se revelam reacionários, no domínio político, e ligados à aristocracia rural e financeira contra o capital industrial. Basta comparar o

papel político de Liverpool com o de Manchester e Birmingham. O capital mercantil inglês e a aristocracia financeira só reconheceram o domínio completo do capital industrial, depois de abolida a proteção aduaneira aos cereais, etc. (p. 377).

A cidade mercantil surgiu antes da cidade produtiva, entretanto, com o sistema capitalista, o mercado perde sua autonomia e passa a estar subordinado à produção, pois ele está relacionado ao valor de troca da mercadoria produzida. Nas palavras de Marx (1981),

o desenvolvimento autônomo e preponderante do capital como capital mercantil significa que a produção não se subordina ao capital, portanto se desenvolve na base de uma forma social de produção a ele estranha e dele independente. O desenvolvimento autônomo do capital mercantil está, portanto na razão inversa do desenvolvimento econômico geral da sociedade (p. 377).

Assim, as cidades que mais desenvolvem o capital mercantil podem ser aquelas nas quais há maior predominância da prestação de serviços do que da produção de mercadorias, situação que ocorre, sobretudo em cidades turísticas, como será evidenciado neste trabalho, mais adiante.

Na concepção marxiana, a cidade, com a Revolução Industrial, passou a ser o espaço da concentração das relações sociais de produção, tornando-se por conseguinte, o espaço econômico e político urbano que envolve uma relação intrínseca campo-cidade. Segundo Engels e Marx (1984),

O antagonismo entre cidade e campo só pode existir no quadro da propriedade privada. É a expressão mais crassa da subordinação do indivíduo à divisão social do trabalho, a uma atividade determinada que lhe é imposta que de um faz um animal limitado da cidade, do outro um animal limitado do campo, e que dia a dia de novo produz o antagonismo dos interesses de ambos. O trabalho é aqui, de novo, o principal poder sobre os indivíduos, e enquanto ele existir tem de existir também a propriedade privada (p. 64).

O urbano não existe por si só, não é algo independente, embora esse espaço se diferencie do rural em razão de algumas características específicas: um só existe relacionado ao outro e, no espaço urbano, ocorre uma relação política, administrativa, econômica e cultural entremeada pela realidade rural, que orienta, muitas vezes, a gestão do espaço urbano, seja pela ação planejada do poder público, quer seja pela necessidade imediata da classe trabalhadora local ou migrante. Na cidade, são estabelecidas as leis do mercado, por exemplo, o “lucro médio e o preço de produção por ele regulado formam-se à margem das condições rurais, no domínio do comércio e da manufatura das cidades” (MARX, 1981, p. 917).

No espaço urbano, a divisão social do trabalho é mais complexa, as diferenças sociais são mais nítidas, e o espaço propicia o surgimento dos movimentos sociais. No Brasil, com a instauração da República e com o posterior processo de industrialização, houve um aumento da pobreza nas cidades com a concentração de trabalhadores, provenientes do sistema escravagista e ainda da imigração européia.

Ao mesmo tempo em que há um interesse político e econômico em manter a reprodução social do trabalho, muitas expressões da questão social passam para um segundo plano, as quais só se transformam em prioridade com as calamidades públicas, casos de grande comoção nacional ou internacional, ou mesmo forte pressão popular da classe trabalhadora organizada, o que ocorre, sobretudo, com relação ao trabalho infantil, exploração sexual infantil, abandono de crianças e trabalho escravo. Portanto, esse exercício político é responsável pelo grande número de pessoas inseridas nesse processo-político-social, mas que não têm seus direitos básicos garantidos. Para Sachs (1999),

a diferença entre ricos e pobres, que já era muito pronunciada em 1960, aumentou consideravelmente entre 1960 e 1970, e a tendência se manteve entre 1970 e 1980. Os 10% mais ricos concentravam 39,6% em 1960 e viram sua parte passar para 46,7% em 1970 e para 47,7% em 1980. Na outra ponta, a metade mais pobre só possuía 17,4% do conjunto da renda em 1960 e viu sua parte cair para 14,9% em 1970 e, por fim, para 14,1% em 1980 (p. 40)

A necessidade de sobrevivência das camadas populares, ante as contradições existentes no sistema capitalista, em determinadas circunstâncias, favorece a organização de grupos de pessoas que apresentam interesses comuns. Com base na organização, o movimento deles legitima-se, torna-se coeso e, muitas vezes, extrapola a luta reivindicatória, desenvolvendo uma consciência política e de classe. Os movimentos surgem espontaneamente ou são estimulados por organizações e/ou instituições. Gohn (1991) assegura que,

os movimentos populares criados a partir de ações da sociedade civil utilizaram o conteúdo político do termo comunidade para conferir sentido a uma nova cultura política que se esboçava, fundada no aprendizado de uma nova cidadania, em que a reivindicação em torno da noção dos direitos ocupava um lugar central (p. 14).

A intervenção do Estado aumentou após 1985, sobretudo com a Constituição Federal de 1988, quando a assistência social passa a ter o caráter de política pública. Neste momento começaram a ressurgir movimentos sociais obscurecidos pela repressão ocorrida durante a ditadura militar, como por exemplo, as associações de moradores. De acordo com a autora,

depois de 1986 a conjuntura trouxe fatos novos. O Estado como um todo reelabora sua política social em torno de negociações com os movimentos organizados. Parcelas deste Estado passam a ser administradas por governos com propostas populares, participativas (GOHN, 1991, p. 15).

Nos países avançados, a população pobre consegue ter suas necessidades básicas atendidas por iniciativas particulares e ainda pela intervenção de entidades ligadas ao terceiro setor. No caso dos países em desenvolvimento, quando as necessidades são muitas, as contribuições advindas do terceiro setor são insuficientes e fragmentadas, não atendendo à grande massa da população, tendo em vista que os governos são engessados pelos seus promotores, isto é, pelas elites econômicas e financeiras.

No Brasil dos anos 1980 os movimentos sociais aprimoraram seu caráter político e seus membros compartilhavam ideais construídos no seio dos partidos políticos, em especial partidos de esquerda.

A partir dos anos 1970, a população mundial tornou-se, em sua maioria, urbana, e, desde então na cidade há maior concentração da exploração do trabalho produtivo abstrato. Também na cidade ocorre o acirramento dessas relações que provoca e promove o processo de aprendizagem. Discutir a cidade significa abordar o espaço físico e temporal, palco das mudanças ocorridas com a Revolução Industrial e o acúmulo do conhecimento por meio da educação e/ou no cotidiano dos trabalhadores.

Essas mudanças promovem uma alteração no redimensionamento temporal e espacial e acarretam uma nova forma de pensar. O homem, como ser social, consciente e sensível, no processo de apropriação da realidade concreta, idealização dessa realidade e reconstrução representativa do real para arrogá-lo diante de suas necessidades, inevitavelmente passa por um processo educativo. A educação, portanto, é o processo de apreender e conscientiza-se da realidade, dela se apropriar, refletir sobre essa realidade, idealizá-la e objetivá-la após longo e dialético percurso pela subjetividade. Por conseguinte, a própria condição intelectual e intelectual de qualquer indivíduo é inerente à sua realidade histórica subjetiva e objetiva.

O processo de conhecimento, em sua teorização e produção de conceitos nos remete a pensar a educação na sua totalidade, pois dessa forma estabelece-se o conhecimento vulgar, proveniente do senso comum e que é a força motriz da investigação científica. Para Gramsci (2001), não há investigação no campo científico sem uma motivação proveniente da indigência humana de conseguir respostas para o entendimento de uma realidade contraditória, necessidade de intervir nesta realidade, de mudar, transformar ou simplesmente reproduzir as relações sociais já estabelecidas e aceitas por uma determinada classe social.

Isso posto, vale lembrar que, no Brasil, o crescimento de forças populares, resistentes à ditadura, contribuiu para a eleição de parlamentares opositores em 1974 e 1978, o que sinalizou vontade de mudança e influenciou o movimento da anistia política. Assim, a partir da segunda metade da década de 1970, configurou-se o processo de abertura política do regime militar por meio da chamada “distensão lenta, gradual e segura”, iniciada no governo Ernesto Geisel (1974-1979); e levada a termo no de João Figueiredo (1979-1985), por meio da Lei da Anistia, aprovada pelo Congresso Nacional em 1979 (BRASIL, 1979) em razão da pressão dos movimentos sociais, como sindicatos e entidades populares.

No início dos anos 1980, foi reimplantado o multipartidarismo, que possibilitou o surgimento e a legalização, até mesmo de partidos de esquerda. Em 1982, foram realizadas eleições diretas para governadores que, até então, eram indicados pelo governo federal e referendados pelas assembleias legislativas estaduais. Em 1985, Tancredo Neves foi eleito, por meio do Colégio Eleitoral do Congresso Nacional, para presidente da República, mas faleceu antes de tomar posse, deixando a presidência a cargo de seu vice, José Sarney, cujo governo fracassou com seus dois planos econômicos, aumentando ainda mais a crise econômica nacional, iniciada com a crise do petróleo em 1974. Segundo Netto (1996), os problemas econômicos estruturais não reduziram durante a ditadura militar. Finalmente chegou a termo o sistema constitucional autoritário com a promulgação da nova Constituição de 1988 e com a eleição direta para Presidente da República em 1989.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelo aumento da crise econômica, pelo crescimento vertiginoso da inflação, pela queda no crescimento econômico e pelo aumento do desemprego:

As cidades brasileiras abrigavam, há menos de um século, 10% da população nacional. Hoje, são 82%. Esse “inchaço” deu-se num processo de exclusão que agravou desigualdades sociais. As políticas públicas adotadas para corrigir essa situação mostravam-se ineficazes, seja por falta de foco nas camadas da população que mais sofreram os efeitos da urbanização desordenada, seja pela descontinuidade, agravada no auge da crise fiscal do Estado (BRASIL, 2008, p. 5).

As cidades brasileiras tiveram um processo de urbanização tardia se comparado ao europeu, pois, no país o desenvolvimento industrial teve início apenas no século XX. Entretanto, embora tardio, este processo de urbanização ocorreu de maneira acelerada exigindo do Estado ações efetivas para garantir a qualidade de vida da população cidadã. O desenvolvimento econômico e tecnológico não acompanhou o crescimento das cidades e, por outro lado, o poder público não desenvolveu ações efetivas para acompanhar esse

crescimento. Assim, as cidades desenvolveram-se de forma desordenada gerando problemas de infraestrutura, saneamento, transporte, políticas públicas de atendimento para a população urbana. Associado a essas dificuldades, ocorreu descompasso entre o aumento de vagas de emprego ocasionadas pela industrialização e o fluxo migratório de trabalhadores em busca dessas vagas.

Em relação às ações do Estado, pela própria história da ocupação do território brasileiro, mais voltadas aos interesses internacionais e das autoridades e oligarquias nacionais, a legislação responsável pela regulamentação do planejamento da ocupação do solo urbano não foi condizente com a realidade. Em decorrência da pressão imposta pelas próprias condições objetivas e empenho de segmentos organizados da classe trabalhadora – como o Movimento Nacional da Reforma Urbana na Constituinte – a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 182 e 183 (BRASIL, 1988), posteriormente regulamentados pelo Estatuto da Cidade, Lei federal nº 10.257/2001 (BRASIL, 2001), a cidade é reconhecida como ente da federação, com a função social de garantir condições de vida digna para a população urbana. Esses instrumentos legais tornam-se importantes para o planejamento e gestão democrática das cidades.

1.4 Ocupação e desenvolvimento em Caldas Novas

*A cidade é uma mediação entre as mediações.
Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta
relações de produção e de propriedade; é o local de sua
reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta;
encarna-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo
e inapreensível como tal a não ser pela meditação
(Henri Lefebvre).*

Com uma área de 1.588 km², o município de Caldas Novas encontra-se localizado na microrregião de Meia Ponte, no Sul Goiano, região Centro-Oeste do território brasileiro. Em 2000, possuía uma população fixa de 49.642 habitantes, com 3,53 habitantes por unidade domiciliar. No final do século XX, apresentou 30 mil unidades construídas, das quais 65% foram edificadas nos últimos vinte anos. Esse município, com 62.204 habitantes em 2008, tem como eixo principal a exploração econômica de seu potencial hidrotermal. No tocante à produção de bens, atualmente Caldas Novas ampliou o número de empreendimentos

industriais, sobretudo no ramo alimentício, o que ainda não modificou a orientação da economia local (INSTITUTO Brasileiro de Geografia Estatística, 2008).

No período da mineração em Caldas Novas — em especial, no final do século XVIII, e primeira metade do século XIX — as relações de trabalho eram escravagistas com a apropriação de outro ser humano, na base da força e da violência. O patrimônio de um homem era mensurado pelo número de escravos que possuía, pois esse “patrimônio humano”, os escravos, representava os “meios de produção” e acumulação de bens. Os documentos pesquisados sobre Caldas Novas não fazem referência à história vivida pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras.

Com o esgotamento do minério, os garimpeiros, já com famílias constituídas, estabeleceram-se na região, desenvolvendo a agricultura e a pecuária, e alguns desenvolveram atividades comerciais, em geral, relacionadas à exploração das fontes hidrotermais.

As primeiras nascentes hidrotermais descobertas foram denominadas Caldas Velhas, que são as minas que formam o Ribeirão das Águas Quentes. Posteriormente, em 1777, foram descobertas as nascentes de Caldas de Pirapitinga (Lagoa Quente). E, finalmente, foram descobertas as minas localizadas às margens do Córrego das Lavras que deu origem a Caldas Novas, conforme Cassiano (2001). O autor explana que Martinho Coelho da Siqueira, em 1778,

requereu e obteve uma sesmaria de três léguas de terra nos “Campos das Caldas”, distrito de Santa Cruz, e ali iniciou a extração do ouro, abundante naquela região. Aí se estabeleceu, construindo uma propriedade na margem esquerda do Córrego das Lavras, a qual denominou fazenda de Caldas (p. 16).

Martim Coelho da Siqueira constituiu família e se dedicou à extração do ouro existente na região. De acordo com os relatos históricos nas fontes pesquisadas, a região era território dos índios Kayapós⁸. Alguns autores, como Albuquerque (1998) e Cassiano (2001) mencionam, ainda, as nações Crixás, Guaiás e Guainases. Relatos históricos⁹ enaltecem a beleza natural e o poder de cura das águas quentes, e, ao mesmo tempo informam que a ocupação foi motivada pela mineração aurífera, conforme Palacín (1989):

8 Alguns autores, como Ataíde (1998), utilizam a grafia do período colonial em alguns momentos ao fazerem referência às denominações de tribos indígenas.

9 Sobre a história de Caldas Novas: Albuquerque (1998), Albuquerque (1996), Cassiano (2001), Catelan (1991), Costa (1999), Elias (1994), Godoy (1978), Godoy (1993), dentre outros.

Goiás era conhecido e percorrido pelas Bandeiras¹⁰ quase desde os primeiros dias da colonização. Mas seu povoamento só se deu em decorrência do descobrimento das minas de ouro (século XVIII). Este povoamento, como todo povoamento aurífero, foi irregular e instável (p. 5).

A mineração em Goiás foi intensa e breve. Saint-Hilaire (1975), após sua incursão pela região de Caldas Novas em 1819, descreveu as condições dos terrenos adjacentes às fontes de águas termais como auríferos, e que o proprietário da Fazenda das Caldas ocupava-se da extração de ouro, realizada pelos cinco escravos que possuía. Além da exploração do ouro, a população local construiu, às margens do Rio Lavras, casas de aluguel para enfermos que buscavam recuperar a saúde por meio dos banhos nas águas quentes.

Em 1857, foi criado o distrito de Caldas Novas do Município de Vila Bela do Paranaíba (atualmente, Morrinhos), por meio da Resolução Provincial nº 6 de 5 de outubro de 1857. Dois anos após, mediante outra resolução, o distrito de Caldas Novas foi anexado ao de Pouso Alto (atualmente, Piracanjuba). Em 1871, voltou a ser parte do município de Vila Bela do Paranaíba (atualmente, Morrinhos) (SOUSA, 1975).

O município de Caldas Nova foi emancipado em 1911, por determinação da lei Estadual nº 393/1911, de 5 de julho. Em seguida, foi nomeada a Intendência para a implantação do novo município, conforme relato de jornal local:

De acordo com o Art. 1º da Lei 129, fica nomeada a Intendência composta de: presidente — Bento de Godoy; Membros — Aristides Cícero de Almeida, João Pires da Mota, Josino Pereira Bretas, Mota Pires do Oriente, Pedro Branco de Souza e Joaquim Gonzaga de Menezes (CALDAS NOVAS, 87 ANOS, 1998, p. 8).

As décadas correspondentes ao final do século XIX e início do século XX foram marcadas pela falta de recursos públicos (FRANCO, 1997), afetando a implementação dos novos municípios, como ocorreu com Caldas Novas: após o presidente do estado de Goiás, Urbano Correa, conceder autonomia política a Caldas Novas, em 1911, a Câmara de Morrinhos negou atendimento a essa determinação sob alegação de que o município emancipado não tinha espaço físico adequado para a instalação dos poderes ou condições econômicas para a existência do município. Para resolver o problema apresentado, houve uma mobilização — com a liderança de Bento Godoy, Orcalino Santos e Victor Alla — para arrecadação de fundos junto à sociedade civil para a aquisição do “Sobradão da Praça” e de

10 As bandeiras eram expedições organizadas militarmente, “e também uma espécie de sociedade comercial” (Palacín, 1989, p. 9) com objetivo de exploração do ouro e captura de índios para serem escravizados e comercializados.

uma área para o cemitério. Nesse sobrado foram instalados os poderes executivo, legislativo e judiciário, ainda, uma escola e a cadeia pública (CALDAS NOVAS, 87 ANOS, 1998, p. 8). A construção foi demolida nos anos 1950 para que, no local, fosse construído o Cine-Teatro Caldas Novas, de propriedade da prefeitura municipal, hoje, esse espaço é ocupado por um estabelecimento comercial privado.

Nesse período, todas as realizações públicas de relevância foram personificadas e atribuídas ao coronel Bento de Godoy, tais como: a emancipação de Caldas Novas em 1911, primeira lei orgânica do Município, a construção da ponte pênsil¹¹ sobre o Rio Corumbá ligando Caldas Novas a Ipameri, a primeira banda da cidade, a primeira tipografia, a instalação dos primeiros telefones, o primeiro grupo escolar, a Usina Hidroelétrica do Pirapitinga e a contratação de pesquisa sobre as águas termais de Caldas Novas.

A primeira eleição municipal ocorreu em 1915. Em 1923, durante a administração de Juca de Godoy, foi instalado o primeiro hotel da cidade, o Hotel Avenida. No ano seguinte, foi construído por Bento de Godoy o primeiro cinema de Caldas Novas (CASSIANO, 2001).

Finalmente, em 21 de junho de 1923, Caldas Novas foi elevada à categoria de cidade. Politicamente, a região continuou desenvolvendo-se, e, com a nova divisão territorial do estado de Goiás, em 1936, passou a ter três distritos: Caldas Novas, Boa Vista do Marzargão e São Sebastião do Sapé, e em 1938, os dois distritos foram incorporados a Caldas Novas (GOIÁS, 2004).

Até o início dos anos de 1960, o município era procurado por forasteiros para tratamento e recuperação da saúde por meio de banhos diários sob prescrição e acompanhamento médico, não consubstanciando grande fonte de economia para a cidade.

Em meados do século XX, foi concretizada a intenção de alguns políticos em promover a exploração do turismo comercial de Caldas Novas. Jeronymo Coimbra de Bueno, primeiro governador eleito de Goiás (1947 a 1951),

criou convênios com a Fundação Brasileira de Turismo com o objetivo de difundir e divulgar os potenciais turísticos de Goiás como: Cachoeira Dourada, São Simão, o Araguaia, o Tocantins, a Ilha do Bananal e as águas

11 Segundo a pesquisa, foi utilizado recurso do próprio Bento de Godoy para a construção desta ponte: “Quando necessário um empreendimento importante, não vacilava em usar recurso do próprio bolso, como foi o caso da ponte São Bento, que liga Caldas Novas a Ipameri, no rio Corumbá. Construiu-a com recursos pessoais na ordem de 280 contos de réis” (Godoy, 1993: 42). “O Coronel Bento de Godoy realizou a maior obra pública em Goiás na década de 20 [século XX], construindo uma ponte pênsil com cerca de 200 metros sobre o Rio Corumbá ligando Caldas Novas a Ipameri. Recebeu carta branca do governador para construção da mesma, mas foi do próprio bolso que saiu grande parcela dos recursos para a contratação do engenheiro francês Dr. Joury, da compra do cimento, do ferro e dos cabos de aço importados da Inglaterra, que aqui chegaram em cima de lombos de burros e carros de boi.” (Cassiano, 2001, p. 29).

termais de Caldas Novas, sendo que com outros 15 amigos adquire a área da Lagoa do Pirapitinga e cria a empresa “Cia Melhoramentos de Caldas Novas” com o propósito de desenvolver a região (CASSIANO, 2001, p. 35).

A partir dos anos de 1960, o município passou a investir no turismo com a construção de clubes com piscinas de água corrente (quente) e ampliação do comércio e lazer. A construção dos primeiros clubes de Caldas Novas reforçou a orientação turística dessa cidade.

O Clube Termas de Caldas (CTC), com piscinas hidrotermais, foi construído no local em que havia minas de água quente, representando o marco de transição do município bucólico, até então, com apenas dois hotéis para hóspedes, geralmente, em busca de tratamento de saúde, para uma cidade turística, sofisticada e que apresentou permanente crescimento populacional a partir dos anos 1960. O local no qual foi erigido o CTC, dotado de minas de água quente, foi o local mais representativo de Caldas Novas até o final dos anos 1950. Era um espaço público, democrático, disponível à população para banhos. A imagem bucólica do município, antes que se convertesse em polo turístico, foi durante determinado tempo vivenciada pelos habitantes do local que utilizavam as três fontes existentes para tomar banho em banheiras naturais escavadas nas pedras ou em bicas conduzidas por canos improvisados.

Na gestão de Oscar Santos, prefeito do município de 1961 a 1966, foi construída a rede de abastecimento de água na cidade. A água era proveniente das nascentes onde foi construído em 1967 o Clube CTC, área doada pela prefeitura. A nascentes do local não forneciam água suficiente para abastecer todas as piscinas, foi necessária a contratação de uma empresa para efetuar a perfuração de poço artesiano, cujo pagamento foi “25 ações do CTC, cinco mil em dinheiro e a doação de uma área da Prefeitura, no barranco do córrego para a construção do Belíssimo Parque das Primaveras” (GODOY, 1993, p. 76).

Com o crescimento de Brasília e Goiânia, ampliou-se o turismo em Caldas Novas, fomentando a construção de clubes e hotéis, sempre aproveitando os mananciais de águas termais, dentre os quais, a Pousada do Rio Quente (atualmente, parte do município de Rio Quente) no Ribeirão da Água Quente.

Nos anos 1960 e 1970, houve grande expansão da rede viária pavimentada na região, o que facilitou a comunicação entre cidades, pequenos municípios e povoados, que até então só se comunicavam por meio das rodovias que faziam a ligação entre as cidades maiores, pois praticamente não havia estradas vicinais entre os pequenos municípios. Antes do desenvolvimento da rede viária, a principal relação comercial de Caldas Novas era com os

municípios de Araguari e Uberlândia, no estado de Minas Gerais, cujo acesso, embora precário, era mais viável do que o contato Goiânia.

A expectativa de desenvolvimento e modernização de Caldas Novas não ocorreu de forma isolada. Trata-se de um processo que vem se materializando no país, desde o final do século XIX. O período republicano possibilitou maior desenvolvimento dos Estados e municípios, decorrente da maior autonomia econômica com a possibilidade de realizar empréstimos financeiros — públicos ou privados — participação de receita oriunda de exportações internas e externas. No caso de Caldas Novas, o desenvolvimento só foi possível com a exploração de seus recursos naturais hidrotermais e com a prestação de serviços nas atividades turísticas.

Caldas Novas, ao mesmo tempo em que se transformou em uma cidade de referência nacional em relação ao desenvolvimento com exploração do turismo, permaneceu à margem dos acontecimentos políticos do país. Nas fontes pesquisadas e depoimentos obtidos, não houve referências quanto à situação política do município, senão a partir do final do século XX e início do século XXI. Para Coriolano (2006),

o turismo, uma atividade produtiva moderna, reproduz a organização desigual e combinada dos territórios capitalistas, sendo absorvido com maneira diferentes pelas culturas (...). O turismo é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes (p. 368).

O surgimento de Caldas Novas, como polo turístico é permeado pelas relações de poder, pelo personalismo, com incessante busca de atendimento a interesses individuais e de grupos econômicos. Essa situação concretizou-se por meio da interconexão que ocorreu entre as esferas política e econômica, isto é, as mesmas pessoas ocupam simultaneamente diferentes espaços de poder que, em princípio, apresentam oposição de interesses. A discussão da questão social, como expressão das relações sociais de produção, perpassa pela compreensão histórica das condições do povo brasileiro e seu reatamento na vida dos moradores de Caldas Novas.

O legado da concepção histórica do trabalho e do lazer ainda está presente nas relações sociais em Caldas Novas, quando se observa que alguns jovens resistem em trabalhar diretamente na área do turismo. Um dos entrevistados revelou que alguns turistas se prevalecem do poder econômico para desrespeitar os trabalhadores da cidade (Entrevista 33, 2008).

O trabalho, como categoria ontológica, é responsável pela condição do ser social, isto é, o “sentimento de pertencimento social e o merecimento do gozo de direitos são elementos inerentes ao trabalho e ao ser trabalhador” (MASCARENHAS, 2002, p. 66). Assim, as condições de trabalho podem ser determinantes sobre as condições de lazer e convívio familiar do trabalhador, influenciando os aspectos educativos, culturais, religiosos, dentre tantos outros.

Embora o trabalhador urbano tenha maior possibilidade de conscientizar-se da sua condição, pela sua proximidade com os outros, pelo maior trânsito das informações e pela forma planejada com que conduzem sua vida familiar — pois no campo, além do isolamento, há uma maior instabilidade na fonte de trabalho remunerado e uma luta árdua pela sobrevivência — ainda assim, nenhum dos 38 trabalhadoras e trabalhadores do turismo da cidade de Caldas Novas, sorteados para entrevista, participava de qualquer forma de movimento social.

Na sociedade urbana, as relações sociais de produção são mais complexas, a divisão social do trabalho diversifica-se e os meios de produção são ainda mais sofisticados e cada vez mais concentrados. A força motriz da economia de Caldas Novas é proveniente do emprego da força de trabalho na prestação de serviços, caso em que os meios de produção situam-se nos espaços e nas instalações turísticas sofisticadas, construídas mediante apropriação de recursos naturais, das águas termais com depredação do meio ambiente. Os meios de produção dos serviços são os recursos hidrotermais e os espaços turísticos, muitas vezes áreas que poderiam ser destinadas às zonas de preservação ambiental. A força de trabalho de trabalhadoras e trabalhadores do turismo e demais serviços é mercadoria com valor de troca e ao mesmo tempo matéria prima da criação de ambientes aprazíveis e acolhedores que garantem uma estadia agradável para os visitantes da cidade.

O trabalhador, ao atender suas necessidades, cria outras tantas e torna-se mais exigente em relação ao seu modo de vida. O belo e o prazer também passam a fazer parte das suas necessidades, e a exploração a que é submetido, de certa forma, compensa-se com o conforto que conquistou em sua casa, situação que encobre tanto a exploração no local de trabalho, como a expropriação de alguns direitos. No caso dos trabalhadores de Caldas Novas, acerca do relacionamento que estes tinham com os turistas, ouvi-se: “Nós dependemos deles” (ENTREVISTA 34, 2008).

Assim, o que os trabalhadores e trabalhadoras adquirem deixa de ser compreendido como parte do produto do seu trabalho e é atribuído ao turismo, que é uma relação conforme a lógica de produção capitalista, em que a mercadoria passa a ser os espaços aprazíveis e o tempo agradável com trabalho agregado. O trabalhador, ao se educar para essa nova relação

social e econômica, passa por um processo de ideologização e consubstancia reconhecimento e gratidão com relação aos consumidores finais do produto que ele produziu com seu trabalho.

Historicamente, a expectativa da elite da cidade — políticos, fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais — era que Caldas Novas não ficasse restrita à acolhida de banhistas para tratamento da saúde, mas que pudesse receber, também, turistas para o lazer, pois possibilitaria maior movimentação financeira. Ao mostrar documentos da época que compõem o acervo de sua família, um morador de Caldas Novas revelou a preocupação dos antigos comerciantes, fazendeiros e políticos de que a região se transformasse em um local de cura, a exemplo do que ocorreu com a cidade de Araxá, no estado de Minas Gerais.

Caldas Novas adentrou os anos 1960 como uma cidade pacata e, em poucos anos, transformou-se em um polo turístico dinâmico, adquirindo os aspectos próprios de cidades modernas com traços de uma cidade cosmopolita, com população itinerante proveniente de outros locais de fora e de dentro do Brasil. Por outro lado, a cidade apresenta em seu arranjo, um rescaldo provinciano com a personificação da coisa pública e do desenvolvimento econômico, político e cultural.

O estudo de obras de alguns autores, documentos e depoimentos de moradoras e moradores antigos da região mostram que os primeiros empreendimentos voltados para o turismo e o lazer foram sustentados pela apropriação de recursos públicos por entidades privadas. Assim, a prática de cidadãos comuns arcarem com recursos próprios para execução de serviços e bens públicos (como ocorreu em Caldas Novas na construção da ponte pênsil sobre o Rio Corumbá ligando Caldas Novas a Ipameri) contribuiu para que recursos do estado passassem a ser apropriados por todos os indivíduos, considerando que o patrimônio público foi construído em associação a esse indivíduo. Não por meio dos impostos, mas por meio de participação direta. Franco elucidada, a

mistura entre a coisa pública e os negócios privados fundamenta, sem dúvida, a extensão do controle pessoal a todo o patrimônio do Estado. A passagem é rápida: o homem que sustenta com recursos particulares as realizações próprias do governo está subjetivamente pronto para considerar como seu o conjunto de bens públicos confiados à sua guarda (p. 131).

A falta de uma política orçamentária e financeira era vista com “naturalidade”. “Não se cobrava dos correligionários”, portanto, “quase ninguém pagava imposto” (GODOY, 1993, p. 62). A estrutura administrativa era precária, a divisão e a delimitação dos poderes eram confusas, e a separação do setor fiscal do setor pessoal, inexistente. A relação de compadrio e

de parentesco confundia-se com relações político-partidárias e com a legitimidade dos direitos e deveres do cidadão.

A respeito da relação que o cidadão estabelece com o Estado, Saliba (1998) escreve sobre a crônica de Machado de Assis sobre o déficit público e a greve das charutarias em decorrência do aumento dos impostos. O cronista constata certo distanciamento da população em relação aos problemas enfrentados pelo Estado. Segundo seu comentário, uma “coisa é o Estado, outra coisa é o particular” (p. 293). As responsabilidades e atribuições que revelam o direito e dever do cidadão não são compartilhadas, a não ser quando o “indivíduo” está diretamente envolvido em determinada situação e/ou quando pode ser individualmente prejudicado. Trata-se de uma relação dialética, pois, em determinadas circunstâncias o público e o privado mesclam-se, a ponto de parecer impossível as delimitações das instâncias.

A situação exposta pôde ser observada, sobretudo no tocante ao déficit público e à falta de uma política tributária justa e competente na sua aplicação. Cidadãos e cidadãs clamam por benefícios e bom atendimento do poder público, mas, quando se sentem atingidos ou prejudicados pela situação econômica do Estado, não inferem serem parte da procura de soluções. Por outro lado, a população manifesta-se de pronto e se posiciona contra a carga tributária sem a compreensão de que a questão política e econômica são interdependentes. O capital, como relação que envolve o trabalho, o mercado e a economia, historicamente, vem interferindo e determinando as organizações sociais, políticas econômicas e familiares.

Por outro lado, não houve constrangimento quando a Prefeitura Municipal de Caldas Novas fez doação de área pública para viabilizar a construção de um clube particular, o CTC. Na ocasião, alegou-se que o clube seria construído e disponibilizado para a população, o que, entretanto, não se confirmou. Trata-se de um clube-hotel privativo para pessoas que adquirem títulos de associados e demais interessados mediante pagamento de ingresso ou diária. Nas palavras de Faoro (2001) a “realidade histórica brasileira demonstrou (...) a persistência secular da estrutura patrimonial, resistindo galhardamente, inviolavelmente a repetição, em fase progressiva, da experiência capitalista” (p. 822).

Mesmo reconhecendo que os instrumentos legais foram utilizados pelo Estado para orientar, regulamentar e normatizar as ações — leis, decretos, portarias, planos e projetos —, em Caldas Novas houve época em que o mercado e o poder econômico se confundiam com o poder político e se sobrepunham ao poder jurídico. Entretanto, houve certa intenção, revelada em alguns discursos e presentes na memória de alguns populares caldenses, de que a exploração dos recursos minerais pudesse ser revertida em bem público.

No estado de Goiás, o registro da superação da população rural pela urbana apareceu na década de 1980, e, finalmente, nos anos 1990, a população rural não chegava a 20% do total. O descompasso entre crescimento econômico e desenvolvimento social sinalizou a urgência de o Estado aumentar os investimentos em políticas sociais; entretanto, no sistema capitalista, as políticas sociais não interferem nos fundamentos que reproduzem as desigualdades sociais (SILVA, 1989).

Em Caldas Novas, o desenvolvimento social ocasionado pelo crescimento econômico decorrente de atividades turísticas propiciou a constituição de um caleidoscópio de circunstâncias as quais compõem a sociedade urbana e que, neste trabalho foram sistematizadas em dois mundos: No primeiro, prevalece a realidade dos moradores que construíram a cidade, com cultura e comportamento social compatível com a origem campesina dessa população. No segundo, há uma realidade complexa com diversidade cultural proveniente da população itinerante formada por turistas de diversas partes do Brasil e do mundo e pelos empresários do turismo que, em geral, também habitavam outros locais. Esses mundos formam o cenário das contradições e conflitos que propiciam a construção de uma visão social do mundo decorrente do processo educativo presente nas relações sociais de produção, por meio trabalho e suas interfaces. A primeira realidade tem como referência o mundo vivido pela classe trabalhadora rural, e a segunda, é inscrita pela burguesia. Esses mundos estão imbricados e apresentam uma relação orgânica de exploração e dependência que obscurece as contradições presentes, criando um falso consenso entre as classes e favorecendo o entendimento ambíguo de que todos moradores da cidade são dependentes do mercado do turismo da mesma forma, e que todos se beneficiam desse mercado na mesma proporção.

CAPÍTULO II – TRABALHO, EDUCAÇÃO, LAZER, E SUAS INTERFACES

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os meios de vida, passo este que é condicionado pela sua organização física. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material (Friedrich Engels e Karl Marx).

Qualquer que seja o foco de discussão sobre o homem, a sociedade aparece como a realidade concreta na qual ele está inserido, e o trabalho, uma categoria ontológica em seu processo de constituição histórica e humana. O homem, na perspectiva marxiana, é um ser social e só existe e se realiza em sociedade, isto é, mesmo isolado como um ermitão, o homem exerce atividades desenvolvidas socialmente, pois a própria existência do homem “é atividade social” (Marx, 1993, p. 195).

A sociedade, por outro lado, tem sua existência intrínseca à ação humana e é constituída pelo próprio ser social em sua totalidade e em constante devir. Para Marx (1993),

importa, acima de tudo, evitar que a "sociedade" se considere novamente como uma abstração em confronto com o indivíduo. O indivíduo é o ser social. A manifestação da vida — mesmo quando não surge diretamente na forma de uma manifestação comunitária, realizada conjuntamente com outros homens — constitui, pois, uma expressão e uma confirmação da vida social (p. 196).

Na concepção marxiana, a sociedade é a objetivação do homem como realidade concreta, composta por múltiplas determinações. Por isso, não é possível compreender a individualidade do homem sem compreendê-lo na sua generalidade.

O processo de constituição da sociedade envolve uma relação entre homem e natureza, essa relação ocorre por meio do trabalho e suas mediações. Para Marx (1982, p. 202), o “trabalho é um processo do qual participa o próprio homem e a natureza, processo em

que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças”. O trabalho é a categoria ontológica na formação do homem, da sociedade e da classe trabalhadora, e suas interfaces com educação, ócio, lazer e turismo, categorias determinantes nesse processo.

Em face da complexidade das relações sociais de produção, Marx, segundo Serra (2001) identifica as mediações como categorias ontológicas, sociais, históricas e metodológicas.

A mediação consiste no processo pelo qual ocorrem passagens e conversões entre as diversas expressões e dimensões da realidade, da totalidade, presente em todas as instâncias, para expressões singulares a ela articuladas, passando pelas formas particulares como instâncias intermediárias (p. 180)

As mediações, próprias da realidade concreta do ser social e constituinte da totalidade, podem apresentar-se como mediações de primeira ordem e mediações de segunda ordem. Para Lukács (2003a), a categoria da mediação só pode ser apreendida pela classe trabalhadora em razão de suas condições objetivas de vida que possibilitam uma relação com a totalidade social. A burguesia não consegue apreendê-la, pois permanece na superficialidade, na imediatividade.

Mediação de primeira ordem é a relação que o homem estabelece com a natureza, com os outros homens e com ele mesmo, na preservação da vida humana e na reprodução da espécie. Essa relação é, historicamente, sobrelevada, mediante o aparecimento de novas necessidades e pela fetichização da mercadoria e das próprias relações sociais –, circunstanciando a mediação de segunda ordem, “pelas quais as funções vitais da reprodução sociometabólica devem ser realizadas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 187).

As mediações de segunda ordem concretizam-se na família nuclear, nos meios de produção, no dinheiro, nos objetivos fetichistas da produção, no trabalho assalariado, no Estado do capital¹² e no mercado mundial. Essa mediação possibilita elementos fetichizadores de controle social metabólico, superando a mediação de primeira ordem. A família, no sistema capitalista, além de sua incumbência natural e vegetativa de reprodução da espécie humana, ainda reproduz as relações sociais de produção estabelecidas pelo capital, que as orienta e controla, tendo o Estado como instrumento institucional. Essas relações ocorrem no cotidiano, em um processo de reprodução e devir da realidade em que o homem constrói uma

12 “Estado do capital” é uma expressão usada por Mészáros (2002).

concepção de realidade, ideológica ou crítica que o orienta na vivência e intervenção nesta realidade.

A intervenção de homens e mulheres pode ser ideológica ou crítica, em constante devir que implica mudança e/ou acomodação que contribuem com elementos responsáveis pela formação do homem, da sociedade e da classe social. O cotidiano é o espaço no qual tudo acontece. Ao mesmo tempo em que é o espaço da imediaticidade, é também o berço do conflito, da contradição, e, por meio da reflexão crítica esse cotidiano pode ser superado. Entretanto, reprodução e superação são categorias que aparecem imbricadas, e como desdobramento dessa circunstância, a superação provoca mais alterações ou mudanças do que propriamente uma transformação, porque a alteração e a mudança comportam em seu cerne a reprodução e a adaptação às novas demandas.

O capital não é uma coisa, mas uma relação que se estabelece no processo de produção de mercadoria por meio da exploração do trabalho e apropriação da riqueza proveniente desta produção pelo capitalista (proprietário dos meios de produção). Dessa relação, nasce a propriedade privada e o lucro, responsáveis pela concentração de bens nas mãos daqueles que exploram a força de trabalho. O capital, portanto, em uma perspectiva dialética, surge da relação social de produção e passa a controlá-la com a perspectiva única de reproduzir e ampliar essa relação com a certeza de eternizá-la para garantir a sociedade capitalista.

Trabalho é a utilização intencional das capacidades físicas e mentais do ser humano no processo de transformação da natureza para atender às suas necessidades. O homem, com base na realidade concreta, com o uso da razão, transforma a realidade em um objeto externo a si. As relações do homem — com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo — mediadas pelo trabalho não são mera reprodução da vida em sociedade, mas a construção das condições objetivas e subjetivas de vida, em determinadas circunstâncias históricas.

O trabalho, como categoria ontológica, comporta as mediações de primeira ordem no processo de sobrevivência do homem e, historicamente, agrega as mediações de segunda ordem com diversos elementos fetichizadores de controle social metabólico que envolvem a exploração do “mais forte” sobre o “mais fraco”, de diferentes formas, de acordo com o momento histórico e o sistema social político e econômico vigente. Assim, o trabalho aparece como categoria fundante da humanidade: de um lado, como criação, transformação, e de outro, como elemento de exploração de diferentes formas – escravidão, feudalismo, capitalismo. Este estudo sobre o trabalho no sistema capitalista enfoca o trabalho explorado pelo próprio capital.

2.1 Trabalho e modo de produção capitalista

O comando supremo da indústria é o capital, como no tempo feudal a direção da guerra e a administração da justiça eram atributos da propriedade da terra (Karl Marx).

As ações do homem não são arbitrárias, e a produção dos meios para satisfazer as necessidades humanas é um ato intencional e histórico, para o que ele constrói instrumentos e, novas necessidades. Nesse processo, o homem reproduz-se a si mesmo como ser social. Segundo Engels (1977b), “os homens acostumaram-se a explicar seus atos pelos pensamentos, em lugar de procurar essa explicação em suas necessidades” (p. 69). As necessidades são socialmente construídas em um constante movimento conforme as condições objetivas em espaço e tempo determinado. De acordo com Marx (1997b),

esta necesidad misma es cambiante, puesto que también las necesidades son producidas, al igual que los productos y las destrezas en el trabajo. Dentro de estas necesidades se da un más y un menos. Cuanto más las necesidades históricas — necesidades generadas por la producción misma, necesidades sociales que son ellas mismas el offspring de la social production e intercourse — son puestas como necesarias, tanto mayor es el desarrollo de la riqueza real. La riqueza, considerada desde el punto de vista material, no consiste en otra cosa que en la multiplicidad de las necesidades (p. 16).

As novas necessidades são intrínsecas às condições históricas objetivas e subjetivas já modificadas. E, muitas vezes, só quem está inserido em determinado contexto consegue apreender estas novas necessidades. Pode-se até dizer que o lazer é uma necessidade universal, mas o significado e as características que ele adquire em cada local e cada época são diferenciados. As condições objetivas têm um caráter educativo que contribui para uma preparação de modo que homens e mulheres consigam vivenciar e elaborar essa nova realidade. Assim, pessoas com uma experiência de vida rural conseguem viver na cidade com urbanidade e, ao mesmo tempo em que usufruem do desenvolvimento presente na sociedade urbana, também deixam traços que contribuem com a possibilitam de uma sociedade urbana impregnada pela cultura rural.

No sistema capitalista, as necessidades humanas e sociais, físicas e espirituais são redimensionadas, e a produção, muitas vezes, excede essas necessidades para atender ao movimento do capital e do mercado. O capital, nessa concepção, não é meramente uma entidade material, é uma relação social e histórica que envolve — por meio do trabalho — a produção de bens com valor de troca e a apropriação desses bens pelos detentores dos meios

de produção — o capitalista — com a devida expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores. Marx (1997b) aclara,

por medio de la apropiación, de la incorporación del trabajo en el capital, éste entra en fermentación y se transforma en proceso de producción, en el cual el capital, como totalidad plena, como trabajo vivo, se relaciona consigo mismo no sólo como trabajo (el dinero, esto es, el acto de la compra de la capacidad de disponer del obrero, se presenta aquí sólo como medio de originar este proceso, no como un momento de sí mismo) (p. 241).

Segundo o autor, a primeira condição da vida humana é garantir a sobrevivência; assim, o trabalho desenvolvido nesse processo é por ele caracterizado como trabalho útil, concreto. A primeira utilidade é o atendimento à própria sobrevivência, que é a primeira ação social e política de homens e mulheres.

O produto do trabalho só pode ser considerado mercadoria se for objeto de troca, isto é, o “produto, para se tornar mercadoria, tem de ser transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca” (MARX, 1982c, p. 48).

O trabalho abstrato consiste no dispêndio de força de trabalho para a produção de mercadoria com valor de troca, e para o autor,

por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda a vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie (MARX, 1982a, p. 187).

Ocorre que, no sistema capitalista, tudo pode ser valorado e trocado por meio da moeda. Assim, todo trabalho concreto torna-se também abstrato. As atividades mais elementares e desenvolvidas no âmbito da família são passíveis de troca, têm valor mensurável, constituem mercadoria. Em outras palavras,

todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso (MARX, 1982c, p. 54).

Em algumas situações singulares, uma

coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não

mercadoria. Para criar mercadoria, é mister, não só produzir valor de uso, mas produzi-lo para outros, valor de uso social (Marx, 19982a, p. 47-48).

Entretanto, o que determina o valor de uma coisa é justamente a presença do trabalho humano. Os bens naturais podem ser explorados comercialmente agregando-se a eles trabalho humano, como ocorre, por exemplo, no processo de exploração das águas hidrotermais de Caldas Novas.

Nesse caso, o trabalho aparece como serviço, em uma circunstância em que a água é explorada, não na sua forma natural, proveniente das minas e dos poços artesianos, mas já com valor agregado em piscinas azulejadas, bicas e paisagens produzidas pelo trabalho arquitetônico, tecnológico e com adereços que atendem às necessidades espirituais de quem contempla e usufrui desses recursos e belezas “naturais” modificados por meio do trabalho humano, com valor mercadológico.

O complexo processo de comercialização do produto, serviços de hotelaria com fruição dos ambientes aprazíveis e piscinas hidrotermais, por meio da publicidade e a apresentação persistente dessas novas paisagens artificiais, concatenado à alienação do turista, que se afasta de si e de sua realidade concreta, convencido de que é lazer, gera um público capaz de reconhecer, reconceituar e consumir como mercadoria essa nova convergência de prazer, esse novo “belo”. Nessa situação, até o conceito de beleza passa por mudanças, isto é, o belo deixa de ser a paisagem natural, para dar espaço a uma outra, produzida com pedras e árvores artificiais modeladas com massa à base de cimento, como se vê em Caldas Novas.

Uma determinada coisa, modificada pelo trabalho humano, seja de forma simples ou complexa, é objetivada e se concretiza, externa ao indivíduo; algo que ele produziu, mas que não lhe pertence, pois se trata de mercadoria a ser comercializada. Dessa forma, os espaços que antes eram naturais, passam a ser propriedade, não de quem os modificou com seu trabalho, mas de quem se apropriou deste espaço e o alterou com a força de trabalho do trabalhador. O empreendedor passa a ter o direito legal de explorar este espaço comercialmente.

O produto só pode ser mercadoria se for útil socialmente, isto é, se puder ser transferido e utilizado por outrem. A mercadoria passa, assim, a ter valor de uso e valor de troca, portanto, a atividade desenvolvida só pode ser considerada trabalho se resultar em algo com valor.

O valor da mercadoria não depende apenas de sua utilidade e de como foi produzida, nem somente da força de trabalho socialmente quantificada, necessária para produzi-la, mas também da fetichização da mercadoria e da qualificação da força de trabalho. Assim,

mercadorias com igual utilidade possam ter valores diferenciados, ainda, alguns trabalhadores recebem maior remuneração do que outros, mesmo que desempenhem atividades idênticas, em igual quantidade de horas e mesma quantidade de mercadoria produzida.

Para Marx (1982c), a mercadoria, como produto social, apresenta um valor que é atribuído de forma incontrolável, alheia à quantidade e qualidade de trabalho agregado; e ainda, um valor que independe de sua utilidade, o que significa o processo de fetichização da mercadoria. O fetiche da mercadoria não é o valor atribuído intencionalmente a uma mercadoria, mediante critérios preestabelecidos, mas o valor socialmente construído. Portanto, o valor da mercadoria não só é a expressão da somatória da matéria-prima, quantificação e qualificação da força de trabalho e meios de produção, mas também o resultado de sua utilização e sua valoração subjetiva (como ocorre, por exemplo, com as jóias).

Para o sistema do capital, não há separação entre valor de uso e valor de troca. Todo produto torna-se uma mercadoria passível de comercialização, e, mediante o processo de alienação e fetichização, o homem, com base em suas necessidades, incorpora outras tantas, não como necessidades suas, mas do próprio capital, em uma dinâmica de expandir-se e garantir cada vez mais o lucro, que é a mola propulsora desse processo. Assim, a coisa que antes era valor de uso – sem ser valor – como a água, com o valor agregado decorrente da exploração do trabalho humano, incorpora a necessidade do consumo desse produto transformado, engarrafado, gaseificado, tratado quimicamente ou represado em piscinas, e, assim, o mercado forja a necessidade de uma nova forma de se consumir a água.

Aquilo que anteriormente era um produto da natureza, um bem comum, passa a ser propriedade daqueles que têm poder econômico, influência sobre o poder público e meios para arregimentar força de trabalho para transformar os espaços toscos em locais artificiais aprazíveis, que alimentam as necessidades espirituais (estética, ócio, lazer) do ser social e contribuem para a criação de um novo homem que aprecie mais as belezas produzidas para fins comerciais do que as belezas naturais ou artísticas.

Ao transformar a natureza e produzir novas circunstâncias, na condição de trabalhador, o homem não só constrói a si mesmo como também se aliena, torna-se alheio à sua própria existência e ao que produz. Primeiramente, pela própria lógica do capital, é levado a produzir algo que lhe é estranho, por meio da objetivação do trabalho, pois o produto do seu trabalho fica corporificado na mercadoria. Em segundo lugar, porque, ao vender sua força de trabalho, “torna-se mercadoria, tanto mais barata quanto maior o número de bens que produz” (MARX, 1993, p. 159). Em terceiro, o trabalhador, muitas vezes, deixa para trás suas

necessidades subjetivas para garantir a produção da mercadoria e receber o pagamento referente à venda da sua força de trabalho, que corresponde a um valor menor que o produto de seu trabalho. Em quarto lugar, a divisão social do trabalho faz que o homem não tenha consciência de todo o processo produtivo. E ainda, a fetichização da mercadoria é um processo de alienação, pois essa passa a ter um valor socialmente construído que não foi intencional.

O processo de alienação leva o social ver o mundo, não como ele é, mas como ele é explicitado pela classe dominante, pela burguesia. O mundo do trabalhador não é o mundo do burguês, mas, o tem como sua referência. Em outras palavras, alguns trabalhadores tentam individualmente conquistar um espaço nesse mundo por meio de uma “promoção social” que pode ocorrer, segundo a ótica do trabalhador, por meio do trabalho ou por meio da conquista de um “negócio próprio”. Predomina na visão de mundo fundamentada no capitalismo – na sua versão mais elaborada, o neoliberalismo – a responsabilização do próprio indivíduo por todos os acontecimentos de sua vida, sem uma análise crítica sobre suas condições objetivas.

A visão de mundo é constitutiva e constituinte da realidade conforme ela se forja na realidade e passa a orientá-la. Ainda, a visão de mundo comporta um caleidoscópio de elementos contraditórios, complementares e que, muitas vezes, se sobrepõem uns aos outros com nexos e mediações concernentes à realidade em sua totalidade, em movimento contínuo. Para Lowy (2003), que sistematiza o pensamento de Mennheim, as

visões sociais de mundo seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas (p. 13).

Com base nesses elementos, trabalhadoras e trabalhadores reelaboram a realidade que circunstancia a formação da classe trabalhadora em determinado local. A localização temporal e espacial imprime determinadas características que são singulares e particulares a determinadas classes. Essas especificidades impedem, muitas vezes, que os trabalhadores se reconheçam como classe, mas, ainda assim vivenciam uma situação que é universal e que os unifica, isto é, todos têm sua força de trabalho explorada pelo capital, personificado na figura do capitalista e são expropriados daquilo que produzem.

2.2 Trabalho no processo de formação da classe trabalhadora

Quanto mais se recua na História, mais dependente aparece o indivíduo, e, portanto, também o indivíduo produtor, e mais amplo é o conjunto a que pertence. De início este ainda aparece de um modo ainda muito natural, numa família e numa tribo, que é uma família ampliada; mais tarde, nas diversas formas de comunidade resultantes do antagonismo e da difusão das tribos. Só no século XVIII, na "sociedade burguesa", as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior (Karl Marx).

Durante o processo de ocupação do território brasileiro, as relações sociais de produção foram marcadas pelo trabalho escravo. Inicialmente, houve uma tentativa de escravizar os indígenas locais, mas a experiência não perdurou em virtude do conhecimento que eles possuíam tinham da região e que lhes possibilitava a fuga, pois conheciam todos os domínios das florestas. Essa situação, somada à necessidade de aquecer o comércio marítimo com o tráfico de negros africanos, favoreceu a escravidão dos negros no Brasil.

A economia inicialmente foi extrativista, mediante a exploração do pau Brasil e de pedras e metais preciosos. A primeira teve pouca duração, mas as demais se estenderam durante três séculos. Posteriormente efetivou-se a economia agrícola a partir da cana de açúcar, tabaco, algodão e mais tarde, o café. Com poder econômico, os senhores da terra dominavam o poder político do país.

Com o Pacto Colonial, o Brasil não poderia cultivar produtos que concorressem com o mercado de Portugal, e o comércio das mercadorias produzidas no Brasil só poderia ser feito com Portugal, mediante preço e condições por ele determinadas.

As configurações das relações sociais de produção ocorreram de forma conturbada ao longo da história. No século XIX, para adequar-se às relações comerciais do mercado internacional, o Brasil passou a ter necessidade de ampliar o mercado consumidor interno e modernizar o processo de produção. Para isso, carecia de trabalhadores disciplinados para o trabalho e com remuneração para consumir produtos locais e os produzidos na Europa, após a Revolução Industrial. Por outro lado, a economia local era proveniente e dependente do tráfico e comércio de escravos. Concomitantemente a essa situação havia populações, em alguns países da Europa, em estado de miséria, ávidas por conquistar melhores condições de vida. Assim, os trabalhadores escravos e, posteriormente, os alforriados passaram a ser substituídos pelos trabalhadores livres. A abolição da escravatura, o processo migratório dos

trabalhadores europeus, com seus familiares, contribuiu para o redimensionamento das relações de trabalho.

Com uma nova ordem social no país, o desafio foi a (re) construção das relações sociais de produção e a formação da consciência coletiva da população trabalhadora, cativa havia várias gerações. A contradição estava posta: o negro, a despeito da discriminação a que fora submetido, ainda persistiu com sua identidade cultural, que embora precarizada pelas relações impostas pela situação de cativo e pelo preconceito, ainda assim influenciou a cultura nacional que estava em formação. Se de um lado, sua presença era incômoda, de outro, o seu trabalho propiciava o abastecimento de produtos agrícolas e manufaturados nos centros urbanos, e, assim disseminavam valores culturais, expressos por meio da culinária, arte, religiosidade e medicina popular africana.

Após séculos de trabalho escravo, o povo afrodescendente, com a abolição da escravatura, distribuiu-se entre comunidades rurais e urbanas em condições de miserabilidade. Em decorrência das circunstâncias conjunturais em que esse povo estava inserido, a formação da consciência coletiva foi prejudicada ou ainda mascarada. Nesse caso, a luta de classe pode ter ficado obscurecida diante o preconceito étnico. Essa trajetória também contribuiu para dificultar o processo de formação da classe trabalhadora brasileira¹³. Como alternativa possível, diante de tal conjuntura de marginalização, as práticas religiosas de origem africana tornaram-se populares e distintas, com reprovação de alguns segmentos da sociedade brasileira e adesão de outros.

Com orações e ritos religiosos, personalidades negras (ou seus descendentes) destacaram-se, como curandeiros e curandeiras, feiticeiras e feiticeiros, propiciando o surgimento de lideranças populares, religiosas e políticas. Esses trabalhos espirituais, por meio do aprendizado, passaram a fazer parte da cultura brasileira, e atualmente são procurados por pessoas de diferentes classes sociais, grau de escolaridade e formação cultural. Sempre que um novo ano tem início, alguns meios de comunicação transmitem as previsões, de cunho social e político, realizadas por futurólogos que utilizam diversos mecanismos, como búzios e tarôs, dentre tantos outros. Essas previsões podem interferir na vida social e política desde que as pessoas as levem em consideração ao tomar suas decisões. No país, em alguns casos e em diferentes momentos históricos, esses espaços e lideranças foram

13 Para Engels e Marx (1984), “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (p. 23).

instrumentalizados em defesa da manutenção da ordem vigente, atenuando e mascarando os conflitos decorrentes da relação social de produção.

Em uma nação, cujas relações de trabalho, durante cerca de 350 anos, ocorreu entre senhores e escravos, havia desconhecimento da população abastada, sobretudo dos fazendeiros, sobre como proceder em uma nova realidade em que a força de trabalho devia ser remunerada.

A partir do século XIX e início do século XX, com a entrada dos trabalhadores europeus, o desafio estava posto: os senhores de escravos e seus descendentes deveriam, diante da nova realidade, apreender e respeitar os direitos e a privacidade dos trabalhadores livres. Com a imigração, ocorreu a (re) configuração das relações de trabalho.

Os imigrantes europeus portavam uma bagagem política, social e cultural diferenciada; constituíam-se como classe trabalhadora, consciente de direitos e deveres, em especial, os italianos e espanhóis, que tinham um acúmulo de conhecimento sobre novas formas de organizações políticas, com base em princípios oriundos do socialismo, comunismo e anarquismo. Sempre que desrespeitados em seus direitos, rebelavam-se coletivamente contra os fazendeiros, utilizando estratégias diversas que prejudicavam a produção, comportamento que obrigou os empregadores a construir uma nova forma de relação, pois estes trabalhadores não admitiam convivências atreladas à troca de favores entre patrões e empregados, submissão, humilhação ou chantagem. As pessoas incumbidas de agenciar imigrantes para o Brasil foram orientadas para selecionar aqueles que já tinham família, o que garantia uma organização na divisão social do trabalho com o envolvimento das mulheres e crianças e promovia uma relação de dependência com os patrões. Eles, por sua vez, aprenderam a fazer algumas concessões para atender à demanda do coletivo e, ao mesmo tempo, respeitar a individualidade e privacidade dos trabalhadores e seus familiares.

O regime republicano teve início com uma intrigante contradição, de um lado, um alto índice de pessoas analfabetas, de outro, rico em atividades culturais, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro. Após a abolição da escravatura, o negro, em sua nova condição de homem livre, apresentava os valores distorcidos vivenciados no cativo, isto é, homem livre não trabalha, homem livre se impõe e domina.

As relações trabalhistas na República permaneceram confusas. Houve dificuldade dos fazendeiros na adaptação a nova realidade, assim, nos contratos de trabalho do início do século ficava explícito que o trabalhador livre não poderia ser submetido a castigo físico, tal como ocorria no período da escravidão (WISSENBACH, 1998).

O capital, como relação que envolve trabalho, mercado e economia, reorientava as organizações sociais, políticas econômicas e familiares. Em relação à saúde, por exemplo, só havia interferência direta do poder público estatal quando o “problema” abalava a economia do país, como no caso das epidemias. Assim, o Estado implantou algumas políticas públicas emergenciais para enfrentamento das expressões da questão social¹⁴.

As relações de trabalho são intrínsecas à ordem econômica e social burguesa, e estão sob o controle da esfera pública. Nessa circunstância, o Estado interfere em eventuais conflitos entre trabalhadores e empregadores para que a produção não fosse abalada com rebatimento na economia do país. A relação de reprodução da força de trabalho modificou-se com a modernização, isto é, elas não ocorriam mais como no tempo da escravidão em que o fazendeiro era o único responsável pela produção e tinha poder absoluto sobre os escravos, até mesmo com o uso abusivo de castigos físicos. Nessa nova relação o interesse pela produção passou a ser compartilhado por proprietários, trabalhadores e Estado, em que o primeiro empenhava-se em garantir o lucro e acúmulo de capital, o segundo precisava garantir o próprio sustento e de seus familiares, e, por último, o Estado, como instrumento institucional de poder e de controle, visava o desenvolvimento econômico do país.

O Estado, diante da complexidade das relações sociais de produção, aparece como a instituição da superestrutura capaz de garantir o controle e a reprodução do sistema vigente. Assim,

o Estado, o aparelho do poder político não são para ela [classe trabalhadora], como para as classes dominantes na sociedade capitalista, um meio de impor, se necessário pela violência, os princípios de sua dominação econômica ou proporcionar pela violência as condições de sua dominação econômica; não são, portanto uma *mediação* da dominação econômica da sociedade, mas *imediatamente essa própria dominação* (grifos do autor) (LUKÁCS, 2003a, p. 150).

Como uma instituição histórica, permeada por ordenamentos conflituosos, o Estado vem se redimensionado em virtude das relações de forças que expressam interesses particulares, contraditórios e corporativos, em prejuízo das necessidades coletivas. O trabalho humano sempre é social, mesmo que solitário, pois o homem o realiza como ser social e dialoga com o passado e o presente por meio do aprendizado, com acúmulo de conhecimento.

14 Questão social é a expressão das contradições sociais, políticas econômicas e culturais que se manifestam no Brasil a partir do final do século XIX decorrentes do processo de industrialização.

Apesar das especificidades observadas nos diferentes momentos históricos, relacionados ao trabalho, destacou-se como traço comum: a classe dominante sempre se beneficiou e acumulou riquezas com o produto do trabalhador, seja na condição de escravo, servo, assalariado ou prestador de serviços. No tempo do Brasil Colônia, essa apropriação enriqueceu a metrópole; no Brasil Império, a realeza e os senhores da terra, e na República, os detentores dos meios de produção (empresários, comerciantes, especuladores). Coube ao Estado o papel fundamental de garantir a “estabilidade” das relações sociais de produção, sempre levando em conta o interesse do empregador.

O sistema capitalista caracteriza-se pela reprodução acumulativa do capital e sua apropriação por um segmento social que detém os meios de produção, sobrepondo-se à justiça da remuneração e às necessidades dos trabalhadores. Por questões estruturais e estruturantes, não é possível superar a acumulação e a concentração de riquezas, porquanto é “específico da civilização industrial o fato de que a capacidade inventiva humana haja sido canalizada para a criação de técnicas, ou seja, para abrir novos caminhos para a acumulação” (FURTADO, 2001, p. 47).

O estudo de Marx (1982a), referente ao sistema capitalista tem como base empírica o processo de industrialização da Inglaterra, entretanto o metabolismo do capital manifesta o este processo de exploração, acumulação e concentração de riquezas não é privilégio da indústria, embora esteja organicamente vinculado ao processo de industrialização, comercialização ou prestação de serviços.

Imbricado ao processo de precarização e exploração, ocorre o trabalho informal, que é uma forma de produção e/ou prestação de serviços anterior ao capitalismo e que ainda consegue sobreviver. Na atualidade,

o conceito de setor informal originou-se a partir da formulação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio de um estudo que se realizou, em 1972, no Quênia, tratando especificamente da problemática do emprego. A partir desse momento, esse conceito foi generalizado em outros estudos desse órgão, que adotou uma concepção dual sobre a organização da economia urbana (TAVARES, 2006, p. 427).

Esta forma de trabalho torna-se mais explícita conforme o sistema capitalista se torna mais complexo e as relações de trabalho são formalizadas e normatizadas com a interferência do Estado, até mesmo com a aprovação de leis que regulamentam as relações de trabalho. Assim, a atividade que se desenvolve à margem dessa regulamentação é denominado trabalho informal.

A situação de informalidade é uma face da precarização do trabalho tendo em vista que não garante ao trabalhador condições dignas de vida, segurança e proteção social, e, ainda, não garante ao Estado o recolhimento de impostos. As condições de vida das famílias que vivem do trabalho informal ou são precárias ou oscilantes, isto é, há momentos em que as famílias conseguem atender às necessidades, mas que são intercalados por outros, difíceis, quando não têm acesso aos bens de consumo.

Diferentemente do trabalho informal há o trabalho autônomo, caso em que a pessoa trabalha por conta própria, porém, atende aos aspectos legais no que diz respeito ao recolhimento dos impostos. Nas duas situações, a realidade revela que a exploração do trabalho e a expropriação da riqueza — personalizada no dono dos meios de produção — são inerentes ao próprio sistema do capital, que se comporta como sujeito autônomo no processo de exploração. Além da exploração, por meio da mais valia, no Brasil, a acumulação e a concentração de riquezas são ainda mais aceleradas, com o aumento constante da discrepância entre pobres e ricos, gerando uma situação de tensionamento e revolta mal orientada que propicia o aumento crescente da violência gerada tanto pelas camadas populares como pelas elites. A relação entre violência e condições socioeconômicas não é direta, mas complexa, permeada por múltiplas determinações que envolvem ambiente, luta pelo poder e pela apropriação da riqueza cada vez mais concentrada nas mãos de poucos. Ainda ocorrem questões econômicas e políticas em face de uma visão neoliberal que, de um lado, responsabiliza o indivíduo por sua situação de penúria e, de outro, faz o Estado encolher-se no trato da questão social.

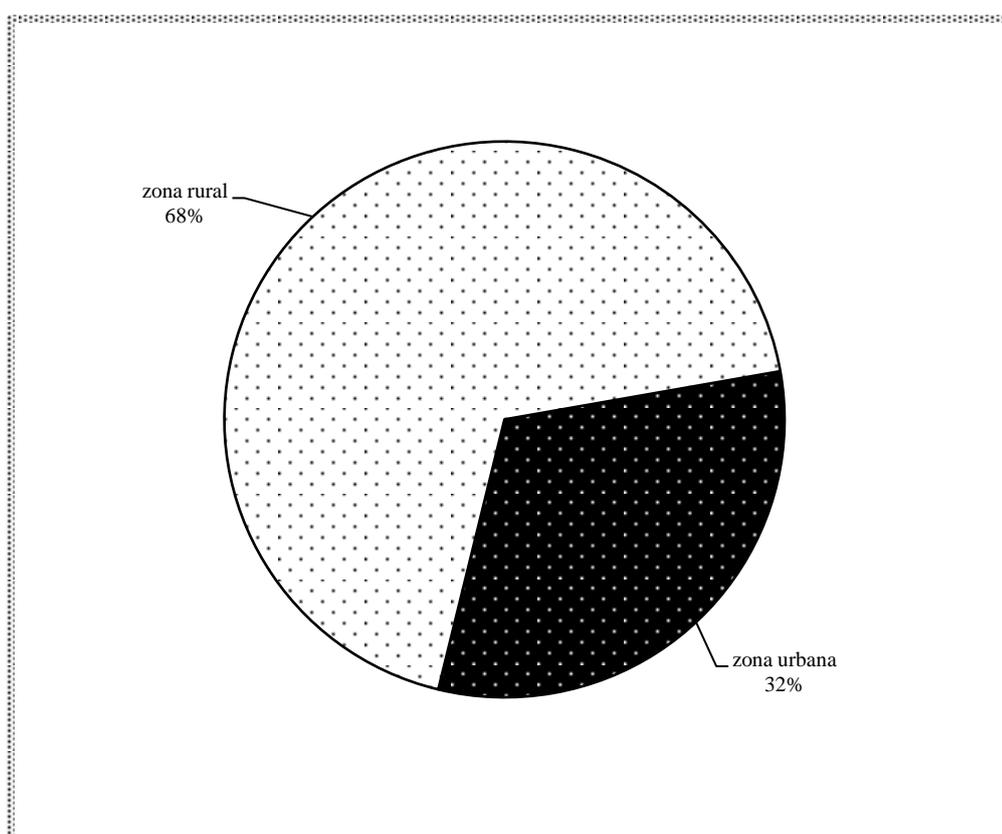
No campo das necessidades humanas, o trabalho pode ser redimensionado como lazer no processo de transformação da realidade em uma circunstância agradável que possa proporcionar prazer. Assim, nos momentos de ociosidade, trabalhadoras e trabalhadores podem procurar atividades agradáveis como viagens ou passeios. Entretanto, o “novo” momento de ociosidade, mais do que outra face do trabalho e das condições de vidas, torna-se um prosseguimento dela, com o legado de precarização, exploração e competição presente no sistema capitalista, isto é, homens e mulheres não mudam de classe por estarem na condição de turistas.

A consciência da vida real é a consciência possível¹⁵, mediante as condições objetivas e subjetivas da vida social. Essas condições apresentam, não só as características da exploração de classe para o espaço do lazer vivido pelos turistas, como aspectos do turismo,

15 Sobre consciência possível, ver Goldman, 1970.

do prazer e da contemplação para a vida daquelas pessoas que trabalham com o turismo.

Ao estudar a situação do trabalhador de Caldas Novas, por intermédio de entrevistas realizadas, evidenciou-se a acomodação desses trabalhadores à condição de empregabilidade no ramo do turismo. Todos demonstraram satisfação com o trabalho que executam e com o salário que recebem, e muitos revelaram que lazer é o próprio trabalho, como se verá a seguir, porque, em seus locais de origem, despediam maior esforço físico para desempenharem em atividades na agricultura e na pecuária, e a remuneração era menor¹⁶. Dentre as pessoas entrevistadas, a maioria é de origem rural (Ilustração 2).



Fonte: dados da pesquisa. Clube-Hotel de Caldas Novas, 2008.

Ilustração 2 – Gráfico sobre local de origem dos trabalhadores do turismo em Caldas Novas.

16 A preferência em morar na cidade não é algo específico dessa região. Em seus estudos, Harvey (2006) faz referência a essa situação: “O ar da cidade liberta, afirmou-se um dia. Esta idéia tomou forma à medida que os servos escaparam dos grilhões que os atavam a fim de reivindicar liberdades pessoais e políticas no âmbito das entidades gerais autogeridas das cidades medievais. A associação entre a vida cidadina e as liberdades pessoais, incluindo a de explorar, inventar, criar e definir novos modos de vida, tem uma longa e intrincada história. Gerações de migrantes tem buscado a cidade como um porto seguro contra as repressões rurais” (p. 208). O mesmo autor continua seu texto mostrando as contradições da cidade, que também é o espaço de miséria, desemprego, poluição, corrupção, dentre tantos aspectos responsáveis pelo desconforto da população cidadina.

Esses trabalhadores, ao chegarem à cidade de Caldas Novas – provenientes da zona rural do município ou de outros locais – encontraram um tipo de trabalho que lhes exigia menor desgaste físico, melhor remuneração quando comparado aos trabalhos anteriores no campo, na construção civil ou mesmo no trabalho doméstico. Essas novas condições de trabalho contribuem para um aprendizado sobre o novo espaço em que habitam e as novas relações sociais que sequenciam uma nova visão de mundo que também se expressa na arquitetura de suas casas que, embora pequenas e simples, apresentam alguns detalhes que são mais compatíveis com a estética do Clube-Hotel em que trabalham do que aquela encontrada no meio rural.

2.3 A estética, componente do processo de formação da sociedade urbana

El objeto de arte — de igual modo que cualquier otro producto — crea un público sensible al arte, capaz de goce estético. De modo que la producción no solamente produce un objeto para el sujeto, sino también un sujeto para el objeto (Karl Marx).

A sensação e o sentimento de prazer diante do belo – como expressão de criação humana da beleza por meio da música, literatura, escultura, pintura e arquitetura – antecedem o desenvolvimento social, concebido como conteúdo acumulado de conceitos, conhecimentos, e mesmo instrumentos para o atendimento das necessidades do homem; e ainda da criação de novas necessidades (sejam elas materiais ou espirituais), inclusive a necessidade do homem em compreender sua própria existência.

A arquitetura é um dos elementos de grande presença estética nas cidades. O valor estético desses elementos e monumentos, como as edificações da civilização grega clássica (como o templo Teseu, em Atenas), da civilização romana (como o Arco Constantino, em Roma), da civilização bizantina (como a Igreja de Santa Sofia, em Constantinopla, atual Istambul, na Turquia), nas civilizações da Idade Média, como a edificação Rathaus-municipalidade-de Münster (Alemanha), a Catedral de Notre Dame, em Paris (França), o Palácio Loggia dei Lanzi (Florença, na Itália), e, particularmente a arquitetura renascentista, com a construção de castelos e catedrais, proliferou por toda a Europa (BORNS, 1964).

A estética e a arte em geral, em que pesem as diferentes escolas ou gêneros artísticos, constituídos com características específicas, envolvem um complexo de sensações, sentimentos e valores subjetivos. Esse enfoque voltado para formas de criação, tem sido

objeto de reflexão de alguns dos pensadores já citados. Embora a estética pareça não estar associada à funcionalidade, o belo pode aparecer também em utensílios domésticos, utilitários, móveis, e até mesmo como comunicação.

Os estudos sobre a estética na Alemanha foram desenvolvidos por Baumgarten, Wolf (BORNS, 1964) e por Kant (1974). Este filósofo escreveu sobre o valor universal e necessário da beleza, e, seguindo seus estudos anteriores – Matemática e Física – reafirmou que a razão é universal a todos os seres humanos e que todos têm disponibilidade para o exercício da razão, desde que se preparem para tal desempenho. Somente por meio da razão o homem pode sentir e ter percepção do meio em que vive. O trajeto dessa percepção até a objetivação da criação artística inicia-se na razão e assim como o juízo teórico é fundamentado em conceito, o juízo estético se baseia no sentimento do sujeito. Para o autor,

o juízo-de-gosto não é, pois, um juízo-de-conhecimento, portanto, não é lógico, mas estético, [o] fundamento-de-determinação não pode ser outro do que o subjetivo. Toda referência das representações, mesmo as das sensações, porém, pode ser objetiva (e significa então o que é real em uma representação empírica); só não o pode ser a referência ao sentimento de prazer e desprazer, pela qual absolutamente nada é designado no objeto, mas em que o sujeito, assim como é afetado pela representação, sente a si mesmo (KANT, 1974, p. 304).

Na concepção kantiana, não é possível um conceito que determine o que é belo ou não, pois depende da percepção cognitiva do sujeito. Assim como os homens são dotados de razão e com capacidade de desenvolver sua faculdade racional, todos são capazes de ter uma percepção estética, não só da beleza artística como da beleza natural. Trata-se de uma experiência empírica que só é possível por meio da experiência sensorial do prazer.

Para Hegel (1974), a arte – representação do belo – é produção espiritual, é a negação do belo natural, sem existência material, não concebido e realizado pelo homem. Considera que o belo natural não faz parte da estética, que deve se ocupar apenas do belo criado pelo homem, por meio da arte, como obra do espírito e vontade divina. Esse pensador fez críticas ao preceito aristotélico, segundo o qual, a arte imita a natureza, pois como a arte provem do espírito, sua manifestação não está sujeita à experiência sensível, pois se trata de um despertar da alma. Por conseguinte, “o conteúdo da arte compreende todo o conteúdo da alma e do espírito” (HEGEL, 1974, p. 105). O processo de criação da arte e o produto dessa criação, de uma forma única, original e bela, constituem uma ação idealizada, que pode contribuir para a formação da consciência coletiva de trabalhadores e trabalhadoras e nela interferir.

Nessa concepção, a beleza natural jamais supera a criada pelo homem, jamais proporciona uma experiência tal como é expressa na arte, pois ela é superior à natureza. Deus criou o espírito do homem, superior a qualquer outra coisa, até mesmo à própria natureza. Assim, a arte, como criação desse espírito, é superior ao belo produzido pela natureza. No campo artístico, Hegel (1974) faz uma distinção entre as possibilidades de determinado sujeito dedicar-se à música ou à poesia. A primeira pode ser despertada ainda muito cedo nos jovens, mesmo quando ainda não apresentam muito conteúdo. No caso da poesia, a sua realização exige um maior amadurecimento do espírito. O autor cita como exemplos as obras de Goethe e Schiller¹⁷ que, inicialmente, eram “hesitantes e bárbaras, frias e prosaicas” e só após a maturidade, “criaram obras belas e profundas, verdadeiramente inspiradas e de forma perfeita”. E ainda, “foi na velhice que a inspiração deu a Homero os cantos imortais” (HEGEL, 1984, p. 116). Portanto, para aquele pensador alemão, a experiência sensorial destaca-se com a maturidade e com a experiência do espírito criador, pois as melhores criações só ocorrem após profundos estudos e maturação.

Adorno (1970) fez um estudo sobre teoria estética e, em determinado momento, esclarece e sistematiza a estética de Kant e Hegel:

Em Kant, a concepção classicista do belo era compatível com o belo natural; Hegel sacrifica o belo natural ao espírito subjetivo, mas subordina-o ao classicismo que com ele é incompatível e lhe é exterior, talvez por receio de uma dialética que não cessa mesmo perante a idéia do belo. A crítica hegeliana do conformismo Kantiano deveria fazer valer o concreto não formal. Hegel não se decide a tal; eis porque talvez confunde os momentos materiais da arte com o seu conteúdo objetivo. Ao rejeitar o caráter efêmero do belo natural, como também tendencialmente tudo que é inconceitual, mostra-se obstinadamente indiferente quanto ao motivo central da arte, que é tactear a sua verdade no fugidio, no frágil. A filosofia de Hegel tropeça perante o belo: porque ele equipara entre si a razão e o real através da totalidade de suas medições, hipostasia [constitui em substância] também o equipamento de todo o ente mediante a subjectividade, em vez de definir a experiência do não idêntico como telos [fim] do sujeito estético, como sua emancipação. A estética dialética em progresso torna-se necessariamente também crítica da estética hegeliana (ADORNO, 1970, p. 93-94).

De acordo com o idealismo, os fenômenos estéticos são produzidos diretamente pelo espírito; na concepção materialista, a estética aparece como uma produção com base na realidade concreta do homem, como ser social. Nessa concepção, a realidade concreta

17 Johann Wolfgang Goethe (1749–1832), poeta e pensador alemão, autor do drama Fausto, dentre outras obras; Friedrich Von Schiller (1759–1805), poeta e escritor alemão autor de Os bandidos, dentre outras obras (Engels, Marx, 2003).

subsume as suas determinações. “O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”, escreve Marx (1982a, p. 14). O concreto só é concreto depois de pensado, antes de pensado é apenas o real; a síntese do pensamento é o concreto pensado. Com o materialismo, consubstanciou-se o pensamento de que a estética não é apenas a expressão da realidade mediada por sentimentos, mas também, uma produção capaz de provocar reações que podem contribuir com as mudanças na sociedade.

A estética, concebida como arte ou não, é resultado de uma produção, é uma elaboração intelectual; em uma concepção marxista, é o trabalho humano objetivado que gera um produto com mediações¹⁸, decorrentes da realidade concreta. Uma obra que expresse valor estético é resultado do talento e habilidade de seu criador e da expressão de suas experiências vividas de acordo com sua história de vida e sua visão de mundo. Como expressão do belo, a estética não se objetiva em si mesma, e só existe como algo historicamente construído pelos homens.

A realização estética subsume diferentes características: subjetiva, tendo em vista que é uma criação do homem mediante sua potencialidade, talento e emoção; e objetiva, pois, contemplar elementos da realidade concreta, e pode ser apreendida por outros homens. Ainda, a arte, como expressão do belo, assume um caráter universal e estabelece um diálogo independente de diversidades idiomáticas, de distâncias temporais, espaciais, culturais, sociais e econômicas. A beleza estética é o resultado da interação entre a criação voltada para o belo e a compreensão de sua inteligibilidade até as nuances menos aparentes.

A estética não se limita à arte, está presente na natureza e em grande diversidade da obra humana e sempre expressa um determinado momento histórico, com seus aspectos políticos, culturais e econômicos. Para Marx (2006, p. 24), na Alemanha, em meados do século XIX, a filosofia, “era o único campo da literatura na qual um espírito vivo ainda pulsava”. O florescimento da expressão artística não está diretamente relacionado ao desenvolvimento social, pois

ciertas épocas de florecimiento artístico no están de ninguna manera en ración con el desarrollo general de la sociedad, ni, por consiguiente, con la base material, con el esqueleto, por así, decirlo, de su organización (MARX, 1997, p. 31).

18 Para Marx (1975, 1982a, 1993), mediação é a negação daquilo que é mediato, aparente e visível. A mediação aparece em suas obras como o movimento histórico do real, mediante condições objetivas e subjetivas. A realidade concreta é a síntese de múltiplas determinações, diferente, portanto, do conceito aristotélico em que mediação aparece como elemento intermediário. Ver também Lukács (2003b).

O pensador alemão refere-se ao período áureo de desenvolvimento das obras artísticas da Grécia antiga, quando comparadas às produções modernas.

As habilidades de trabalhar e produzir o belo são inerentes a todos os seres humanos; entretanto, com a divisão social do trabalho, o desenvolvimento desta habilidade fica restrita a alguns homens, os artistas e os intelectuais: “La concentración exclusiva del talento artístico en individuos únicos y la consiguiente supresión de estas dotes en la gran masa es una consecuencia de la división del trabajo” (ENGELS; MARX, 1990?, p. 470). Segundo seu entendimento, em uma sociedade sem classes não haveria homens e mulheres com dedicação exclusiva à arte, mas essas pessoas também estariam se dedicando à arte. A arte, no sistema capitalista, aparece como trabalho espiritual, visto que

no seio [da classe dominante] uma parte [dos trabalhadores] surge como os pensadores desta classe (os ideólogos conceptivos ativos da mesma, os quais fazem da formação da ilusão desta classe sobre si própria a sua principal fonte de sustento), ao passo que os outros têm uma atitude mais passiva e receptiva em relação a estas idéias e ilusões, pois que na realidade são eles os membros ativos desta classe e têm menos tempo para criar ilusões e idéias sobre si próprios (ENGELS, MARX, 1984, p. 57).

Quando a arte fica reduzida a um ofício, o produto desta — a obra de arte — transforma-se em mercadoria com valor de troca, e algo estranho ao sujeito que a produziu e aos outros homens; trata-se, pois de um processo de alienação pertinente à objetivação do trabalho humano. A esses valores conferidos às mercadorias no sistema capitalista, mediante as relações sociais, Marx (1982a) denomina fetichismo. Assim, não é o artista que confere à sua obra o valor de troca, mas as próprias relações sociais — nas quais está inserido — atribuem determinado valor à sua mercadoria. O que determina a importância, a universalidade e a perenidade de uma obra, não é, portanto, sua funcionalidade, mas as relações sociais ocultas no trabalho humano objetivado. Como mercadoria, a arte também “é misteriosa [pois encobre] as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho” (MARX, 1982, p. 81).

O trabalho humano objetivado, com inclusão da arte, é sempre uma ação coletiva e social. Coletivo, pois o processo de produção envolve outros sujeitos; e social, pois, mesmo que tenha sido planejado e realizado individualmente, a natureza do homem é social, e social é todo o produto do seu trabalho, pois esse é realizado em sociedade com determinadas condições histórica, socialmente construídas. Mesmo o ermitão, convencido de seu

isolamento, só pode sentir o isolamento e perceber sua solidão porque é um ser naturalmente social, do contrário, seu isolamento nada seria.

A arte – produzida pelo homem como um processo de apreensão da realidade concreta, com suas mediações – produz sobre o homem a capacidade de apreciá-la, pois

la producción de las ideas y representaciones, de la conciencia, aparece ao principio directamente entrelazada con la actividad material y el comercio material de los hombres, como el lenguaje de la vida real (ENGELS, MARX, 1975, p. 25).

O homem apresenta-se, mesmo que circunstanciado, em atividade sensível, e aquilo que lhe desperta essa sensibilidade ou lhe confere criatividade foi determinado mediante sua conexão em determinada condição de vida; portanto, a própria natureza sensível do homem é resultado de seu desenvolvimento histórico. O mundo sensível do homem – o amor e a amizade, a capacidade de apreciar o belo, o prazer etc. – não é algo idealizado, mas compõe a totalidade da natureza do homem em suas múltiplas determinações.

As relações sociais que envolvem o homem, a natureza e a arte, não estão reduzidas ao entendimento de que a arte é autônoma e nem mesmo que a função da arte e do intelectual é promover necessariamente o desenvolvimento social ou contribuir com a formação da consciência de classe. Para Lukács (1968),

a arte é uma forma particular da imagem da realidade, que a reflete por esta mesma razão e — se trata de um artista autêntico — reflete o movimento desta realidade, sua direção suas orientações essenciais na existência, na permanência e na transformação (p. 259).

E ainda, para o autor, muitas vezes a obra de arte apresenta uma amplitude maior do que a prevista pelo seu criador, em sua subjetividade. A objetivação do trabalho humano com valor estético — a arte — é algo real e concreto, inserida em determinado contexto histórico, social, cultural, econômico e político. Permeada por determinações, mediações e nexos, que lhe confere complexidade que esse produto social, com valor estético, também contribui para a formação da consciência de classe; mas, antes disso, é o legado da consciência, em uma determinada realidade concreta.

A cidade deve “ser associada mais com a obra de arte do que como simples produto material” (LEFEBVRE, 1991a, p. 46). Na concepção marxista, a arte não é obra exclusiva do espírito nem de mera contemplação. Para Gramsci (2000), a beleza tem conteúdo intelectual e moral, relacionada a determinada cultura. A produção artística, como as demais produções humanas, é a objetivação do trabalho planejado para atender a uma necessidade material ou

espiritual. Segundo esse entendimento, o homem é o único ser que trabalha, pois é o único que tem intencionalidade, que é capaz de construir os instrumentos necessários para produzir aquilo que necessita e é o único ser que cria novas necessidades à medida que as primeiras necessidades são satisfeitas. É, portanto, o único ser capaz de produzir história e constituir-se como um ser consciente nesse processo. Entretanto, os valores estéticos são prontamente capturados, compreendidos e vivenciados e os valores culturais são apreendidos com maior dificuldade, pois envolvem algumas questões que estão impregnadas na vida privada do ser social e comportam seu modo de vida, sua identidade e sua visão de mundo. Assim, a compreensão e a distinção entre espaço público e privado torna-se cada vez mais nebulosa em face das relações público e privado.

A estética, tal como está presente em Caldas Novas, atende a demanda estabelecida pelo mercado. Espaços históricos, como o coreto da Praça Mestre Orlando, foram substituído por uma fonte com esguichos de água no nível do piso, para propiciar diversão aos turistas. E, ainda o Casarão dos Gonzaga, passou por uma reforma onde as telhas coloniais com valor histórico foram substituídas (Ilustração 3) e as peças estavam sendo pintadas por artistas para serem vendidas aos turistas.



Fonte: foto da autora (2007).

Ilustração 3 – Foto do casarão, antiga moradia da família Gonzaga, atualmente tombado como patrimônio histórico e cultural.

Aos poucos belezas naturais são substituídas por construções artificiais, algumas imitam pedras, árvores etc., como as ilustrações 4 e 5.



Fonte: foto da autora (2007).

Ilustração 4 – Foto de árvore artificial situada no clube CTC, como alternativa estética e funcionalidade de uma bica.



Fonte: foto da autora (2007).

Ilustração 5 – Foto de composição arquitetônica com simulação de pedras na entrada de Caldas Novas (R. São Cristóvão com Av. Orozimbo C. Neto).

Esses fatos revelam o desapego e a negação de elementos que contribuem para a memória histórica que pode desencadear a consciência crítica do que foi, do que é, e a construção do vir a ser. Essa reflexão pode influenciar a constituição da visão de mundo, sobretudo da população local. Sem esses elementos, a realidade torna-se mais volátil e mais difícil de ser apreendida, expressão elementos do processo de alienação. Quanto mais os homens e mulheres se afastam da natureza com a qual aprenderam a conviver, se afastam também das paisagens, dos objetos e das edificações que os reportam à história de um povo, com as modificações arbitrárias dos seus espaços, empobrecem e precarizam a sua memória histórica. Nas palavras do filósofo,

no interior do sistema da propriedade privada [...] cada homem especula sobre a maneira como criar no outro uma nova necessidade para forçar a novo sacrifício, o colocar em nova dependência, para atraí-lo a uma nova espécie de prazer (Marx, 1993, p. 207).

O novo modo de vida impõe-se em uma estrutura cristalizada e cristalizante do sistema do capital, o que provoca um constante aprendizado para o entendimento das paisagens passageiras, diante de tantas reformas e adaptações das construções para atrair e acolher um número cada vez maior de turistas de Caldas Novas.

A construção histórica mantém determinados aspectos permanentes que contribuem para que aconteça a apreensão da realidade por parte da sociedade, e as graduais mudanças ocorrem para pretensamente atender às necessidades sociais. Entretanto, em Caldas Novas, os implementos e mudanças têm o afã de atender ao mercado consumidor, atrair o maior número possível de turistas e as necessidades do próprio capital. Essa situação torna algumas mudanças muito rápidas, dificultando a apreensão da realidade pelo trabalhador local. “A propriedade privada não sabe transformar a necessidade bruta em necessidade humana; o seu idealismo é a fantasia, o capricho, a extravagância”, afirma Marx (1993, p. 208).

O presente e o passado, em Caldas Novas, são expressos também com a pluralidade cultural, a dubiedade estética revelada pela arquitetura urbana e ocupação dos espaços públicos e privados. O afastamento das referências históricas e culturais e da composição natural, na qual o homem se constituiu como tal, torna-o cada vez mais distante de sua própria realidade, ou melhor, sua realidade passa a ser nebulosa e incompreensível.

A apreensão da nova realidade é complexa, pois revela uma aparente hegemonia quanto ao reconhecimento do turismo como elemento responsável pela melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. Para Marx (1974, p. 939), “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas”. Assim, à margem da cidade turística, como vista anteriormente, alheios ao conforto, à segurança e ao acesso aos bens e serviços, vive grande parte da população, consolidando dois mundos em uma mesma cidade, o da opulência e o da precariedade, como narrou uma moradora para um repórter do jornal *O Popular*:

Daura Menezes diz que, no Serrinha, há dois meses o caminhão-pipa não passa com a regularidade divulgada pela Prefeitura. (...) A água é usada para lavar roupa, tomar banho e limpar a casa. Os moradores de menor renda fervem a água para beber e fazer comida. A má qualidade da água é um risco para a saúde de Daura Menezes (RECHE, 2008, p.9).

Conforme notícia veiculada pela imprensa, o desenvolvimento econômico do município não é revertido em melhoria de vida para a população local, sobretudo as pobres que vivem nas periferias afastadas do polo turístico:

Os problemas registrados pela reportagem contrastam com os números da economia e a média dos indicadores sociais de Caldas. A arrecadação do município cresceu 445% entre 1998 e 2006 — saltou de R\$ 11,1 milhões para R\$ 60,5 milhões por ano —, mas o prefeito atual diz que recebeu o “caixa zerado” de José Araújo (PPS), integrante do grupo de Magal, que ocupou o cargo até agosto do ano passado (veja quadro). Com os recursos públicos contados para os serviços essenciais, restam à administração as verbas federais para os investimentos.

Apesar de em menor ritmo, a soma das riquezas produzidas anualmente pelo município também cresceu nos últimos anos. O Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 190% entre 1999 e 2004, de R\$ 160 milhões para R\$ 464 milhões. Esse acréscimo elevou o PIB per capita — divisão da soma das riquezas pelo total de habitantes — de R\$ 3,31 mil para R\$ 7,39 mil no período (123%). No mesmo intervalo de tempo, o PIB de Goiás teve incremento de 130% (de R\$ 17,9 bilhões para 41,31 bilhões) e a renda per capita, de 108% (R\$ 3,63 mil para R\$ 7,50 mil) (RECHE, 2008, p.9).

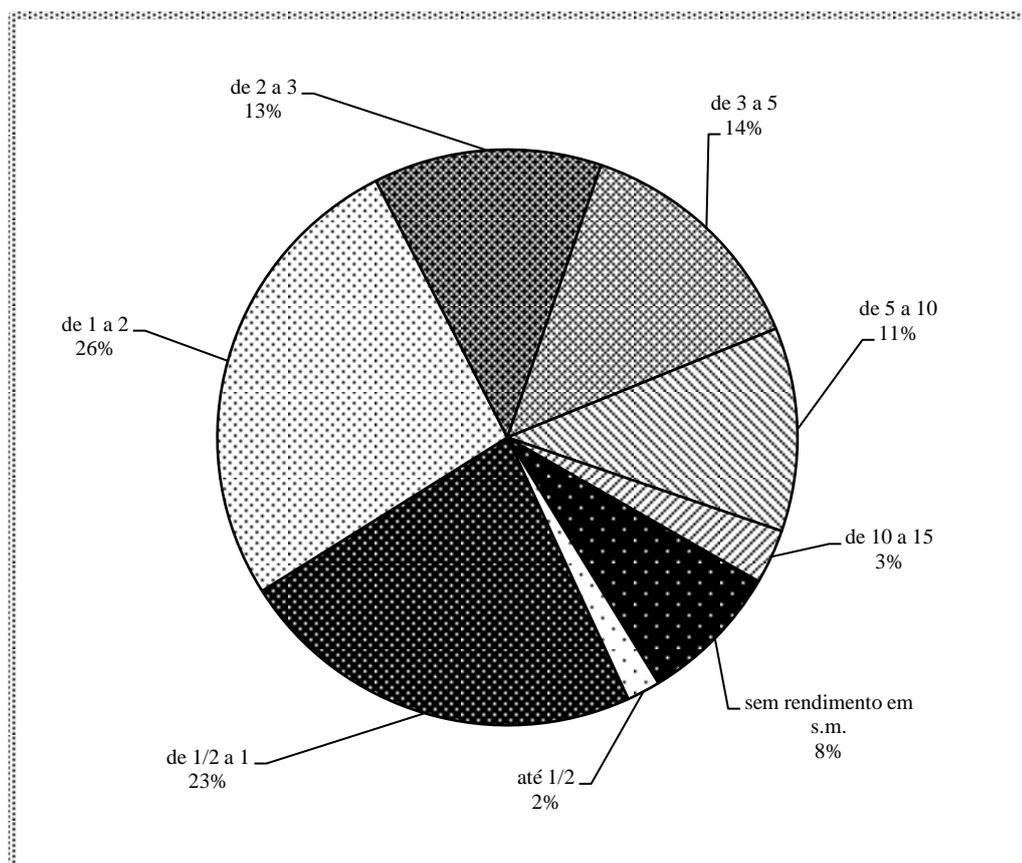
As condições dessas famílias agravam-se com constantes interrupções de mandatos de prefeitos em razão de denúncias comprovadas de corrupção, como foi o exemplo do ocorrido com a prefeita Magda Mofato. Para o jornalista que fez a reportagem, o “troca-troca na administração da cidade, que teve cinco prefeitos desde 2006, tem reflexo no social e na infra-estrutura do município” (RECHE, 2008, p.9).

Quando a economia está estabilizada, o trabalhador pouco ou nada tem a ganhar, mas se ela entra em colapso, o sujeito social muito tem a perder, a começar pelo próprio emprego: “O trabalhador não ganha necessariamente quando o capitalista ganha, mas perde forçosamente com ele” (MARX, 1993, p. 102). E ainda, para o autor,

o sentido aprisionado sob a grosseira necessidade prática possui unicamente um significado restrito. Para o homem que morre à fome, não existe a forma humana do alimento, mas só o seu caráter abstrato como alimento; poderia igualmente existir na sua forma mais crua e é possível dizer em que medida esta atividade alimentar se distinguiria da atividade alimentar *animal* (MARX, 1993, 199).

A situação em que vivem as famílias do setor Serrinha, em Caldas Novas, conforme a reportagem, não é isolada. Segundo pesquisa em 2000, nessa cidade havia 14.519 domicílios permanentes; e, 62% das famílias, neles residentes, recebiam, como rendimento mensal, até

três salários mínimos (INSTITUTO Brasileiro de Geografia Estatística, 2000) (Ilustração 6, 7 e 8).

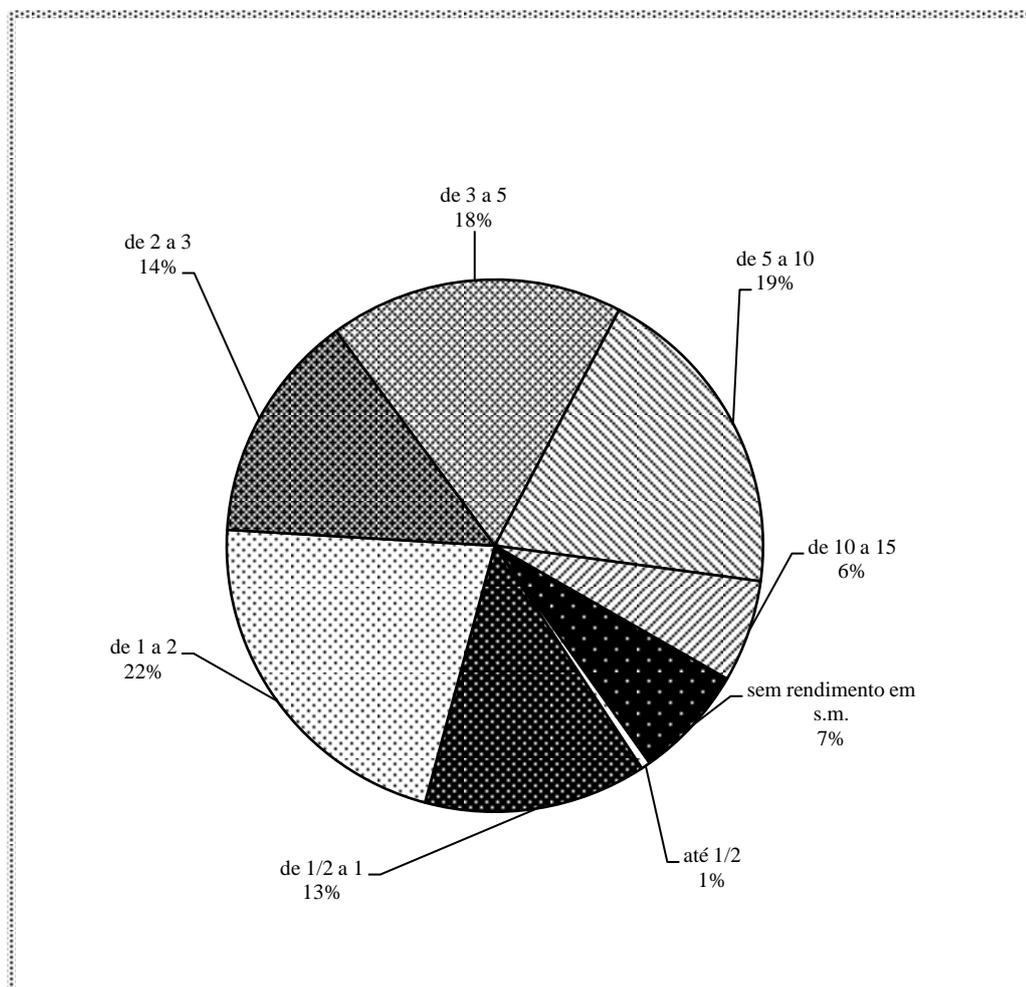


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2000), Censo 2000, dados sistematizados pela autora.

Ilustração 6 – Gráfico do rendimento mensal em salários mínimos por domicílio permanente em Goiás em 2000.

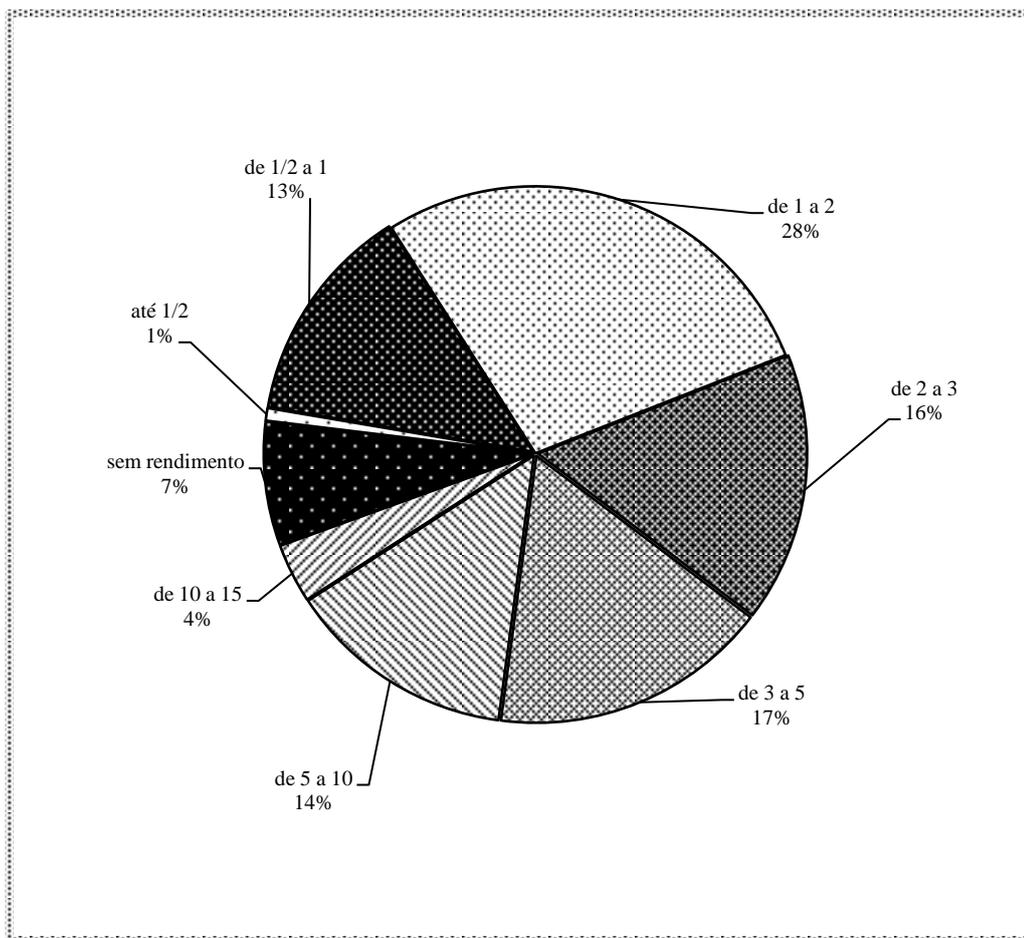
O índice de domicílios em Caldas Novas, cuja renda familiar é inferior a três salários mínimos¹⁹, embora alta, é superior ao de Goiânia (57%) e inferior ao do Estado de Goiás que apresenta 72% das famílias com rendimento inferior a três salários mínimos mensais. Isto significa que, de um modo geral, em que pese a exploração destas trabalhadoras e trabalhadores, ainda assim, as famílias caldas novense apresentavam rendimento mensal maior que a média das famílias goianas.

¹⁹ Valor do salário mínimo em 2000 era R\$ 151,00.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2000), Censo 2000, dados sistematizados pela autora.

Ilustração 7 – Gráfico do rendimento mensal em salários mínimos por domicílio permanente em Goiânia em 2000.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2000), Censo 2000, dados sistematizados pela autora.

Ilustração 8 – Gráfico do rendimento mensal em salários mínimos por domicílio permanente em Caldas Novas em 2000.

As contradições sociais e econômicas da sociedade capitalista, nesse caso, da sociedade de Caldas Novas, aparecem expressas também na estética da cidade. O grande contingente de hotéis está localizado no centro da cidade e em direção à região noroeste, o que aumenta a valorização dos imóveis dessa parte da cidade. Já, a região Sudeste apresenta as condições precárias de seus moradores, conforme reportagem realizada nos bairros Parque Serrano (Serrinha) e Itanhangá, todos localizados nessa região (RECHE, 2008).

2.4 Lazer: o trabalho às avessas?

A verdadeira riqueza espiritual do indivíduo depende completamente da riqueza das suas relações reais (Friedrich Engels e Karl Marx).

Marx (1982^a) incluiu em *O Capital* uma pesquisa sobre as jornadas de trabalho no século XIX voltadas para o aumento da produção à custa do aumento da força de trabalho. Posteriormente, fundamentado nas categorias marxianas, Lafargue (1990) escreveu a obra *O direito à preguiça* na qual faz uma crítica ao trabalho excessivo e ao salário reduzido pois o trabalhador não recebia o mínimo necessário para atender as suas necessidades.

Após mais de um século, os trabalhadores, grande parte organizada em sindicatos, ainda têm dificuldade em garantir a desejada remuneração por sua força de trabalho. Os capitalistas insistem em aumentar o lucro com a exploração da força de trabalho e, ainda, garantir que esse trabalhador faça parte do mercado consumidor. Assim, o trabalhador não só tem sua mão de obra transformada em mercadoria no momento da produção, como ele próprio se torna mercadoria para movimentar e garantir o mercado.

O trabalho, como uma totalidade contraditória com múltiplas determinações, é, em sua aparência, uma atividade humana que realiza e dignifica o homem, em determinadas condições identificadas nesta pesquisa: a produção do atendimento das necessidades físicas e espirituais, a educação proveniente das relações sociais e do conhecimento acumulado pela diversidade cultural e pela conquista de um espaço de reconhecimento e poder em determinado meio social. Por trás da aparência, o trabalho, nesse caso, na sociedade capitalista, revela-se como promotor da alienação e “causa de toda degenerescência intelectual, de toda deformação orgânica” (LAFARGUE, 1990, p. 15).

De acordo com suas relações ou condições de trabalho, os trabalhadores e seus familiares desenvolvem seus momentos de lazer ou de ócio. A forma como o homem utiliza seus momentos de lazer está intrinsecamente relacionado ao seu modo de vender sua força de trabalho: “O tempo dedicado ao lazer (...) e a maneira como se vai vivenciá-lo dependem da forma como o indivíduo se encontra inserido no mundo do trabalho” (MASCARENHAS, 2002, p. 31).

Lazer e turismo são uma das faces do capitalismo desenvolvido. Para Lefebvre (1991b), o aumento da produção no sistema capitalista, após ter percorrido o caminho da escassez para a abundância, apresenta novas formas de consumo, como o lazer.

Como no sistema capitalista, “tudo que é sólido se desmancha no ar” (Marx, 1978a, p. 40), também o lazer é reconfigurado em turismo e se torna, para uns um novo mercado consumidor e, para outros, mercado de trabalho. O homem apreende essas mudanças subliminares, cuja visibilidade se encrava no cotidiano, construindo um novo modo de ser.

O lazer e o turismo, podem contemplar a população pobre que procura locais ou ambientes aprazíveis com livre acesso e compatível à sua situação social e econômica. No entanto são também meios escassos e restritos de exploração econômica por tratarem-se de ambientes específicos apropriados para quem dispõe de recursos financeiros para comprar o acesso a esses lugares, tornando-se um “patrão” temporário do trabalhador que lhe presta serviço.

Os meios de comunicação de forma superficial mencionam o lazer, o divertimento e o turismo como uma necessidade humana de compensar o cansaço da vida moderna, o que remete a suspeita sobre outras formas de prazer e lazer além do turismo comercial. As pessoas entrevistadas reconhecem o lazer como parte de suas vidas e presente em tudo que fazem com prazer.

Para algumas pessoas, o lazer também pode estar relacionado à convivência com a família: “Lazer é minha família, ficar em casa. Saio com a família em clube, barzinho, mas lazer mesmo, é em casa” (ENTREVISTA 35, 2008).

Esse entrevistado demonstrou que prefere ficar em casa cuidando de seus afazeres domésticos com a família do que sair, passear. O prazer em ficar em casa e fazer os afazeres domésticos também aparecem na fala dessa outra entrevistada, que, em seus dias de folga, gosta de combinar trabalho doméstico e passeios ao clube: “Lazer é arrumar a casa, é ir ao clube. Cuidar da casa é lazer, tem muita coisa em casa pra fazer, eu gosto de trabalhar em casa, pra mim também é lazer” (ENTREVISTA 36, 2008).

Para alguns entrevistados, o lazer aparece justaposto ao trabalho, e até mesmo confunde-se com ele, como ocorre com um trabalhador com setenta anos de idade, que não conhece a vida sem o trabalho: “Lazer é vir trabalhar” (ENTREVISTA 37, 2008).

Ele é uma das pessoas entrevistadas que não frequenta clube, apesar de ter acesso ao Clube do Serviço Social do Comércio (Sesc).

Outra entrevistada frequenta clube com a família diz que gosta de trabalhar e afirma: “Lazer é trabalho e trabalho também é lazer” (ENTREVISTA 6, 2008).

Uma comerciante alega que lazer é ficar em casa com a família, que gosta de trabalhar e que o trabalho também é lazer:

Lazer é ficar em casa com a família. E, trabalhar, pra mim, também é lazer. Sempre gostei de trabalhar. Saio muito pouco com minha família, quando eu trabalhava [como empregada] eu saia nos dias de folga, agora não dá mais [em Caldas Novas o comércio também funciona aos domingos e feriados]. Antes eu passeava mais, hoje eu saio menos com a família, pois tenho que fazer compras, faço tudo. Não tive férias até hoje, desde que abri a loja. E, quando a minha filha nasceu fiquei vinte dias fora e logo voltei para o trabalho (ENTREVISTA 1, 2008).

Durante a entrevista ficou evidente o quanto o trabalho é prazeroso para essa comerciante. Ela começou a trabalhar aos doze anos, portanto, não conhece a vida sem trabalho. Descobriu, com o trabalho, o prazer em manipular as pedras semipreciosas brasileiras lapidadas, fazer bijuterias, organizar vitrines e desenvolver senso estético que se manifesta em outros espaços como no cuidado com sua moradia e vestimentas dos filhos.

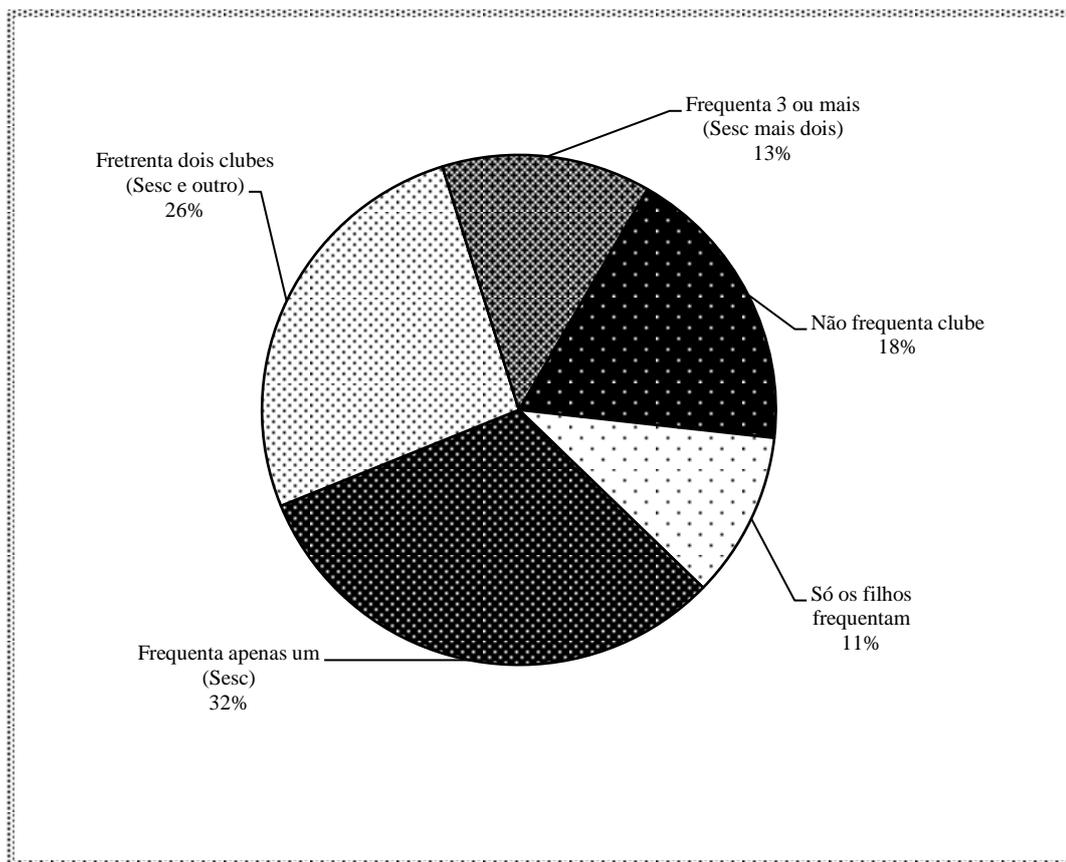
Por outro lado, para outro entrevistado, o lazer é folga, ausência de trabalho:

Lazer é o momento de paz, momento de folga [do trabalho] em que se pode sair com a família, poder ir na [à] pizzeria, [ao] clube, isto é um exemplo, tem também o natal, ano novo, confraternização.

Lazer não é sair zoando, enchendo a cara e achar que está fazendo lazer. Eu acho que não é por ai, lazer tem que ser com a família (ENTREVISTA 38, 2008).

Ao analisar as falas dos entrevistados, percebe-se que todos têm direito a frequentar o clube do Sesc e 23% tem acesso a outros clubes, até mesmo o próprio empreendimento em que trabalham. Os trabalhadores que possuem ações desse grupo são orientados pelos seus chefes a frequentarem outra unidade da mesma empresa.

Apesar do reconhecimento do lazer como parte do cotidiano, do trabalho e da convivência familiar, a maioria (82%) tem algum acesso a outros clubes, e, em alguns casos, frequentam mais de um clube (Ilustração 9).



Fonte: dados da pesquisa. Clube-Hotel de Caldas Novas, 2008.

Ilustração 9 – Gráfico sobre frequência dos trabalhadores de Caldas Novas em clubes.

A vivência permanente com o lazer, em que o trabalho é produção de condições de exercício de lazer para os turistas, concomitantemente produz satisfação para alguns trabalhadores. O lazer para os entrevistados tornou-se tão necessário e importante como o próprio trabalho e a educação:

Lazer também faz parte da vida. Desde que você esteja se divertindo, [o lazer] pode ser em casa mesmo, pode ser sair com a família, ir ao clube ou ficar em casa (ENTREVISTA 7, 2008).

Lazer pra mim é tudo, passeio, clube, é tudo que eu faço com a família (ENTREVISTA 8, 2008)

Lazer é tudo também [assim como educação e trabalho], divertir passear, sair com a família, ir ao clube, à fazenda do sogro. Nunca fico em casa, vou muito à fazenda de meu sogro; mas ficar na minha casa também é lazer (ENTREVISTA 9, 2008).

Lazer é descansar. Agente vai pra clube, vai pra parque com as crianças, frequenta o Sesc e [outro clube²⁰] (ENTREVISTA 10, 2008).

E ter um momento reservado somente para si mesmo, e pode variar em ler um bom livro, ouvir uma música, navegar na internet, ver TV etc. lazer e você se conhecer melhor (ENTREVISTA 1, 2008).

Para as pessoas entrevistadas, o trabalho está relacionado, não só à sobrevivência, como também ao reconhecimento social do trabalhador e está inserido em sua vida pública. O lazer, por outro lado, aparece no campo privado e é uma atividade acompanhada de satisfação e prazer ao lado da família. Não houve declaração dos entrevistados de que o lazer possa ser realizado sozinho ou apenas com amigos. A família é sempre mencionada, e em geral a família extensa, na qual são incluídos os pais, sogros, cunhados. A existência da família é de grande relevância para esses trabalhadores.

Diante dessa realidade, há um constante recriar do trabalhador com a incorporação de novas necessidades, como do lazer, da estética e do belo. Trata-se de um processo educativo com um aprendizado contínuo com base na realidade concreta, permeada pelas relações que as trabalhadoras e trabalhadores têm com os turistas e com o ambiente modificado. De acordo com Marx (1982a),

na produção a pessoa se objetiva; no consumo, a coisa se objetiva; na distribuição, a sociedade, sob a forma de determinações gerais dominantes, encarrega-se da mediação entre a produção e o consumo; na troca, essa mediação realiza-se pelo indivíduo determinado fortuitamente (p. 7).

Com fundamento na teoria marxiana, alguns autores, como Hardt (2005), que discutem as diferentes configurações do trabalho, sempre sustentado pelo eixo de sua ontologia, discutem algumas categorias marxistas pela ótica da atualidade, com a predominância efetiva do trabalho imaterial. Para o autor, essa situação modifica a natureza da exploração da classe trabalhadora, por causa da complexidade em que se encontra, sobretudo, no campo da informação, comunicação e informática:

Devemos registrar que uma consequência da informação da produção e do surgimento do trabalho imaterial tem sido a homogeneização real dos processos laborais. Da perspectiva de Marx no século XIX, as práticas concretas de diversas atividades laborais eram radicalmente heterogêneas; as

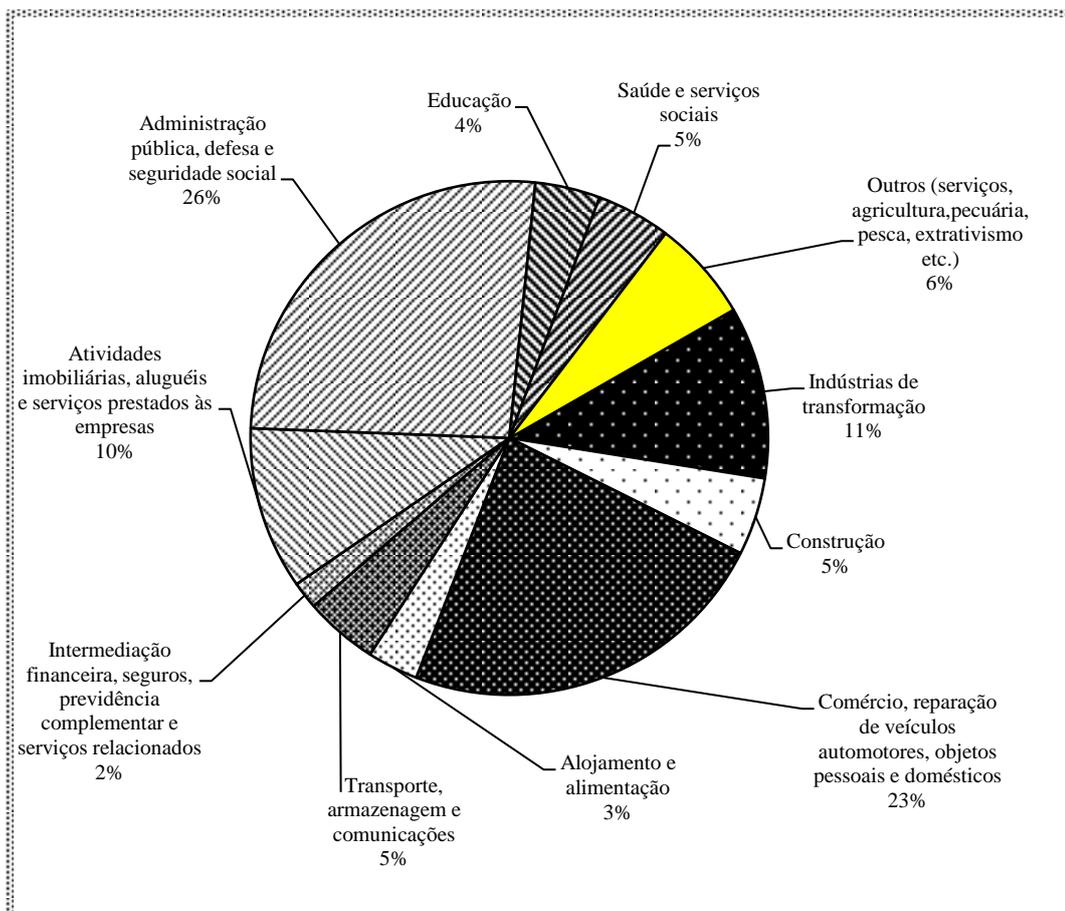
20 Na exposição desta pesquisa, foram omitidos o nome dos clubes e demais empreendimentos privados. Por outro lado, o Sesc foi identificado por tratar-se de um serviço disponível aos trabalhadores do comércio, mantido por entidades a ele ligadas, com recursos provenientes do recolhimento sobre a folha de pagamento dos comerciários.

artes da costuras e da tecelagem envolviam ações concretas incomensuráveis. Só quando abstraídas de suas práticas concretas atividades laborais diferentes poderiam ser reunidas e vistas de maneira homogênea, não mais como arte da costura e arte da tecelagem, mas como gasto da força humana de trabalho, como trabalho abstrato. Com a informatização da produção, entretanto, a heterogeneidade do trabalho concreto tende a ser reduzida, e o trabalhador é cada vez mais afastado do objeto do seu trabalho (HARDT, 2005, p. 313).

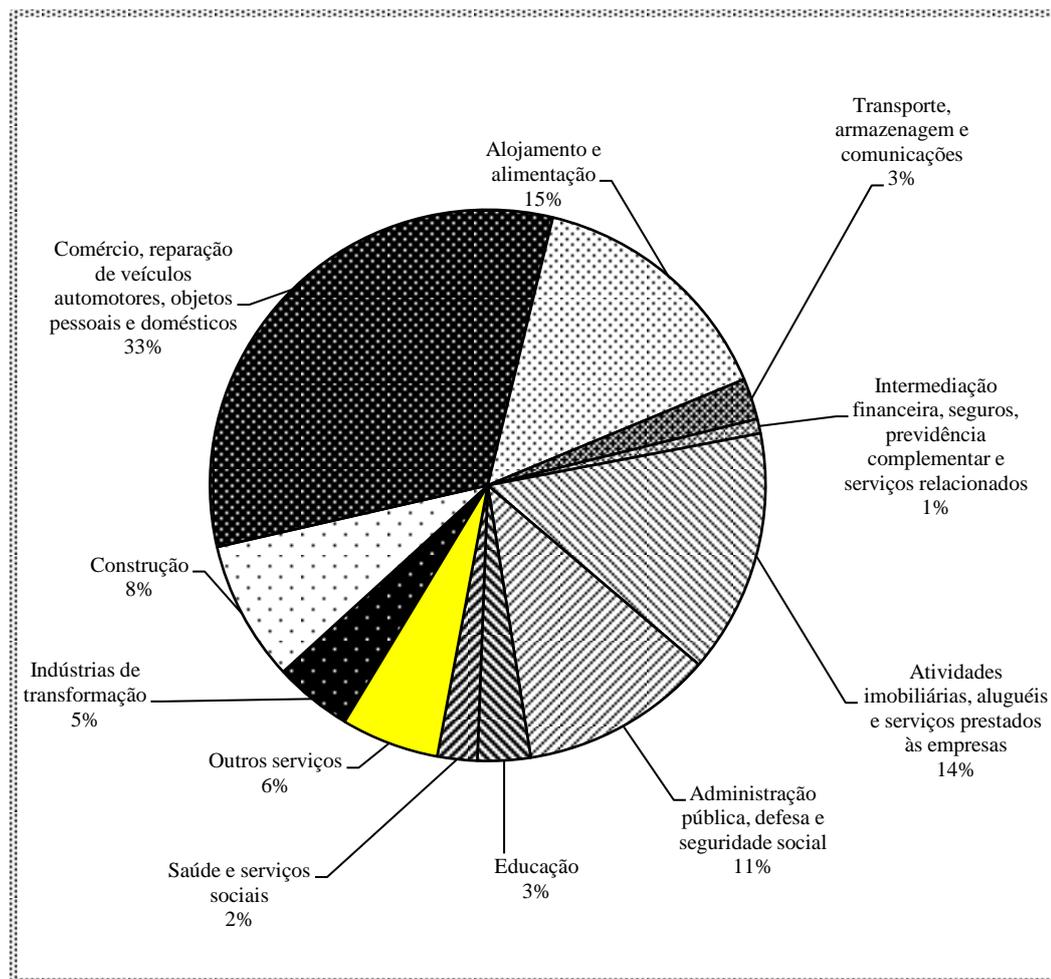
A redução da heterogeneidade do trabalho concreto não altera o fato de que o modo de produção ainda é sustentado pela contradição capital-trabalho, que tem como expressão a exploração da classe trabalhadora. Assim, a prestação de serviços na área do turismo é pautada pela contradição capital-trabalho, a força de trabalho material ou imaterial (intelectual) é revertida em um produto ou serviço, que tem valor de troca. Parte deste valor é apropriada por quem detém os meios de produção, na forma de mais valia.

Em Caldas Novas, o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2007), evidencia que a maioria dos trabalhadores está em atividades direta ou indiretamente ligadas ao turismo²¹, isto é, 33% das atividades comerciais, 15% de alimentação e alojamento e 14% de atividades imobiliárias, somam 61% de atividades mantidas pelo turismo. É um índice alto, sobretudo compararmos com Goiânia. Caso se considere as mesmas variáveis, o número de pessoas envolvidas em atividades turísticas é menor: 23% de atividades comerciais, 3% de alimentação e alojamento e 3% imobiliárias. Essas atividades concentram 36% das pessoas trabalhadoras, índice menor que em Caldas Novas (Ilustração 10 e 11).

21 O Instituto de Pesquisa Aplicada (2008) considera 38 atividades características do turismo (ACTs) agrupadas 7 grupos: Alojamento; Alimentação; Transporte; Auxiliar de Transportes; Agências de Turismo; Aluguel de Transporte e Cultura e Lazer.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, 2007, dados sistematizados pela autora.
 Ilustração 10 – Gráfico da disposição da ocupação dos trabalhadores de Goiânia por postos de trabalho.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, 2007, dados sistematizados pela autora.
 Ilustração 11 – Gráfico da Disposição da ocupação dos trabalhadores de Caldas Novas por postos de trabalho.

Mesmo considerando que tais atividades não sejam específicas do turismo, sem dúvida, elas aumentam significativamente o número de vagas de trabalho, sobretudo quando comparadas com uma cidade que é capital de estado.

A exploração e a submissão estão presentes na relação de compra e venda da força de trabalho, entretanto, elas não foram percebidas ou reveladas pelos entrevistados, trabalhadoras e trabalhadores do turismo em Caldas Novas. A satisfação dos trabalhadores entrevistados em ver atendidas suas necessidades de sobrevivência, material e espiritual, muitas vezes, encobre a situação desfavorável em que ele se encontra e que não foi revelada em seus discursos. Ao dizerem o que entendiam por trabalho, em sua totalidade, buscaram o aspecto da funcionalidade e a importância que o trabalho cumpre em suas vidas. Diante das respostas, o trabalho aparece como relação de submissão, sobrevivência do trabalhador e do grupo

familiar, reconhecimento de dignidade humana, das relações com os outros homens, com a sociedade, e como atendimento das necessidades espirituais.

O trabalho, muitas vezes, aparece como relação de submissão. A relação de exploração do trabalho ficou implícita nas entrevistas, entretanto, foi evidenciado o controle do capital e do capitalista por meio da coação e das ordens dadas. Essa situação está colocada para o trabalhador por meio da relação capital-trabalho: ao ser contratado para desempenhar determinada função, o modo como o trabalhador desempenha tais tarefas é determinante para a manutenção de seu emprego. Conhecedor dessa situação e diante da necessidade de sobrevivência, a sujeição é inerente à relação de trabalho, mesmo que subsumida pela satisfação do trabalho desempenhado.

Um dos trabalhadores, talvez o que tenha maior vivência dentre os entrevistados, por causa da idade (setenta anos) e das dificuldades que enfrentou ao longo da vida, revela o caráter explícito da submissão do trabalhador: “Trabalho pra mim é saber cumprir as ordens” (ENTREVISTA 8, 2008).

Esse senhor iniciou sua vida profissional aos 12 anos na zona rural como lavrador, onde trabalhou de forma precarizada durante 15 anos, só teve seu trabalho reconhecido mediante o registro em carteira profissional aos 25 anos de idade. Nessa trajetória, passou por situações em que imperou o autoritarismo. Embora não tenha entrado em detalhes, deixou claro que, para ele, o trabalho pode ser resumido ao cumprimento de ordens.

No município de Caldas Novas, uma questão observada é a diferença entre as condições de trabalho no campo, ou mesmo na construção civil – sobretudo há duas ou três décadas – e as condições atuais de trabalho no ramo do turismo. A compreensão das trabalhadoras e trabalhadores entrevistados é que, diante das dificuldades enfrentadas no desempenho do trabalho braçal, na lavoura, no manejo do gado ou em trabalhos eventuais, incertos para sobrevivência pessoal e de suas famílias, o trabalho exercido em atividades turísticas torna-se mais agradável e satisfatório.

Se o “trabalho na fábrica exaure os nervos ao extremo, suprime o jogo variado dos músculos e confisca toda a atividade livre do trabalhador, física e espiritual” (MARX, 1982, p. 483), o trabalho no turismo exige menor sacrifício do trabalhador no que diz respeito ao esforço físico, não sendo percebido o controle sobre a vida cotidiana do desse trabalhador. Durante as entrevistas, não aparece manifestação de descontentamento em relação ao controle que o trabalho e as exigências do mercado, sobre os trabalhadores. Embora haja uma valorização de seus momentos de ócio, eles não fazem a relação entre as horas de trabalho e

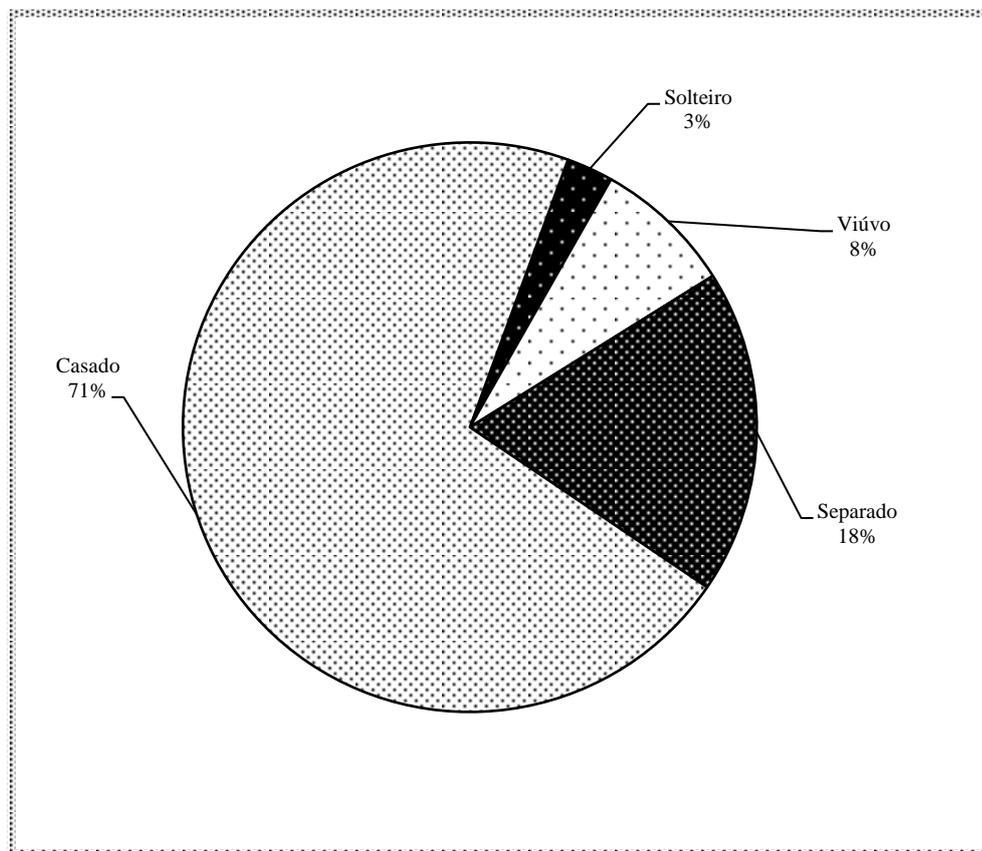
não trabalho. Melhor dizendo, não compreendem que a forma como conduzem sua vida privada tem relação com as atividades profissionais que desempenham.

As trabalhadoras e trabalhadores entrevistados não escondem o prazer em trabalhar no hotel, onde o trabalho é organizado, com divisão de tarefas, a exemplo da cozinha, em que há os locais específicos para o trânsito dos alimentos que são preparados e outros locais em que são colocados louças e talheres usados que foram recolhidos das mesas. Essa organização é apreciada por várias trabalhadoras que relataram com satisfação, como nesse caso: “O trabalho é dividido, tem a pia suja e com essa eu não trabalho, aqui é tudo muito organizado” (ENTREVISTA 1, 2008).

Há reconhecimento das pessoas que trabalham no Clube-Hotel em relação à qualidade do serviço que prestam. Algumas delas – que já estiveram na situação de turistas, ao frequentarem hotéis, clubes ou restaurantes – revelaram que se tornaram exigentes com relação à qualidade dos serviços, e quando comparam as instalações, disseram que a cozinha na qual trabalham é melhor. Isto revela que a exploração estrutural fica encoberta pela satisfação que os trabalhadores têm com o seu local e tipo de trabalho. A estética, proveniente da sofisticação e do luxo, alimenta o espírito mediante a situação de pobreza e exploração a que foram submetidos em trabalhos anteriores.

A maioria absoluta das pessoas entrevistadas (60,5%) enfatizou a essencialidade do trabalho no processo de sua sobrevivência material e de seus familiares, e uma pessoa entrevistada declarou: “Trabalho é o meu ganha pão, o meu dia a dia, de onde tiro o sustento meu e de minha família, é a minha sobrevivência” (ENTREVISTA 9, 2008).

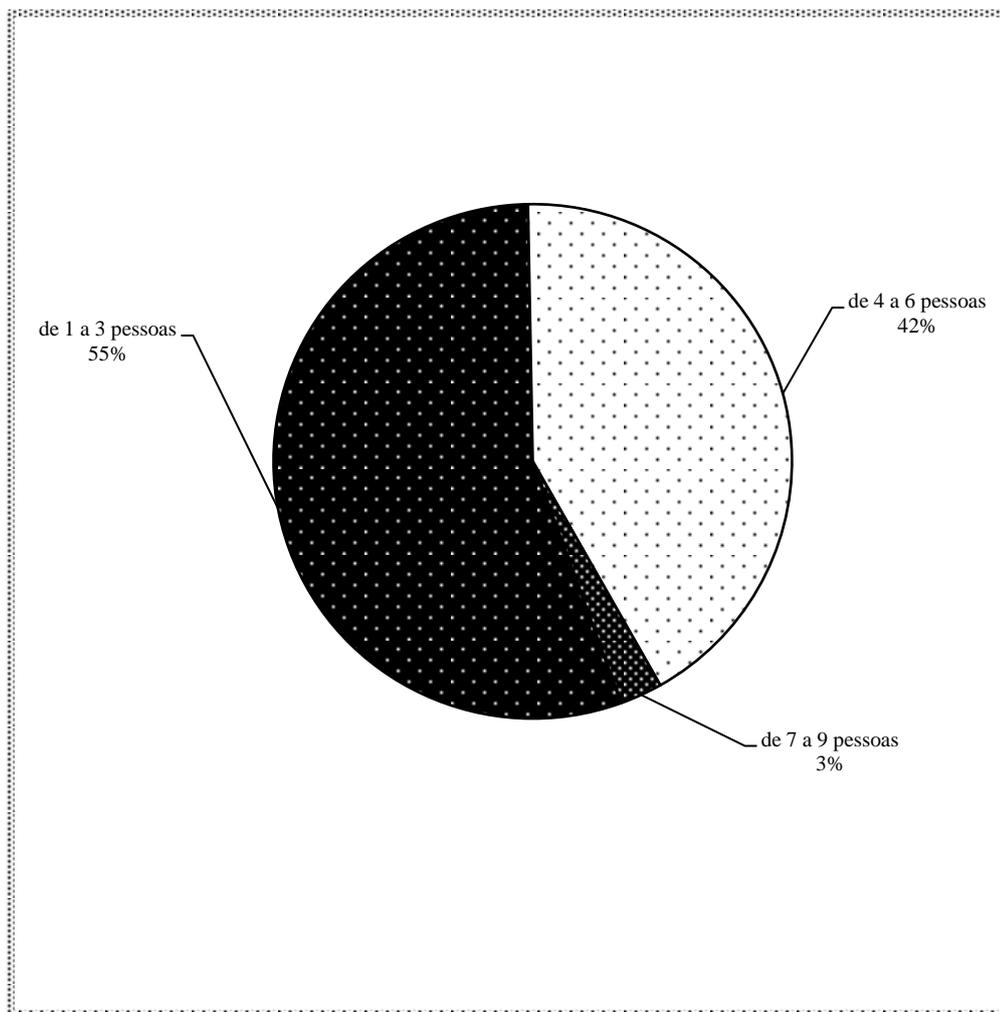
A maioria das pessoas entrevistadas (82%) é casada ou já passou por esta situação (Ilustração 12), as pessoas solteiras ainda são jovens.



Fonte: dados da pesquisa. Clube-Hotel de Caldas Novas, 2008.

Ilustração 12 – Gráfico do estado civil das trabalhadoras e trabalhadores do turismo em Caldas Novas.

A união estável faz parte da vida da maioria das trabalhadoras e trabalhadores. A família é a primeira instituição responsável pela reprodução da vida natural e social do homem. Embora apresente diferentes arranjos, até o momento, por mais conflitiva e contraditória que sejam as relações familiares, a instituição ainda não foi substituída. As famílias desses trabalhadores, em sua maioria, têm de uma a três pessoas (Ilustração 13).



Fonte: dados da pesquisa. Clube-Hotel de Caldas Novas, 2008.

Ilustração 13 - Gráfico da composição familiar das trabalhadoras e trabalhadores do turismo em Caldas Novas.

A maioria das trabalhadoras e trabalhadores tem compromisso com a manutenção da família e reconhece o trabalho como uma condição indispensável para a subsistência, como revela o entrevistado: “Trabalhar é tudo, com o trabalho agente compra o que quer” (ENTREVISTA 8, 2008).

A responsabilidade com a reprodução das relações sociais expressas pela família, associada ao trabalho precoce – iniciado na faixa dos quatorze a dezoito anos – sedimenta a consciência da importância do trabalho para a sobrevivência, o que é a condição *sine qua non* de vida:

Trabalho faz parte da vida da gente, é tudo na vida da gente. Sem trabalho não tem como sobreviver, agente precisa trabalhar (ENTREVISTA 7, 2008).

Trabalho é ganhar o pão de cada dia para sustentar a família (ENTREVISTA 10, 2008).

Para este trabalhador, o trabalho assalariado confere-lhe respeitabilidade e crédito, mesmo que o salário seja baixo. Dentre as pessoas entrevistadas, 78% recebem no máximo três salários mínimos mensais.

Essas pessoas não se reconhecem sem a família, nem sem o trabalho. Muitas vezes, a necessidade intrínseca do ser humano no seu cotidiano impele-o ao enfrentamento, a rebelar-se contra a exploração ou mesmo dela ter consciência. E, aos olhos do trabalhador, a exploração não é reconhecida enquanto tal, e o salário passa a ser a recompensa justa e esperada pelo mês trabalhado. Dentre as pessoas entrevistadas, 21% revelaram que o trabalho contribui para o reconhecimento de dignidade humana e das relações com os outros homens e com a sociedade. Esses trabalhadores e trabalhadoras não desenvolveram a consciência da exploração, mas passaram a ter falsa consciência dos seus limites e de suas situações de despreparo para o trabalho. Nesse caso, a pouca qualificação é considerada responsabilidade exclusiva do trabalhador, o preço que este paga pelo acesso precoce ao trabalho, pouca ou nenhuma escolaridade, pouca saúde e condição de vida precária. Assim, o trabalhador é penalizado duas vezes: primeiramente, por não ter acesso ao atendimento de suas necessidades, e, em segundo lugar por se considerar incapaz de conseguir um espaço no mercado de trabalho.

A valorização do trabalho e a falta de consciência da exploração aparecem na fala das pessoas entrevistadas. Para outro trabalhador que começou a trabalhar como vendedor de picolé aos quatorze anos de idade e aos dezesseis fez sua carteira de trabalho,

o trabalho dignifica o homem, quem trabalha certo e honesto tem mais respeito na comunidade, é com o trabalho que eu consegui tudo que tenho. Até as amizades que eu tenho, foi no trabalho. Um homem não vive se trabalho (ENTREVISTA 3, 2008).

Por meio do trabalho, o homem reconhece-se em sua dignidade e é reconhecido socialmente. Para a classe trabalhadora em geral, a venda da força de trabalho tem início ainda na adolescência, e, em alguns casos, ainda mais cedo, pois o trabalho remunerado passa a fazer parte de seu cotidiano e, nos momentos em que essas pessoas se encontram desempregadas, ficam envergonhadas e constrangidas. Essa condição pode ser identificada em algumas narrativas ou comentários informais feitos fora do momento da entrevista.

Dentre as pessoas entrevistadas, 15,8% revelou a importância do trabalho para atender às necessidades espirituais. Essas pessoas disseram ter prazer em trabalhar e se realizam por meio do trabalho.

Um entrevistado que trabalha no atendimento e acompanhamento de pessoas, em geral turistas, no uso da informática em uma *lan house*, contou sua trajetória profissional:

Iniciei profissionalmente com dezessete anos como arte finalista trabalhando na área de artes gráficas, com carteira assinada. Logo em seguida trabalhei na Pousada do Rio Quente Resorts em atendimento ao cliente em acesso à internet (*lan house*) e informações gerais, também com carteira assinada, em seguida, na *Chips* Informática e Eletrônica trabalhei com manutenção de computadores e assistência técnica, também com carteira assinada. E, agora finalizando, estou trabalhando no *Speed Games Lan House* que pertence ao mesmo proprietário *Chips* Informática e Eletrônica, também com carteira assinada (ENTREVISTA 1, 2008).

Esse trabalhador foi selecionado para entrevista nesta pesquisa em razão de sua trajetória profissional na produção de serviços para os turistas no campo da informática. Para ele

trabalho é o alimento da alma por meio do qual construiremos o futuro e aprendemos muitas coisas. O trabalho é a realização do ser humano. Ninguém sobrevive sem um trabalho tanto financeiramente como espiritualmente (ENTREVISTA 1, 2008).

A sua visão de trabalho tem características em comum com a visão dos demais trabalhadores que consideram o trabalho algo fundamental em suas vidas.

Hardt (2005) caracteriza esta forma de trabalho como trabalho afetivo. Entretanto, na realidade, não deixa de ser o aspecto social do trabalho que sempre existiu em sua forma mais primitiva, pois o homem tem, segundo a concepção marxiana, necessidades materiais e espirituais. Para o autor, a “outra face do trabalho imaterial é o trabalho afetivo do contato e interação humanos” (HARDT, 2005, p. 313). Esse autor menciona como trabalho afetivo aquele decorrente dos serviços de saúde, pois, segundo ele há “criação e manipulação de afeto”. Essa afirmação não se sustenta na realidade concreta no sistema do capital, em que todo trabalho, seja desenvolvido de forma criativa, ou como quer Hardt, de forma afetiva, é o desprendimento de força de trabalho que tem um valor de uso e de troca. O trabalho, neste caso, é ao mesmo tempo concreto e abstrato.

Os trabalhadores e trabalhadoras que desempenham atividades no campo do turismo e/ou do lazer — ou outra prestação de serviço, cujo produto final não é mercadoria, mas a alteração de uma situação de insatisfação ou de incômodo para uma situação de prazer —, são

profissionais especializados em determinadas atividades que proporcionam mudanças para o atendimento das necessidades espirituais, isto é, para satisfação do prazer por meio de entretenimento. Essa configuração do trabalho não é nova, é na verdade, reconstruída com novas categorias – na tentativa de inovar – com base em tradicionais concepções marxistas. Marx (1993), já mencionava que o homem, ao atender suas necessidades materiais, poderia atender às suas necessidades espirituais cujo processo faz parte da emancipação humana que só ocorre com a superação da alienação do processo produtivo. A

emancipação constitui uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem. A emancipação política é a redução do homem, por um lado a membro da sociedade civil, indivíduo independente e egoísta e, por outro, a cidadão, a pessoa moral. A emancipação humana só será plena quando o homem real e o indivíduo tiverem em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (MARX, 1993, p. 63).

O trabalho, atualmente, com a complexidade do processo produtivo, exige formação e qualificação específicas e cada vez mais conhecimento técnico. Uma mãe, ao preparar o alimento da família, mais do que afeto, deve ter um conhecimento prévio do tipo de alimento que melhor atenda às necessidades dos membros da família. Os trabalhos familiares²², no âmbito privado, não têm apenas uma motivação afetiva, mas o propósito de suprir as necessidades de subsistência da família. O trabalho, torna-se cada vez mais uma atividade social que exige formação.

A atividade que tem a aparência de um gesto afetivo tornou-se historicamente um cuidado de interesse social, político e, sobretudo econômico. Na atualidade, o trabalho familiar, mais do que valor de uso, passa a ter valor de troca, e o que antes era cuidado “afetivo” — se é que alguma vez o foi — passa a ser a troca da força de trabalho mediante um salário. Pode-se citar a profissão emergente das cuidadoras, profissionais especializadas que cuidam e servem de companhia para pessoas idosas.

O trabalho como atendimento das necessidades espirituais advém, historicamente, não só para o atendimento das necessidades das pessoas que recebem o serviço, como também ocorre com os trabalhadores e trabalhadoras do ramo do turismo, um deles revela:

22 “Trabalho familiar” é uma terminologia adotada por Hardt para designar os trabalhos domésticos, essencial para a reprodução da vida em sociedade.

Trabalho é o alimento da alma com o qual construiremos o futuro, com ele aprendemos muitas coisas, ninguém sobrevive sem um trabalho tanto financeiramente como espiritualmente. Para mim o trabalho é a coisa mais importante (ENTREVISTA 1, 2008).

Portanto, além de constar como meio de sobrevivência, em algumas circunstâncias, o trabalho torna-se um fim em si mesmo, um elemento de satisfação, e foi evocado como elemento necessário para a garantia da saúde mental e como ampliação das relações sociais:

Trabalho faz parte da saúde, a gente faz amigos, desenvolve amizades. Tudo que aprendi foi com o trabalho. Se não tiver trabalho não fico bem. Sou capaz de adoecer se ficar muito tempo sem trabalhar. Também preciso trabalhar pra cuidar da minha família (ENTREVISTA 6, 2008).

As entrevistas revelaram que a maioria dos trabalhadores não reconhece a vida sem o trabalho. Ainda que sem uma possibilidade de fundamentar seu pensamento, pela falta de acesso uma formação teórica, o trabalho apareceu em todas as entrevistas como algo fundante do ser, pois, sem trabalho as pessoas não se reconhecem como seres sociais respeitados e dignos. O trabalho é visto como uma atividade necessária para a sobrevivência e também como atividade imprescindível para a realização do homem e da mulher. Um entrevistado que morava no município de São Paulo-SP chegou a trabalhar como vendedor autônomo de produtos de limpeza e se declarou também artista plástico. Ele se mudou para Caldas Novas com o intuito de garantir “melhor qualidade de vida”, e declara:

Sem trabalho a pessoa não vive. Não adianta você ter coisas e não ter nada para alcançar. O trabalho é fundamental na vida do homem. Trabalho. Sem trabalho o homem não é nada. A dignidade dele está no trabalho, qualquer trabalho é legal desde que seja para garantir o pão de cada dia, sem distinção (ENTREVISTA 2, 2008).

Ao comparar as concepções de trabalho dos turistas entrevistados com as dos trabalhadores do Hotel-Clube, percebe-se diferença mais na forma que no conteúdo do discurso. Para um turista que já fez esta viagem algumas vezes com a família e se hospeda em hotel, trabalho é o

meio pelo qual você transforma seu conhecimento, força braçal, intelectual, em salário, remuneração etc. É com o trabalho que posso realizar aquilo que eu quero, meus sonhos e as minhas vontades. Poço sair e fazer uma viagem como esta por exemplo (ENTREVISTA 11, 2008).

Também, nas demais entrevistas com os turistas, estava presente o reconhecimento do caráter de realização material e espiritual do trabalho, isto é, como meio pelo qual eles conquistam o direito à melhoria das condições de vida e ao lazer.

Para as pessoas entrevistadas o trabalho foi mencionado como algo essencial, tanto como meio pelo qual as pessoas garantem sua sobrevivência, como também como um fim, como algo agradável que propicia realização pessoal e social. Ocorre, muitas vezes, que determinado tipo de trabalho pode ser difícil, pesado, insatisfatório — trabalho doméstico, no campo, na lavoura ou na construção civil, por exemplo —, mas o trabalho em si foi apresentado como algo satisfatório, sobretudo no caso dos trabalhadores e trabalhadoras que já passaram pelos tipos de trabalhos mencionados anteriormente e que atuam no ramo turístico.

Não é por acaso que o lazer para as pessoas entrevistadas pode ser confundido com o trabalho. Para além das questões relacionadas à produção material, os homens, em seu cotidiano, podem desenvolver atividades que lhe dão prazer, que tanto podem estar relacionadas à convivência com amigos e familiares, como ao conhecimento de novas pessoas. Durante as entrevistas, em vários momentos, as pessoas mencionaram que gostam do que fazem, sobretudo quando são reconhecidas pelos turistas, fora de seus locais de trabalho e essa relação transpõe o espaço profissional, público, e adentra o âmbito das relações afetivas, no campo privado.

2.5 Turistas e moradores, sujeitos de uma nova realidade

Na produção, os homens não agem apenas sobre a natureza, mas também uns sobre os outros. Eles somente produzem colaborando de uma determinada forma e trocando entre si suas atividades. Para produzirem, contraem determinados vínculos e relações mútuas e somente dentro dos limites desses vínculos e relações sociais é que se opera sua ação sobre a natureza, se realiza a produção (Karl Marx).

O conceito de turismo desenvolvido por Oscar de la Torre foi adotado pela Organização Mundial de Turismo (ONT):

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade

lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (ONT, 2007, s. p.).

O homem como ser social, ávido do atendimento de suas necessidades físicas e espirituais, locomove-se constantemente de região para região, seja por processo migratório de transferência de moradia ou, temporariamente, em busca de lazer, tratamento de saúde, prática religiosa ou qualquer outra razão. Neste texto foi considerado o segundo aspecto do deslocamento de pessoas, o turismo. Além dos deslocamentos temporários mencionados, há também as visitas a amigos e/ou parentes, acesso à cultura ou mesmo à educação ou formação profissional.

Neste trabalho, turismo é atividade social constituída historicamente. O sistema capitalista apropria-se da necessidade humana de deslocar-se por prazer para outros espaços, para movimentar a economia de determinados locais, cidades ou regiões, caso em que, são construídos empreendimentos para hospedagem, alimentação, lazer e transporte para fomentar as necessidades materiais, espirituais e estéticas dos turistas e atender aos interesses próprios do capital, de reproduzir-se e se expandir, o que é outra face da produção de mercadoria que produz bens e serviços por meio do redimensionamento de espaços apazíveis. As mercadorias a serem consumidas são os próprios espaços e os serviços neles incluídos, com características e atrativos específicos para receber visitantes consumidores.

No caso de Caldas Novas, inicialmente, o deslocamento de pessoas foi motivado pelas necessidades terapêuticas, como registrado no discurso proferido em sessão na Câmara dos deputados pelo então Deputado Olegário Pinto, em 10 de agosto de 1912:

Os primeiros doentes [que vieram para tratamento de saúde em Caldas Novas] em 1831 eram 987, em 1841 foram 2.573, em 1852 subiram a 6.823, em 1862 o número foi de 17.401, que se elevaram a 25. 524 em 1872 o número foi de 42. 708 e assim nesta progressão:

1900	58.000
1901	68.520
1903	80.700
1905	90.000
1907	101.000
1908	102.350

Em 1910, quando estive lá fazendo uso das águas, acusava lista dos estrangeiros 134 mil enfermos (Saint-Hilaire, 1982, p. 44).

Não há registro de como esses números foram obtidos, entretanto, essas informações, associadas à leitura de outros documentos e publicações, levam a acreditar que os dados contidos no discurso de Olegário Pinto são referentes às visitas dos turistas; assim, cada pessoa pode ter visitado o município mais de uma vez ao ano. De qualquer forma são números elevados que revelam a frequência com que município recebia visitantes, e o fato desta informação aparecer em discurso proferido na Câmara dos Deputados mostra o quanto os políticos da época estavam interessados na exploração das águas termais com fins mercantis.

A intenção de procurar lazer, tratamento médico ou descanso não é unívoca, isto é, ao fazer turismo, o homem pode buscar ao mesmo tempo o lazer, o descanso e o cuidado com a saúde física e mental, isto é, por meio do tratamento de saúde, pode buscar o conforto e encontrar o prazer, a satisfação. Assim, não se pode caracterizar o turismo meramente como lazer ou apenas como saúde, apesar de haver a predominância de um ou outro aspecto no deslocamento de determinadas pessoas.

O turismo de saúde tinha algumas limitações em relação aos interesses econômicos da cidade, pois grande parte do público que buscava esse tipo de serviço nem sempre dispunha de recursos financeiros suficientes para consumir todos os serviços oferecidos pela cidade que o acolhia, restringindo o movimento econômico.

Por outro lado, o turismo de lazer é interessante para os empresários do município, pois, geralmente, as pessoas que praticam essa forma de turismo se organizam financeiramente para que possam assumir todas as despesas provenientes do consumo dos serviços oferecidos na cidade turística, em determinados períodos do ano.

Além do turismo eventual, algumas pessoas viajam sempre para o mesmo local, como ocorre em Caldas Novas, local em que adquirem casas de temporada – aquecendo a economia proveniente da construção civil – e se tornam cidadãos contribuintes do município, não só com o pagamento de impostos²³, mas como consumidores das atividades turísticas, de bens e serviços públicos em algumas épocas do ano.

As viagens turísticas frequentes para o mesmo local e a manutenção de casa para temporada, que passa a ser uma segunda moradia, apresentam uma situação específica em que

23 Imposto predial e territorial urbano (IPTU), imposto sobre serviços (ISS) e imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS).

o cidadão não é força de trabalho naquela cidade. Ele não produz a mais valia na cidade, não utiliza os serviços públicos de educação e saúde, mas, por outro lado, leva seus recursos para o município, consome e contribui com os impostos para a economia local.

As relações socioeconômicas e políticas em Caldas Novas apresentam algumas particularidades. O fluxo financeiro proveniente do turismo não tem regularidade em todos os meses do ano; portanto, essa economia – pautada pelo turismo – tem um fluxo sazonal e está sujeita a certas estações do ano. Em períodos de férias e feriados os moradores locais, sobretudo os que trabalham direta ou indiretamente com o turismo têm que ter uma agenda adequada ao movimento turístico. As épocas em que os moradores mais trabalham são os períodos de férias, feriados e finais de semana.

Assim, o planejamento urbano desse município passou a ser realizado em razão de um público itinerante, não morador do local. Um exemplo é a recente mudança de vias públicas, como a apropriação de ruas laterais da Praça Mestre Orlando pelos comerciantes que transformaram o espaço em extensão de bares e restaurantes para atender à demanda de espaço físico para os estabelecimentos comerciais, sobretudo em época de temporada. Desta forma, locais que antes eram de acesso público, com recursos do tesouro municipal foram apropriados pela iniciativa privada, prejudicando a circulação de moradores com mesas, cadeiras, garçons e fregueses desses bares (Ilustrações 14, 15 e 16).



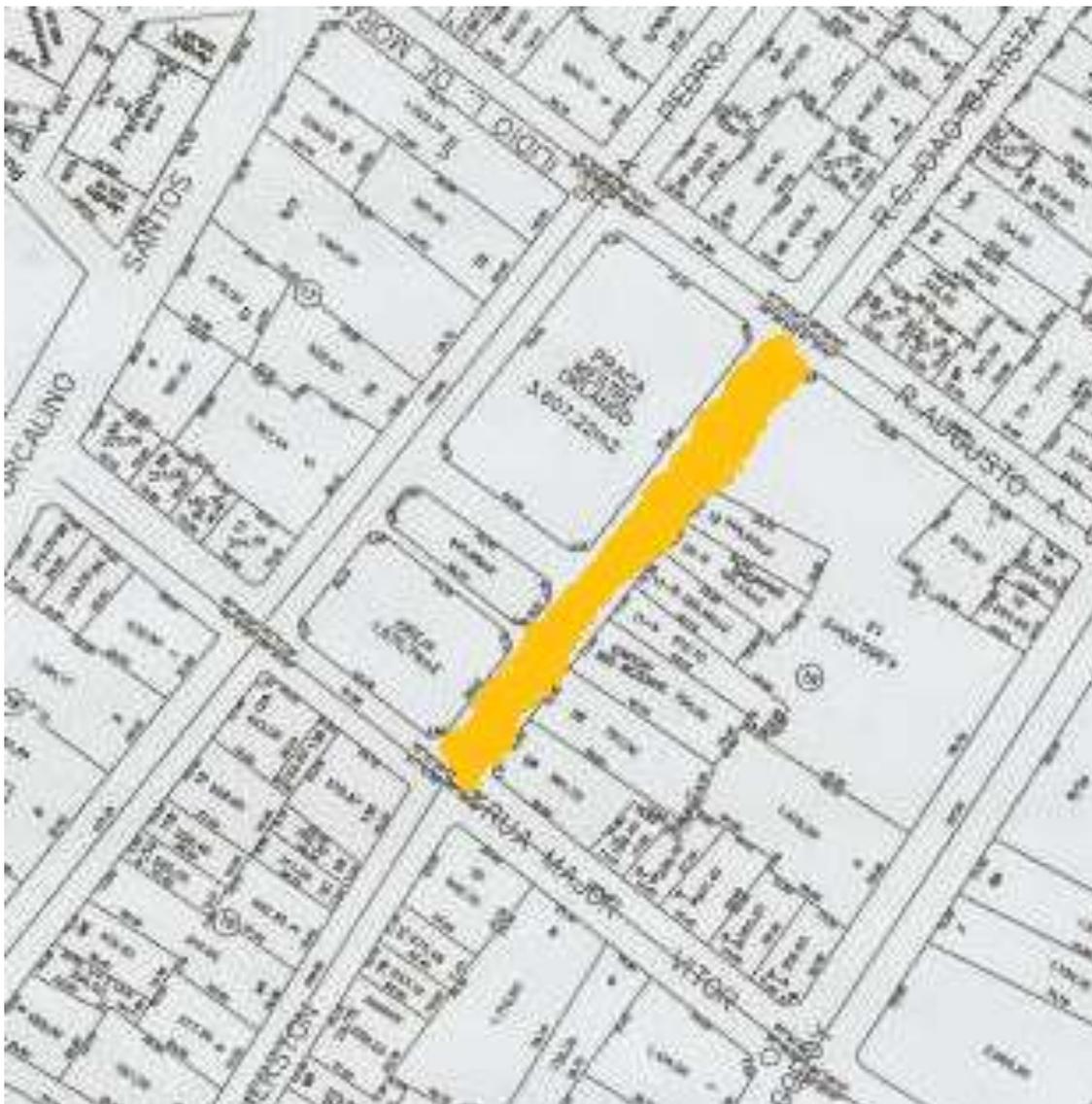
Fonte: foto da autora (2007).

Ilustração 14 – Foto da rua lateral à Praça Mestre Orlando, atualmente uma extensão dos bares.



Fonte: foto da autora (2007).

Ilustração 15 – Foto da Praça Mestre Orlando, atualmente uma extensão dos bares.

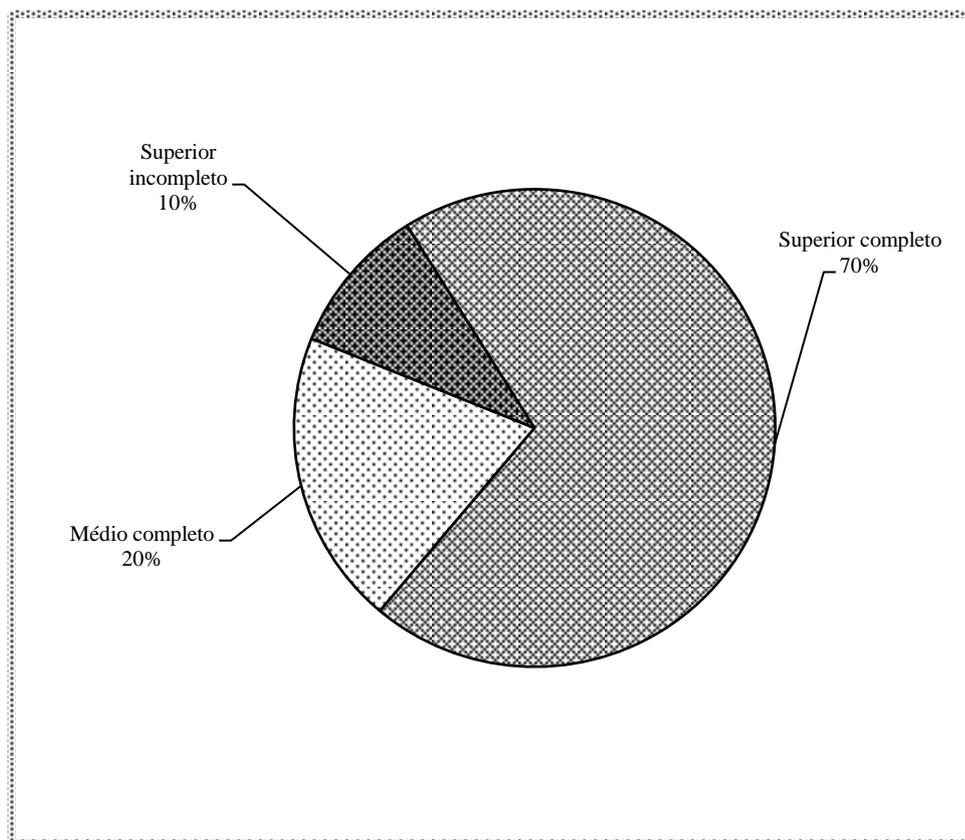


Fonte: Secretaria de Obras do Município de Caldas Novas, mapa digital com destaque feito pela autora, 2007.

Ilustração 16 – Mapa da Praça Mestre Orlando com destaque da rua que se encontra atualmente ocupada pelos bares.

O planejamento em favor do turista não incomoda as pessoas entrevistadas, pois incorporaram o discurso ideológico de que o turista é o responsável pelos recursos financeiros que garantem a manutenção de sua família, estabelecendo uma relação de subserviência e dependência que mascara a verdadeira relação de exploração e precarização do trabalho e do espaço público.

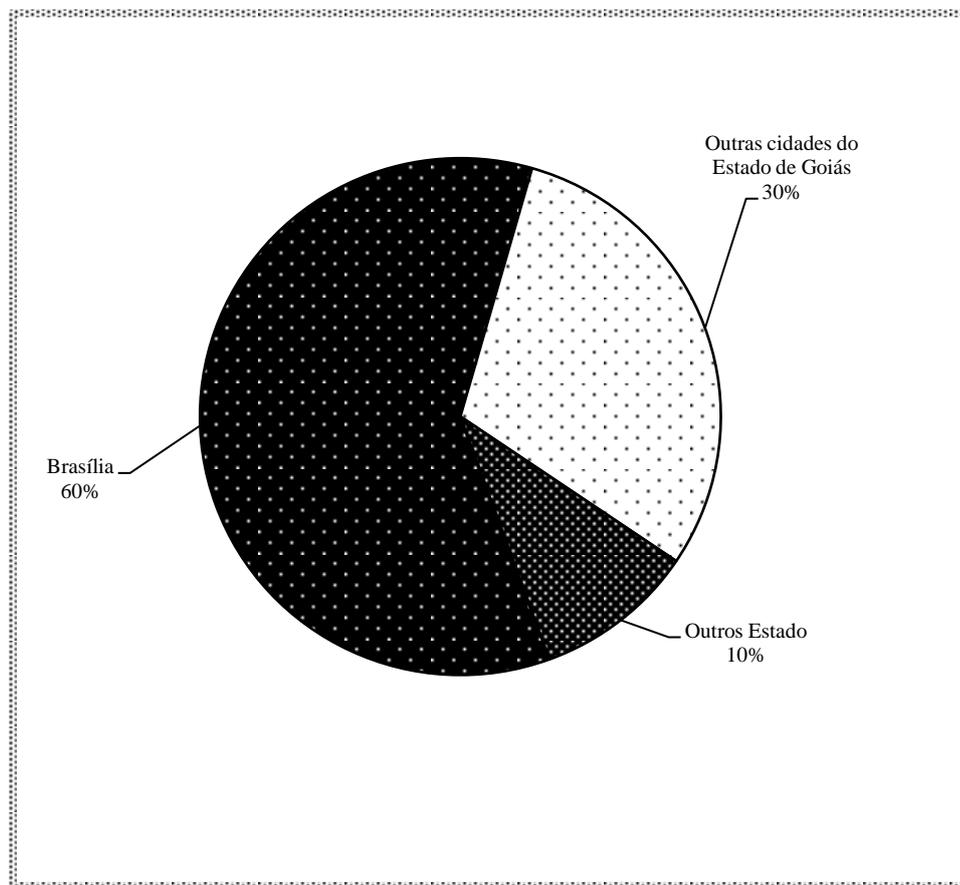
Além da pesquisa com os trabalhadores, também foram entrevistados, de forma aleatória, vinte turistas, e a primeira característica identificada é que eles têm maior escolaridade que a população local (Ilustração 17).



Fonte: dados da pesquisa. Caldas Novas, 2008.
 Ilustração 17 – Gráfico do nível de escolaridade dos turistas.

Os turistas que “habitam” temporariamente a cidade — em hotéis, apartamentos ou casas (próprias ou alugadas) — não participam do poder decisório, não exercem poder de voto e não vivenciam os conflitos de seus cotidianos. Eles estabelecem uma relação mercantilista imediata, obtêm o que necessitam mediante pagamento.

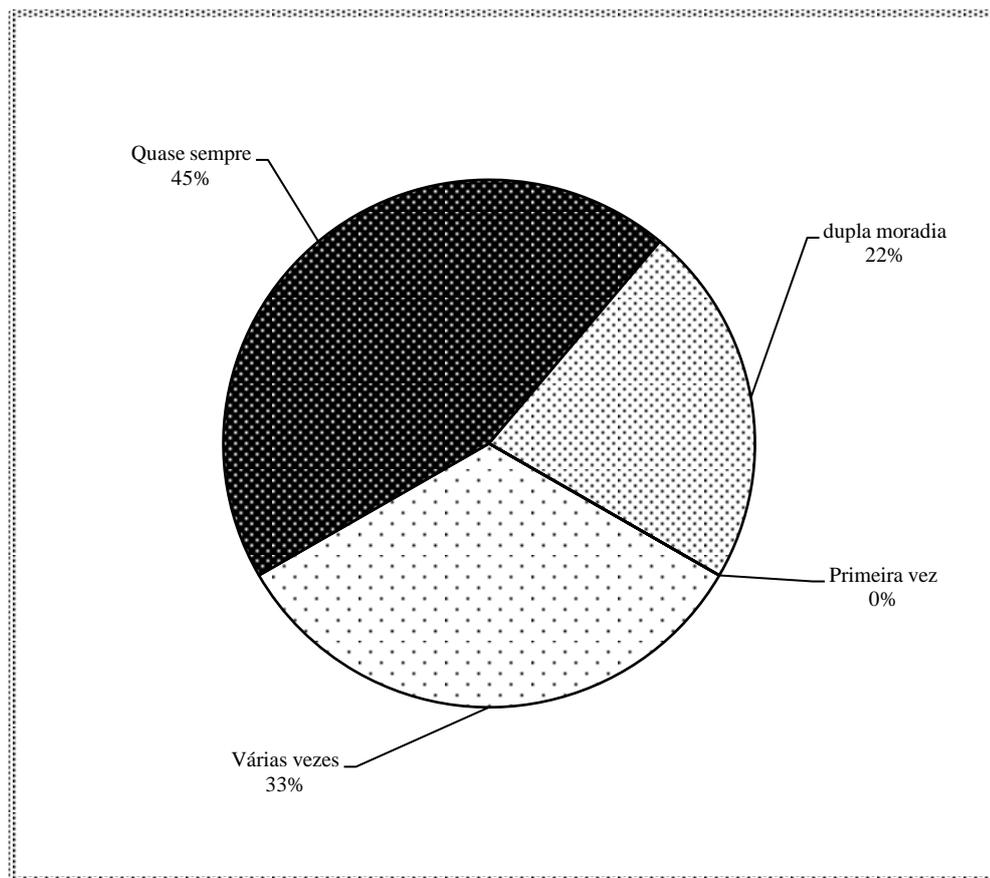
Em pesquisa realizada em uma praça central de Caldas Novas, foram abordados, de forma aleatória, vinte pessoas e constatou-se que todos os entrevistados estavam a passeio, portanto, eram turistas (Ilustração 18).



Fonte: dados da pesquisa. Caldas Novas, 2008.
 Ilustração 18 – Gráfico da origem dos turistas.

A maioria dos turistas é proveniente de Brasília, ocorrência que é de conhecimento dos trabalhadores do local e percebida nas ruas, com a predominância de placas dos carros dessa cidade. Há algumas explicações dadas pelos moradores de Caldas Novas e confirmadas pelos brasilienses: proximidade, necessidade de lazer, poder aquisitivo, etc. O tipo de atrativo encontrado em Caldas Novas – as águas termais e a infraestrutura para receber visitantes – possibilita que as mesmas pessoas ou famílias passem a visitar a cidade muitas vezes por ano e, em alguns casos consideram-na sua segunda cidade.

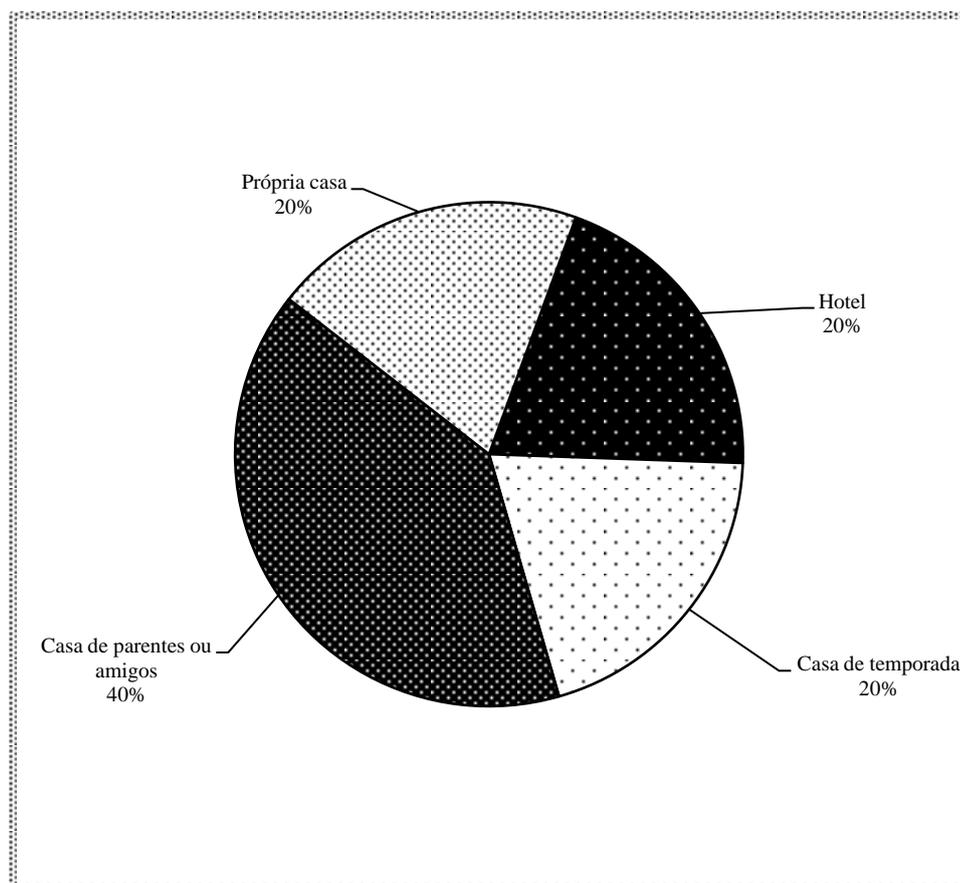
Pode-se afirmar que Caldas Novas, mais do que uma população flutuante, tem moradores temporários, pois 45% dos turistas entrevistados frequentam a cidade várias vezes ao ano (Ilustração 19).



Fonte: dados da pesquisa. Caldas Novas, 2008.

Ilustração 19 – Gráfico da frequência de viagem a Caldas Novas.

De acordo com a Secretaria de Turismo e Cultura de Caldas Novas (2006), em 2004 a cidade contava com um total de 30.031 leitos em empreendimentos de hotelaria. Considerando que 60% dos turistas que transitam pela cidade têm moradia própria para temporada, ou se hospedam em casa de familiares e amigos e outros, pode-se afirmar que, em determinados períodos do ano, a cidade pode ter o dobro (ou mais) de sua população fixa (Ilustração 20).



Fonte: dados da pesquisa. Caldas Novas, 2008.

Ilustração 20 – Gráfico sobre o tipo e local de hospedagem dos turistas em Caldas Novas.

O poder público cria infraestrutura para atender a todo esse contingente populacional; e a população local aprende a conviver com essa realidade ambígua, isto é, em alguns períodos, a cidade é pacata como qualquer outra cidade do interior, em outras ocasiões passa a ter mais de 100 mil habitantes com todas as questões econômicas, sociais e políticas pertinentes a uma cidade desse porte.

CAPÍTULO III – ASPECTOS DA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Aquilo que eles [indivíduos] são coincide, portanto, com a sua produção, com o que produzem e também como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção (Friedrich Engels e Karl Marx).

Na perspectiva de investigar a constituição do sistema capitalista, Marx pesquisou as pessoas como ser social e “representantes de uma categoria econômica, em que simbolizam relações de classe e interesses de classe” (MARX, 1982, p. 6). Para este autor, quando

estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campo, na orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. (MARX, 1982a, p. 14).

Para o estudo do devenir da formação da classe trabalhadora e o processo educativo destes na apreensão da realidade com as inerentes contradições é mister a investigação sobre a população local, mediante determinada conjuntura, cujos principais sujeitos desse processo são: o trabalhador, como indivíduo; e a classe trabalhadora como sujeito coletivo. Esta última, na realidade em estudo, vem constituindo-se historicamente com desafios postos pelas condições objetivas e subjetivas da realidade posta, sobretudo (ou especialmente) a alienação, invisível e intensa, travestida de consenso pertinente ao modo de produção.

A produção, expressão da relação capital-trabalho nesta realidade circunscrita, do processo produtivo, em que pese as especificidades conjunturais espaciais e temporais,

têm certas características comuns, certas determinações comuns. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que, efetivamente sublinhando e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição (MARX, 1982a, p. 4).

A classe trabalhadora, em sua singularidade, é também universal. A vivência do trabalhador de Caldas Novas tem especificidades intensificadas pelas mediações, decorrentes de um trabalho com a população de turistas que apresentam elementos culturais diversificados. Embora o trabalho com o turismo seja predominante na área de prestação de serviço e não na produção de bens, ainda assim, está inserido na divisão social do trabalho que, para Marx (1982a) ocorreu no interior da própria família, e ainda, antes mesmo da organização familiar, já estava presente nas tribos ou hordas²⁴, por sexo e por idade. Na indústria rural-patriarcal,

onde fiandeiro e tecelão viviam sob o mesmo teto, a parte feminina da família fiava enquanto a parte masculina tecia, digamos que fosse para as próprias necessidades das famílias, fio e tecido de linho eram produtos sociais, fiar e tecer trabalhos sociais dentro dos limites da família. Seu caráter social não consistia em que o fio, como equivalente geral, se trocasse por tecido, também como equivalente geral, ou em que ambos se intercambiasssem entre si como expressões igualmente válidas e equivalentes do mesmo tempo de trabalho geral. Mas, ao contrário, era a organização familiar que, com sua divisão natural do trabalho, imprimia ao produto seu caráter social próprio (MARX, 1982a, p. 35).

Portanto, essa forma de organização das atividades de produção está presente na história do homem, o que passou por alterações foram a centralização e a concentração da apropriação privada da produção. A relação social de produção, vivenciada pela família rural-patriarcal, foi modificada na relação social da produção industrial em escala.

Nos séculos XX e XXI, consubstanciou-se uma forma de produção com a presença do passado e do presente²⁵. Do primeiro, ficou o legado da organização da produção rural-patriarcal, como processo de produção artesanal ou de pequena ou média indústria em que os trabalhadores são os membros de uma mesma família. Em relação ao presente, ocorreu – sobretudo, a partir da metade do século XX até a atualidade – ênfase à produção de

24 Sobre esta forma de organização, ver Engels (1977).

25 Sobre esse assunto, ver Gramsci (2000).

mercadoria, planejamento e estratégias administrativas para a exploração da força de trabalho com a extração da mais valia, em uma progressão geométrica, que aumenta ainda mais a discrepância entre as classes sociais. A produção no sistema capitalista não é só para o atendimento das necessidades da família que produz, é, antes de tudo, destinada à comercialização. No afã de aumentar mais e mais as taxas de lucro, as relações de trabalho são precarizadas, e os direitos, aviltados.

À medida que a sociedade fica mais complexa, a divisão social do trabalho torna-se mais específica no campo e na cidade, entre o trabalho manual e intelectual. O trabalho dos prestadores de serviço, e também a profissionalização do trabalho doméstico, que, até então, se situava no âmbito privado com remuneração precarizada ou mesmo sem remuneração, floresceu a partir do final do século XX.

Os trabalhadores da área do turismo em Caldas Novas, em sua maioria, são de origem rural, conforme visto no capítulo anterior. A vida do novo morador de Caldas Nova passa a ser provida de certo conforto se comparada à da zona rural — ou de cidades menores com baixo índice de desenvolvimento humano — em que desempenhavam trabalho pesado e, muitas vezes, sem acesso à assistência médica, à escola, e à remuneração suficiente para o atendimento das necessidades básicas, como revela o entrevistado a seguir:

Minha educação foi boa porque meu pai era muito exigente, quanto a escolaridade eu só estou estudando agora. Comecei a estudar com 48 anos, estou pra ler agora, alfabetização pra adulto, à noite. Sem ter estudo é muito difícil, mas a patroa é muito boa, dá apoio para o nordestino que chega, todo nordestino chega sem saber ler. Agente quando sai no mundo, aprende, dizem que o mundo ensina (ENTREVISTA 12, 2008).

Alguns desses trabalhadores só tiveram acesso à escola quando saíram do campo e foram para a cidade, outros, mesmo aqueles com acesso à escola, interromperam os estudos por causa das condições objetivas, como remuneração insuficiente dos responsáveis pela família, ou mesmo, por morte ou doença dos pais, conforme a declaração:

Eu tive que interromper meus estudos cedo, por causa da família, da renda baixa. Meus pais trabalhavam, meu pai ficou deficiente, problema de coluna. Então a gente teve que aprender a trabalhar cedo. Por causa do trabalho você não tem opção, você tem que sobreviver, tem que, comer. Tem que trabalhar para sobreviver. Foi onde que eu deixei de estudar para eu poder trabalhar e para ajudar em casa (...). Fui eu, meus irmãos, foi a família inteira para ajudar a renda de casa. Olha! Eu trabalhei em vários trabalhos. Eu trabalhei na roça, eu trabalhei com carvoaria, eu trabalhei na parte de construção civil, já trabalhei na parte de rede de elétrica de alta tensão (ENTREVISTA 13, 2008).

Além do acesso a melhores condições de trabalho, às políticas públicas e às políticas de assistência social em Caldas Novas, trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo do turismo, como visto anteriormente, têm acesso à clubes, frequentam fazendas de parentes ou amigos ou participam de pescarias, esta última, é uma prática comum e muito valorizada na região. As circunstâncias em que essas trabalhadoras e trabalhadores estão inseridos no mercado de trabalho, lhes permitem acesso ao lazer, situação que muitas vezes não ocorre com trabalhadores em outros municípios.

Houve um aprendizado para o reconhecimento de um novo tipo vida, novas relações de trabalho. O autoritarismo do patrão fazendeiro, no espaço urbano, foi redimensionado, travestido de benevolência, como aparece no seguinte discurso:

A patroa é muito boa, dá apoio para o nordestino que chega. Dá oportunidade, emprego. Assim se vive melhor. Já passei por muitas dificuldades antes de chegar até aqui. Minha vida já foi muito ruim. Agora eu consigo cuidar da minha família (ENTREVISTA 14, 2008).

Ademais, em troca desse apoio estratégico, a patroa “conquista” votos para firmar-se como liderança política, com uma prática alternativa do “voto de cabresto”; trata-se do coronelismo com outra roupagem. Assim, a relação entre empregado e patrão foi redimensionada, estabeleceu-se uma relação de cordialidade e clientelismo para garantir tanto o poder político da classe dominante como a qualidade do produto do trabalho, sem maiores dispêndios de recursos financeiros para pagamento de salários dignos.

O clima de cordialidade, a perspectiva de um trabalho menos árduo (quando comparado ao trabalho rural ou da construção civil), o entrosamento com turistas de diferentes locais com diferentes culturas, bem como o acesso ao lazer, à educação escolar e à saúde, dentre outros propiciados pela sociedade urbana, tecem uma relação educativa em que as pessoas apreendem uma nova realidade e se preparam para um mundo mais complexo. Nessa relação de aprendizado, tanto há espaço para aumentar a consciência do trabalhador no tocante aos seus direitos e a uma vida digna e com qualidade, como ainda contribui para a alienação, tendo em vista que o trabalhador, satisfeito com as pequenas melhorias, deixa de se organizar, questionar a lógica da sociedade do capital e reivindicar acesso, dentre outros direitos, à educação escolar.

Diante de tantos aspectos a considerar, três estiveram presentes na formação da classe trabalhadora de Caldas Novas e apresentaram elementos educativos na formação desse velho/novo trabalhador: a produção de mercadoria como prestação de serviços, a relação

público-privado na constituição da consciência da classe trabalhadora e a relação entre condição de vida, trabalho e visão de mundo.

A referência ao velho novo trabalhador deve-se ao fato de que esse permanece velho diante da mesma estrutura, cuja característica histórica é o modelo de produção capitalista, e, ao mesmo tempo, o seu modo de vida aparece como novo diante de uma conjuntura social, cultural e econômica diferente da qual se originou.

3.1 Produção de mercadoria como produção de serviços na constituição da classe trabalhadora

Os proprietários de mera força de trabalho, os de capital e os de terras, os que têm por fonte de receita, respectivamente, salário, lucro, e renda fundiária, em suma, os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras, constituem as três grandes classes da sociedade moderna baseada no modo capitalista de produção (Karl Marx).

O que caracterizou Marx não foi só o fato de ter estudado o capitalismo, pois muitos o fizeram antes dele, o que o evidenciou foi a cientificidade e o uso do método materialista dialético, por ele criado, ao investigar a sociedade capitalista e ao apresentar, com Engels (1978a) uma proposta alternativa de organização social, expressa no “*Manifesto comunista*”. Esses pensadores foram os primeiros a fazerem um estudo científico sobre o sistema capitalista e elaborar a teoria social com base em fundamentos do materialismo de Ludwig Feuerbach (baseado nos gregos Demócrito e Epicuro), da dialética de Hegel (fundamentada em Heráclito) e da teoria econômica e teoria do valor de David Ricardo e Adam Smith.

Embora não tenham sido os únicos que compreenderam que a sociedade sempre foi organizada em grupos e classes sociais, Engels e Marx foram os primeiros a identificar a dimensão da classe social em sua totalidade subjetiva e objetiva, inserida nas contradições da reprodução das relações sociais de produção e as mediações explícitas e implícitas no processo produtivo. Para esses autores,

nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassalos, mestres, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, gradações especiais (ENGELS, 1978a, p. 22).

Entretanto, Marx não sistematizou o conceito de classe social — pois seus estudos foram interrompidos em razão de sua morte, mas, em suas obras, ele apresentou, descreveu e analisou essa categoria em diferentes dimensões: econômicas, políticas e sociais. Para Marx (1982a) a classe social constitui-se historicamente no processo de produção.

Ao estudar o sistema capitalista, esse autor expôs a formação das classes com base no modo de produção em uma dimensão econômica, social e política. Na obra *Manifesto Comunista*, escrita com Engels, fez uma exposição propositiva do percurso da constituição das classes, analisou como a força de trabalho foi utilizada no processo de transição do feudalismo para o capitalismo, como foram delineadas as relações de trabalho e a relação de poder da servidão à formação da burguesia, e como ela passou a valer-se da força de trabalho de um grupo que começou então a se formar, a classe proletária. Trata-se de uma passagem permeada pela contradição das relações de poder econômico e poder político. Para Marx (1978a), o “poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (p. 38).

Em *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, Marx (1977) explicita como as classes se posicionavam nas relações de poder, econômico e político; e, sobretudo, analisa a situação dos camponeses que formavam uma massa de trabalhadores isolados em suas terras na luta pela sobrevivência.

Thompson (1989), por meio de documentos, cartas e publicações, buscou a compreensão da formação dessa classe, e como esse determinado período histórico era percebido pelos próprios operários. Ao pesquisar a formação da classe operária na Inglaterra, recuperou algumas características de suas tradições e considerou essa classe como sujeito coletivo, propiciou a compreensão das relações sociais de produção e reconstituiu a concepção de consciência de classe e de luta revolucionária. Portanto, procurou uma compreensão da realidade concreta em sua totalidade com base nas experiências vividas pela classe operária inglesa do século XIX. Ao apreender o movimento do real em um contexto social, político, econômico e cultural. Para ele, classe social é

una categoría histórica; es decir, está derivada de la observación del proceso social a lo largo del tiempo. Sabemos que hay clases porque las gentes se han comportado repetidamente de modo clasista, estos sucesos históricos descubren regularidades en las respuestas a situaciones similares, y en un momento dado (la formación “madura” de la clase) observamos la creación de instituciones y de una cultura con connotaciones de clase, que admiten comparaciones transnacionales. Teorizamos sobre esta evidencia como teoría general sobre las clases y su formación, y esperamos encontrar ciertas regularidades, “etapas” de desarrollo, etcétera (THOMPSON, 1989, p. 34).

Portanto, para o autor, classe social não é uma multidão de indivíduos, é uma relação e não uma coisa, é um fenômeno, expressão do movimento social ao longo do tempo, perpassado não só pelos aspectos da produção e da circulação da mercadoria, como também da consciência sobre a compreensão histórica da posição e dos interesses reais dos indivíduos sociais.

Em relação ao pensamento operário da época, esse autor fez uma narrativa sistematizada das lutas operárias contra o analfabetismo, das dificuldades de comunicação e liberdade de imprensa. Até Marx, os pensadores da época focavam-se nas discussões em torno da exploração do capitalista sobre o trabalhador, sem, entretanto, um estudo aprofundado sobre as condições de produção e sobre o papel do Estado e da Igreja. Além disso, as discussões eram focalizadas e imediatistas.

As obras de Marx foram resultados decorrentes de pesquisa, com objetivo de descortinar o sistema capitalista como realidade concreta, com as mediações e os nexos presentes na contradição capital-trabalho, na exploração da força de trabalho e na divisão social do trabalho. Para esse autor, não “há estrada real para a ciência, e só tem probabilidade de chegar aos seus sismos luminosos, aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas” (MARX, 1982a, p. 19). A pesquisa, portanto, “deve captar com todas as minúcias do material, analisar as suas diversas formas de desenvolvimento e descobrir a sua ligação interna” (MARX, 1976, p. 15). Graças à suas exposições, é possível perceber que a separação da sociedade em classes não é mera divisão econômica imposta pelo mercado, mas se trata de um complexo, historicamente construído de condições objetivas e subjetivas relacionado às questões econômicas, políticas, sociais e culturais.

A existência de uma classe proletária e revolucionária em constante conflito com a classe dominante perpassa por suas principais obras com elementos objetivos (constituídos historicamente em uma realidade concreta) e subjetivos (expressão da consciência de classe) e estes elementos, em que pesem as especificidades de cada momento histórico, não se separam. E ainda, há elementos que possibilitam a compreensão pelos sujeitos de determinada classe sobre sua condição de ser, seu posicionamento, resistência e enfrentamento das contradições existentes na relação capital-trabalho-Estado, consubstanciando a formação da consciência de classe.

Classe social, nesse aspecto, não é a delimitação de grupos por fatores econômicos ou acesso a circulação de mercadoria. Trata-se de uma circunstância delineada historicamente com base nos meios de produção e mediações envolvidas nesse processo; e uma classe só se

constitui como tal fundamentada na consciência de si e para si. Não se trata de uma consciência individual, mas um processo constituído em determinada circunstância.

Com o fim do feudalismo, desapareceu a escravidão na Europa. Os pequenos proprietários, então, passaram a vender sua força de trabalho nas horas livres para melhorar as condições de subsistência de suas famílias. O Estado — politicamente democrático ou não, mas sob o controle dos capitalistas e burgueses o que — ampliou suas atividades e assumiu novas funções com a instituição de novos tributos impostos aos camponeses, o que propiciou o aumento do patrimônio público. Nos séculos XV²⁶, XVI e, sobretudo XVII a “burguesia nascente precisava e empregava a força do Estado para regular o salário, isto é, comprimi-lo dentro dos limites convenientes à produção da mais valia” (MARX, 1982a, p. 854-855). Para o autor, a

sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado (MARX, 1978a, p. 22).

Com as grandes navegações e a intensificação do comércio, os burgueses descobriram outra forma de apropriação de riquezas, por meio da comercialização de mercadorias. A burguesia é a “classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado”, pois dos “servos da Idade Média nasceram os burgueses livres das primeiras cidades; desta população municipal, saíram os primeiros elementos da burguesia” (MARX, 1978a, p.21-22). Assim, a burguesia foi

a brutal manifestação de força da Idade Média. (...) A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. (...) A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação às dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural (MARX, 1978a, p. 24-25).

A burguesia consolidou-se com as mudanças ocorridas tanto no modo de produção como na forma de circulação de mercadorias. Essas mudanças sociais e econômicas foram acompanhadas de mudanças políticas, sempre para garantir a reprodução das relações sociais aos moldes do capitalismo, com crescente acumulação e concentração de capital, acompanhada do fortalecimento do poder da classe que detém o capital, a burguesia. Segundo

26 Nesse período, vigorou a lei sanguinária que garantia severas punições com torturas e morte aos trabalhadores desempregados, considerados vadios.

Marx (1978a) a “condição essencial da supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos dos particulares, a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho do assalariado” (p.31). E ainda, “a burguesia é obrigada, desde logo, a organizar-se nacionalmente, e não já localmente, e a dar ao seu interesse médio uma forma geral” (ENGELS, MARX, 1984, p. 101).

Para Marx (1978a),

ser capitalista significa ocupar não somente uma posição pessoal, mas também uma posição social na produção. O capital é um produto coletivo: só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de todos os membros da sociedade (p. 32).

O Estatuto dos Trabalhadores, instituído em 1849, garantiu ao Estado inglês a atribuição de controlar o salário máximo pago aos trabalhadores e não faz referência a um valor mínimo. Com o fortalecimento do capitalismo no período manufatureiro, foram descartadas as leis que controlavam os salários. Do século XIV ao ano 1825, era proibida qualquer forma de organização dos trabalhadores. “As leis cruéis contra as coligações dos trabalhadores foram abolidas em 1825”, conforme Marx (1982a, p. 858). Na França, em 1791 foi abolido o direito de associação dos trabalhadores por pressão da burguesia.

Para Engels e Marx (1984) as “idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante” (p. 56).

Já no século XVIII, ocorreu um fortalecimento do poder dos capitalistas e da nobreza. Segundo Marx (1982a),

a “gloriosa revolução” trouxe ao poder, com Guilherme III de Orange, os proprietários da mais valia, nobres e capitalistas. Inauguraram a nova era em que expandiram em escala colossal os roubos às terras do estado, até então praticados em dimensões mais modestas. Essas terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou simplesmente roubadas mediante anexação direta a propriedades privadas (p. 839-840).

Nesse processo, consolidou-se a nova aristocracia proprietária de terra. Os burgueses apoiaram essa usurpação com o intuito de mercantilizar a terra, fazendo sucumbir a terra

comunal²⁷. Com a apropriação das terras do Estado e da Igreja, aumentou o número de proletários²⁸ sem trabalho.

A expropriação das terras dos lavradores, acompanhada de suas precárias condições de sobrevivência, e o desenvolvimento fabril, “proporcionaram à indústria urbana massas sempre novas de proletários inteiramente desligados da esfera corporativa” (MARX, 1982a, p. 862). Historicamente, a grande mobilidade e a instabilidade de empregos dificultaram a organização dos trabalhadores, e o aumento do exército de reserva, especialmente nos espaços urbanos, contribuiu para que os salários fossem mantidos baixos e sem uma regulamentação específica. Para o autor, a

expropriação e a expulsão de uma parte da população rural libera trabalhadores, seus meios de subsistência e seus meios de trabalho, em benefício do capitalista industrial; além disso, cria o mercado interno. [A] manufatura produz, por isso, uma nova classe de pequenos lavradores, para os quais o cultivo do solo é a atividade acessória, sendo a principal do trabalho industrial (MARX, 1982, p. 865 e 866).

A circunstância decorrente do modo de produção, também constitui uma forma mais complexa de circulação de mercadoria, que pode ocorrer de forma direta ou por meio dos comerciantes.

Marx (1978a) considera a universalidade da classe trabalhadora, afirmando que “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias, tem sido a história da luta de classes” (p.21). Com a formação de novas formas de produção, de circulação de mercadorias e de prestação de serviços, ocorreu também a formação de um novo homem, embora impregnado pelo legado de um passado ainda vivo.

Segundo Marx (1978a) a “burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Sua queda e vitória do proletariado são igualmente inevitáveis” (p.31). Tais são as contradições postas no processo de formação da burguesia e entre capital e trabalho. Entretanto, a metamorfose do capital é continuamente redimensionada de modo a evitar confronto decisivo entre as classes sociais antagônicas.

Em Caldas Novas, esse confronto fica diluído diante da falsa conciliação entre a classe trabalhadora – que almeja melhores salários e condições de vida – e os empregadores

27 Terras comuns de uso dos lavradores, não pertenciam nem à coroa e nem à Igreja (ver MARX, 1982a, p. 841 ss).

28 “Por proletário compreende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se vêm obrigados a vender sua força de trabalho” (Marx, 1978a, p. 21).

que se utilizam da exploração da força de trabalho com o objetivo de enriquecimento com a atividade turística. Esta situação ocorre em razão da discrepância entre o número de trabalhadores e a oferta de vagas, da origem desses trabalhadores, que foram explorados desde a infância em trabalhos pesados, a pouca escolaridade por causa das condições precárias de vida, e, sobretudo, da falta de organização destas trabalhadoras e trabalhadores.

A história tem revelado uma característica reformadora do sistema capitalista, sem comprometimento de sua estrutura, que é a forma de adaptar os mecanismos (e estratégias) de manutenção do sistema às circunstâncias históricas e conjunturais, em contraposição a algumas previsões otimistas que ocorreram a partir do século XIX, sobretudo até os anos 1960. Como exemplo, as duas últimas linhas que encerram o ensaio *Capitalismo do século vinte* de Vargas (1963), autor pouco conhecido, que teve sua obra traduzida e publicada pela Editora Civilização Brasileira: “O século XX passará à história como o século da morte do capitalismo e o triunfo do comunismo”. Trata-se de uma afirmação inusitada que revela os caminhos inconsistentes que eram percorridos, e atualmente, a história revela o paradeiro invertido dessa caminhada.

Para Marx (1982a, p. 829), no processo de acumulação primitiva²⁹, uma parte da população formada pela elite acumulou riquezas, e a maioria “ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da própria pele”. Ele se refere ao “pecado original” da economia, a contradição capital-trabalho, o trabalho passou a ser explorado por uma classe, e não mais por meio da servidão ou escravidão, a exploração ocorre mediante a remuneração, um salário com valor menor de que a cota parte associada ao valor da mercadoria produzida. Esse valor excedente — a mais valia — é apropriado pelo burguês que contrata o trabalhador. Com base nessa lógica estruturante, as relações sociais constituem-se com menor ou maior grau de complexidade, de acordo com a localidade e momento histórico. Essa realidade não foi superada, mas acrescida de novas mediações e novos nexos com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e os novos modelos econômicos que modernizam o processo de produção e de circulação da mercadoria. Por outro lado, o pecado original permanece agregando novos valores e renovando as circunstâncias para que esta exploração permaneça inalterada. “Vemos, pois: os meios de produção e de troca, sobre cuja base se ergue a burguesia, foram gerados no seio da sociedade feudal”, afirma Marx (1978a, p.25).

29 “É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista”, afirma Marx (1982, p. 830). Para esse autor o capitalismo iniciou com a abolição da servidão e do feudalismo, que, na Europa ocorreu nos séculos XIV e XV e, em algumas cidades mediterrâneas, no século XVI.

O processo de produção não consiste apenas na produção de mercadoria, mas também na reprodução das relações sociais. É uma construção que ocorre de tal forma, que o trabalhador, mesmo consciente da exploração de sua força de trabalho, vê no trabalho a alternativa possível para sua sobrevivência e para sua autonomia.

Nesse movimento contraditório, com a formação das novas classes sociais, constrói-se uma nova forma de relação, com novos elementos a serem superados; e forma-se também uma classe pronta para enfrentar os novos desafios: o proletariado, sem terra, sem capital e sem meios de produção. As condições objetivas dessa classe podem torná-la revolucionária, entretanto, apesar da assertiva de que “a burguesia (...) não forjou somente as armas que lhe darão a morte; produziu também os homens que manejarão essas armas — os operários modernos, os proletários” (MARX, 1978a, p. 26), a história ainda não confirmou o resultado das ações da classe trabalhadora como classe revolucionária.

Marx, embora tenha desenvolvido suas pesquisas basicamente na Inglaterra, sempre concebeu a universalidade da classe trabalhadora, apreendendo o movimento do real em que o proletariado aparece como classe revolucionária, que provoca mudanças e suscita tomada de posição Estado e da classe dominante para que o sistema não entre em colapso. A história confirma as constantes contradições entre trabalho e capital e as ações do Estado com o objetivo de garantir a reprodução das relações sociais de produção aos moldes do capitalismo.

Ao analisar a expropriação do trabalhador rural na França do século XVI, Marx (1982a) afirma:

Não basta que haja, de um lado, condições de trabalho sob forma de capital, e, de outro, seres humanos que nada têm para vender além de sua força de trabalho. Tampouco basta forçá-los a se venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, desenvolveu-se uma classe trabalhadora que por educação, tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes (p. 854).

O trabalho, que oprime, aliena e explora, pode também apresentar-se como um elemento de libertação e de realização tendo em vista que por meio do trabalho o ser social reproduz sua existência; trata-se, pois, da expressão de uma contradição. E assim,

organização do processo de produção capitalista, em seu pleno desenvolvimento, quebra toda resistência, a produção contínua de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, e o salário em harmonia com as necessidades de expansão do capital, e a coação surda das relações econômicas consolidada o domínio do capitalista sobre o trabalhador (MARX, 1982a, p. 854).

O legado da ordem econômica capitalista funda o constante conflito entre a classe trabalhadora e a classe que detém os meios de produção e o controle do poder econômico e político, e, nesse processo, ocorre a constatação histórica da visão de um processo de naturalização da exploração da força de trabalho e a instrumentalização desta classe trabalhadora. Conforme Marx (1982a), o “sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho” (p. 830).

O autor dedicou especial atenção às singularidades da classe trabalhadora ao analisar a situação da classe camponesa na Inglaterra e reconhecer as características específicas da classe camponesa Yeomanry, que, nos século XVII, foi mais numerosa que a dos arrendatários, como exposto na citação de Arbuthnot:

Deploro a perda de nossa Yeomanry, aquela classe de homens que sustentaram, na realidade, a independência desta nação; e lamento ver suas terras, agora nas mãos monopolizadoras dos lordes, serem arrendadas a pequenos lavradores em condições parecidas com as de vassalos que tem de atender a chamados em todas as ocasiões críticas (*apud* MARX, 1982a, p. 839).

Por meio dessa citação, é possível compreender a complexidade da situação da classe trabalhadora, com avanços e retrocessos, com vínculos que se estabelecem e se consolidam para além das condições econômicas, mas também políticas, culturais e circunstanciais, no atendimento de suas necessidades materiais e espirituais. Essas singularidades são universais em suas particularidades, pois os “operários não têm pátria” (MARX, 1978a, p. 35).

Em Caldas Novas, o discurso das trabalhadoras e trabalhadores entrevistados revela uma relação de dependência do turismo, personificado na figura do turista e do empreendedor, que são tratados com deferência por aqueles que os consideram responsáveis pelo crescimento econômico do município. Mesmo os moradores que manifestam certa intolerância em relação à movimentação dos visitantes, em determinado momento de suas falas, fazem uma ressalva para a necessidade dos turistas para aquecer a economia local.

Os desafios históricos para a constituição, organização e manutenção da consciência da classe trabalhadora, em parte, devem-se à fragmentação de demandas imediatas, dispersão na localização espacial e falta de um interesse comum à classe, pois, até então, o que prevalece são os interesses determinados pela necessidade imediata de sobrevivência. Já a classe dominante não tem dificuldades em organizar-se em torno dos interesses comuns, que é o próprio controle do capital. Assim, os grupos econômicos de maior observância em Caldas Novas disputam entre si o poder político local, garantindo revezamento desse poder sempre nas mãos dos empreendedores do turismo.

Os elementos que dividem a classe trabalhadora – identificados por Marx 1982^a – se confirmam no tempo, e os conflitos permanecem em novas conjunturas econômicas, políticas e sociais, com novos nexos, mas mantendo a contradição estrutural capital-trabalho, tendo o Estado como articulador na manutenção das relações sociais ligadas à produção.

Em que pesem todas essas considerações e o movimento do real, a história ainda não confirmou o esgotamento da dominação sobre a classe trabalhadora, pois seu poder revolucionário ainda se restringe à resistência e ao enfrentamento com o objetivo de superar as expressões da questão social mais graves como o desemprego, a falta de moradia, a precarização da saúde e da educação.

O extremo da precarização das condições de vida ocorre com o lumpemproletariado, “produto passivo da putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade”, grupo que, em alguns momentos, pode ser “arrastado ao movimento por uma revolução do proletariado; todavia suas condições de vida o predis põem mais a vender-se à reação” (MARX, 1978a, p. 29-30). A história revelou que o lumpemproletariado, de forma direta ou indireta, geralmente é levado a apoiar o grupo dominante, seja pela dominação, seja pela coerção, pois para esse segmento da classe trabalhadora é ser sujeito do processo histórico é um desafio, mesmo sem o atendimento das necessidades básicas.

Enfim, a organização e a atuação da classe trabalhadora no decorrer do século XX e entrada do século XXI provocaram e vem provocando uma resposta do Estado, com o sentido de amenizar a questão social e suas expressões, por meio da implementação de políticas sociais e públicas.

A sociedade civil burguesa e a capitalista, por sua vez, respondem às mesmas questões com ações sociais complementares, empreendidas por meio de organizações denominadas de fundações, organizações não governamentais e filantrópicas, consideradas por alguns como terceiro setor. Na verdade, trata-se de instituições da sociedade civil que recebem recursos públicos por meio de liberação de tributos, impostos ou repasses diretos, recursos que deveriam ser administrados pelo próprio poder público.

Outra situação recorrente, em relação à classe trabalhadora, é a constituição de uma classe média frágil, e muitas vezes precária, formada por pequenos empresários e comerciantes cuja riqueza é insuficiente para manterem-se como classe dominante. A instabilidade desse agrupamento social não é um fato novo, mas uma situação que se repete em diferentes momentos históricos. Marx (1978a) já faz referência a essa situação ao mencionar que

pequenos industriais, pequenos comerciantes e pessoas que possuem rendas, artesãos e camponeses caem nas fileiras do proletariado: porque seus pequenos capitais, não lhes permitindo empregar os processos da grande indústria, sucumbem na concorrência com os grandes capitalistas; outros porque sua habilidade profissional é depreciada pelos novos métodos de produção. Assim o proletariado é recrutado em todas as classes da população (p. 27).

Essa citação revela uma situação de instabilidade que torna difusa a compreensão da constituição da classe trabalhadora, pois algumas trabalhadoras e trabalhadores dessa classe permanecem oscilantes entre duas situações antagônicas: proprietários (ainda que pequenos) e trabalhadores explorados. Assim, os diferentes segmentos “vivem do trabalho”³⁰ não conseguem uma identidade de trabalhadores, pois alimentam a expectativa de tornarem-se proprietários, e, na situação de pequenos comerciantes e pequenos empresários, impossibilitados de contratar mão de obra, empregam a própria família, geralmente cônjuge, filhos e filhas.

A classe trabalhadora, em constante conflito de interesses com a burguesia, encontra-se em uma posição ambígua, isto é, em alguns momentos históricos, aliou-se a ela para a superação da exploração pela nobreza e, em certos momentos, algumas trabalhadoras e trabalhadores juntam-se a esta na expectativa de serem incorporados por esta classe. Trata-se de fenômenos sociais e políticos implexos (constituídos historicamente mediante determinadas circunstâncias) que, além de ocasionar alianças efêmeras entre as classes, podem também dissimular os conflitos, se a classe explorada desenvolve uma visão de mundo ideológica não condizente com a condição de opressão.

30 Expressão utilizada por Mészáros (2002) na tentativa de unificar toda a classe trabalhadora.

3.2 Relação público e privado na constituição da classe trabalhadora de Caldas Novas

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra opressores e oprimidos, em constante oposição, tem vivido numa guerra interrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das suas classes em luta (Karl Marx, 1978a, p.22).

A relação entre o que é de domínio público e o que é de domínio privado é de difícil conceituação. Para Arendt (2007), a dificuldade de delimitação entre o público e o privado decorre da expansão da esfera social. Segundo a autora, para os gregos da antiguidade, a relação entre os homens eram uma necessidade biológica que pertencia à vida privada, constituída pela família no espaço da casa, não considerando o isolamento, pois é inerente ao homem a necessidade de participar do espaço público onde vivencia a realidade. Assim, o espaço público constituía-se com a natureza política do homem que vivia em sociedade, livre, com capacidade de agir com reconhecimento. De acordo com esse pensamento, o homem tem duas existências: uma no campo privado, com a família e outra na cidade, como ser político, em que compartilha os espaços públicos da cidade. Para Aristóteles (2002),

a cidade participa das coisas da natureza, que o homem é um animal político, por natureza, que deve viver em sociedade, e que aquele que por instinto e não por inibição de qualquer circunstância, deixa de participar de uma cidade, é um ser vil ou superior ao homem. Este indivíduo é merecedor, segundo Homero, da cruel censura de um sem-família, sem leis, sem lar. Pois ele tem sede de combates e, como as aves rapinantes não são capazes de se submeter a nenhuma obediência (ARISTÓTELES, 2002, p. 14).

A cidade, na Grécia Antiga, era o *locus* da administração política e espaço em que ocorriam as relações comerciais. Com a formação da cidade-Estado, ainda na antiguidade, o homem passou a viver na esfera pública que se constituiu em um espaço político no qual o discurso era a força política de persuasão, subsumindo, em algumas situações, a ação por meio da força física. Portanto, a forma política de resolver os embates passou a ser o discurso; e a violência foi considerada uma forma pré-política de resolver tais questões. O espaço da *polis* tornou-se um espaço político por excelência, diferenciando-se da família, cujo chefe se impunha de forma incontestável e despótica. A cidade, nessa concepção, difere da cidade moderna, cujo conceito confunde-se com sociedade urbana, que se constituiu com o comércio e a industrialização. Entretanto, para

Habermas, na medida em que ela estiliza a imagem da *pólis*, e adota, em decorrência, as suas rígidas distinções, é natural que admita como sintoma patológico – da confusão entre o político e o social – a nova relação complementar entre o Estado e a economia. Para ele, não é caminho viável para nenhuma sociedade moderna a perspectiva *sui generis* adotada por Hannah Arendt: Um Estado, exonerado da elaboração administrativa de matérias sociais; uma política, depurada das questões relativas à política social; uma institucionalização da liberdade pública, que independe da organização do bem-estar; um processo radical de formação democrática da vontade, que se abstém em face da repressão social. (HABERMAS, 1980, p. 110). O problema, ainda de acordo com Habermas, é que as teses arendtianas são decorrência mais de uma construção filosófica que de “pesquisas equilibradas”, de modo que enquanto ela permanecer sob a influência de uma teoria da ação vinculada a Aristóteles, seu conceito de poder “comunicativamente produzido”, por exemplo, e a sua concepção política como um todo, não conseguirão escapar de contra-sensos quando aplicados às sociedades modernas nem se converter em um instrumento válido. O equívoco, por fim, para ele, consiste em identificar a política “à práxis daqueles que conversam entre si, a fim de agirem em comum” (HABERMAS, 1980, p. 115). Em todo caso, a despeito de suas agudas observações, Habermas seguramente se equivoca quando filia Arendt à tradição contratualista e também quando passa ao largo do vigor crítico das rígidas distinções na obra de Arendt” (CORREIA, 2008, p. 105).

Na modernidade, em uma sociedade complexa, a distinção entre as esferas privada e pública dilui-se ao mesmo tempo em que os homens libertam-se do reducionismo da reprodução biológica. Nesse processo, emerge a vida social, na qual algumas questões específicas da esfera pública tomam a conotação de coisa privada e as necessidades restritas à esfera privada tornam-se públicas. Conforme Arendt (2007), a

distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado; mas a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional (p. 37).

A política, que, em princípio, seria o *locus* por excelência do exercício da vida pública, envolvendo de forma multifacetada a população local, passa a ser destinada às atividades administrativas de um Estado controlado por interesses de grupos econômicos. A questão entre o público e privado não se restringe ao cenário da cidade, entretanto, neste espaço, em que as contradições aparecem de forma mais acirrada, a sociedade historicamente incorpora novos elementos, que a tornam mais complexa, e são os espaços são compartilhados por maior número de pessoas, que apresentam necessidades e atividades diferenciadas. Além disso, na cidade está presente uma diversidade cultural, proveniente da migração de

contingentes populacionais originários da zona rural, de outros municípios, outros estados e outros países, o que ocasiona um caleidoscópio social, político e cultural que obscurece ainda mais os limites entre o público e o privado. Mesmo em outras cidades do estado de Goiás, como Goiânia, a ação de instituições, como Ministério Público ou a imprensa, não têm o rigor necessário ao processo de informação e procedimentos que possam contribuir com a delimitação entre o espaço público e privado.

Arendt (2007) destacou dois fenômenos referentes ao termo “público”. Primeiro, “tudo aquilo que é público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”. Segundo, trata-se do que é comum a todos: “A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo evita que colidamos uns com os outros” (p. 59-62).

De acordo com Habermas (1984), a palavra “público” apresenta uma série de significados. Em relação à categoria “privado”, o termo *privus* provém do latim e do direito romano, e significa particular. O termo inicial deu origem às palavras *privatos* (particular) e *privus-lex* ou *privilegium* (lei para o particular, privilégio). São considerados públicos os espaços físicos e eventos que extrapolam as sociedades fechadas e são acessíveis a toda população. Assim, convencionou-se como prédio público, edificações que abrigam as instituições do Estado, bem como parques, museus, bibliotecas etc. Por sua vez, o Estado é o “poder público”, isto é, concretiza a atribuição de garantir o interesse público e o bem público. Ainda, o termo “público” também é utilizado para referir-se a personalidades políticas ou autoridades, e ainda, quando uma pessoa é conhecida e reconhecida por grande parte da população, diz-se que é uma “pessoa pública”. Situação idêntica pode ocorrer com um evento, uma comemoração, um acontecimento. Há ainda referência à “opinião pública”, para expressar a voz de grande parte da população, o que é confuso, ou mesmo contraditório, pois em nome da opinião pública pode ser propalado o pensamento da classe dominante, pois ela tem maior acesso aos meios de comunicação.

Neste trabalho, considera-se espaço da vida privada aquele que diz respeito à individualidade do ser, que, embora seja um ser social, tem uma parte de sua vida dedicada às suas necessidades e de seus familiares. Por outro lado, espaço público é aquele que é compartilhado coletivamente, atende ao interesse, à necessidade e ao desejo coletivo, caso em que o espaço não é apenas físico, mas a delimitação de determinada circunstância. Este estudo enfoca o espaço de acesso e de participação referente ao convívio, ao trabalho e ao lazer. Nesse caso, a participação política não está restrita às instituições representativas, organizações por categoria, movimentos sociais ou populares ou associações, dentre outras,

mas ao cotidiano de grande parte dos trabalhadores, que por razões diversas, estão fora de qualquer tipo de organização. Essas pessoas, muitas vezes, mesmo sem consciência crítica da realidade, fazem parte dela, como se fosse uma engrenagem de movimento contínuo que existe independentemente da vontade de um coletivo, processo em que essas pessoas contribuem para a reprodução-manutenção-resistência da ordem social vigente. Usa-se a expressão reprodução/resistência, pois, embora a reprodução social seja constante, esse processo apresenta momentos de tensionamentos que prejudicam o curso linear do desenvolvimento do capital e provocam enfrentamento e resistência com diferentes níveis de intencionalidade.

Diante da situação de penúria do trabalhador, o Estado entra em cena com as políticas públicas e sociais para minimizar as expressões da questão social que são os rastros deixados pela relação capital e trabalho. Trata-se de uma relação dialética em que o Estado aparece como a instituição capaz de garantir a segurança social e ainda é sustentáculo da estrutura econômica e social vigente.

Assim, a dificuldade em estabelecer limites entre público e privado na modernidade é que o homem – como ser social e político, dotado de necessidades coletivas e individuais numa sociedade complexa – tece uma realidade na qual está presente a contradição entre as necessidades e interesses individuais no âmbito da vida privada e nas relações sociais inerentes ao ser que se relaciona com o meio ambiente, com os outros homens e consigo mesmo, isto é, nos espaços que são comuns a todos, nos espaços públicos. Por outro lado, com a apropriação privada da produção, a propriedade é uma determinação inerente ao sistema capitalista:

Toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade. Neste sentido é tautologia dizer que a propriedade (apropriação) é uma condição da produção. Mas é ridículo saltar daí a uma forma determinada da propriedade, a propriedade privada, por exemplo (o que, além disso, pressupõe uma forma antitética, a não propriedade, como condição). (...) Uma apropriação que não se apropria de nada é uma *contradictio in subjecto* (contradição nos termos) (MARX, 1982a, p. 6).

O crescimento econômico e social, a partir da industrialização, ocorreu de forma diversificada nos diferentes locais. Em Caldas Novas, seu desenvolvimento, em vez de ter como marco propulsor a industrialização, a produção agropecuária ou mesmo o comércio, foi motivado, quase que exclusivamente, pela exploração de seus recursos hidrotermais. Nos primórdios do município de Caldas Novas, a mineração do ouro não foi suficiente para gerar

desenvolvimento econômico e social local. Na atualidade, ao fazer a pesquisa fica constatado a ausência de traços da exploração do ouro na região, na arquitetura, na igreja local e mesmo no acúmulo de riquezas da elite local. Portanto, o que provocou o desenvolvimento acelerado foi a exploração do turismo das águas termais. A comercialização e o consumo dessas águas só poderiam ser realizados no próprio local, diferentemente do que ocorreu com o ouro que foi transferido, até mesmo para fora do país. A permanência do recurso no próprio local propiciou um crescimento econômico acelerado para o município, o enriquecimento dos empreendedores e o aumento significativo de postos de trabalho, mesmo precarizado e explorado.

O turismo possibilitou, de um lado, o crescimento financeiro para empreendedores com a implantação de clubes e hotéis, o aumento acelerado de postos de trabalho para prestação de serviços e a incorporação de uma diversidade cultural proveniente do fluxo migratório; De outro lado, fez aumentar as desigualdades econômicas e sociais, afastando ainda mais a população local de sua cultura e suas tradições. A apropriação privada de espaços públicos para atender aos interesses individuais de enriquecimento por meio da exploração dos recursos hidrotermais, e ainda de algumas áreas públicas, foi uma constante desde o início do processo de formação e desenvolvimento dessa cidade.

A referência a espaço público ou coisa pública leva em consideração tudo aquilo que, em princípio, deve estar disponível a toda a população; e espaço privado é o *locus* no qual se reproduzem as relações pessoais e familiares, cujo atendimento dos interesses fica restrito a determinados indivíduos que mantêm relações de parentesco, compadrio ou amizade. Entretanto, os conceitos de esfera pública e privada apresentam especificidades de acordo com o local, momento histórico, conjuntural e cultural. E ainda, estabelecem entre si uma relação de tal modo imbricada, que a dimensão pública só existe em relação à privada e esta, em relação à pública. Em Caldas Novas, essa situação evidenciou-se na medida em que a economia do Município, dependente da exploração comercial de recursos naturais e a própria administração pública em alguns momentos prevaricou em favor de alguns moradores proprietários ou investidores financeiros.

Trabalhadoras e trabalhadores demonstram uma compreensão incipiente dos limites entre o público e o privado, entretanto, o exercício de urbanidade provoca um aprendizado com formação de consciência sobre direito e dever com relação ao interesse público.

A relação entre o público e o privado, historicamente, sempre foi pautada por limites nebulosos, isto é, desde o Brasil Colônia, as riquezas encontradas ou mesmo produzidas eram consideradas propriedades da Coroa Portuguesa e a apropriação se dava por meio dos seus

representantes no Brasil. No primeiro reinado, a autonomia municipal ficou restrita às questões referentes à economia local. O poder provincial prevaleceu sobre os interesses locais, período em que a esfera pública, “comum a todos”, estava sob o domínio do Império. Conforme Franco (1997), com a consolidação de um governo centralizador, sobretudo a partir de 1840, o orçamento público não atendia às demandas de províncias e municípios.

Para os colonos trabalhadores, as referências pessoais, culturais e afetivas ficaram em terra distante, na pátria mãe, Portugal. Igualmente, seu cotidiano foi permeado pela situação de mobilidade, dispersão e instabilidade que os mantinha alienados dos interesses e direitos públicos. Posteriormente, passaram por um processo de aprendizagem, ao reconstruírem uma nova realidade e novas circunstâncias com uma bagagem cultural sedimentada, jamais esquecida. No cotidiano dos protagonistas da história, a privacidade foi “abrindo caminho não só em contra ponto com a formação do Estado, mas também com a formação da nacionalidade” (FRANCO, 1997, p. 133).

No Brasil Colônia, o direito legitimava a relação com a Metrópole, no Império, o direito foi constitutivo do regime escravocrata, regime em que caracterizava o poder econômico a propriedade da terra³¹ mas sim a apropriação dos escravos, que era o principal meio de produção. Dessa forma, em consonância com a legislação vigente, a vida do indivíduo na situação de escravo passou a ser propriedade privada de terceiros, ao mesmo tempo em que se tornou uma mercadoria para ser comercializada. Nessa situação, sua privacidade e seu corpo, com sua força de trabalho, eram transferidos de um dono a outro; e, muitas vezes esse tipo de comércio ocorreu em mercados com a exposição pública do escravo para que todos pudessem examiná-lo, avaliá-lo e comprá-lo em moeda corrente. A privacidade não era pertinente ao escravo, cujo corpo era disponibilizado para o trabalho, sujeito à violência. O castigo era considerado “justo” ou injusto, dependendo da “falta” por ele cometida e/ou da “severidade” do seu proprietário, em decorrência do “prejuízo” causado na produção.

Assim, ao escravo não era concebível a organização familiar, moradia privativa, vida afetiva, exercício da sexualidade em sua plenitude, e ainda menos, a autonomia social. A vida do escravo a ele não pertencia, e suas atribuições, trabalho, sentimentos e sofrimento eram expostos ao seu dono e aos demais escravos. O fruto do trabalho escravo, seus filhos, o leite

31 A Lei da Terra de 1850 veio regulamentar a propriedade da terra antecedendo a abolição do trabalho escravo no Brasil que ocorreu em três etapas: Lei do Ventre Livre (1871), Lei do sexagenário (1885) e Lei Áurea (1888). De acordo com Martins (1986), “num regime de terras livres, o trabalho tinha de ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha de ser cativa” (p. 32).

da negra escrava, sua vida, suas crenças, suas paixões, sua nacionalidade e sua existência eram devidamente e legalmente apropriados pelo seu senhor. Até mesmo a dor física, que é em princípio privativa do ser, era publicizada, pois os escravos eram açoitados em público para que o exemplo servisse para os demais escravos.

Tratou-se de um período em que a principal relação social evidenciada foi a escravidão, em que, por um lado, o trabalho era confundido com servidão, exploração e castigo. Elementos marcantes dessa história perduram ainda em pleno século XXI com práticas isoladas de escravidão branca, aliciamento de mulheres e péssimas condições de vida da população, especialmente no Norte e Nordeste do Brasil.

Homens, mulheres, jovens, crianças e idosos passam a ter uma nova definição de papéis e funções sociais. Essas relações, ao mesmo tempo em que contribuem com a organização da produção, são também permeadas pelo preconceito e submissão dos mais “fracos”. E ainda, por outro lado, o lazer e o prazer resultam de dominação, humilhação, imposição e maus-tratos, especialmente, em relação às mulheres, adolescentes e crianças, negras e índias. Alguns traços dessa concepção de trabalho e de lazer ainda estão presentes nas relações sociais em Caldas Novas. Os depoimentos de alguns moradores demonstram que alguns jovens, provenientes de famílias pobres, resistem em trabalhar diretamente com os turistas, pois, muitas vezes, eles se prevalecem do poder econômico, e, de forma autoritária, exploram sua força de trabalho. Também, em alguns casos, turistas confundem o lazer com o desrespeito no trato com a população local e na utilização dos espaços públicos da cidade.

Essa configuração das relações sociais de produção ocorreu de forma conturbada e equivocada ao longo de várias gerações. E, nesse cenário as contradições das relações entre o público e o privado corroboraram com um aprendizado contraditório, historicamente constituído.

Outros aspectos culturais presentes desde o período do Brasil Colônia eram as relações sociais estabelecidas pela “dependência” e pelo “favor”. Já no Império, enquanto ao homem cativo era negada a privacidade, alguns fazendeiros, para evitar a fuga dos escravos mais jovens, induziam alguns deles a constituir família, terem filhos e até ter uma moradia independente, isso fazia com que jovens escravos estabelecessem vínculo na fazenda e passassem a “dever favor” ao fazendeiro. Tornavam-se “pessoas de confiança”, a ponto de defenderem os interesses dos fazendeiros em detrimento dos interesses de seus companheiros. Esse comportamento, que aproximava alguns senhores de parte de seus servos, afastando-os de seu grupo, favorecia a produção, e em longo prazo, o “escravo de confiança” e seus familiares perdiam a identidade étnica e cultural (SLENES, 1997).

A contradição entre ordem pública e privada é inerente à história da organização social, política e econômica do Brasil, e mesmo com a Independência, e com uma nova configuração para a esfera pública, essa relação permanece confusa e contraditória. O país independente foi construído com a exploração do trabalho escravo, apropriação privada da mão de obra do negro, sedimentação de uma relação socioeconômica que só foi interrompida institucionalmente em 1888, mas cujo legado se arrasta até a atualidade e se expressa nas relações de classe, de gênero, de etnia e de geração, sobretudo com a segregação do negro, que até a atualidade tem sua força de trabalho depreciada.

Os trabalhadores negros, quando cativos, eram propriedade privada, com a abolição, tentaram organizar-se em comunidades, sem muito sucesso, e concomitantemente, sua situação foi agravada pelo grande número de trabalhadores imigrantes europeus, em substituição ao escravo liberto.

Os centros urbanos que se constituíam revelavam a situação dos negros que viviam abandonados à própria sorte, sem postos de trabalho, sobretudo nas grandes cidades, onde ficavam instalados em precárias moradias coletivas. A essa situação de descaso do Estado foi acrescida um grande contingente de trabalhadores emigrados da zona rural que, em decorrência do grande adensamento de pessoas em situação de pobreza, causou a falta de moradias, alimentos e o alastramento de doenças. A saúde do indivíduo, que anteriormente, era resolvida na esfera privada, no seio da família, adquiriu condição de saúde pública.

Com um grande contingente de trabalhadores migrantes europeus e o interesse no crescente comércio exportador, tanto houve a interferência do Estado nos contratos de trabalho para garantir a reprodução da força de trabalho, como ocorreram omissão e descaso em relação aos trabalhadores negros que apresentavam demandas para a superação das amarras oriundas de várias gerações de servidão.

Outra situação que contribuiu com a delimitação entre o público e o privado e o enriquecimento da civilização brasileira foi a organização dos imigrantes, não apenas com a preservação de seus costumes como na organização de sua cultura, religiosidade, rituais, celebrações e lazer. A vida espiritual – orações e comemorações familiares – ora apresentava aspecto privado, ora público, para a comunidade, como manifestações religiosas e culturais. As mortes, nascimentos e casamentos passaram a ser comemorações com rituais públicos. Também os feriados católicos, mesmo com muitas divergências, adquiriram caráter público. A estreita relação entre Igreja e Estado contribuiu para que certas manifestações religiosas passassem a compor a esfera pública, isto é, muitos dias santos tornaram-se feriados oficiais.

A saúde do trabalhador fazia parte da esfera privada, isto é, caso ele fosse acometido por alguma moléstia, ficando incapacitado para trabalho remunerado, seus familiares deveriam assumir o seu sustento, ou a pessoa estava fadada a perambular pelas ruas, em busca de auxílio de cidadãos e cidadãs “de boa vontade”. Havia a possibilidade de serem atendidos por entidades filantrópicas, mas, em geral, elas se dedicavam ao atendimento das crianças “abandonadas”, pois o abandono de crianças, nesse período, foi intenso, em especial das afrobrasileiras. Embora tivesse incorporado algumas políticas públicas, o Estado só interferia diretamente quando o “problema” abalava a economia do país, como no caso das epidemias.

A legislação superou seu caráter de regulamentação e passou a interferir na vida privada, com determinações que normatizava, por exemplo, as atribuições do casal e seu comportamento em público. Assim, a representatividade pública da família era do homem e o Código Civil de 1916 deixava claro o subjugo da mulher ao marido, embora a responsabilidade da manutenção da família e criação dos filhos fosse dos cônjuges, o que marcou um avanço com relação ao Código Civil de 1890, em que a responsabilidade era exclusivamente do homem (MOTT, 1998).

Mesmo com a existência de preceitos constitucionais e outros instrumentos utilizados pelo Estado de Direito para orientar, regulamentar, normatizar e disciplinar as ações – como estatutos das cidades, decretos e portarias – , em Caldas Novas, o mercado e o poder econômico representados por empresários, confundem-se e se sobrepõem, muitas vezes, aos interesses públicos, com a omissão dos poderes constituídos. Conforme registros históricos documentais e decorrentes da memória de moradores antigos da cidade, desde o início do século XX, houve intenção de a exploração dos recursos minerais ser revertida em um bem público.

Resquíio dessa vontade política pode ser testemunhada por meio da existência do Balneário Municipal que fora destinado, tanto para atender turistas em tratamento de saúde, quanto para a população local, mediante o pagamento de uma taxa para sua manutenção. No caso do Clube Termas de Caldas (CTC), a intenção era de que ele fosse destinado e disponibilizado para a população da cidade, entretanto, o apelo do mercado superou a utopia daquela época. A área, originalmente dotada de diversas minas d’água hidrotermal onde foi implantado o CTC, era o local mais representativo de Caldas Novas até o início dos anos 1960, um espaço público, democrático disponível à população local para banhos e lazer

A tendência de modernização das cidades é um processo que firmado no país, em especial a partir no final do século XIX, portanto, não ocorre em Caldas Novas de forma isolada. Conforme Saliba (1998),

na perspectiva da vida privada, o advento da República viria proclamar, inicialmente, uma atitude de repúdio difuso à vida rotineira e aos arcaísmos, que seriam a própria negação do progresso, como forma de os indivíduos desamarrarem-se dos modos provincianos e das sociabilidades causadas pela sociedade escravagista (p. 292).

A força política e econômica comanda e conduz a esfera pública, com interferência de interesses individuais induzidos pelo poder econômico. Faoro (2001) faz referência ao capitalismo político quando o poder político, econômico e territorial do Estado é, ao mesmo tempo, para fins políticos e particulares; nesse caso, cabe ao Estado administrar os conflitos e garantir os direitos dos indivíduos. Com a cidade de Caldas Novas emancipada, a esfera política e classe dominante entrelaçaram-se, e as mesmas pessoas proprietárias de fazendas e de estabelecimentos comerciais ocuparam os cargos públicos de relevância, situação é histórica e cristalizada, constituindo um emaranhado de poder econômico e político difícil de ser superado. Nas fontes pesquisadas, a personagem histórica mais destacada no início do século XX, nesse município, foi o coronel Bento Godoy, que exerceu as funções de comerciante, farmacêutico, fazendeiro e político. A esse homem – que conquistou a simpatia de todos graças ao seu conhecimento geral, capaz até mesmo de tratar doenças como malária, verminose e bócio – foi atribuído o desenvolvimento de Caldas Novas.

A personificação da coisa pública e o controle corporativo do Estado, presentes no desenvolvimento do país, concretizam-se na cidade, pois é o local em que as pessoas vivem, trabalham, estudam, comercializam o que produzem e passam seus momentos de lazer. Em sociedades com desenvolvimento social e econômico e crescimento da classe média, os locais aprazíveis para os momentos de descanso e de lazer, com raras exceções, tendem a ser explorados comercialmente.

Foi creditado ao coronel Bento Godoy a articulação política que culminou com a emancipação política de Caldas Novas em 1911 e a passagem de vila para a categoria de cidade (1923). Seu propósito era promover o crescimento acelerado da região, facilitando o acesso de pessoas que procuravam o local em busca de tratamento de saúde e lazer. Era considerado um “idealista” e grande empreendedor; “construiu” o Cine Teatro Iris em 1924, “fundou” a primeira banda da cidade, a primeira tipografia, “instalou” os primeiros telefones (em suas fazendas), “construiu” o primeiro grupo escolar, “construiu” a Usina Hidroelétrica do Pirapitinga. Foi também proprietário dos primeiros veículos da cidade, um *Ford Bigode* e um caminhão *Chevrolet*. Com habilidade política e popularidade o coronel vislumbrou e empreendeu a exploração comercial das águas quentes, para tratamento de saúde (CASSINO, 2001).

Foi destacado, dentre os “grandes feitos” do coronel Bento de Godoy, o seu desprendimento em disponibilizar recursos “pessoais” para a construção de uma obra pública, a construção da ponte pênsil sobre o Rio Corumbá, iniciada em 1918 e inaugurada aos 31 dias do mês de janeiro de 1920, conforme o autor:

O Coronel Bento de Godoy realizou a maior obra pública em Goiás na década de 20 [século XX], construindo uma ponte pênsil com cerca de 200 metros sobre o Rio Corumbá ligando Caldas Novas a Ipameri. Recebeu carta branca do governador para construção da mesma, mas foi do próprio bolso que saiu grande parcela dos recursos para a contratação do engenheiro francês Dr. Joury, da compra do cimento, do ferro e dos cabos de aço importados da Inglaterra, que aqui chegaram em cima de lombos de burros e carros de boi (CASSIANO, 2001, p. 29).

A respeito do Coronel Bento Godoy, sua sobrinha, cronista, escreve:

Quando necessário um empreendimento importante, não vacilava em usar recurso do próprio bolso, como foi o caso da ponte São Bento, que liga Caldas Novas a Ipameri, no rio Corumbá. Construiu-a com recursos pessoais na ordem de 280 contos de réis (GODOY, 1993, p. 42).

Outro autor relata o mesmo fato:

É de se admirar a sua [do Coronel Bento de Godoy] força de vontade e determinação nos empreendimentos que exigiam material e mão de obra especializada. O lugar era pobre e carente de tudo; a única solução em buscá-los fora com muito sacrifício e, às vezes, às expensas próprias. A ponte pênsil sobre o rio Corumbá, obra de arte importantíssima para a época (1918-1920) facilitava a comunicação com Ipameri, último ponto da Estrada de Ferro Mogiana, que começou a adentrar o Estado de Goiás; custaram-lhe 280 contos de réis; foi tombada recentemente, como patrimônio histórico; dizem que ela foi a maior obra pública do Estado feita por um particular, naqueles tempos (COSTA, 1999, p. 32).

A história revela o processo contraditório de constituição da sociedade e do Estado brasileiro e de como a esfera pública desenvolveu-se imbricada tanto em necessidades como iniciativas privadas.

O homem transita entre o espaço público e o privado em uma relação dialética. No Brasil, com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e, com as leis que enunciam regras mais severas de controle de recursos públicos, como é o caso da Lei Complementar nº101/2000 (que regulamenta o artigo 163 da Constituição), foi delineada com maior rigor a vigilância fiscal e a separação da esfera pública e privada.

Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou défits de pessoas jurídicas deverá ser

autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais (BRASIL, 2000).

Com a crescente complexidade das relações sociais de produção no Brasil, a questão social emergiu, expondo demandas que exigiam enfrentamento pelo Estado. Algumas dessas questões, em passado não muito distante, eram consideradas “problemas” individuais passíveis de serem superados no âmbito privado, no interior da família. As demandas pertinentes às pessoas da terceira idade, portadoras de necessidades especiais, ou mesmo crianças em estado de abandono, eram “resolvidas” por meio de ajuda mútua e/ou solidariedade de familiares. Com a industrialização, urbanização e organização da sociedade civil para enfrentar tais questões, elas foram redimensionadas e se tornaram públicas. Parcela da população, privada dos serviços necessários, desvela as contradições sociais, políticas, econômicas e culturais, alterando a “ordem” social. Nas décadas que se sucederam à instauração do regime republicano, a

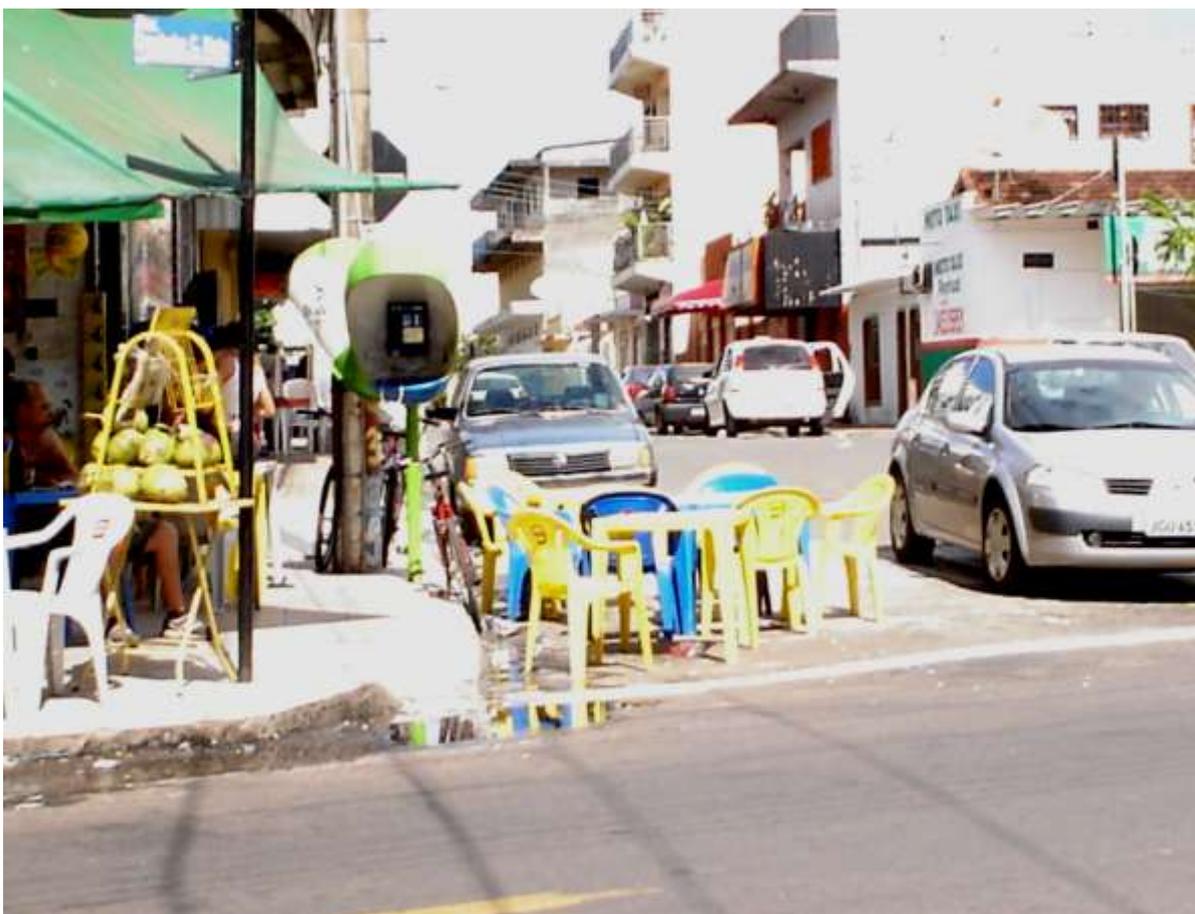
República criou uma cidadania precária, porque calcada na manutenção da iniquidade das estruturas sociais; acentuou as distâncias entre as diversas regiões do país, cobrindo-as com a roupagem do federalismo difuso da “política dos governadores” ou com a continuidade daquela geografia oligárquica do poder, desde o Império, diluía o formalismo do Estado e das instituições (SALIBA, 1998, p. 291).

A falta de uma legislação municipal mais abrangente, como um plano diretor, que normatize o uso do solo, propiciou um crescimento desordenado do município de Caldas Novas, com atendimento privilegiado aos interesses privados, em detrimento dos interesses públicos e do fortalecimento da identidade cultural da população local.

Para Ribeiro (2000), há que se mudar o modo como é tratada a coisa pública, uma vez que, para esse autor, corrupção não é apenas a usurpação da coisa pública, mas o modo como ela é tratada. As esferas públicas e privadas inserem-se na vida social do homem, transitam do campo das necessidades de sobrevivência e atingem o campo do sucesso econômico do indivíduo, uma relação contraditória perpassada por interesses e necessidades.

Em Caldas Novas, o processo de apropriação do público pelo privado tem diferentes manifestações que podem ser agrupadas em três formas de expressão: a) apropriação do espaço público; b) interferência do empresariado na consciência dos trabalhadores no processo eleitoral; e c) apropriação de documentos públicos para produção literária personificada.

Assim, primeiramente, para atender às necessidades comerciais referentes ao turista, é comum a apropriação de espaços públicos pelos comerciantes de Caldas Novas, que ocupam espaços públicos com prejuízo da locomoção de pedestres e do trânsito de veículos (Ilustração 21 e 22).



Fonte: foto da autora (2007).

Ilustração 21 – Foto da ocupação da rua Santos Dumont com Avenida Orozimbo C. Neto com mesa e cadeiras como extensão do estabelecimento comercial.

Nesse caso, a rua tornou-se uma extensão do bar, situação que é vista com naturalidade pelos habitantes locais e pelos turistas, de tal modo que, mesmo quando o bar não está totalmente ocupado e as cadeiras na rua não são necessárias, elas continuam ocupando a via pública sem reprovação popular.



Fonte: foto da autora (2007).

Ilustração 20 – Foto da ocupação da continuação da Rua Antônio C. de Godoy.

O discernimento da necessária dissociação entre espaço público e privado tornou-se difícil, pois o trânsito entre as esferas (pública e privada) é uma constante na prática daquele que

apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado. [Ademais,] os recursos oficiais eram escassos, compensando-se essa falta pelas incursões aos bolsos dos cidadãos e das autoridades (FRANCO, 1997, p. 130-131).

Em segundo lugar, conforme foi identificado por meio das entrevistas, trabalhadores eleitores escolhem seus dirigentes por critérios que atendam aos interesses pessoais e afetivos, caso em que a opção dos trabalhadores é fundamentada na amizade e na bondade dos candidatos. Assim, elegem-se empreendedores turísticos, na expectativa de melhorar as condições de trabalho desses sujeitos sociais. Essa situação denota falta de entendimento sobre os reais interesses da classe trabalhadora e o papel do Estado e de seus dirigentes no atendimento das necessidades da sociedade civil por meio de políticas públicas.

Em terceiro lugar, como grande polo turístico, Caldas Novas serve de motivação para que personalidades políticas escrevam obras apropriando-se de pesquisas promovidas por instituições públicas estatais e as publiquem como se fossem de sua lavra (Ilustração 23 e 24).

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

DOSSIÊ DE CALDAS NOVAS

01-ÁREA E LOCALIZAÇÃO:

- ❖ Caldas Novas possui uma área de 1.588 km², localizando-se na microrregião de Meia Ponte, cuja mesorregião é denominada sul goiano, região Centro-Oeste do território brasileiro.
- ❖ A sua sede municipal está situada a 686m de altitude, na posição geográfica localizada no paralelo 17°44'370" Sul, em sua interseção com o meridiano 48°37'33" Oeste.
- ❖ Caldas Novas está a 170 km de distância de Goiânia e faz limite com os seguintes municípios:
 - Ao Norte: Piracanjuba (83km), Santa Cruz de Goiás (69km) e Pires do Rio (80km);
 - Ao Sul: Marzagão (34km) e Corumbaíba (50km);
 - A Leste: Ipameri (60km);
 - A Oeste: Piracanjuba (83km), Rio Quente (20km) e Morrinhos (54km).

CALDAS NOVAS. Secretaria de Turismo e Cultura de. Gestão 2005: Dossiê de Caldas Novas, 2006 (digitado).

Ilustração 23 – Cópia de documento produzido pela Secretaria Municipal de Turismo de Caldas Novas.

Dossiê de Caldas Novas

O MUNICÍPIO DE CALDAS NOVAS

ÁREA E LOCALIZAÇÃO:

Caldas Novas possui uma área de 1.588 km², localizando-se na microrregião do Meia Ponte, cuja mesorregião é denominada sul goiano, região Centro-Oeste do território brasileiro.

A sua sede municipal está situada a 686 m² de altitude em relação ao nível do mar, na posição geográfica localizada no paralelo 17°44'370" Sul, em sua interseção com o meridiano 48°37'33" Oeste.

- Caldas Novas está a 170 km de distância de Goiânia e faz limite com os seguintes municípios:
- Ao Norte: Piracanjuba (83km), Santa Cruz de Goiás (69km) e Pires do Rio (80km);
- Ao Sul: Marzagão (34km) e Corumbaíba (50km);
- A Leste: Ipameri (60km);
- A Oeste: Piracanjuba (83km), Rio Quente (20km) e Morrinhos (54km).

Fonte: LUIZ, Walter. Caldas Novas: uma cidade turística na sua intimidade. Caldas Novas: Gráfica Criativa, 2005.

Ilustração 24 – Cópia da página da obra Caldas Novas: uma cidade turística na sua intimidade que reproduz na íntegra o documento produzido pela Secretaria Municipal de Turismo sem a devida referência.

Essa publicação tem veiculação comercial e pública com omissão sobre as fontes das informações e sem apresentar rigor teórico-metodológico para que se possa ser considerada obra científica ou literária. Esse fato – que expressa a falta de reconhecimento sobre o trabalho desenvolvido pelo servidor público no exercício de suas funções e que transgride a Lei nº 9.616/1998 sobre direito autoral (BRASIL, 1998) – revela uma visão ideológica da realidade que permite a apropriação de qualquer forma de produção da classe trabalhadora, caso em que a documentação pública elaborada pelos servidores tornou-se mercadoria apropriada e comercializada pelo capitalista sem constrangimento. A publicação desta obra passou por várias etapas na sua execução, e ela é comercializada livremente, evidenciando que a ideologia dominante da livre iniciativa obscurece as questões éticas, e as leis de mercado sobrepõem-se a questão legal.

3.3 Trabalhadoras e trabalhadores do turismo em Caldas Novas – a relação entre condição de vida, trabalho, educação e visão de mundo

Los hombres tienen historia porque se ven obligados a producir su vida y deben, además, producirla de un determinado modo: esta necesidad está impuesta por su organización física, y otro tanto ocurre con su conciencia (Friedrich Engels e Karl Marx).

A divisão social do trabalho no sistema capitalista tomou uma dimensão de tamanha complexidade que fica difícil para o trabalhador reconhecer-se como tal e consolidar uma consciência sobre a classe à qual pertence. A exploração de seu trabalho é decorrente do próprio capital, que tanto se personifica na figura do capitalista, como no próprio trabalhador em fase de transição, isto é, quando o trabalhador passa a ter seu próprio negócio. Caldas Novas, com um número menor de habitantes em relação a Goiânia, comporta a mesma diversidade de funções.

Uma sociedade com maior conhecimento acumulado revertido em aumento da qualidade e quantidade da produção torna-se mais desenvolvida. Entretanto, “quanto menos desenvolvido é o trabalho, mais restrita é a qualidade de seus produtos e, por consequência, a riqueza da sociedade” (ENGELS, 1977, p.2-3). No sistema capitalista, a distribuição de bens e serviços não é equitativa e contribui para um distanciamento ainda maior entre parcelas da população que têm acesso diferenciado e diversificado aos bens que a sociedade produz.

As trabalhadoras e trabalhadores entrevistados atribuem a riqueza do município – riqueza esta que lhes propicia vagas de trabalho – aos grandes empreendimentos turísticos e a capacidade de seus empreendedores em aumentar seu patrimônio pessoal. Para Marx (1993), “do ponto de vista da economia política a essência subjetiva da riqueza é a propriedade privada” (p. 183). A subjetividade da riqueza, corporificada na propriedade privada, atribui poder a quem a possui, isto é, o proprietário passa a ser a personificação do desenvolvimento econômico do município e a pessoa que garante condições de acesso ao trabalho assalariado e aos bens e serviços.

Nessa visão de mundo, própria do sistema capitalista, o “trabalho tornou-se uma mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador” (Marx, 1993, p. 102). As patroas e os patrões tornam-se pessoas indispensáveis que possibilitam melhores condições de vida aos trabalhadores. Essa reificação da realidade concreta mascara a contradição capital-trabalho. Sem o explícito confronto entre as classes sociais também se dilui a possibilidade da construção da consciência de classe, afastando mais e mais a possibilidade de emancipação da classe trabalhadora.

Para compreender a visão de mundo da população local em relação ao trabalho e ao emprego, foi utilizada o relato da entrevista 1, uma pessoa que deixou a condição de trabalhadora empregada e tornou-se a proprietária de um empreendimento. Nesse caso, sem recursos financeiros para a contratação de trabalhadores, a mão de obra utilizada é a sua e de seus familiares.

A entrevistada começou a trabalhar aos doze anos e teve seu primeiro registro na carteira de trabalho aos quatorze anos, como pró-jovem:

Meu primeiro emprego foi de babá aos doze anos e recebia, na época, meio salário mínimo. Depois fui para a prefeitura como pró jovem onde fiquei até 1997 e depois fui trabalhar em uma loja de pedras onde fiquei nove anos, até abrir minha própria loja.

Comecei como caixa ganhando dois salários mínimos, depois passei para vendedora ganhando um salário e meio mais 4% de comissão sobre as vendas que fazia. Depois passei a gerente.

Como empregada, eu trabalhava oito horas por dia com duas horas de almoço, mas às vezes passava, eu ficava na hora do almoço e ficava depois... Não recebia hora extra. Às vezes, eu trabalhava doze horas, quanto mais eu ficava mais eu vendia, às vezes era por opção, às vezes era pra suprir necessidades [da loja], cobrir falta de colegas (ENTREVISTA 1, 2008).

Dessa forma, a comissão sobre as vendas ou sobre a produção provoca uma situação falsa, em que o trabalhador acredita ter a liberdade de decidir o quanto quer trabalhar e o quanto quer ganhar. Há um afastamento tal da realidade que não se atenta que o quanto o seu trabalho gerou lucro para o proprietário do empreendimento, ao ponto de enriquecê-lo.

Essa entrevistada trabalhava em uma loja especializada na venda de adereços e souvenirs feitos com pedras brasileiras, comércio que atende às necessidades dos turistas. A loja, localizada na região central da cidade, é considerada de grande porte quando comparada aos demais estabelecimentos comerciais do gênero. A entrevistada abriu uma loja da mesma natureza, localizada na mesma quadra, porém menor. Saiu, portanto, da condição de empregada e passou para a situação de proprietária de um estabelecimento comercial. De certa forma, continuou com as mesmas atividades que tinha como gerente: conferência de estoque, avaliação da demanda e compra de material. A diferença é que, como gerente, não era responsável pela parte administrativa e contábil da loja, atribuição do proprietário. Na condição de proprietária, incorpora essas responsabilidades e outros riscos inerentes a qualquer negócio, como esclarece:

Na minha loja fica mais puxado, eu trabalho pra mim, não tenho horário para sair, entro as oito [horas] e fico até as 22 ou até meia noite, almoço na loja, meu marido leva comida. É mais difícil, mas melhorou muito financeiramente (ENTREVISTA 1, 2008).

Na implantação da loja, permaneceu a exploração do capital. A situação financeira melhorou muito – conforme enfatiza na entrevista –, pois, na condição de proprietária da loja, ela se apropria não só do valor da utilização de sua força de trabalho, que embora não seja vendida, ainda assim tem um valor, como também do lucro.

Durante um ano e meio, não teve condições de contratar uma pessoa para trabalhar na loja. Sua jornada de trabalho era de, no mínimo, quatorze horas, as refeições eram levadas pelo seu esposo e feitas no balcão da própria loja. Assim, incumbiu-se de todo o trabalho de venda, gerenciamento, administração, montagem de algumas bijuterias e compra do material para revender. E, ao chegar a sua casa ainda tinha trabalhos domésticos a fazer.

O processo de exploração pertinente ao sistema do capital estendeu-se aos seus familiares, isto é, o marido, que já tinha uma jornada de trabalho de oito horas como servidor público municipal efetivo; passou a ter também uma segunda jornada de trabalho na loja. Ele sai de seu local de trabalho às 17 h e vai para a loja da família onde inicia outra jornada de trabalho que se estende até as 22 h. Esta sobrecarga de trabalho, também atingiu outros

familiares, isto é, aumentou diretamente as horas de trabalho não remunerado de sua sogra que cuida dos filhos do casal.

Após essa rotina de um ano e meio, com o nascimento de sua segunda filha, ela contratou uma vendedora para ficar na loja, seu esposo tirou férias do trabalho na prefeitura e assim ela pode afastar-se da loja durante vinte dias para o nascimento e primeiros cuidados da criança. Retornou ao trabalho com uma jornada reduzida, pois faz revezamento na loja com a vendedora que contratou.

Tenho a loja há dois anos e meio, fiquei nessa rotina mais pesada um ano e meio, depois que a minha filha nasceu comecei a trabalhar menos, entro uma hora [treze horas] e fico até as dez [vinte e duas horas]. Agora é melhor porque posso dar uma saidinha quando preciso, melhorou muito mesmo.

Hoje, eu trabalho dez horas não por necessidade, mas é porque precisa estar lá, junto...

Tenho uma funcionária e meu esposo também trabalha na loja. Ele é funcionário público efetivo, trabalha até as dezessete horas na Prefeitura [de Caldas Novas] e depois vai para a loja e fica até as 22, ou até diminuir o movimento nas ruas (ENTREVISTA 1, 2008).

Ao dizer “eu trabalho dez horas não por necessidade, mas é porque precisa estar lá junto”, ela atribui uma conotação nova para o termo “necessidade”. Para ela, “necessidade” é quando alguém determina, no caso, o patrão. Como ela é proprietária da loja, “não há necessidade”, embora reconheça que “precisa estar lá, junto”.

Durante a entrevista, ela revelou-se satisfeita com seu empreendimento e sua expectativa é continuar com a loja.

A pesquisa com as trabalhadoras e trabalhadores de Caldas Novas faz compreender que pequenas proprietárias e proprietários embora em seu cotidiano vivenciem situações de precarização do trabalho, eles próprios e seus familiares, ainda assim, são capitalistas, pois se reconhecem como tal, mesmo que, em alguns casos a condição de proprietário não seja definitiva. Caso não disponha dos meios necessários para manter o empreendimento, a pessoa pode voltar a ser trabalhadora assalariada como ocorreu com um dos entrevistados que atualmente trabalha no ramo hoteleiro. Ele chegou a trabalhar como autônomo e depois retornou à situação de empregado, pois não conseguiu a qualidade de vida esperada, como relatou:

Comecei a trabalhar com treze anos como empacotador em um supermercado, trabalhei em um lava a jato [para carros], fui *office boy* em uma farmácia como entregador. Comecei aos treze anos e fui registrado com

quatorze anos. E, de lá pra cá, trabalhei em várias áreas. Trabalhei por conta [própria] como autônomo (ENTREVISTA 2, 2008).

A respeito de sua experiência como autônomo, apesar de não ter prosperado, diz:

foi muito gratificante, eu trabalhei com produtos de limpeza em uma garagem emprestada... Tiveram que ocupar a garagem e tive que sair. Trabalhei em várias áreas em São Paulo. Mudei para Caldas Novas por causa da qualidade de vida. Cidade grande tem muita violência, muito trânsito. Estas coisas deixam agente mal. Foi bom trabalhar por conta própria, mas eu não tinha um local certo. Não dava para alugar, eu não tinha certeza do retorno; e, além disso, os produtos [químicos] prejudicavam a saúde. Aqui eu tenho qualidade de vida e trabalhando de empregado. Está sendo bom.

Eu vim pra cá também porque sou artista plástico e aqui é melhor para pintar, cidade pequena, turística (ENTREVISTA 2, 2008).

Quanto à alteração de condição de vida – mudança de cidade e de campo de trabalho, de vendedor autônomo de produtos de limpeza a empregado de hotel –, ele disse que, como artista plástico, foi para Caldas Novas à procura de melhoria da qualidade de vida e possibilidade de pintar e encontrar um mercado consumidor para suas telas. Acredita que em uma cidade pequena pode conseguir, por meio de seu trabalho, atender às suas necessidades materiais e espirituais. Sua fala revela preocupação com a qualidade de vida, o contato com a natureza e a possibilidade de continuar pintando suas telas. Qualquer situação que possa prejudicar essas aspirações ele renega, demonstrando que tem conhecimento de que, ao buscar a satisfação de suas necessidades reais, poderá ser feliz. Ao qualificar as necessidades como reais, ficam excluídas as necessidades fetichizadas, que também passam a ser reais para quem as sustenta.

O crescimento acelerado da população demanda da sociedade política, no exercício de suas funções (legislativa, executiva, judiciária), ações efetivas para viabilização de bens e serviços públicos para toda população, requerendo da sociedade civil instrumentos de participação e controle para que essas necessidades sejam supridas. O processo de crescimento acelerado provém de um fluxo migratório contínuo, associado à constante movimentação de turistas, o que propicia a constituição de uma sociedade urbana multicultural, com um aprendizado que lhe possibilita enfrentar os conflitos provenientes da diversidade cultural, sem, entretanto compreender ou superar as contradições universais do mundo do capital (Tabela 2). A próxima tabela indica o crescimento da população do município de Caldas Novas.

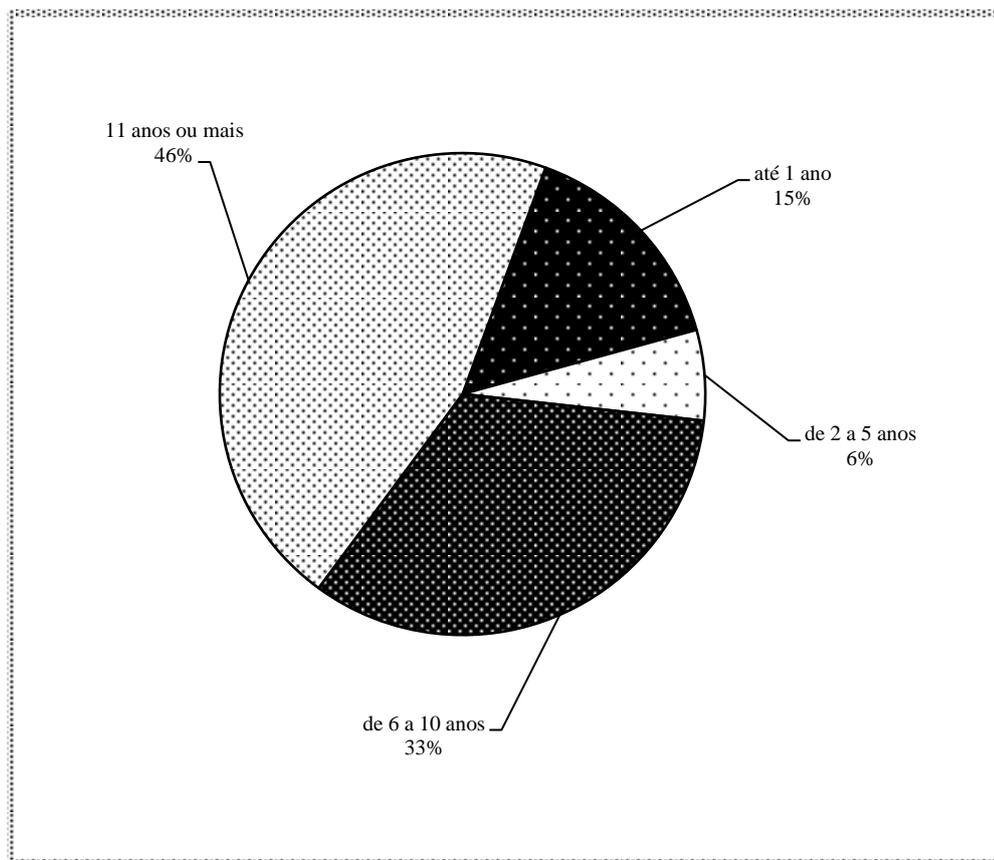
Tabela 2 – População de Caldas Novas – 1960 a 2007

Ano	População urbana (habitantes)	%	População rural (habitantes)	%	Total
1960	-		-		5.200
1970	-		-		7.200
1980	-		-		9.800
1991	21.238	87,91%	2.921	12,09%	24.159
1996	37.057	93,50%	2.578	6,50%	39.635
2000	47.308	95,26%	2.352	4,74%	49.660
2001	50.464	95,63%	2.307	4,37%	52.771
2003	55.376	96,28%	2.140	3,72%	57.516
2007	-		-		62.204

Fonte: Albuquerque (1996), dados de 1960 a 1980; Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, Censo Demográfico 2007 em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>, dados de 1991 a 2005.

Na pesquisa realizada com trabalhadores e trabalhadoras na área do turismo, identificou-se que, dentre as 38 pessoas entrevistadas, apenas 13% nasceram em Caldas Novas . A maioria relativa (46%) do universo pesquisado vive na cidade há mais de uma década.

Embora a maioria relativa (46%) desses trabalhadores more em Caldas Novas há onze anos ou mais, ficou evidente certo distanciamento com relação às questões político administrativas do município (Ilustração 25). Nenhum dos trabalhadores entrevistados assinalou qualquer tipo de participação política organizativa, seja por categoria profissional, seja por local de moradia ou outra forma de organização. Segundo informação fornecida pelo Departamento de Recursos Humanos do Clube-Hotel, apenas sete trabalhadores são sindicalizados.



Fonte: dados da pesquisa. Clube-Hotel de Caldas Novas, 2008.
 Ilustração 25 – Gráfico do tempo de moradia em Caldas Novas.

Diante da falta de participação das trabalhadoras e trabalhadores, foram procuradas as lideranças locais reconhecidas pela população: a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o presidente da Associação dos Trabalhadores da Construção Civil e mais duas lideranças. Essas pessoas falaram da dificuldade de organização da classe trabalhadora em virtude da interferência da correlação de forças políticas e econômicas do município. A falta de participação das trabalhadoras e trabalhadores em sindicatos, associações e conselhos de direito, enfraquece o poder político da sociedade civil, sobretudo em lutas por melhores condições de vida e de trabalho, situação que intensifica a reprodução da exploração da classe trabalhadora.

Entretanto, em razão de suas condições objetivas e subjetivas, as trabalhadoras e trabalhadores entrevistados não reconhecem o processo de exploração. Pelo contrário, a maioria deles considera-se recompensada por trabalhar na área do turismo, pois, como visto anteriormente, ao comparar suas condições de trabalho atuais com as condições a que foram submetidos – sobretudo no campo – eles reconhecem uma melhoria na qualidade de vida, o que fortalece o processo de alienação e leva ainda mais essa população de trabalhadores ao conformismo. O desinteresse de parte da população local em conhecer e influenciar a política

e a administração do município tem permitido a ascensão de muitos políticos comprometidos com interesses corporativos ou individuais dos empresários que objetivam enriquecimento rápido.

A situação e a visão de mundo dos trabalhadores do turismo ajuízam a realidade da população local, pois dentre as 14.385 vagas de empregos de Calda Novas em 2005 (INSTITUTO Brasileiro de Geografia Estatística, 2008), 8.861 (62%) estavam direta ou indiretamente ligadas ao turismo enquanto que em Goiânia a proporção é de 488.075 vagas de emprego para 179.988 ligas ao turismo (37%). Isto significa que, em Caldas Novas, mais da metade dos trabalhadores está empregada no ramo do turismo e um grande número de famílias depende desse tipo de trabalho. Em 2004, a população local era 49.642 habitantes³², então, neste período, a cada cinco pessoas, uma trabalhava no ramo do turismo, e ao descontar as crianças e as pessoas que não trabalham, concluí-se que em quase todas as famílias havia uma pessoa trabalhadora no ramo do turismo.

Com o objetivo de compreender como ocorre o processo de apreensão, reflexão e intervenção de trabalhadoras e trabalhadores na sociedade urbana de Caldas Novas, onde eles vivenciam, em seu cotidiano, elementos contraditórios, realizou-se um percurso que permitiu a apreensão que existe uma face diferente da educação intencional, que prepara homens e mulheres para a vida e para o trabalho. Para além da educação que propicia formação para intervenção na realidade por meio da ação política, há outra forma de educação que aparece como um elemento fundamental no cotidiano das relações sociais, tanto preparando essas pessoas para a vida, como para a reprodução dessas relações.

O tipo de educação que se encontra com maior frequência entre trabalhadores e trabalhadoras é a que resulta da objetivação das relações sociais cotidianas, cujo trabalho é uma constante, por meio da qual o ser social apreende a realidade e nela intervém. O processo de subjetivação e reflexão sobre a realidade concreta com consciência é um movimento constante de apropriação e modificação desta realidade por meio da objetivação. Em outras palavras, a educação aparece como movimento de apreender a realidade, refletir, socializar e reconstruir esta realidade.

Conforme Loureiro (1988), caso se considere apenas a educação escolar, exclui-se parte significativa dos atores da história, como os trabalhadores que nem sempre tiveram acesso a essa forma de educação. Em sua maioria (58%), os trabalhadores não chegaram ao

32 Em 2007 a população de Caldas Novas era 62.204 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA, 2008)

ensino médio, e todas as pessoas entrevistadas declaram que não participam e nunca participaram de qualquer organização sindical, movimento social ou popular. Portanto, o principal espaço de aprendizado foi o cotidiano, pois “a vida de todos os dias não pode ser recusada ou negada como fonte de conhecimento e prática social (CARVALHO, 2007, p. 15).

Para as trabalhadoras e trabalhadores de Caldas Novas, a educação é compreendida na amplitude de sua concepção, sem a negação da educação escolar, que é a socialização do conhecimento produzido socialmente, com sistematização teórica do aprendizado. A educação, com objetivo de apreensão da realidade e intervenção nessa mesma realidade, por meio do trabalho, está sempre presente, também, no cotidiano. A diferença entre as diversas formas de educação é a intenção presente no processo de aprendizagem, isto é, na educação escolar há um planejamento para a educação, ou ainda, uma intenção em formar as pessoas para a vida social de forma que elas estejam preparadas para a vida e para o trabalho. Entretanto, nem sempre a intenção é especificamente a educação, pois, muitas vezes, há uma intenção política coletiva ou corporativa que corrobora com o processo de aprendizagem. Essa forma de educação – abordada, tanto por clássicos como Gramsci (2001), e ainda por autoras ou autores contemporâneos como Loureiro (1988), dentre outros – é reconhecidamente uma alternativa que contribui sobremaneira com a conscientização da classe trabalhadora em direção à emancipação³³.

Há ainda outra forma de educação que ocorre no cotidiano, cuja intenção aparece diluída em questões imediatas e contribui para o aprendizado de forma contraditória, seja para a formação da consciência crítica, seja para o fortalecimento da alienação, acomodação e reprodução passiva das relações sociais de produção.

A educação, independentemente de sua forma, estabelece uma relação temporal e espacial com toda a humanidade.

Em Marx e Gramsci postulam uma concepção ampliada de educação, ainda que a preocupação seja a educação sistematizada e programada para determinado fim. Na concepção gramsciana, educação é um processo de formação da consciência (individual e coletiva), a construção do conhecimento, a emancipação política e a formação de uma nova cultura por meio das práticas políticas presentes nas relações sociais. Não é possível tratar a

33 A referência sobre “a conscientização da classe trabalhadora em direção à emancipação”, é feita pois com o comentário de que essa emancipação só é possível com a superação da propriedade privada e da exploração do trabalho (Marx, 1993). No atual sistema, só é possível caminhar em direção a essa emancipação mediante estratégias que possam contribuir com a consciência da classe trabalhadora como uma classe universal.

educação apenas em um aspecto, isto é, mera transmissão ou troca de saber por meio de alguma instituição, por categoria profissional ou por funções sociais decorrentes da divisão social do trabalho. Trata-se de algo complexo, em que as mediações das relações sociais do processo educativo são determinadas pela estrutura e perpassam pela superestrutura social.

Para Engels e Marx, a natureza do homem é social e política e, mediante sua ação, ele modifica a natureza de acordo com a sua necessidade, sua ação sobre a natureza tem caráter intencional e planejado, “cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão” (ENGELS, 1977, p. 70). Nesse processo, o homem constrói-se como ser social e político.

No ambiente da contradição capital e trabalho, ao mesmo tempo em que o homem aliena-se como condição inerente ao modo de produção capitalista, faz emergir também a resistência a esse processo de alienação com a necessidade de conhecer, analisar e resistir à exploração da força de trabalho da forma aviltante.

Assim, os trabalhadores, na perspectiva de maior participação política, passaram a desenvolver formas alternativas de educação. Era um desafio, pois, o custo com comunicação e informação era proibitivo para grande parte das operárias e dos operários. Mediante as dificuldades e falta de acesso à educação escolar, algumas pessoas eram autodidatas e aprendiam a ler sozinhas, outras, sem condições de comprar cadernos e lousa, escreviam em areia. Embora o Estado tivesse assumido a responsabilidade pela educação, ela não era acessível à grande parte dos trabalhadores³⁴. Nessas condições, a imprensa passou a ser o grande instrumento de informação, formação e resistência dos operários. Ocorreu, nesse período, um movimento para a liberdade de imprensa e para derrubar o imposto de franquia, que vigorou nos anos 1820, e que muito encarecia os periódicos dificultando o seu acesso à classe operária. Sem uma lei de proteção, os jornalistas eram presos com frequência e acumulavam processos ao longo da vida³⁵. Mesmo diante toda a repressão, as publicações chegavam aos operários, como relata o autor.

34 Neste período, a escrita de cartas era apresentada como uma prestação de serviços. As poucas pessoas que sabiam ler e escrever podiam cobrar um penie por cada carta, valor baixo se comparado com o valor da postagem que era 1 xelim e 10 penies, valor excessivo em razão das dificuldades de transporte. Os jornais semanais da época, como o Register de Cobbett, chegava ao trabalhador por dois penies. E, ainda os trabalhadores e trabalhadoras tinham a opção de participar dos clubes de leitura mediante um pagamento semanal de um penie. Nesses locais, os participantes podiam ler os jornais, e/ou, em determinados momentos programados, ouviam a leitura em voz alta de alguns leitores. Thompson (1989) assinalou a importância dos jornais destinados aos operários: “O Register de Cobbett, a 2 penies, no seu auge, entre outubro de 1816 e fevereiro de 1817, rodava uma edição semanal de 40.000 a 60.000 (...) O Black Dwarf rodou cerca de 122.000 exemplares em 1819”. Enquanto que em “1822 a circulação do principal diário, The Times, era de 5.730 exemplares; do Observer (semanário), 6.860” (p. 312).

35 Apesar de o governo ter certo cuidado em reprimir lideranças e jornalistas do porte de Carlile (radical e doutrinário que teve uma grande contribuição na luta pela liberdade de imprensa) para não fomentar ainda mais a

As obras do Iluminismo chegaram a eles com força de uma revelação. Dessa forma, um público leitor cujo caráter era cada vez mais operário, foi obrigado a se organizar por si mesmo. Os anos de guerra e imediato pós-guerra conheceram, de um lado, uma imprensa “sustada” e, de outro, uma imprensa radical. Nos anos 1820, boa parte da imprensa de classe média libertou-se da influência direta do governo, e utilizou parte das vitórias conseguidas por Cobbett e Carlile (THOMPSON, 1989, p. 322).

Entretanto, algumas lideranças e trabalhadores não compreendiam o sistema econômico que surgia, sua resistência era contra o imediato, o visível, a opressão revelada. Nem todos os jornalistas naquela época foram lideranças políticas. Cobbett, por exemplo, foi considerado empirista prático e exerceu influência intelectual sem ser um pensador sistemático; ao contrário, alimentou um “empirismo prático” e “oportunismo teórico” (THOMPSON, 1989). Criou a cultura intelectual radical, não possibilitou o fortalecimento de uma teoria política e, mesmo com uma visão reduzida sobre as condições da classe operária, conseguia elaborar um tipo de discurso que agradava aos operários. Para Cobbett existiam duas classes: a) superior e intermediária e b) classe produtiva. Para ele, o que determinava a divisão de classe era a produção e não os meios de produção, como afirmava Marx. Gordon, outra liderança da época, instruiu os sindicalistas sobre economia política e defendeu que a remuneração era regulada pela oferta e pela procura, trabalhou o pensamento utilitarista. Afirmava ainda que, “quando a humanidade atingisse um estado de maior perfectibilidade, só as classes industriais então deveriam existir” (THOMPSON, 1989, p. 371).

Nesse contexto, Owen propôs-se a entender o capitalismo e atribuiu responsabilidade de controle ao Estado. Para ele, “se o capital era largamente parasitário do trabalho, não poderia o trabalho simplesmente dispensá-lo ou substituí-lo por um novo sistema?” (THOMPSON, 1989, p. 380). Segundo Owen, a “educação deveria imprimir no jovem idéias e hábitos que contribuirão para a felicidade futura do indivíduo e do Estado; e isso só pode ser alcançado instruindo-os para serem seres racionais” (THOMPSON, 1989, p. 382). Owen referia-se ao Estado quando os radicais o condenavam. As comunidades não eram aceitas pelos radicais, pois afetariam a liberdade do trabalhador. O autor fazia analogia com a

resistência política, as prisões eram frequentes. Esse jornalista foi preso várias vezes e chegou a editar um jornal ainda na prisão. Houve o caso de uma mulher cerzideira de renda, que, ao fazer uma paródia sobre o governo, foi condenada e presa em condições precárias, sem colchão e sem cobertas com sua criança de seis meses que ainda amamentava. Além dos já mencionados, outros intelectuais destacaram-se na sua atuação com os operários, como: Hazlitt, considerado “o mais jacobino dos radicais de classe média” (Thompson, 1989, p. 343) e o que mais se aproximou dos artesãos. E, Peine que não se posicionou contra a propriedade privada, mas contra a tirania.

natureza ao estudar a sociedade e Malthus defendia a interferência do Estado para a garantia de assistência aos idosos.

Essa trajetória é a expressão de como a educação foi subjetivada para o trabalhador em sua realidade adversa, isto é, privado dos meios formais de educação, ele educava-se em primeiro lugar na família, posteriormente, nas igrejas, associações e, em geral por meio do próprio trabalho. A referência à situação da classe operária inglesa não pretende apenas a reconstituição de acontecimentos, mas a compreensão de como a educação, a busca da informação e do saber estiveram presentes na formação da classe operária.

Gramsci (2000), ao discutir a questão da educação escolar na Itália, faz uma crítica à educação que apenas prepara o indivíduo para o trabalho e não garante a formação do cidadão em sua totalidade. Para ele, o “Estado deve ser concebido como educador na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização” (p. 28). Lembra-se que, por “Estado deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho privado de hegemonia ou sociedade civil” (p. 254). Para esse autor, o homem ativo de massa age sem uma consciência teórica, ou ainda, pode apresentar uma consciência contraditória; de um lado, apresenta uma consciência acrítica, pelo acúmulo do conhecimento de seu passado, e, de outro, pode desenvolver uma consciência crítica capaz de transformar a realidade. A consciência acrítica – ligada a um determinado grupo – pode ser superada com o florescer da consciência crítica, inicialmente pela autoconsciência, consciência de si, e, posteriormente, consciência coletiva. Nas palavras do autor,

a compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam (GRAMSCI, 1999, p. 103).

A “luta de hegemonias políticas” pode ocorrer nos movimentos sociais, movimentos populares e ainda nos espaços institucionais, desde que haja a possibilidade de discussão e decisão para modificar a realidade. Considera-se mudança de realidade quando esses grupos conseguem, por meio de uma articulação, implantação e implementação de políticas, programas ou leis de interesse coletivo.

A educação que se estabeleceu fora da escola era de interesse da classe trabalhadora que aspirava a emancipação e constituição do homem onilateral, contrariando a educação da classe dominante que defendia a constituição de um homem unilateral em condições de

atender às necessidades de uma minoria dominante. A proposta de educação fora da escola esteve presente em todos os momentos históricos e foi enfatizado a partir do final do século XVII e, sobretudo nos séculos subsequentes. A luta árdua pelo acesso à educação como ocorreu no início da industrialização, sobretudo na Inglaterra, superou as barreiras do espaço, tempo e do desenvolvimento social e econômico. Assim, a educação foi uma conquista com alto custo individual, pois sua responsabilidade recaiu sobre o próprio trabalhador que, quando não consegue uma formação adequada, diz: “eu puxei meu pai, eu não dou pro estudo, lá em casa ninguém dá pro estudo”. Essas palavras foram proferidas por um jovem morador na área de posse Emílio Pova, em 1999. O jovem, na época tinha dezenove anos, interrompeu os estudos ainda na adolescência para trabalhar. Ele assumia a responsabilidade pela sua desistência como se fosse uma opção diante de sua “incapacidade para estudar”. Segundo seu entendimento, algumas pessoas tinham habilidade para o estudo e outras, não. Nesses casos, as pessoas que não estudam devem só trabalhar, tornando o acesso à escola cada vez mais distante para as pessoas que entram no mercado de trabalho ainda na adolescência. A responsabilização individual do fracasso substitui a verdadeira causa da falta de acesso de grande parte dos trabalhadores aos bens socialmente produzidos.

O estudo sobre o processo educativos das trabalhadoras e trabalhadores de Caldas Novas está ancorado na tese marxiana de que as ações do homem não são arbitrárias. O homem constrói sua história e se constrói com ela; trata-se de um ato histórico, por meio de um constante aprendizado, em que o homem, ao satisfazer as primeiras necessidades e produzir os instrumentos para sua satisfação, apresenta novas necessidades. Nesse processo o homem reproduz-se a si mesmo em uma relação social em que

as circunstâncias têm que ser transformadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. (...) A coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana ou autotransformação só pode ser tomada e racionalmente entendida como práxis revolucionária (ENGELS; MARX, 1984, p.108).

Em Caldas Novas, a população local constitui-se em uma realidade multicultural pautada pelo turismo comercial de lazer, em constante conflito entre a conservação e a transformação, que redefine as esferas do ser social no âmbito da política e da cultura. Assim, o processo de construção do novo, sob influência dos turistas, ocorre sem ruptura com o velho, que agrega a cultura da população local. O passado apresenta-se como “uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana” (HOBSBAWM, 2004, p. 22).

De acordo com as fontes pesquisadas, a educação escolar não teve lugar de destaque em Caldas Novas, pois quase nada é mencionado acerca do papel da educação no processo de desenvolvimento do município. Essa situação é coerente com a prática neoliberal identificada com “a incapacidade estrutural do Estado para administrar as políticas sociais”, e em especial no caso da educação, com a falta de uma política efetivamente democratize o acesso ao ensino (GENTILI, 1998, p. 17).

A educação aparece em todas as falas dos trabalhadores de Caldas Novas ocorre em casa, na convivência com a família, na escola, no trabalho e no cotidiano. Como disseram 84,21% das pessoas entrevistadas: “a educação está em todos os lugares” (Tabela 3).

Tabela 3:
A subjetivação dos trabalhadores de Caldas Novas sobre a educação

Descrição	Qt.	%
A educação começou na família	38	100,00%
A educação está em todos os lugares	32	84,21%
O aprendizado para o trabalho começa na infância	32	84,21%
A educação é tudo na vida da pessoa	17	44,74%
A educação é aprender a se relacionar com os outros "ser educado" e "tratar bem as pessoas"	7	18,42%
A educação é saber obedecer	1	2,63%

Fonte: dados da pesquisa, Clube-Hotel de Caldas Novas, 2007.

A categoria “educação” aparece associada à família e locais de convivência cotidiana, pois a educação em instituições de ensino foi praticada de forma precária, pode-se dizer que ela é pouco conhecida e que a maior parte do conteúdo apreendido que lhes orienta para a vida foi adquirido fora do convívio escolar. Quando a pessoa tem mais anos de escolaridade, há uma contribuição da escola na sua formação e ela é lembrada. Nesse caso, todas as pessoas entrevistadas responderam que a educação começou em casa; ou ainda, que a educação começou com família.

A educação vem um pouco de berço, da vida, do estudo, mas a primeira vem da família (ENTREVISTA 3, 2008).

Tudo que aprendi foi em casa com minha mãe e meus irmãos. Tive ajuda do meu tio. (ENTREVISTA 5, 2008).

Meu pai me ensinou muita coisa, eu tento ensinar para os mais jovens tudo que aprendi (ENTREVISTA 15, 2008).

Um dos comentários valoriza o papel dos pais neste processo:

Minha educação foi boa porque meu pai era muito exigente, sem a educação de casa eu não era o que sou hoje ... um homem feito, com responsabilidade de família. Quanto a escolaridade eu estou estudando agora. Comecei a estudar com 48 anos, estou pra ler agora, alfabetização pra adulto, a noite (ENTREVISTA 16, 2008).

Mesmo esse trabalhador, que não teve escolaridade até os 48 anos, não tem dúvidas de que passou por um processo educativo. Não só reconhece como valoriza o aprendizado, ainda que esta educação tenha ocorrido em situações de sofrimento e privação. Durante todo o tempo, enfatizou a importância dos seus pais, sempre na perspectiva de que o conhecimento acumulado de seus antecessores pode lhe propiciar um conteúdo que lhe garanta a capacidade de enfrentar os desafios do cotidiano como uma dimensão da realidade concreta.

Para outro trabalhador, a

educação é fundamental para o ser humano, sem educação ele não consegue se manter na sociedade. Se não tiver uma educação legal você pode ficar mal visto. Principalmente educação ambiental que é fundamental hoje. A educação vem da família, pai e mãe, Se você tem educação em casa, lá fora você também vai ter educação adequada [a educação fora de casa como extensão da educação que recebeu dos pais]. Então acredito que a educação vem da família (ENTREVISTA 17, 2008).

O aprendizado para esses trabalhadores, ao mesmo tempo em que fica restrito às relações do cotidiano, assume uma dimensão tal que diz respeito à sua preparação para a vida com toda sua complexidade, para a realidade concreta em sua totalidade, mesmo que lhes falte consciência plena dessa realidade.

A apreensão crítica da realidade e da verdade não são apenas questões teóricas. O processo de apreensão da realidade concreta, da devida socialização do saber construído historicamente e da transformação da natureza perpassa pela vivência acompanhada de uma ação educativa. Para Engels e Marx (1984), a verdade só se objetiva e se estabelece como tal na prática, momento em que a ciência é validada. O primeiro contato com os conteúdos necessários para a compreensão do mundo é realizado em casa, com a família. O conteúdo aprendido no âmbito familiar, por ser o primeiro e por fazer parte de relações de afeto e proteção, passa a fazer parte da constituição do ser, da sua identidade, dificilmente é superado. Por isso, determinadas crenças, mesmo contestadas cientificamente, não

desaparecem; ao contrário, reproduzem-se e se perpetuam. Como esse tipo de informação se reproduz e por que ela não desaparece se não resiste à comprovação científica e mesmo histórica? Há elementos intrínsecos nas relações sociais que sedimentam certas informações e que passam a fazer parte da realidade concreta. A realidade passa a ser a objetivação de uma subjetividade constituída de elementos que podem ser reais ou falsos, mas que de qualquer forma fazem parte da realidade concreta. A realidade passa a ser a existência a objetivação da subjetividade humana com especificidades culturais, conjunturais, econômicas e políticas, apreendidas, primeiramente na instituição familiar.

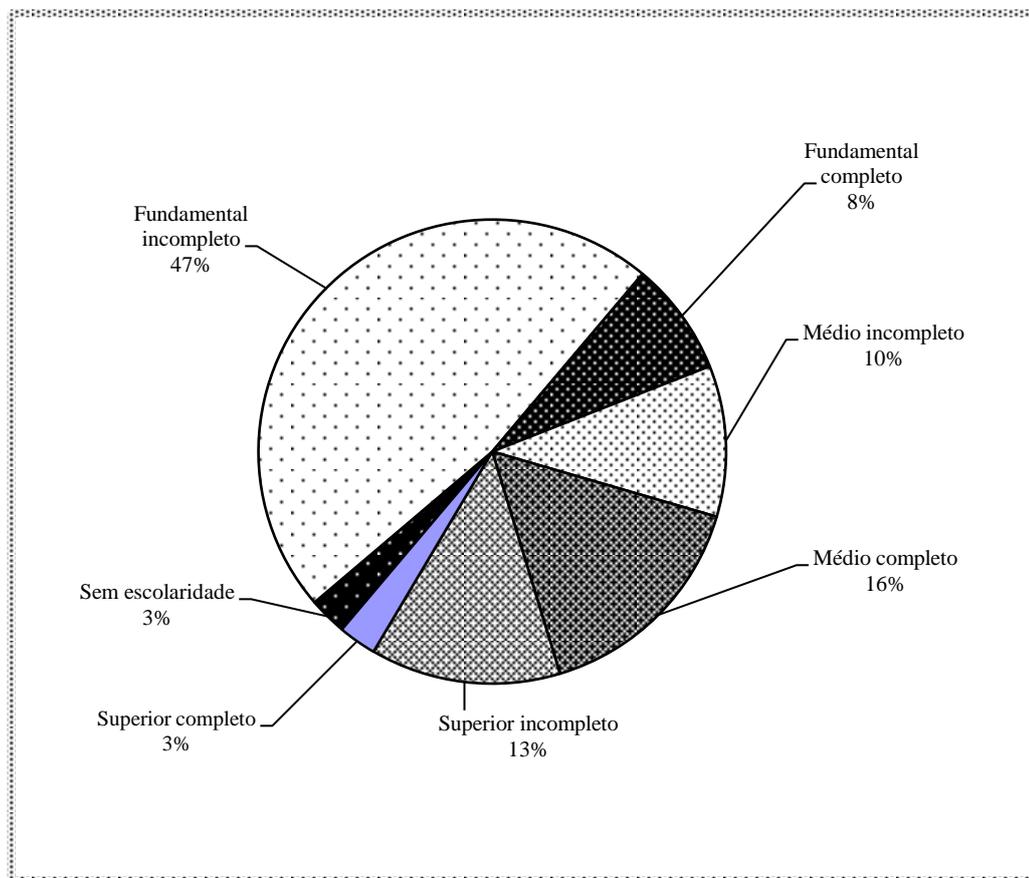
Para que os trabalhadores falassem sobre a educação escolar, a pergunta teve que ser clara e direta: “como foi sua educação escolar?” Caso contrário, iriam continuar descrevendo a educação que receberam dos pais e posteriormente “do mundo”.

Essas trabalhadoras e trabalhadores, para sobreviverem e desempenharem um papel social, cumprem várias jornadas de trabalho, no hotel, em casa e trabalhos extras no campo da informalidade. Sem tempo para se dedicarem à educação escolar, por uma questão de sobrevivência, supervalorizam outras formas de educação.

A educação escolar teve pouca presença em suas vidas, pois 94,74% das pessoas entrevistadas interromperam seus estudos em virtude das condições objetivas de vida das famílias pobres, como informou um entrevistado:

Eu comecei a estudar com seis anos, foi até a quinta (...) até 12 anos de idade ... aí parei ... aí a gente começamos a trabalhar. Eu tive que interromper meus estudos cedo, por causa da família, parte social, da renda baixa. Meus pais trabalhavam, meu pai ficou deficiente, problema de coluna. Então a gente teve que aprender a trabalhar cedo. Então por causa do trabalho você só tem aquela opção, você tem que sobreviver né, comendo, trabalhando para sobreviver, então foi donde que eu deixei de estudar pra poder trabalhar e ajudar em casa. (...) sai da escola pra trabalhar, a família trabalhava para ajudar a renda de casa (ENTREVISTA 18, 2008).

A maioria relativa das pessoas entrevistadas tem o ensino fundamental incompleto (47%); 3% não foram alfabetizadas e 8%. A maioria absoluta, 58%, tem oito anos de estudo ou menos (Ilustração 26).



Fonte: Clube-Hotel de Caldas Novas, 2007.

Ilustração 26 - Gráfico da escolaridade dos trabalhadores do turismo.

Ao falar da pouca escolaridade, esses trabalhadores não lamentam, simplesmente registram a realidade, sem análise crítica, situação que apareceu com frequência entre as pessoas entrevistadas, pois é a realidade que conhecem, e sobre ela que conversam no seu dia a dia. Tantas vezes essa verdade é dita e outras tantas ouvidas, que ela não causa estranheza. A evasão escolar “faz parte da vida”, passa a ser uma contingência na vida das crianças, adolescentes e jovens pobres, sobretudo daqueles que viveram ou vivem na zona rural. E, como os relatos anteriores, seguem-se tantos outros, em ambientes diferentes, com outros atores, mas reveladores da negligência e do abandono do poder público em relação às políticas públicas essenciais na construção de uma sociedade democrática³⁶.

Comecei estudar com onze anos de idade, eu morava na fazenda e na época não tinha nem escola, depois eles colocaram uma escola, não tinha nem local, pegaram um cômodo lá ... estudei até os quinze anos, depois perdi meu pai e não tive como estudar. Tive que trabalhar (ENTREVISTA 19, 2008).

³⁶ Sociedade democrática, neste trabalho, é aquela que garante os direitos civis, sociais e políticos; na dimensão representativa e participação.

Comecei estudar com sete anos, interrompi na sexta série, machuquei, fiquei 3 meses engessado. Comecei trabalhar foi em 1991, com 20, 23, 24 anos (ENTREVISTA 20, 2008).

As condições objetivas de vida que prejudicam o acesso ao estudo nem sempre são percebidas pelos trabalhadores, que, em geral, responsabilizam a si e seus familiares pela falta de escolaridade, ou consideram que o abandono da escola é decorrente de fatalidades como desemprego, doença ou mesmo morte dos pais.

Em determinado momento da entrevista o trabalhador (ENTREVISTA 20) fez uma pausa, deixando uma lacuna em sua narrativa que suscitou a pergunta: O que fez da infância à vida adulta? Ele responde:

Engraxava sapato, vendia picolé desde os 10 anos, fazia servicinho. É trabalhava mesmo! Tinha que trabalhar pra viver. Sem trabalho num tem jeito, agente num vive. A escola pode ficar pra depois, mas o trabalho não (ENTREVISTA 20, 2008).

Além do trabalho remunerado iniciado precocemente ainda na infância e adolescência, há o trabalho doméstico que consiste em cozinhar, limpar a casa, lavar roupa e cuidar dos irmãos mais novos. E ainda, em razão do processo migratório, a pobreza parece estar regionalizada aos olhos do migrante trabalhador pobre, ele acredita que é pobre porque nasceu em determinado lugar, sustenta a certeza de que se tivesse nascido em região urbana, teria melhor condição de vida. Em nenhum momento, durante as entrevistas, essas trabalhadoras e trabalhadores atribuíram a responsabilidade pela falta de escolaridade ao poder público, ou mesmo fizeram menção à questão estrutural, estas pessoas assumem esta condição como fatalidade. A questão social decorrente dessa ordem societária aparece, com frequência, localizada no tempo e no espaço e, sobretudo, privatizada. O pobre assume sua condição de pobreza como um “problema individual” e não como a expressão da uma contradição capital-trabalho.

Foi investigado no departamento de pessoal do Clube-Hotel como os trabalhadores apreendem a trabalhar em uma atividade que requer qualificação. A coordenadora do departamento informou que quando há cursos promovidos pelo Serviço Social do Comércio (SESC), na área de hotelaria e turismo, o órgão faz a divulgação e as pessoas interessadas são encaminhadas para os cursos. Entretanto, poucas pessoas fazem os cursos, a maioria aprende com os chefes das seções e com colegas. Por outro lado, as pessoas entrevistadas demonstraram desconhecer a oferta desses cursos. Os poucos trabalhadores que fizeram cursos não apareceu na amostragem sorteada.

Sem perder de vista a categoria ontológica do ser – o trabalho –, a educação também é inerente ao ser social que exterioriza e objetiva suas idéias subjetivadas a partir da realidade concreta. Assim, trabalho e educação estão presentes no discurso das pessoas entrevistadas e maioria respondeu que a educação pode ocorrer por meio do trabalho, na família e nos demais espaços de convivência. Pode-se compreender, portanto, que no cotidiano ocorre o acúmulo e socialização do conhecimento aprendido, ensinado, construído; em um constante educar, educando-se.

Diante da situação de pobreza e com acesso precoce ao trabalho remunerado, para sua própria sobrevivência e de seus familiares, a vida escolar desloca-se para o plano das impossibilidades. A educação necessária para a sobrevivência acontece em casa, com seus pais e familiares, sempre mediada pelo trabalho e, ao mesmo tempo, sendo a mediação desse. A educação, para essas pessoas, dá-se por meio das relações sociais que estabelecem no âmbito da família, da sociedade e do trabalho. Assim,

Trabalhar é preciso, e trabalhando eu cuido da educação também. Essas coisas andam juntas (ENTREVISTA 25, 2008).

Educação é estudar pra ser alguém na vida. Qualquer ambiente dá educação, casa, escola, trabalho (ENTREVISTA 10, 2008).

Educação pra mim é tudo, é saber trabalhar. A educação acontece no trabalho. Eu aprendi muita coisa no trabalho (ENTREVISTA 26, 2008).

A educação aparece como a outra face do trabalho em 34,21% das falas das pessoas entrevistadas. O trabalho é a categoria ontológica do ser, responsável pela constituição do homem educado, que passou por um aprendizado simples ou complexo com desenvolvimento de novas necessidades e habilidades. Como o trabalho é uma constante na vida dessas pessoas – como vistos anteriormente, o trabalho começa na infância com as tarefas domésticas, cuidados com irmãos menores, ou mesmo ajudando os pais com atividades remuneradas –, ao dizer que a “educação prepara para a vida”, está implícito o preparo para o trabalho, que é a própria vida.

As relações de trabalho e familiares são as principais relações que as trabalhadoras e trabalhadores reconhecem e que valorizam, portanto as categorias que mais aparecem e que são alvos de maior atenção das pessoas entrevistadas são família, educação e trabalho.

O homem produz-se nas condições objetivas e subjetivas, esse homem se reconhece e é reconhecido socialmente por meio do trabalho que executa e da remuneração que recebe. Assim, a pessoa é identificada, não só pelo nome, nacionalidade e idade, mas também pela

escolaridade, ocupação profissional, salário, situação de moradia. Esses elementos tornam-se categorias constituintes do ser social, e o homem passa a ser, em sua essência, aquilo que possui. Como afirma Marx (1993), “o trabalho produz o capital e o capital produz o trabalhador (p. 173).

Para 18,42% das pessoas entrevistadas, a educação é aprender a se relacionar com os outros, e em alguns casos aparece como aprimoramento das relações sociais, isto é, a melhor forma de comportar-se com o outro para ser reconhecido e respeitado pelo outro. Também foi considerada em sua forma ampliada, conforme as exposições:

Educação é tudo, é corrigir as maneiras da gente. Em casa começa a educação, respeito pelos outros, pela natureza. Tudo começa em casa (Entrevista 27, 2008).

Educação é saber tratar bem as pessoas, é não ser agressivo (Entrevista 28, 2008).

Educação é saber tratar as pessoas bem, se aprende em casa e no serviço (Entrevista 29, 2008).

Educação é saber tratar bem as pessoas, conviver, viver bem com as pessoas em casa e no trabalho (Entrevista 30, 2007).

Com certeza é tratar bem o próximo independente de religião, sexo, raça ou escolaridade (Entrevista 15, 2008).

Em 44, 74% das pessoas entrevistadas, a educação apresenta sempre como algo positivo, “para o bem”. A educação aparece como constituição do ser social, no seu processo de socialização que começa com as primeiras pessoas com as quais os entrevistados convivem, seus familiares.

Para 84,21% das pessoas entrevistadas, “a educação está em todos os lugares” e para 44%, “a educação é tudo na vida de uma pessoa”. A educação é sempre exaltada como um elemento importante e que pode estar presente em qualquer momento da vida. Essas respostas apareceram de diferentes maneiras:

Educação é fundamental para todo ser humano e ocorre em todo lugar, no trabalho, na rua ... (ENTREVISTA 31, 2008).

Sem ter estudo é muito difícil, mas a patroa é muito boa dá apoio para o nordestino que chega, todo nordestinho chega sem saber ler. Agente quando sai no mundo, diz que o mundo ensina e eu aprendi (ENTREVISTA 32, 2007).

As pessoas encontram-se em constante aprendizado e abertas para o novo, desde que esse “novo” não entre em confronto com o velho. Quando ocorre o conflito, prevalece a educação recebida em casa, dos seus antepassados e das pessoas “mais experientes”. Seguindo essa orientação, as trabalhadoras e trabalhadores têm a expectativa de serem referências para as pessoas mais jovens em seu ambiente familiar e as que estão se inserindo no mundo do trabalho.

Ainda presente nas relações sociais, e até como mediação delas, aparece outra forma de educação não sistematizada, não planejada, mas repleta de intencionalidade que visa a própria sobrevivência³⁷. A educação genérica, que é parte da relação ontológica do ser, consiste na socialização do conhecimento subjetivo decorrente da apreensão da objetividade. Essa relação ocorre independentemente de qualquer forma sistematizada ou planejada de educação: no cotidiano, na família, no trabalho ou em qualquer outro local de convivência. Trata-se da educação manifestada no ser social, em seu exercício cotidiano, nas descobertas diárias e em todos os espaços pelo qual ele transita. A educação tanto é composta por mediações capazes de garantir a reprodução das relações sociais, como mediações que comportam uma visão crítica na perspectiva de resistência e persistência na construção de uma nova sociedade em que prevalecem os sentidos do ser e não somente do ter. Em outras palavras, para além da educação escolar, há aquela que ocorre no cotidiano das pessoas: A “vida cotidiana é a vida de todo homem. (...) A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade” (HELLER, 2000, p. 2). Na vivência do real, todas e todos se educam para a vida, e a educação prepara as pessoas tanto para a reprodução das relações sociais já existentes como para o enfrentamento e a transformação.

No cotidiano, o homem tece todas as suas relações, sobretudo as relações sociais primárias, com os parentes, familiares, amigos e conhecidos. As determinações e mediações podem ocultar o conhecimento da realidade concreta, e, muitas vezes, comportam análises equivocadas sobre as condições de vida de pessoas trabalhadoras, de suas relações de trabalho e de suas escolhas; isto é, ao avaliar a situação dos trabalhadores pobres, algumas pessoas que fazem parte da classe média, muitas vezes também trabalhadores — embora não se reconheçam como tal —, questionam: “se é pobre, por que tem tantos filhos?” (...) “Se é

37 Deve-se lembrar, entretanto, que o ato da sobrevivência (primeiro ato político do homem) em uma sociedade complexa extrapola a mera sobrevivência vegetativa, pois sem um mínimo de socialização, a vida não é possível.

pobre, por que rejeita certos tipos de trabalho?”. E assim segue-se uma sequência repetitiva de frases ideologizadas ditas por pessoas que não conseguem compreender a realidade como realmente ela é, e se pautam por aparências ou representações.

A vida cotidiana comporta o tempo e o espaço, isto é, ao nascer, o homem já encontra um modo de vida construído, historicamente, pelos seus antepassados, no qual se insere, trata-se do *locus* das relações intergeracionais. Para Heller (2000), a história é a substância da sociedade, que, por sua vez, não possui outra coisa, senão o homem. São eles os produtores e portadores da objetividade social, cabendo-lhes a construção e a transmissão de cada estrutura social.

No cotidiano, a memória cultural é sedimentada. Ela se constitui na infância, adolescência e vida adulta por meio de elementos como músicas, histórias, hábitos alimentares, e a própria linguagem. Esses elementos podem ser apresentados nos âmbitos da família, da escola e ainda, do rádio, da televisão, do cinema, do teatro, da literatura e demais manifestações culturais e artísticas. Quando o cotidiano tem mais elementos compatíveis com a realidade, há maior probabilidade da constituição da consciência de classe mediante a reflexão sobre tais elementos e a conjuntura na qual se está inserido. Por outro lado, quando o cotidiano aparece impregnado de valores culturais estranhos à realidade local – a exemplo do que ocorre com a invasão cultural estadunidense – mais as pessoas se afastam de si mesmas e da sua realidade, tornando-se coniventes com os interesses da classe dominante, reduzindo sobremaneira o enfrentamento e contribuindo com a construção de um falso consenso.

A incorporação do cotidiano ocorre por meio de um processo educativo, uma aprendizagem nem sempre consciente das múltiplas determinações que o compõe, e

o meio para essa superação dialética (*Aufhebung*) parcial ou total da particularidade, para sua decolagem da sua cotidianidade e sua elevação ao humano-genérico, é a homogeneização (HELLER, 2000, p. 23).

O homem transita da singularidade à particularidade no cotidiano, tornando-se um ser genérico, universal no processo de superação da sua cotidianidade; entretanto essa situação nem sempre é consciente. Para Luchács (1979), o

ato singular alternativo contém em si uma série de determinações sociais gerais que, depois da ação que delas decorre, tem efeitos ulteriores (independentes da intenção consciente), ou seja, produzem alternativas de estrutura análoga e fazem surgir séries causais cuja legalidade termina por ir além das intenções contidas nas alternativas. Portanto as legalidades objetivas do ser social são indissolúvelmente ligadas a atos individuais de caráter alternativo, mas possuem ao mesmo tempo uma coercitividade social que é independente de tais atos (p. 84).

Nessa perspectiva, está inserido o conhecimento da realidade objetiva e subjetiva da realidade vivida e pensada de pessoas que participaram da ocupação de um território e contribuíram para a implantação de uma cidade. Entretanto, não se deixa de considerar que

o singular só existe na ligação que conduz ao universal. O universal só existe no particular, através do singular. Todas as coisas singulares são (de um ou de outro modo) universais. Cada coisa universal é uma parte, ou um lado, ou a essência do singular. Qualquer universal abarca apenas aproximadamente todos os objetos singulares. Qualquer elemento singular só entra incompletamente no universal. E assim por diante. Todo singular se liga por milhares de transições às singularidades pertencentes a outro gênero (coisas, fenômenos, processos). E inversamente. Já aqui, existem elementos embriões do conceito da necessidade, da ligação objetiva com a natureza etc. O contingente e o necessário, a aparência e a essência já estão aqui presentes (LUCKÁCS, 1978, p. 6).

Segundo o autor um dos problemas é

a não apreensão da singularidade, da particularidade e da universalidade como determinações da realidade, mesmo nas relações dialéticas recíprocas de umas com as outras. Ao contrário, uma só categoria passa a ser considerada mais real em confronto com as outras, e até como a única real, a única objetiva, ao passo que às outras se reconhece somente uma importância subjetiva (LUCKÁCS, 1978, p. 7).

A educação presente no cotidiano apresenta traços dessa espontaneidade, isto é, o que prevalece e fica como conhecimento adquirido na formação do indivíduo, nem sempre é aquilo que lhe foi intencionalmente transmitido, mas algo presente e que pouco – ou nada – era percebido. Um exemplo é que os filhos nem sempre aprendem dos pais o que lhes foi ensinado por meio das palavras, mas o que foi vivenciado pelas atitudes. Assim, planeja-se ensinar uma coisa, e a criança aprende outra. Para Heller (2000),

a característica dominante da vida cotidiana é a espontaneidade. [Nela] o homem atua sobre a base da probabilidade, da possibilidade; entre suas atividades e as consequências delas, existe uma relação objetiva de probabilidade. Jamais é possível, na vida cotidiana, calcular com segurança científica a consequência científica de uma ação (p. 29).

Trata-se, portanto, de um saber pertinente ao senso comum construído historicamente no cotidiano, sustentado pela experiência vivida, sem a preocupação com a análise dos fatos, sem fundamentação teórica e metodologia, sem resistência às reflexões e/ou questionamentos.

Em relação ao senso comum, verifica-se estudos diferenciados. Para Bachelard (1978), a ciência contrapõe-se à opinião, que engloba o senso comum, o conhecimento vulgar, a sociologia espontânea e a experiência imediata, que são conhecimentos falsos. Nessa

perspectiva, o conhecimento não é contínuo e acumulativo, pois comporta rupturas com os conhecimentos históricos que devem ser retificados, o que ocorre, sobretudo, com a aplicação da ciência, em contraposição à ciência especulativa: “se experimenta precisa raciocinar, se raciocina precisa experimentar” (BACHELARD, 1978, p. 92).

Ao criticar a ciência moderna, Santos (1989) diz que ela ficou enclausurada nos próprios parâmetros da cientificidade e defende a ruptura da hierarquização entre ciência e senso comum e a valorização da hermenêutica. Para o autor, ciência pode ser compreendida como “prática social de conhecimento”.

O equívoco de alguns intelectuais consiste em crer que se possa saber sem compreender, especialmente, com a complexidade da realidade e a exigência de maior rigor metodológico no processo de conhecimento da realidade, a ciência ficou relegada a determinados grupos sociais com acesso à escolaridade e maior dedicação ao conhecimento teórico existente.

Como o conhecimento é sistematizado e exposto por meio da linguagem escrita, as pessoas que têm um bom domínio da escrita podem, com base na experiência cotidiana, começar a escrever sobre a realidade vivida por elas. Trata-se de um conhecimento que não contempla o rigor teórico-metodológico exigido em uma produção científica moderna, mas, por outro lado, apresenta elementos da realidade concreta de suma importância para um aprofundamento da pesquisa.

Para Gramsci (1999), a separação entre ciência e senso comum não existe. O conhecimento é um processo decorrente de o próprio devir da história, é a passagem “do saber ao compreender, ao sentir e, vice e versa, do sentir ao compreender, ao saber” (p. 221). Para o autor, não se separa a percepção empírica da razão, tampouco da emoção, da paixão. Portanto, não há conhecimento científico sem a percepção sensorial e sem a paixão:

sem sentir e ser apaixonado (não só do saber em si, mas pelo objeto do saber), isto é, em crer que o intelectual possa sê-lo (e não um puro pedante) se distinto e afastado do povo-nação, isto é, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as na determinada situação histórica, e referenciando-as dialeticamente às leis da história, a uma superior concepção do mundo, científica e coerentemente elaborada, o “saber”; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão fundamental entre intelectuais e povo-nação. Na ausência de tal nexos, as relações do intelectual com o povo-nação são ou reduz-se a relação de ordem puramente burocrática, formal; os intelectuais tornam-se uma casta ou um sacerdócio (o chamado centralismo orgânico). Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos — entre governantes e governados — é dada por uma adesão orgânica em que o sentimento paixão se torna compreensão e, portanto, saber (não mecanicamente, mas de um modo vivo); só então a relação é de

representação, e se verifica a troca de elementos individuais entre governados e governantes, entre dirigidos e dirigentes, isto é, se realiza a vida de conjunto que é unicamente a força social; cria-se o “bloco histórico” (GRAMSCI, 1999, p.221-222).

O enfrentamento das condições advindas da exploração, da luta de classe, com esteio do conhecimento, científico ou não, propicia a reflexão e formação da consciência a respeito das condições objetivas e subjetivas de vida e possibilita a construção teórica e metodológica de planejamento para a superação dessa exploração. Portanto, não é possível separar a subjetividade da objetividade,

o que interessa à ciência não é tanto a objetividade do real quanto o homem que elabora os seus métodos de pesquisa, que retifica continuamente os seus instrumentos materiais que reforçam os órgãos sensoriais e os instrumentos lógicos (inclusive as matemáticas) de discriminação e de verificação, isto é, a cultura, a concepção do mundo, a relação entre o homem e a realidade fora do homem, entendido isto em um sentido religioso ou metafísico (GRAMSCI, 1999, p. 174).

O cotidiano é a base da procura pela apreensão da realidade concreta e, ao mesmo tempo, o espaço do preconceito, do senso comum, da heterogeneidade, da analogia e da ideologia. Essas categorias não resistem ao enfrentamento científico e/ou à visão crítica. Assim, pode-se esperar que essas categorias sejam superadas com facilidade, mas não é tão simples assim, pois essas categorias têm mediações e nexos que ultrapassam a esfera da vida não cotidiana, criando tentáculos difíceis de serem identificados, analisados e combatidos. Nas palavras de Heller (2000),

a vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta a alienação. Por causa da coexistência “muda” [sem conflito], em si, de particularidade e generalidade, a atividade cotidiana pode ser atividade humano-genérica não consciente, embora suas motivações sejam, como normalmente ocorre, efêmeras e particulares. Na cotidianidade, parece “natural” a desagregação, a separação de ser e essência. Na coerência e sucessão heterogêneas das atividades cotidianas, não há por que revelar-se nenhuma individualidade unitária; o homem devorado por seus papéis pode orientar-se na cotidianidade através do simples cumprimento adequado desses papéis (p. 37-38).

Entretanto, apesar dessa instância da realidade vivida ser propícia à alienação, nem sempre ela acontece,

existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento genérico-humano e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção (HELLER, 2000, p. 38).

Segundo a autora, a superação desse abismo não aparece em todas as épocas para todos os indivíduos. Historicamente, apenas uma parcela pequena da população consegue superar barreiras, tornar-se consciente e ter uma visão crítica da realidade. Nesse processo de conscientização, ocorre uma ordenação na qual o homem interfere subjetivamente na realidade, tornando-a mais próxima do atendimento de suas necessidades, mas, ainda assim, neste estágio, traços do cotidiano estão presentes, mesmo em intelectuais e cientistas mais críticos.

Conhecer o processo educativo na sua generalidade, para além da escola, da família, do trabalho e dos movimentos sociais, significa penetrar na cotidianidade dos trabalhadores e apreender como vivem e percebem cada momento. Deve-se lembrar que todos esses momentos perpassam a práxis do trabalho e suas interfaces: não trabalho, ócio e lazer. “O homem cotidiano se mostra perdido, travado, preso por mil laços, às voltas com mil probleminhas minúsculos. Ao mesmo tempo, conforme a ocasião, ele pode arriscar; saber ganhar e perder”, declara Lefebvre (1991b, p. 23).

O reconhecimento do homem pela sua função social, atividade profissional e bens que possui – como visto no capítulo anterior – ocorre na vida cotidiana, esfera em que o sentido do ter se estabelece e pode, em certos casos, superar os demais sentidos e as demais características e qualificações do ser.

Para Lefebvre (1991b), a realidade que se impõe após o processo de urbanização faz aparecer variados fenômenos em relação à aplicação do tempo. Para o autor, as horas podem ser classificadas nas seguintes categorias: “o tempo obrigatório (o do trabalho profissional, o tempo livre (o dos lazeres), o tempo imposto (o das exigências diversas fora do trabalho, como transporte, idas e vindas, formalidades etc.)” (p. 61).

Para esse autor, o tempo imposto incorre em dimensões tais que invade o tempo livre, se inscreve na cotidianidade e passa a definir o cotidiano pela soma das imposições. Entretanto, como esse tempo aparentemente não está relacionado diretamente às relações de trabalho, há uma falsa compreensão do domínio sobre esse tempo. Em algumas circunstâncias, na própria fala das trabalhadoras e trabalhadores entrevistados, o próprio lazer pode aparecer como tempo imposto, tendo em vista que estas pessoas assumem um compromisso em garantir lazer para si e seus familiares. O lazer é o espaço contraditório do não trabalho que envolve ócio e prazer, imbricados no compromisso do próprio trabalho. E, o trabalho desloca-se da condição de emprego e retoma sua condição ontológica em que o homem modifica a natureza de seu ambiente social e familiar para atender à necessidade do prazer. Essa forma de trabalho aparece nas atividades rotineira de limpar o quintal, preparar

uma festa, a pescaria. No caso da pescaria, além do trabalho de pegar o peixe, há uma preparação para garantir as condições de alimentação e abrigo para os pescadores³⁸ à beira do rio em cabanas ou tendas, ou mesmo em barcos ou flutuantes.

O tempo livre dedicado ao lazer, que

é antes de tudo e para todos, ou quase todos, a ruptura (momentânea) com o cotidiano. E vive-se uma mutação difícil no transcorrer da qual os antigos “valores” formaram inconsiderados e prematuramente obscurecidos. O lazer não é mais a festa ou a recompensa do labor, também não é ainda a atividade livre que se exerce para si mesma. É o espetáculo generalizado: televisão cinema turismo (LEFEBVRE, 1991b, p. 62).

A “ruptura” momentânea com o cotidiano é, ao mesmo tempo, ruptura e incursão por esse cotidiano, pois a necessidade e a intenção da prática do lazer nascem no cotidiano. Ainda, quando o lazer torna-se frequente, passa a fazer parte do cotidiano. Para alguns trabalhadores de Caldas Novas, a pescaria faz parte do cotidiano, e mais do que lazer é a busca do alimento (do peixe). Durante os relatos, alguns trabalhadores disseram que só comem peixe pescado por eles, pois o existente na peixaria “não tem a mesma qualidade, é velho e congelado”. Lefebvre (1991b) explana que,

os fragmentos da vida cotidiana se recortam, se separam em seu próprio “terreno” e se acomodam como as peças de um quebra-cabeça. Cada um deles pressupõe uma soma de organizações e de instituições — o trabalho, a vida privada e a vida familiar, os lazeres — exploradas de maneira racional, incluindo-se aí a novíssima organização (comercial e semi-planificada) dos lazeres (p. 67).

Assim, como visto anteriormente, embora a vida cotidiana não possa ser confundida com a vida privada e tampouco com família, trabalho, esses espaços fazem parte do cotidiano, local em que tudo ocorre: ensinamento e aprendizagem, construção e superação e/ou destruição, reprodução e transformação. No microespaço tecem-se os primeiros pontos das relações sociais e, após longa jornada pelos espaços não cotidianos, a realidade retorna e se objetiva nesse cotidiano, *locus* da reprodução. Segundo o autor, as

modificações da prática social, na França e em outros países neocapitalistas, não afastam a noção de cotidianidade. Não existe escolha entre cotidianidade e modernidade. O conceito de cotidiano se modifica, mas essa modificação o confirma e o reforça. É preciso abandonar uma parte do seu conteúdo, notadamente o contraste pungente entre miséria e riqueza, entre o ordinário e o extraordinário. Feitas essas reservas, não apenas o conceito persiste. O

38 Em Caldas Novas, só encontramos pescadores homens, as mulheres não participam da pesca.

cotidiano no mundo moderno deixou de ser “sujeito” (rico de subjetividade possível) para se tornar “objeto” (objeto da organização social). Enquanto objeto da reflexão, longe de desaparecer (o que poderia ter acontecido se o movimento revolucionário tivesse obtido sucesso), ele, ao contrário se reafirmou e consolidou (LEFEBVRE, 1991 b, p. 67-68).

A acumulação de conhecimento não ocorre diretamente no cotidiano — “o cotidiano recebe delas nada mais que um reflexo” (LEFEBVRE, 1991b, p. 69). A educação que acontece no cotidiano tem características mais voltadas para a reprodução e acomodação social que para a revolução. Não se pode esperar uma transformação social advinda dessa educação. As

consequências da industrialização, numa sociedade dominada pelas relações de produção e de propriedade capitalista (um pouco modificadas, mas conservadas em sua essência), se aproximam de seu termo: uma cotidianidade programada num ambiente urbano adaptado para este fim (LEFEBVRE, 1991b, p.73).

Há uma relação ontológica de subjetivação e objetivação do trabalho que comporta um processo educativo de aprendizagem que contribui tanto para a construção do conhecimento como para a socialização e sua aplicação. A educação cria, e, ao mesmo tempo, reproduz relações historicamente construídas a partir do trabalho (ontológico). Nesse movimento de reprodução e criação, pode ocorrer, também, acúmulo de conhecimento. Na construção histórica do conhecimento popular, há determinados critérios que fazem um dado conhecimento se perpetuar ou não.

O elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e especialmente “sente”. Os dois extremos são, portanto, o pedantismo e o filisteísmo por um lado, e a paixão cega e o sectarismo por outro. Não quer dizer que o pedante não possa ser apaixonado, pelo contrário; o pedantismo apaixonado é tão ridículo e perigoso como o sectarismo e a demagogia mais desenfreada (GRAMSCI, 1999, p. 221).

O processo de aprendizado ocorre por meio das relações que o homem estabelece com o outro, com a natureza e consigo, o que ocorre de tal forma que, quanto mais complexas são as relações, maior pode ser o aprendizado. Com maior acúmulo de conhecimento, o trabalho é mais complexo e com maior qualidade, assim, o produto desse trabalho tem mais valor agregado, tornando-se mercadoria com maior valor. Os estudos de Morgan (*apud* ENGELS, 1977) sobre a organização das famílias dos iroqueses na América do Norte, revelaram que as tribos cujos membros constituíam matrimônio com pessoas de outras tribos tinham maior desenvolvimento. As relações sociais diversificadas possibilitam maior

aprendizado e maior desenvolvimento, embora, como visto anteriormente, esse desenvolvimento não seja socializado de forma equitativa.

Para compreender melhor a relação que as pessoas têm com o trabalho foram entrevistados, em Caldas Novas, tanto trabalhadoras e trabalhadores da área de turismo, como algumas pessoas que estavam na condição de turistas. Todos valorizavam o trabalho remunerado e explicaram que, por meio dele, são satisfeitas as necessidades próprias e de seus familiares. Mesmo quando se perguntava sobre educação e lazer, as respostas abordavam a família e as atividades profissionais. As trabalhadoras e trabalhadores consideram-se tal como a profissão que desempenham, isto é, ficam subsumidas à condição de ter determinada função ou ocupação no mercado de trabalho. Para Marx (1993), “todos os sentidos físicos e intelectuais foram substituídos pela simples alienação de todos os sentidos, pelo sentido ter. O ser humano viu-se forçado a reduzir-se a esta absoluta pobreza a fim de produzir toda a sua riqueza interior” (p. 197).

O sentido do ter é agregado à natureza física e social do homem que é aquilo que pode ser por meio de sua profissão e seus bens. Em primeira instância, suas condições de vida, de saúde e até de reprodução, estão organicamente vinculadas ao “ter”. Em segunda instância, “o ter” determina seu modo de vida no tocante a conforto, lazer e prazer.

Para os trabalhadores, o lazer confunde-se com o próprio trabalho, e os valores estéticos passam a fazer parte de seu cotidiano, já para os empreendedores o lazer e o turismo são mercantilizados. E, assim como para Marx (1993), “o sentido musical do homem só se desperta pela música” (p. 199), a percepção do prazer associada ao lazer, em Caldas Novas, foi despertada à medida que o lazer passou a compor o cotidiano dos trabalhadores da área do turismo.

Para apreender a ideologia da classe dominante não foi necessário entrevistar esses empreendedores, pois a realidade deles está expressa na política, na disposição arquitetônica e na dinâmica do funcionamento da cidade, fenômeno que pode ser apropriado por meio da observação, da pesquisa documental e literária. Assim como, “o negociante de minerais vê apenas o (...) valor comercial (...) do mineral” (MARX, 1993, p. 199), para os empresários, as belezas naturais adquirem importância quando exploradas comercialmente. Nessa situação, o turista paga não só pelo serviço, mas pelo direito de posse e uso – ainda que temporário – dos ambientes “naturais” aprazíveis ou reconstituído artificialmente pelo homem. Assim,

só quando o objeto se torna objeto humano ou homem objetivo é que o homem não se perde nele. Tal só é possível quando o próprio homem se

torna um objeto social, no momento em que se transforma em ser social e a sociedade para ele se torna ser no referido objeto (MARX, 1993, p. 198).

A “natureza”³⁹ passa a ser mercadoria e o prazer de apreciá-la fica restrito a quem tem poder econômico para adquiri-la (mesmo que seja por um breve momento) e compartilhá-la com as pessoas de suas relações privadas (familiares e amigos). Dessa forma, o outro (ser humano) é mera abstração que compõe uma sociedade na qual grande parte dos homens não se reconhece como tal. Em meio ao discurso de trabalhadores e turistas, esteve presente as frases: “brasileiro é assim”, “o povo não tem jeito”, “tem gente que não sabe o que quer”, “quem tem força de vontade, prospera”. O discurso cotidiano expressa que o locutor coloca-se à margem da sociedade na qual está inserido, e ainda não se reconhece como ser social construtor de tal sociedade, mas de outra por ele idealizada, de acordo com suas crenças e valores historicamente construídos e dialeticamente cristalizados, aprisionados a uma tradição.

A resistência contra o conformismo e a reprodução das relações sociais podem ocorrer por meio do conhecimento científico e das lutas teóricas. O saber circunscrito no cotidiano é passivo, não resiste ao confronto. A educação só pode ser transformadora quando transcende a passividade e atinge a consciência crítica, o que pode acontecer nos espaços em que a luta de classe é mais acirrada, isto é, nas organizações partidárias, sindicais e populares.

A pesquisa evidencia que algumas trabalhadoras e trabalhadores de Calda Novas, ou apresentaram a expectativa de montar o próprio negócio e vir a ser patrão – o que é plausível visto um número considerável de pequenos estabelecimentos comerciais exitosos –, ou entrevêm a garantia do trabalho na área do turismo com a possibilidade de serem promovidos a chefes dos respectivos setores.

Nessa realidade contraditória, não há apenas uma ideologia dominante. Segundo Lowy (2003), existem “enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias, utopias ou visões sociais de mundo conflituais, contraditórias” (p. 17-18). O autor esclarece que em Marx,

a ideologia aparece sempre como elemento vinculado às classes dominantes, Marx nunca fala em ideologia do proletariado. Retomando esse elemento crítico do conceito de ideologia em Marx e as idéias avançadas por Mannheim, de que as ideologias são formas de representações e de valores que visam manter ou fortalecer uma ordem estabelecida, estou tentando construir uma aparelhagem conceitual, mais do que uma teoria geral (que me

39 Os termos “natureza” e “naturais” foram colocados entre aspas, pois nada é mais natural, e mesmo o ambiente que ainda permanece preservado, assim o é pela vontade e ação do homem.

parece demasiado pretensioso), mas certo número de elementos conceituais que dêem conta do fato de que esses conjuntos orgânicos de representações, valores e idéias, que eu chamo de visões sociais do mundo, podem ser do tipo conservador, ou legitimador da ordem existente, ou de um tipo crítico, subversivo, que proponha uma alternativa, ao qual eu chamo de utopia (LOWY, 2003, p. 32).

As visões sociais de mundo, segundo Lowy (2003), podem ser utópicas ou ideológicas. A primeira é uma visão de mundo que contesta a ordem vigente, portanto, uma visão revolucionária, transformadora; a segunda é coerente com a ordem vigente, isto é, legitima a exploração da classe trabalhadora de tal forma que a exploração aparece nebulosa, invisível. No segundo caso, a visão de mundo promove uma falsa harmonia entre as classes e um falso consenso. O turista – na condição de consumidor – ao apropriar-se da realidade local, mais do que dela fazer parte, a determina e nela circunscreve sua ideologia.

A visão de mundo possibilita a agregação de elementos ideológicos, culturais, econômicos e políticos que podem ou não estar presentes no processo de formação da consciência de classe. Em Caldas Novas, falta a apreensão de elementos de tensionamento que possibilitam a compreensão da contradição entre os interesses de classe. Para garantir o aquecimento da economia local, foi forjado o consenso de que todos têm o mesmo interesse em fortalecer o turismo, pois todos têm a ganhar com esse mercado. A compreensão sobre a exploração e o enriquecimento de uns em detrimento da apropriação da mais valia é mascarada pelo reconhecimento que trabalhadoras e trabalhadores têm sobre a melhoria da qualidade de vida quando comparada as condições de vida no campo.

Nesse caso, a visão de mundo que prevalece na população contrafaz as suas reais condições de vida e coloca grande parte desta população como partícipe – ainda que provisoriamente e superficialmente – da realidade vivida pelos turistas e empreendedores do turismo.

Essa visão de mundo, ainda que não seja unívoca, pois comporta elementos diversos e contraditórios, ainda representa a expressão da subjetividade da classe dominante que a defende incansavelmente na perspectiva de reproduzir a estrutura social vigente em detrimento de qualquer ameaça revolucionária. Dessa forma, a classe trabalhadora de Caldas Novas formou-se, tendo como referência a ideologia da classe dominante, seus valores, suas concepções e suas aspirações. Portanto é mais plausível para as trabalhadoras e trabalhadores nutrirem a expectativa de migrar para a classe dominante do que desenvolver de forma consciente uma visão própria de mundo, porque o mundo em que vivem não é o mundo que almejam.

Assim como o conhecimento crítico da realidade concreta pode transformar, mediante a utopia da não aceitação das condições reais de vida, o conhecimento ideológico, acrítico, presente no cotidiano, pode possibilitar a reprodução passiva e inconsciente das relações sociais de exploração. No entanto, em momento algum é possível descartar nessa relação, o constante devir da reprodução-transformação e presente-passado, isto é, a dialética própria da realidade concreta e suas múltiplas determinações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia (Guimarães Rosa).

Esse trabalho, realizado na cidade de Caldas Novas – GO, teve como objeto de estudo o processo educativo do trabalhador que vive entre dois mundos de uma mesma cidade; e, tornou possível o entendimento de como trabalhadores e trabalhadoras apreendem a realidade contraditória de uma cidade turística, cuja diversidade cultural – proveniente do turismo – propicia uma multiplicidade de elementos econômicos, sociais, políticos e culturais que amplia o conteúdo da sociedade urbana, tornando-a mais complexa, ao contrapor-se à sociedade provinciana, própria de uma cidade do interior de Goiás.

O acelerado desenvolvimento econômico que interfere na vida social, cultural e política dessa cidade, o recente crescimento industrial e comercial, ainda que incipiente, tiveram sua implementação motivada pelo crescimento populacional, aumento da oferta de força de trabalho e ampliação do mercado consumidor foram desencadeados pelo turismo.

A complexidade advinda de um crescimento acelerado levou a população de Caldas Novas a desenvolver uma visão de mundo com características que mascaram a contradição capital-trabalho, ocultam a exploração e precarização do trabalho e tornam as diferenças – decorrentes da concentração de renda – passíveis de aceitação. Essa nova situação promove novas implicações na vida da população local, e também contribui para uma nova configuração espacial da cidade que passa a ser constitutiva e constituinte da visão de mundo dessa população.

A cidade, como ambiente complexo que abarca tempo, espaço, estética e relações sociais diversas, revela categorias ambíguas, como contradição e consenso. A contradição ocorre em relação à produção de bens e serviços para atender à demanda do turismo; e o consenso constitui-se à medida que a população local incorpora a ideologia e a visão de mundo da classe dominante no que diz respeito à aceitação de o planejamento urbano ser

dirigido para atender às necessidades do capital e não da população local. Os trabalhadores que habitam a periferia da cidade de Caldas Novas e trabalham no complexo turístico dessa cidade desenvolvem um aprendizado que os orienta na vivência entre dois mundos bem identificados e discrepantes: uma cultura local típica de uma cidade bucólica com crenças e tradição rurais e outra realidade, multicultural, proveniente de uma população itinerante que ocupa a cidade durante alguns períodos do ano. A cultura local foi supressumida pela influência multicultural dos visitantes, acentuando a alienação do trabalhador que se encontra entre esses dois mundos, convivendo com turistas que têm uma condição social, política, econômica e cultural diferenciada, mas com os quais estabelece uma relação amistosa.

O mundo do trabalho e do não trabalho passa a ser pautado por referências culturais e estéticas estabelecidas pelo mercado do turismo. A concepção de trabalho e de lazer apreendida pelos moradores de Caldas Novas aparece impregnada pelo legado das relações sociais, marcadas pelo comércio constituído com base do turismo. A relação de trabalho que incide no âmbito da vida pública confunde-se com a relação familiar e privada, e assim as relações sociais de produção incluem o mundo do trabalho e do não trabalho, de tal forma que os trabalhadores pouco ou nada percebem sobre as especificidades e contradições próprias desses espaços.

A nova realidade vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras do turismo aparece ainda na arquitetura de suas casas pequenas e simples mas com alguns detalhes compatíveis com a estética do Clube-Hotel em que trabalham, ou das casas de veraneio construídas pelos turistas, e distintos da estética encontrada em seu local de origem, geralmente no meio rural. Como trabalhadoras e trabalhadores não manifestaram interesse e nem reconheceram a necessidade de participação em atividades políticas, infere-se, por meio das entrevistas, que há aceitação das condições de vida e de trabalho possíveis, mas que ainda precárias, são melhores quando comparadas ao trabalho árduo do campo ou mesmo da construção civil.

No espaço do cotidiano – que em princípio é o espaço da reprodução das relações sociais de produção, no qual circulam livres as ideologias – apenas um lado do trabalho aparece, isto é, a proteção, a estabilidade e a conquista individual. A face da exploração, da concentração de bens e da alienação não é revelada para grande parte da população trabalhadora que se mantém fora das organizações sociais, à margem dos debates políticos e dos movimentos sociais e populares, nem mesmo os de cunho reivindicatório.

O aprendizado do trabalhador de Caldas Novas, em seu cotidiano, ocorreu mediante a circunstância do desenvolvimento social e econômico, com a exploração comercial da exploração comercial dos recursos hidrotermais. A par das relações profissionais, esses

trabalhadores passam a conhecer as necessidades dos turistas, seus problemas familiares e suas preferências, como revelaram 70% dos trabalhadores entrevistados. E ainda, grande parte da população trabalhadora aceita a diversidade cultural imposta pelos visitantes e é tolerante em relação à privatização e mercantilização dos espaços públicos, ruas, praças, calçadas, que são ocupados por bares e outros estabelecimentos comerciais.

Nas entrevistas com os trabalhadores locais, percebe-se uma cumplicidade deles com os comerciantes e empreendedores locais, em favor de um tipo de economia que possibilita o aumento dos postos de trabalho.

Finalmente, a categoria que apareceu em todos os momentos desta pesquisa – além do trabalho como categoria ontológica e da família como parte constitutiva do ser social – foi a educação presente nas relações sociais de produção e no cotidiano. Ela possibilita o preparo desses trabalhadores para que possam vivenciar, apropriar-se e interferir na realidade concreta, em um movimento constante de reprodução-transformação, em que tem prevalecido a reprodução do modo operante, próprio da estrutura capitalista, o que ocorre com ou sem consciência daqueles que vivenciam esta realidade.

O conhecimento e a intervenção na realidade constituem-se em um processo de aprendizagem com base na subjetivação das condições históricas e objetivas e culmina na aceitação da situação circunscrita nesse contexto. Ao fazer referência à adaptação e aceitação, não fica à margem os conflitos e as contradições; isto é, diante das dificuldades enfrentadas por trabalhadoras e trabalhadores em seus locais de origem, a realidade passa a ser apreendida com tal organicidade que a contradição estrutural do processo produtivo é subsumida pela população local. Nesse caso, ocorre o consenso na aceitação da realidade com o reconhecimento de que o turismo é responsável pela economia local e pela empregabilidade, assim, tudo o que diz respeito ao desenvolvimento mercantil do turismo é permitido e bem recebido.

FONTES ORAIS

Trabalhadores e trabalhadoras do turismo

ANTÔNIO Leite Nitão, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 27 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

CLÁUDIO Rebolças de Carvalho, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 25 de janeiro de 2008; entrevista autorizada.

DEJANIRA Maria Tavares, trabalhadora do ramo de turismo, Caldas Novas, 24 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

DERMILON Silva, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 26 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

EDIVALDA Nobre da Silva, trabalhadora do ramo de turismo, Caldas Novas, 25 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

ELIDROM Pereira da Silva, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 25 de janeiro de 2008; entrevista autorizada.

ELIEL Marques Borges, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 26 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

EMETÉRIO Brito Duarte, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 26 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

ÊNIO José Alves, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 25 de janeiro de 2008; entrevista autorizada.

EWANDER Monteiro da Silva, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 28 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

FABRÍCIO Antônio Bernardes, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 27 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

GENI Martins Barbosa, trabalhadora do ramo de turismo, Caldas Novas, 27 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

GEOVANE José da Silva, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 24 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

HÉLIO Pedro da Silva, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 24 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

IDEIDE Rodrigues da Cunha, trabalhadora do ramo de turismo, Caldas Novas, 25 de janeiro de 2008; entrevista autorizada.

IDELFONSO José de Oliveira, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 27 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

IRANI Peixoto Magalhães Silva, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 25 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

ITAMAR da Cruz Dias, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 27 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

JONAS Israel Alves, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 26 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

JOSÉ Joventino da Silva, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 27 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

KALINDE Coutinho Resende Campos, trabalhadora do ramo de turismo, Caldas Novas, 26 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

KLEBER Gonçalves de Deus, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 28 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

LOURDES Rosa de Brito, trabalhadora do ramo de turismo, Caldas Novas, 24 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

MAÍSA MENDES DA SILVA, trabalhadora do ramo de turismo, Caldas Novas, 25 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

MARCOS Antônio Rodrigues, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 26 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

MARIA do Carmo de Camargo Peixoto, trabalhadora do ramo de turismo, Caldas Novas, 27 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

MÁRIO César Silva de Sousa, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 27 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

NILDACI Antônio dos Santos, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 24 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

NINDALVA Santos Almeida, trabalhadora do ramo de turismo, Caldas Novas, 27 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

PAULA Keli Silva, trabalhadora do ramo de turismo, Caldas Novas, 26 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

SEBASTIÃO Carlos silva, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 26 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

SEBASTIÃO Rodrigues da Silva, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 26 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

SÍLVIO José da Silva, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 25 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

SIRLEIDE Batista de Sousa, trabalhadora do ramo de turismo, Caldas Novas, 27 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

SÔNIA Ferreira Lima, trabalhadora do ramo de turismo, Caldas Novas, 27 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

VALERIANO Pereira Rocha, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 27 de janeiro de 2007; entrevista autorizada.

WEBER Alves Vieira, trabalhador do ramo de turismo, Caldas Novas, 25 de janeiro de 2008; entrevista autorizada.

Lideranças sindicais

CIRO Tomé Pereira, liderança do movimento sindical da Construção Civil. Atualmente atua como Secretário Municipal de Obras da Prefeitura de Caldas Novas, 04 de maio de 2009; entrevista autorizada.

CIONICE Batista Silveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caldas Novas, 4 de maio de 2009; entrevista autorizada.

PATRÍCIA de Brito Rocha, advogada do Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro de Caldas Novas, 4 de maio de 2009; entrevista autorizada.

EDISON Francisco de Melo (Edison Pintor), artista plástico, liderança de Movimento Popular de Caldas Novas, 4 de maio de 2009; entrevista autorizada.

Trabalhadores em outras atividade:

LILIANA Lopes de Oliveira, ex-trabalhadora do ramo de turismo como vendedora. Atualmente é proprietária de uma loja, Caldas Novas, 27 de janeiro de 2008; entrevista autorizada.

SÉRGIO Teodoro da Cruz, trabalhador em *lan house*, Caldas Novas, 24 de janeiro de 2008; entrevista autorizada.

Turistas em Caldas Novas

PEDRO Silva (nome fictício), trabalhador residente em Brasília, turista em Caldas Novas em 1º de dezembro de 2007; entrevista autorizada com nome fictício.

DORFOS Pereira de Almeida, trabalhador residente em Itumbiara, turista em Caldas Novas em 1º de dezembro de 2007; entrevista autorizada.

RAIANE Cristiane, trabalhadora residente em Brasília, turista em Caldas Novas em 1º de dezembro de 2007; entrevista autorizada.

ROSA Marlene Martins, trabalhadora residente em Uberaba, turista em Caldas Novas em 1º de dezembro de 2007; entrevista autorizada.

WALTH Andréas L. de Queiroz, trabalhador residente em Brasília, turista em Caldas Novas em 1º de dezembro de 2007; entrevista autorizada.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Teoria estética**. Lisboa: Edições 70, 1970.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no império. *In*: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v.1.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Celso Lafer. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2007.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

BERNARDES, Genilda D'Arc. **Construtores de Goiânia**: o cotidiano no mundo de trabalho. 1989. PUC-SP, São Paulo (Mestrado).

BORNS, Edwar McNall. **História da civilização ocidental**. Porto Alegre: Globo, 1964.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei da anistia nº 6.683**. Brasília, 1979.

_____. **Lei nº 8.742**. Estabelece a Política de Assistência Social. Brasília: Congresso Nacional, 7 de dez. de 1993.

_____. **Lei nº 9394/96**. Estabelece as diretrizes e base da educação. Brasília, 1996.

_____. **Lei nº 9610**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, 2000.

_____. **Lei Complementar nº 101/2000**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2000.

_____. **Lei nº 10.257**. Brasília, 2001

BRASIL, Ministério das Cidades. **Projetos e Ações**. Brasília, 2008, Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/ministerio-das-cidades/biblioteca/ResultadosProjecoesAcoes.pdf>>. Acesso: 24 abr 2009.

BRECHT, Bertolt. **Poemas 1813-1956**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CALDAS NOVAS, 87 ANOS. **Jornal Serra de Caldas Novas**, 1ª quinzena de Outubro de 1998.

_____. Secretaria de Turismo e Cultura de. **Gestão 2005: Dossiê de Caldas Novas**, 2006 (digitado).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

CARPEAUX, Otto Maria. **Uma nova história da música**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1963?.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant; NETTO, José Paulo, **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

CASSIANO, Ricardo. **Caldas Novas: da mineração ao turismo, anos 90**. Caldas Novas: Edição do Autor, 2001.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Trad. de Iraci D. Poleti: Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manoel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CERQUEIRA FILHO, G. **A questão social no Brasil: Crítica do discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

CHAVES, Elza Guedes. **De invasor a posseiro: metamorfose de uma identidade**. 1997. João Pessoa (Dissertação de Mestrado)

CORDEIRO, Narcisa Abreu. **Goiânia: evoluções do plano urbanístico**. Goiânia, 1989.

CORRÊA NETO, Orozimbo. As águas termais de Caldas Novas. *In: ORIENTE*, Taylor (org.). **As fabulosas águas quentes de Caldas Novas**. Goiânia: Editora Oriente, 1982.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Regiões e organização espacial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORREIA, Adriano. **A questão social em Hannah Arendt: apontamentos críticos**. Revista Filosofia, Curitiba: Aurora, v. 20, nº 26, p. 101-112, jan./jun. 2008

CORREIA, Marcos Sá. São 16 milhões. **Veja**, São Paulo, nº 39, p. 40, 27 set. 1995.

COSTA, José Rodrigues da. **Saga de uma vida: crônicas do cotidiano**. Caldas Novas: Gráfica Criativa, 1999.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. *Educação & sociedade*. Camoínas, v. 28, n.100, out. 2007.

ENGELS, Friedrich. Discurso diante da sepultura de Marx. In ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. **Textos 2**. São Paulo: Edições Sociais, 1976a, p. 211-214.

_____. Contribuição ao problema da habitação. In: ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. **Textos 2**. São Paulo: Edições Sociais, 1976b, p. 211-214.

_____. Prefácio de Engels para a terceira edição alemã. In MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a, p. 11-13.

_____. Sobre o papel do trabalho na transformação do homem macaco. In ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. **Textos I**. São Paulo: Omega, 1977b, p. 61-74.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977c.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **La ideologia alemana**. Buenos Aires: Ediciones Pueblos Unidos, 1975.

_____. Manifesto Comunista. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Textos 3**. São Paulo: Edições Sociais, 1978a, p. 13-47.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1984.

_____. **Escritos sobre literatura**. Buenos Aires: Colihue, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FEDERAÇÃO de Inquilinos e posseiros (Fegipe). **Documentos**. Goiânia, 1996 (digitado)

FERRETTI, Celso João. Empresários, trabalhadores e educadores: diferentes olhares sobre as relações trabalho e educação no Brasil nos anos recentes. In: LOMBARD, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE; José Luís (orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2002, p.97-118.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

FRIGOTO, Galdêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida na lógica do mercado. In: Dossiê Políticas Públicas para a educação: olhares diversos sobre o período 1995 a 2002. **Educação e Sociedade** v. 24, nº 82. Campinas: Cedes. São Paulo: Cortez, 2003, p. 93-130.

FURTADO, Celso. **O capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GENTILI, Pablo, (Org.): **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOLDMAN, L. **O conceito de informação na consciência contemporânea**: colóquios filosóficos internacionais de Royaumont. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.

GODOY, Maria Cândida. **O mistério das águas azuis**: conto o que vi e ouvi. Goiânia: Gráfica O Popular, 1993.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GOIÁS. Agência Goiana de Turismo (Agetur). **Se liga no futuro**. Goiânia, 2004.

GOTTDENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Garcia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v.3.

_____. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Garcia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 4.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kote. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARDT, Michel; NEGRI, Antônio. **Império**: São Paulo Record, 2005.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A fenomenologia do espírito e estética**: a idéia e o ideal; estética: o belo artístico e o ideal; introdução à história da filosofia. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Os pensadores.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Centauro Editora. 2002.

IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Fontes históricas**, Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

_____. **Cidades Brasileiras**, Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. **Relatório do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO de Pesquisa Aplicada (Ipea). **Texto para discussão**, 2008. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=2913>, 24/03/2008.

KANT, Emmanuel. **Emmanuel Kant**: textos seletos. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Crítica da razão pura e outros textos filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **Textos seletos**. Petrópolis: Vozes, 2005.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____; CAMPANÁRIO, M. **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente. *In*: LOMBARD, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval, SANFELICE, José Luís (org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002a, p. 77-96.

_____. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e educação para o trabalho. São Paulo: Cortez, 2002b.

LEFEBVRE, Henry. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999a.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999b.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991b.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes Ltda, 1991a.

LOUREIRO, Walderês Nunes. **O aspecto educativo da prática política**. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.

LÖWY, Michael. **Ideologia e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LUIZ, Walter. **Caldas Novas**: uma cidade turística na sua intimidade. Caldas Novas: Gráfica Criativa, 2005.

LUKÁCS, Geörg. **Ensaio sobre literatura**: introdução a uma estética marxista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003b.

_____. Marx y a literatura. *In*: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Escritos sobre literatura**. Buenos Aires: Colihue, 2003a.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**, 11. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. Do posfácio à segunda edição alemã do primeiro tomo de O Capital. In MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos 2**. São Paulo: Edições Sociais, 1976, p. 9-6.

_____. **O 18 Brumário e cartas a KugelmanI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Textos 3**. São Paulo: Edições Sociais, 1978a, p. 199-285.

_____. **Trabalho assalariado e capital**. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Textos 3**. São Paulo: Edições Sociais, 1978b, p. 52-92.

_____. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982a. Livro 1, v. 1 e 2.

_____. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982b. Livro 3, v. 4, 5 e 6.

_____. **Para a crítica da economia política. Salário preço e lucro. O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982c.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. **Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política** (borrador 1857-1858) [Grundrisse], Madri: Siglo Veintiuno de España Editores, 1997, v. 1.

_____. **Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria de Proudhon**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Liberdade de imprensa**. Porto alegre: L&PM, 2006.

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. **O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora**. Goiânia, GO: Alternativa, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial. Campinas: Unicamp, 2002.

MIRANDA, Telma Guimarães de. **Aspectos relativos à urbanização de Goiás no período de 1950 a 1980 e principais instrumentos norteadores da política de desenvolvimento urbano**. Caderno de pesquisa do ICHL. Goiás: Universidade Federal de Goiás, 1990, n. 2.

MOLINUEVO, José Luis. **A experiencia estética moderna**. Madri, 2002.

MOTT, Maria Lúcia e MALUF, Marina. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. (org.). **História da vida privada no Brasil**. República da *Belle Époque* à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço social no Brasil pós-64. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NOVAIS, Fernando A. (org.). **História da vida privada no Brasil: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1 e 2.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**: Revista de Ciência da Educação. São Paulo: Cortez, 2004, v. 25, n. 89, p. 1132.

ORGANIZAÇÃO Nacional de Turismo (ONT). **Textos e documentos**. <<http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/geancarlo.pdf>>, 13/11/2007.

PALACÍN, Luiz et al. **História de Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, 1989.

PERISSINOTTO, Renato M., Hannah Arendt, poder e a crítica da “tradição”, *In: Lua Nova* nº 61, 2004, p. 115-138.

PINTO, Olegário. Discursos e projetos. *In: SAINT-HILAIRE, Auguste F. C. de. Viagens à província de Goiás*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1975.

RECHE, Carlos Eduardo. Indefinição política agrava problemas em Caldas Novas. *Jornal. O Popular*, 21 de janeiro de 2008, p.9.

RIBEIRO, Renato Janine. **A sociedade contra o social**: o alto custo da vida pública no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ROSA, João Guimarães: **Grande sertão veredas**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ROUGEMONT, Denis. Informação não é saber. *In: Internacional de Ciências Humanas*. nº 4. Brasília: UNB, 1983, p. 23-35.

RUGE, Arnold. Carta ao Sr. Steinthal. *In: MARX, Karl. O 18 Brumário e cartas a Kugelmann I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, n. 4, p. 243-244.

SACHS, Celine. **São Paulo: políticas públicas e habitação popular**. São Paulo: Edusp, 1999.

SAINT-HILAIRE, Auguste F. C. de. **Viagens à província de Goiás**. São Paulo: Itatiaia, 1975.

_____. As águas termais chamadas Caldas Novas; Caldas Velhas Caldas de Pirapitinga. *In: ORIENTE, Taylor. As fabulosas águas quentes de Caldas Novas*. Goiânia: Oriente, 1982.

SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na república. *In: NOVAIS, Fernando A. História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 v. 3.

- SOUSA SANTOS, Boaventura. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Porto: Afrontamento, 1989.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- SANTOS, Milton. **Urbanização Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996b.
- SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.
- SERRA, Rose (org.). **Trabalho e reprodução; enfoques e abordagens**. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: Petres-FSS/Uerj, 2001.
- SHAKESPEARE, William. **Romeu e Julieta; Macbeth; Hamlet, príncipe da Dinamarca; Otelo, o mouro de Veneza**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SILVA, Luis Gustavo Alexandre. **Educação e participação: o Plano de Desenvolvimento da Escola em análise**. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política habitacional brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.
- SIMIONATTO, Ivete. Apresentação. *In*: AMARO, Sarita; BARBIANI, Rosangela; OLIVEIRA, Maristela Costa de. **Serviço Social na Escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997, p. 8.
- SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no oeste Paulista. *In*: NOVAIS, Fernando A. (org.). **História da vida privada no Brasil: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v.2.
- SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária a partir de seus interlocutores**, UFG, Goiânia, 1995 (Mestrado).
- SOUSA, Luiz Antônio da Silva e. Trechos de depoimentos. *In*: SAINT-HILAIRE, Auguste F. C. de. **Viagens à província de Goiás**. São Paulo: Itatiaia, 1975.
- SOUZA, Herbert de. RODRIGUES, Carla. **Ética**. São Paulo: Polêmica, 1994.
- SOUZA, Luiza Erundina et al. O trabalho no contexto dos movimentos sociais. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1985, ano 6, nº 18.
- SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. **O analfabetismo no Brasil sobre o enfoque demográfico**. Brasília: Ipea, 1999.
- SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez. Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001, p. 33 ss.

TOLEDO, José Roberto de. Excluídos são 59% da população do País. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Cad.1, p.12, 13 jun. 1997.

TOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária**. Trad. Denise Bottmann. V. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 1.

_____. **A formação da classe operária**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, v. 3.

_____. Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

VARGAS, E. **O capitalismo do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

VEDDA, Miguel. Introducción. *In*: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Escritos sobre literatura**. Buenos Aires: Colihue, 2003.

WEBER, Max. Conceito e categoria da cidade. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, p. 73-96.

_____. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UnB. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, v. 2.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. *In*: NOVAIS, Fernando A. (org.). **História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3.

APÊNDICE 1

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFG
Pesquisadora: Maria Conceição Sarmento Padial Machado, 4ª turma do doutorado.
Orientadora: Prof. Dra. Ângela Cristina Belém Mascarenhas

Projeto: O PROCESSO EDUCATIVO DOS TRABALHADORES QUE VIVEM ENTRE DOIS MUNDOS DE UMA MESMA CIDADE

Entrevista semi-estruturada, aleatória (por sorteio), por amostragem com trabalhadores assalariados (por função/cargo) do Hotel-Clube em Caldas Novas.

Identificação do entrevistado:

Nome:..... Idade:

Local de Nascimento:

Estado civil.....

Origem:.....

Tempo de moradia no município:

Escolaridade:

Composição familiar:

Situação de moradia/titularidade:

Endereço:

Telefone:

Situação profissional:

Tempo de trabalho no ramo hoteleiro:

Tempo de trabalho neste hotel:

Faixa salarial: () 1 sm a 2,9 sm; () 3 sm a 5,9 sm; () 6 sm a 8,9 sm; () 9 sm a 11,9 sm; () 12 sm a 14,9 sm; () 15 sm ou mais.

Exerce outra função remunerada:

Qual?

Outras pessoas da família exercem função remunerada?

Qual?

Remuneração familiar: () 1 sm a 2,9 sm; () 3 sm a 5,9 sm; () 6 sm a 8,9 sm;

() 9 sm a 11,9 sm; () 12 sm a 14,9 sm; () 15 sm ou mais.

Outras informações:

Roteiro da entrevista semi-estruturada:

Local:; data:; horário:;
fita; lado.....

Como foi sua educação, escolaridade e formação?

Como foi sua trajetória profissional a partir do primeiro trabalho remunerado? Como conseguiu este emprego?

O que faz quanto está em seu local de trabalho? (Como é seu cotidiano, roupa que utiliza no local de trabalho, relações de amizade, sua alimentação?)

Pode usar as dependências do hotel para lazer dentro ou fora do seu horário de trabalho?

O que faz quando não está trabalhando? (como é seu dia-a-dia, relações de trabalho, relações de amizade, sua alimentação, seu lazer?)

As pessoas com as quais trabalha e para as quais trabalha são como você? Como você compreende esta situação?

Como são suas relações de amizade ou parentesco dentro e fora do local de trabalho? Tem parentes ou familiares que trabalham neste hotel ou no grupo Hotel-Clube?

Como compreende a situação que vivencia no hotel quando compara com a situação que em seu local de moradia?

Conhece, participa ou participou de alguma organização de trabalhadores neste município?

Para você, o que é educação?

Para você, o que é trabalho?

Para você, o que é lazer?

Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar?

Autorização

Autorizo a gravação e a utilização da entrevista realizada para fins científicos por tempo indeterminado.

Observação:
.....
.....

Goiânia,..... de de

Assinatura do entrevistado:

APÊNDICE 2

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFG
Pesquisadora: Maria Conceição Sarmento Padial Machado, 4a turma do doutorado.
Orientadora: Prof. Dra. Ângela Cristina Belém Mascarenhas

Projeto: O PROCESSO EDUCATIVO DOS TRABALHADORES QUE VIVEM ENTRE DOIS MUNDOS DE UMA MESMA CIDADE

Entrevista semi-estruturada, aleatória com moradores de Caldas Novas

Identificação do entrevistado:

Local: data: hora:

Nome:.....

Nome fictício:

Gênero: F; M.

Idade: 18 a 24 anos; 25 a 31 anos; 32 a 38 anos; 39 a 45 anos;

46 a 52 anos; 53 a 59 anos; 60 a 64 anos; 65 anos ou mais.

Local de Nascimento:

Estado civil.....

Origem: Estado: País:

Escolaridade: fundamental incompleto; fundamental completo; médio incompleto; médio completo; superior incompleto; superior completo; pós graduação completo; outros

Profissão/ocupação: ramo do turismo; empresário; comerciante; funcionário público; profissional liberal; estudante; desempregado; trabalho doméstico; costura, artesanato; outros

Tempo de moradia em Caldas Novas: 1 ano ou menos 2 a 5 anos; 6 a 10 anos; 11 ou mais.

Composição familiar: 1 a 3; 4 a 6; 7 a 9; 10 ou mais.

Roteiro da entrevista semi-estruturada:

Local:; data:; horário:;
fita; lado.....

Como foi sua trajetória profissional?

Para você, o que é educação?

Para você, o que é trabalho?

Para você, o que é lazer?

Autorização

Autorizo a gravação e a utilização da entrevista realizada para fins científicos por tempo indeterminado.

Goiânia,..... de de

Assinatura do entrevistado:

APÊNDICE 3

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFG
Pesquisadora: Maria Conceição Sarmento Padial Machado, 4a turma do doutorado.
Orientadora: Prof. Dra. Ângela Cristina Belém Mascarenhas

Projeto: O PROCESSO EDUCATIVO DOS TRABALHADORES QUE VIVEM ENTRE DOIS MUNDOS DE UMA MESMA CIDADE

Entrevista semi-estruturada, aleatória com lideranças de trabalhadores em Caldas Novas

Identificação do entrevistado:

Local: data: hora:

Nome:.....

Nome fictício:

Gênero: F; M.

Idade: 18 a 24 anos; 25 a 31 anos; 32 a 38 anos; 39 a 45 anos;

46 a 52 anos; 53 a 59 anos; 60 a 64 anos; 65 anos ou mais.

Local de Nascimento:

Estado civil.....

Origem: Estado: País:

Escolaridade: fundamental incompleto; fundamental completo; médio incompleto; médio completo; superior incompleto; superior completo; pós graduação completo; outros

Profissão/ocupação: ramo do turismo; empresário; comerciante; funcionário público; profissional liberal; estudante; desempregado; trabalho doméstico; costura, artesanato; outros

Tempo de moradia em Caldas Novas: 1 ano ou menos 2 a 5 anos; 6 a 10 anos; 11 ou mais.

Composição familiar: 1 a 3; 4 a 6; 7 a 9; 10 ou mais.

Roteiro da entrevista semi-estruturada:

Local:; data:; horário:;
fita; lado.....

Como foi sua trajetória na participação de movimentos sociais?

Como se tornou uma liderança política para trabalhadores e trabalhadoras?

Qual seu papel político atualmente?

Quais os avanços e desafios da classe trabalhadora neste município?

Para você, o que é trabalho?

Para você, o que é lazer?

Autorização

Autorizo a gravação e a utilização da entrevista realizada para fins científicos por tempo indeterminado.

Goiânia,..... de de

Assinatura do entrevistado:

APÊNDICE 4

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFG

Pesquisadora: Maria Conceição Sarmento Padial Machado, 4ª turma do doutorado.

Orientadora: Prof. Dra. Ângela Cristina Belém Mascarenhas

Projeto: O PROCESSO EDUCATIVO DOS TRABALHADORES QUE VIVEM ENTRE DOIS MUNDOS DE UMA MESMA CIDADE

Entrevista semi-estruturada, aleatória com turistas em Caldas Novas

Identificação do entrevistado:

Identificação do entrevistado:

Local: data: hora:

Nome:.....

Nome fictício:

Gênero: F; M.

Idade: 18 a 29 anos; 30 a 41 anos; 42 a 53 anos; 54 a 65 anos;

65 anos ou mais.

Local de Nascimento:

Estado civil

Origem: Estado:..... País:

Escolaridade: fundamental incompleto; fundamental completo; médio incompleto;

médio completo; superior incompleto; superior completo; pós graduação completo;

outros.....

Composição familiar: 1 a 3; 4 a 6; 7 a 9; 10 ou mais.

Quantas pessoas estão viajando com você? 1 a 3; 4 a 6; 7 a 9;

10 ou mais.

Você está viajando com parentes ou familiares; amigos ou conhecidos;

parentes, familiares, amigos e conhecidos.

Tipo de viagem: () particular; () excursão; () evento profissional ou acadêmico.

Tipo de hospedagem: () hotel; () acampamento; () casa/apartamento temporada; () casa de amigos ou familiares; () residência própria; () outros

Renda familiar: () até 5 sm; () 6 sm a 10 sm; () 11 sm ou mais.

Frequência com que vem a Caldas Novas: () 1^a vez; () veio algumas vezes;
() vem todos os anos; () vem várias vezes por anos; () dupla residência.

Objetivo da viagem: () lazer; () saúde; () visitar parentes; () estudo; () trabalho; () já morou na cidade.

Roteiro da entrevista semi-estruturada:

Local:; data:; horário:;
fita; lado.....

O que você entende por trabalho?

O que você entende por lazer?

O que você entende por educação?

Autorização

Autorizo a fotografia, gravação e a utilização da entrevista realizada para fins científicos por tempo indeterminado.

Goiânia,..... de de

Assinatura do entrevistado:

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)